

# Intelligere

Revista de história intelectual

n° 12 – dez. 2021 - ISSN: 2447-9020

*Intelligere*, *Revista de História Intelectual* é um periódico científico semestral, eletrônico, trilingue (português, espanhol e inglês) dedicado aos estudos de História Intelectual e História das Ideias.

*Intelligere* publica artigos originais, entrevistas, resenhas de livros, notícias de pesquisa em andamento, traduções e fontes documentais relevantes para a história intelectual.

Revista de acesso livre, *Intelligere*, com o apoio da Universidade de São Paulo, assume todos os custos pelo processamento e publicação dos artigos, sem qualquer custo para autores e leitores.

Administração / Correspondência

Office /Contact

**Revista Intelligere**

Universidade de São Paulo

CHC - Centro de Interunidades de História da Ciência

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Térreo

Cidade Universitária – São Paulo – SP

CEP 05508-900

telefone (11) 3091-3776

e-mail: [intelligere.revista@gmail.com](mailto:intelligere.revista@gmail.com)

# SUMÁRIO

## ARTIGOS

~ 1 ~

### **A Historiografia entre modernidade e contemporaneidade**

Oswaldo Coggiola

~ 16 ~

### **Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1904-1910**

Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro

~ 43 ~

### **Realismo literário e experiência moderna no início do século XX: reflexões a partir da obra proustiana**

Paulo Rodrigo Andrade Haiduke

~ 68 ~

### **Assimilação, trajetória literária e intelectual: o caso de José Albasini (1908-1935)**

Thiago Henrique Sampaio

~ 91 ~

### **Grandezas e misérias de um positivista lógico**

Gildo Magalhães

~ 103 ~

### **O sentido da história: considerações sobre o historicismo em Karl Popper**

Romário Ney Rodrigues de Souza

~ 130 ~

### **Nietzsche, mentor da Primeira Guerra Mundial?**

### **O que dizem jornais e revistas brasileiros sobre o filósofo (1910-1920)**

Antonio Vinícius Lomeu Teixeira Barroso

\*\*\*

## PESQUISA

~ 147 ~

### **Depois da narrativa: Walter Benjamin encontra J. R. R. Tolkien nos contos de fadas**

Vinicius Veneziani de Souza Oliveira

\*\*\*



---

ARTIGOS - ARTICLES

---

A Historiografia  
entre modernidade e contemporaneidade

Oswaldo Coggiola<sup>1</sup>  
Universidade de São Paulo  
[coggiola@usp.br](mailto:coggiola@usp.br)

Como citar este artigo: COGGIOLA, Oswaldo. “A Historiografia entre modernidade e contemporaneidade”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 1-15. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** A introdução da contemporaneidade no campo historiográfico e científico não foi o simples acréscimo de uma nova era numa divisão periódica da história preexistente: ela foi precedida por uma nova percepção político-social, e implicou em mudanças metodológicas tanto quanto numa cisão no antigo conceito de modernidade. O artigo tenta abordar, de maneira sintética, essas mudanças, as condições em que se originaram, e suas implicações, cujas consequências ambíguas se fazem sentir até o presente.

**Palavras-chave:** historiografia, história contemporânea, teoria da história, modernidade, contemporaneidade.

*The Historiography between modernity and contemporary*

**Abstract:** The introduction of contemporaneity in the historiographic and scientific field was not the simple addition of a new era in a periodic division of preexisting history: it was preceded by a new political-social perception, and implied methodolog-

---

<sup>1</sup> Graduado em Economia Política e História na Université Paris VIII (1979). É doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1983). Atualmente professor titular da Universidade de São Paulo na área de História Contemporânea. Atua principalmente nos seguintes temas: marxismo, América Latina, movimento operário, capitalismo e socialismo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6513303642277108>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9924-0984>

ical changes as much as a split in the old concept of modernity. The article attempts to address, in a synthetic way, these changes, the conditions in which they originated, and their implications, whose ambiguous consequences are felt up to the present

**Keywords:** historiography, contemporary history, theory of history, modernity, contemporaneity

O surgimento de uma área de conhecimento denominada “história contemporânea”, na educação média e superior francesa, aconteceu com a reforma do ensino promovida por Victor Duruy,<sup>2</sup> em 1867, definindo-a como “o estudo do período transcorrido de 1789 ao Segundo Império [ainda vigente nessa data]” (DUMOULIN, 1993). No mesmo ano, na Itália, o recém-aprovado curriculum oficial das escolas técnicas ainda dividia o estudo da história em três partes: história romana, medieval e moderna. O líder sindicalista revolucionário (engenheiro pela *École Polytechnique*), futuro editor de *Le Mouvement Socialiste*,<sup>3</sup> Georges Sorel, começou a ensinar “história contemporânea” na Escola Livre de Ciências Políticas, a partir de sua criação em 1871: “Os cursos de Sorel ou de Vandal na *École Libre des Sciences Politiques* eram muito frequentados; o espaço do ensino histórico na Escola era considerável. Se pensava que a história das instituições ou da fiscalidade, ou a história da moeda, tinham valor para formar o futuro Inspetor de Finanças: a regra era que *não se devia ignorar nada do acontecido nos últimos cem anos*” (THULLIER, TULARD, 1993).<sup>4</sup> Uma sociedade nova, e um novo Estado, criavam novas necessidades: era necessário catalogar e classificar os acontecimentos recentes sob um ângulo histórico, ou seja, indagar seu significado profundo ou “de longo prazo”, para além da sua evidência imediata. Na transição para o novo século, o “século da história” (o XIX), e o país por excelência da historiografia, davam à luz, de modo múltiplo e variado – inicialmente autocentrado – a uma nova disciplina no campo histórico.

Alguns anos depois, entre 1897 e 1901, Anatole France (Prêmio Nobel de Literatura, em 1921) publicou uma tetralogia romanesca, *Histoire Contemporaine*, aparecida

---

<sup>2</sup> Historiador e geógrafo (1811-1894), inicialmente discípulo de Jules Michelet, Duruy foi Ministro de Educação Pública da França entre 1863 e 1869, autor de importantes obras de vulgarização histórica.

<sup>3</sup> Revista fundada em 1899 por Hubert Lagardelle e Jean Longuet, neto de Karl Marx. Georges Sorel (1847-1922) era considerado sua “eminência parda”. Ulteriormente, ele evoluiu para o catolicismo e a direita, o que não lhe impediu, em nome da “luta contra a democracia”, apoiar com entusiasmo a revolução russa de 1917. Algumas de suas teorias, em especial às relativas ao papel do mito na história e à violência, foram consideradas como fontes inspiradoras da ideologia fascista na Europa, “síntese do nacionalismo orgânico com revisão antimaterialista do marxismo”, em especial aquelas relativas à força política dos mitos (STERNHELL *et al.*, 1989).

<sup>4</sup> Os autores acrescentam que a influência de Sorel foi marcante “em toda a geração de diplomatas ingressados na carreira entre 1883 e a Grande Guerra”.

previamente em fascículos de revista, cujo personagem central, Lucien Bergeret, levava uma existência doméstica e intelectual medíocre, embora sendo homem erudito, e expressava ideias pessimistas e amargas sobre os homens e sua história, discutindo qualquer assunto de domínio público (justiça, pena de morte, governos, escândalos financeiros) com amigos e conhecidos, em sua livraria favorita, fugindo do aborrecimento de um casamento infeliz. Na forma de diálogos populares de caráter “filosófico”, o autor expunha o retrato crítico de um mundo novo (FRANCE, 2016). Em 1912, o personagem central de *Jean Barois*, romance de Roger Martin du Gard, um veterano republicano *dreyfusard*, se dirigia agressivamente, referindo-se ao passado recente do país, a dois jovens imbuídos de nacionalismo monárquico, católico e belicista (que se desenvolveu bastante na França no período anterior à Grande Guerra): “Muitos de nós foram heróis! Se os senhores o ignoram, tratem de *estudar a história contemporânea!*”. A nova disciplina nascia, também, como uma arma intelectual contra o reacionarismo.

Se as teorias da história nunca podem ser completamente separadas dos embates sociais e políticos da sua época (embora os defensores de certa “imparcialidade histórica” pretendam o contrário), a história contemporânea nascia “contaminada” pela política, e nunca se afastaria dela. Sua formulação sofreu inúmeras modificações, ampliações e precisões: paulatinamente, ela ingressou nas grades curriculares, inúmeros manuais foram escritos, constantemente renovados ou superados à luz não só dos desenvolvimentos teórico/metodológicos, mas também, sua característica única, da constante renovação, reinterpretação e ampliação do seu campo de trabalho. A definição da Revolução Francesa (“1789”) como o ato fundador da contemporaneidade esteve longe de ser pacífica: o regime fascista italiano, inimigo da tradição democrática revolucionária, datou seu início, nos seus manuais de ensino, na Restauração absolutista iniciada em 1815 com o Congresso de Viena: a questão historiográfica se subordinava à clivagem política (COGGIOLA, 2002).

A periodização e os estudos históricos deviam considerar o surgimento de um período - cuja natureza já era objeto de conceituações filosóficas e políticas, e de reações literárias e estéticas em geral - com características que se supunham inteiramente novas. Era necessário introduzir essa nova era no campo historiográfico, pois ela já fazia parte do arcabouço das preocupações intelectuais. A novidade consistia em que ela se reconhecia e autodenominava desde seu nascedouro, algo em que a mais recente “pós-modernidade” não foi em absoluto inovadora. O conceito de “novo” já era do-

minante na ciência e na filosofia desde os inícios da chamada “Era Moderna”, associado à ideia de “progresso”. As eras precedentes da história não se autodenominavam, embora tivessem maior ou menor consciência de sua especificidade; sua sistematização periódica foi um produto da “modernidade”, com a qual a “contemporaneidade” manteve desde sempre uma relação ambígua.

A “modernidade” pertence a uma ordem conceitual mais ampla, refletida na polissemia do termo, que possui os significados gerais de “recente”, “novo”, até “melhor”, ao mesmo tempo em que designa uma fase histórica diferenciada, como pontuou Scipione Guarracino, “da civilização europeia ou ocidental” (ou seja, não de todas as civilizações). Na sua origem latina, *modernus* significa “atual, pertencente aos nossos dias” (ou seja, contemporâneo), expressão derivada de *modo*, “agora, de certa maneira” ou de *modus*, “medida, maneira”. Em 1666, no seu manual de história universal, *Historia Ecclesiastica et Politica*, Georg Horn (Georgius Hornius) distinguia a história *antiqua* da *recentior*, esta última referida “aos impérios e reinos que atualmente sobrevivem ou duram”. Só em nossa era, a expressão “era moderna” foi usada para delimitar um período histórico, surgido, segundo Jacques Le Goff, quando se evidenciou “um sentimento de ruptura com o passado”; o novo significado do termo remontava a finais do século XVII, com a “querela entre os antigos e os modernos”; foi invocado esteticamente por Charles Baudelaire,<sup>5</sup> e reafirmado de modo militante por Arthur Rimbaud (“é preciso ser absolutamente moderno”) em 1873.<sup>6</sup>

O brado modernista se elevava tanto contra a velha tradição hierárquica própria do Antigo Regime quanto contra a deserção burguesa da luta contra ela, patentes no fracasso da revolução de 1848 e na carnificina da Comuna de 1871, provocando a reação “burguesa” (e, certamente, também católica) de François Mauriac: “A burguesia foi o cadinho onde se formou o caráter de nosso povo rural e operário. Baudelaire, Rimbaud, eles mesmos só existiram em função dessa burguesia que renegavam, mas da qual eram filhos”. Para além de seu posicionamento conservador, Mauriac apontava na direção certa: a cisão cada vez maior, em meados do século XIX, no interior da *intelligentsia* de origem burguesa, provocada pelos abalos sociais, na qual Mario de Micheli discerniu a origem das futuras vanguardas artísticas, simbolizada na presença de

---

<sup>5</sup> *La Modernité* é um texto de Charles Baudelaire publicado em *Le Peintre de la Vie Moderne*, em 1863. Baudelaire definiu nele o conceito de modernidade como a busca pela beleza de tendências efêmeras, para integrá-las, artisticamente, ao que seria eterno ou imutável.

<sup>6</sup> “*Il faut être absolument moderne*”. É assim que Rimbaud, em seu texto *Adieu*, diante da modernidade impossível, se despede, aos dezenove anos, da literatura. Este slogan aparentemente simples, que afirma de modo imperativo a necessidade de ser moderno, mas que se contradiz ao reivindicar para a modernidade, essencialmente histórica e relativa, um caráter absoluto, estampa a natureza mesma da modernidade e de sua literatura” (SCARPARI, s/d).

Charles Baudelaire, um de seus precursores, nas barricadas parisienses de junho de 1848 (MICHELLI, 2014). A “ofensiva modernista” deflagrou uma reação tradicionalista católica: o papa Pio X, que defendia intransigentemente a ortodoxia doutrinária da Igreja católica, condenou fortemente o “modernismo”, inclusive o cristão (por este pretender introduzir o método crítico na exegese bíblica), encarado como a “síntese de todas as heresias”: sua condenação se expressou nas encíclicas *Lamentabili Sane Exitu* (“Carta Encíclica do Papa Pio X sobre os erros do modernismo”) e *Pascendi Dominici Gregis*, de 1907. O debate sobre o modernismo já era, portanto, contemporâneo.

A ideia de modernidade extrapolava o campo historiográfico; nem sequer era oriunda dele. Para os autores que não usam o conceito como um simples marco cronológico, a modernidade é um *projeto*, divergindo quanto ao período de sua vigência. Pensá-lo como um projeto eurocentrado (ou “ocidental-centrado”) é a base de um “eurocentrismo”, ora muito e justificadamente criticado, que afunda suas raízes bem mais longe do que na conquista/colonização do mundo pelas potências europeias, habitualmente considerada como marco inicial da Era Moderna, pois remonta à diferenciação e subordinação do “Oriente” pelo “Ocidente” em eras pretéritas.<sup>7</sup> Que a “modernidade” não ocupasse sequer um verbete no alentado *Dicionário das Ciências Históricas* organizado por André Burguière (ou no elaborado *Dicionário Crítico do Marxismo* de Georges Labica e Gérard Bensussan; ou ainda no *Dicionário do Pensamento Marxista* organizado por Tom Bottomore (1988)) revela apenas seu incômodo lugar na historiografia e na teoria, o que não surpreende, se ela for considerada, antes do mais, um “sentimento”. Numa formulação consensual, a modernidade seria “um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida... um conceito estritamente vinculado ao pensamento ocidental, um processo de racionalização que atinge as esferas da economia, da política e da cultura” (SILVA, SILVA, 2005), uma noção, portanto, histórica e até geograficamente delimitada.

---

<sup>7</sup> “(Depois da conquista oriental de Alexandre o Magno) posto que os ocidentais, ao voltar à sua terra, incluíram o Oriente dentro do mundo por eles conhecido, no interior de um círculo aceito como moradia do homem civilizado, a destruição do Império Persa por Alexandre marca uma época que *divide a história universal* como apenas consegue fazê-lo qualquer outro acontecimento. Dramática como foi a catástrofe final, o colosso oriental havia diminuído com enorme rapidez por quase um século” (HOGARTH, 1951). Nesse processo/evento, que consolidou a hegemonia da civilização helênica no Mediterrâneo, encontrou sua base a futura oposição Oriente/Ocidente, que alicerçou o imaginário histórico projetado a partir da moderna expansão europeia e da configuração do Antigo Sistema Colonial.

Na sociologia, essa criatura do século XIX que colonizou o século XX, a “modernidade” designou uma transformação caracterizada pela “racionalização” social e política, pela busca do “governo da Razão”, procurando nela uma explicação teórica (não raro teleológica) das sociedades, de seus processos de diferenciação e desenvolvimento. Reinhart Koselleck, na seara historiográfica, definiu a modernidade pela emergência de uma nova concepção da história, no século XVIII, junto com a valorização da racionalidade como principal elemento para conhecimento de mundo e domínio da natureza (KOSELLECK, 1999): em função dela, passou-se a focar a história na singularidade e no movimento de cada um de seus elementos constitutivos. Esse enfoque, segundo o autor, suscitou a necessidade de reconstruir os acontecimentos históricos “tal como foram”, o que determinou uma mudança de perspectiva na disciplina. Dando mais um passo, o historicismo, principalmente alemão, no século XIX, insistiu na necessidade de sistematizar, classificar e categorizar os diversos fatores do saber histórico, institucionalizando a “ciência histórica” como disciplina acadêmica, com suas próprias regras e métodos. O ofício do historiador não mais poderia ficar nas mãos de intelectuais com variadas formações acadêmicas, mas de especialistas com qualificações específicas, que requeriam uma formação também específica e diferenciada.

Segundo Michel Foucault, isso foi parte de um processo geral de todo o campo intelectual: “Na época clássica, desde o projeto de uma análise da representação até o tema da *mathesis universalis*, o campo do saber era perfeitamente homogêneo: todo conhecimento procedia às ordenações pelo estabelecimento das diferenças e definia as diferenças pela instauração de uma ordem; isso era verdadeiro para as matemáticas, para as taxinomias (no sentido lato) e para as ciências da natureza; mas igualmente verdadeiro para todos esses conhecimentos aproximativos, imperfeitos e em grande parte espontâneos, que atuam na construção do menor discurso ou nos processos cotidianos da troca; era verdadeiro, enfim, para o pensamento filosófico e para essas longas cadeias ordenadas que os ideólogos, não menos que Descartes ou Spinoza, ainda que de outro modo, pretenderam estabelecer a fim de conduzir necessariamente das ideias mais simples e mais evidentes até as verdades mais complexas. Mas, a partir do século XIX, o campo epistemológico se fragmenta ou, antes, explode em direções diferentes. Dificilmente se escapa ao prestígio das classificações e das hierarquias lineares à maneira de Comte; mas buscar alinhar todos os saberes modernos a partir das matemáticas é submeter ao ponto de vista único da objetividade do conhecimento a questão da positividade dos saberes, de seu modo de ser, de seu enraizamento nessas

condições de possibilidade que lhes dá, na história, a um tempo, seu objeto e sua forma” (FOUCAULT, 1981).

A divisão da história em períodos ou “eras”, demarcadas a partir de eventos reais ou imaginários de projeção universal, supõe a preservação de sua unidade e continuidade, para além das rupturas ou divisões, um conceito que será objeto de variadas críticas na segunda metade do século XX, em especial as originadas no estruturalismo e seus derivados. A periodização de eras históricas, no entanto, é tão velha quanto as sociedades humanas, sejam elas ou não chamadas de “civilizações”, inclusive se elas careciam de vocábulo ou conceito designando a história (o termo, assim como o conceito, como se sabe, foi criado na Grécia clássica, *Ἱστορία* [*Historiá*]). Ela nunca se referiu apenas a uma cronologia, quando ela existia, mas também à tentativa de dotar o acontecer humano de um sentido e de uma estrutura, mesmo aparecendo sob um invólucro mítico. A ideia de uma “idade original de ouro” e de uma queda subsequente, na qual se basearam a maioria dos relatos míticos das idades do mundo, pode ser considerada como uma manifestação básica universal dos povos históricos; já se encontrava na Babilônia, no antigo Irã (Pérsia), na China ou em povos ameríndios.

Foi com a civilização grega clássica que o termo e o conceito de história se definiram, a partir de um percurso que, como já se insistiu até demais, lhe foi exclusivo: “No princípio, há a religião, o mito, a poesia: de Homero a Píndaro (e, passando por um desvio, até os autores clássicos da tragédia). A concepção grega do homem e do mundo se ‘secularizou’ ou ‘laicizou’ progressivamente, e o universo dos deuses desapareceu pouco a pouco face às ações dos homens. Enquanto nos séculos que se convencionou chamar de homéricos a narração se organiza em torno dos personagens divinos, os personagens humanos sendo reduzidos a essências com o estatuto de quase-dependência, na época clássica – no século V – o homem, como cidadão-guerreiro, que fala e que combate, aparece assumindo seu destino” (CHÂTELET, 1981).

Na política e na guerra (continuação da primeira) o homem conquistou seu ser-histórico. Já com Hesíodo, *Os Trabalhos e os Dias* (HESÍODO, 2020), poeta do século VIII, surgira a primeira tentativa de uma divisão “filosófica” dos períodos históricos (idades de ouro, prata, bronze – ou heroica, nos povos orientais – e de ferro), que foi retomada e desenvolvida pelos romanos, *historia est magistra vitae*, em narrativas que abordavam o passado, escritas em prosa, valorizando a ação política e militar,

escritas com parâmetros de composição definidos pela retórica. As narrativas históricas na Roma Antiga eram consideradas um gênero literário, mas os historiadores romanos não desprezavam a pesquisa e a busca pela verdade. Os relatos históricos buscavam agregar vivacidade à narrativa, certamente não existia neles uma exata correspondência com a realidade, e misturavam fatos comprovados com mitos e crenças populares (ANDRÉ, HUS, 1989).

A ideia cíclica, ou de “eterno retorno” do homem e do mundo ao ponto inicial, encontrada, entre outras, na filosofia indiana e no Egito antigo, bem como na literatura judaica, não entrou em contradição excludente com a ideia de uma história exclusivamente humana: ela foi na Grécia adotada pelos pitagóricos e estoicos, originada em parte no antigo “pensamento histórico mítico”, associada às noções de recriação, regeneração e reestabelecimento da ordem divina, derivada das cosmologias e mitos do Oriente, e combinou-se com a ideia de uma sucessão de períodos histórico-culturais diferenciados, de origem divino ou humano. Com o declínio da antiguidade clássica e a expansão do cristianismo, que estabelecia uma linearidade do acontecer histórico, a partir da Criação até o Juízo Final, a ideia de eterno retorno caiu em desuso.

A concepção histórica cristã, baseada originalmente no Antigo Testamento, teve como pivô a reconciliação da humanidade com Deus através do Cristo, que originou e informa até o presente o calendário mundial. Santo Agostinho (*A Cidade de Deus*) distinguiu, com base nisso, seis eras da história humana: *infantia*, *pueritia*, *adolescência*, *iuventus*, *senior aetas* e *senectude* (da Revelação até o Juízo Final). O pensamento humanista-renascentista, antropocentrado, tentando se desvencilhar das concepções teológicas medievais, descartou a ideia de uma “era final” da história e propôs um “sistema tripartite” aberto para o futuro (Antiguidade – Idade Média – Modernidade), que foi a base das periodizações históricas modernas: “A esse enunciado rudimentar foi reduzido o intenso trabalho intelectual realizado em três ou quatro séculos, do século XV ao XVIII, por doudas gerações de humanistas, filólogos, artistas, historiadores, literatos, filósofos e autores políticos, em torno ao problema da divisão da história em grandes idades ou períodos. No decorrer do século XIX, esse esquema de periodização, a ‘grande tripartição’, virou uma obviedade cada vez menos discutida, usada tanto nos estudos científicos avançados quanto no ensino elementar” (GUARACINO, 2001).

A ideia se impôs e preparou o caminho para a conceptualização da contemporaneidade: Philippe Melanchton, no final do século XVI, usou pioneiramente as expressões diferenciadas de “tempo moderno” e “tempo presente”. O esquema tripartite humanista ingressou nos manuais no século XVII com Christoph Cellarius, que publicou a tríade *Historia Antiqua*, *Historia Medii Aevi* e *Historia Nova*, no final desse século (CARBONELL, 1982; BOURDÉ, MARTIN, 1983). Essas primeiras sistematizações “laicas” da história forneceram a base para a filosofia da história baseada na ideia de *progresso* do Iluminismo. Em sua expressão mais típica, Immanuel Kant, batizado posteriormente de “Newton do mundo histórico” (Kant tinha designado em Rousseau o “Newton do mundo moral”), lançou a “Ideia de uma História Universal no Sentido Cosmopolita”, e respondeu afirmativamente à pergunta “se o gênero humano se encontra em progresso constante para melhor” (KANT, 1978).

A racionalidade do devir histórico encontrou em Kant sua expressão mais clara e consequente. Numa teorização mais realista, depois de ter desenvolvido os postulados da filosofia kantiana até suas consequências extremas, e de ter criticado sua inadequação para dar conta do plano histórico-fenomenológico concreto - levando em conta suas contradições (sua “dialética”) - Hegel dividiu os períodos da história com base na sucessão e contraposição dos grandes Estados, expressão das civilizações “históricas” (pois havia, para o filósofo alemão, “povos sem história”, no que se contrapunha ao cosmopolitismo idealista kantiano), seguindo o modelo dos impérios do mundo: orientais, grego, romano, germânico, desaguando finalmente na racionalidade do Estado moderno (HEGEL, 1974).

Uma geração, histórica e filosófica, depois de Hegel, Karl Marx rebateu a alegada racionalidade do Estado moderno; ela nada mais era do que um raciocínio abstrato, incapaz de afastar o existente na realidade, ou seja, de dar conta do particularismo contraditório da “sociedade civil”, mas constituía sua cobertura-inversão ideológica ao sancionar legalmente a propriedade privada como um “direito humano”. Com esse fundamento, embora metodologicamente inspirado por Hegel, Karl Marx descartou uma periodização da história baseada em critérios “superestruturais” (Estados, religiões ou ideologias) pondo o trabalho e a produção social (em primeiro lugar, material) na base de sua dinâmica. Eis um fragmento abundantemente citado: “Em grandes traços, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno, podem ser qualificados como épocas progressivas da formação social econômica. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social,

contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos; porém, as formas produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta formação social, termina a pré-história da sociedade humana” (MARX, sdp). A história conhecida (da qual se ocupava a “única ciência”, a ciência histórica, nas palavras de Marx e Engels) não era senão o prefácio da verdadeira história humana, situada no futuro imediato, marcado pela passagem do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade”, passagem possibilitada pela potencial abundância material e espiritual produzida pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais na sociedade burguesa.<sup>8</sup>

Era, certamente, uma teoria da totalidade do acontecer humano em suas diversas fases, como parte integrante e diferenciada da história natural.<sup>9</sup> Continuidade - e, também, ruptura - das formas sociais precedentes, a sociedade burguesa (o “capitalismo”) era, para Marx, a forma mais desenvolvida de organização da produção social, base do metabolismo humanidade social - natureza e aspecto comum a todas as sociedades humanas. A sucessão dos modos de produção, com a passagem de um para outro pela via das transformações (revoluções) sociais, passou a ser a base da teoria marxista da história, simbolizada como um “modelo em espiral”, unitário em seu caráter contraditório, embora a quase totalidade dos historiadores marxistas rejeitasse a ideia de um “modelo universal” de etapas históricas, que não parece ter sido em abso-

---

<sup>8</sup> O “pulo de gato” da sociedade classista para o comunismo foi considerado, por diversos autores (incluído Eric J. Hobsbawm) como o aspecto “não científico”, ou “não lógico”, da teoria marxista. Diversos autores marxistas, como Karl Korsch, apontaram que a síntese marxista não é o simples desenvolvimento crítico da herança iluminista, mas que inclui diversas críticas da mesma, incluída a oriunda do romantismo, um movimento que não teria se limitado à literatura nem concluído com o século XIX: “O romantismo é uma cosmovisão – ou seja, é muito mais que um fenômeno literário, embora tenha um importante componente literário –, e não terminou em 1830 ou 1848. O romantismo, como protesto cultural contra a civilização industrial e capitalista moderna, é uma das principais formas da cultura moderna que se estende desde Rousseau – uma figura fundadora particularmente importante – até o presente, ou seja, da segunda metade do século XVIII até o início do século XXI... (Em Karl Marx) embora tenha sido essencialmente um homem do iluminismo, sua crítica ao capitalismo e sua visão da história incluem perspectivas e argumentos românticos significativos, que ele tomou de escritores (Balzac, Dickens), economistas (Sismondi) e antropólogos (Morgan, Maurer). Um número significativo de marxianos no século XX expandiu essa dimensão, e podem ser caracterizados como ‘marxianos românticos’” (SAYRE, LÖWY, 2021).

<sup>9</sup> Autores recentes sustentaram que a obra de Marx, em sua maturidade, sustentaria que cada época histórica estaria marcada por especificidades e regularidades, formas próprias de movimento, sem qualquer contato com as formas precedentes e com as posteriores: afirmar o contrário seria propor uma “metafísica da história”, e o Marx “maduro”, segundo eles, não o fez. A obra madura de Marx não proporia uma concepção totalizante da história, da ação humana e de sua interação com o ambiente natural, seria uma análise da sociedade capitalista sem nenhum valor interpretativo para outras formações sociais históricas, pois não haveria qualquer continuidade entre as diferentes formas a partir das quais os seres humanos se organizaram para se relacionar ativamente com seu meio natural. A afirmação reduz em grande parte o valor teórico e a abrangência metodológica da obra de Marx (POSTONE, 2009). Uma concepção diametralmente oposta se encontra em: Ciro Flamarion Santana Cardoso, 2012.

luto a intenção de Marx ou Engels. Poderia essa ideia básica se combinar com a periodização tripartite existente, que continuou hegemônica nas instituições de ensino e pesquisa?

A ideia de uma “contemporaneidade histórica” se expressou a partir do ciclo vitorioso das grandes revoluções democráticas na Europa e na América, que criou tendencialmente um mundo novo baseado em seu ideário (nação, democracia representativa, reconhecimento parcial ou universal da igualdade política e jurídica, direitos humanos básicos), suposta culminação da história humana (devido a isso, Hegel situou um primeiro “fim da história” em 1804, com a vitória napoleônica contra as tropas imperiais germânicas, na batalha de Jena), embora esse “reconhecimento universal” se restringisse inicialmente a um pequeno grupo de países. Historiograficamente, a “era contemporânea” definiu-se pela não-contemporaneidade, ou seja, pelas etapas do desenvolvimento humano consideradas superadas; chegou-se, desse modo, a um consenso para definir como “Idade Contemporânea” o período cujo início remontaria à Revolução Francesa, acontecimento-marco universalmente reconhecido como ponto de ruptura, sem retorno nem conciliações, com o Antigo Regime.

As características definidoras do período estavam marcadas, ideologicamente, pela vitória definitiva do Iluminismo, com a defesa do primado da Razão (com “R”) e o desenvolvimento da ciência como garantia de progresso civilizatório. Já no século XX, diferenciando-se desse critério, e buscando-se um fundamento para além (ou como base) do acontecer político, jurídico ou ideológico (a história reduzida à evolução dos Estados e das religiões, como Karl Marx qualificou criticamente a historiografia de seu tempo), chegou-se a uma definição da contemporaneidade pelo desenvolvimento e consolidação do capitalismo e pelas disputas das grandes potências europeias por territórios, matérias-primas e mercados. Tal conceituação abalou o modelo inicial, iluminista, progressista e otimista, pois após as duas grandes guerras mundiais, um ceticismo crescente abalou a crença no progresso inevitável da civilização: nações “avançadas e instruídas” eram capazes de cometer atrocidades “dignas de bárbaros”.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Michel Winock resumiu como segue o sentimento de toda uma geração, logo depois da Grande Guerra: “Diante dos estragos, quem ainda podia proclamar sua confiança na ciência, ‘benfeitora da humanidade’, como fizera outrora Ernest Renan em *L’Avenir de la Science?* Para muitos, a ciência, até ontem sinônimo de civilização, agora era associada à destruição. Ela havia proporcionado um poderio sem precedentes às técnicas de guerra, mas continuava muda ante as indagações sobre a condição humana... As certezas anteriores a 1914, desfeitas por quatro anos de sofrimento e de matança, deram lugar a uma imensa dúvida sobre o futuro dessa condição” (WINOCK, 2000). O abalo repercutiu também fortemente nas ciências humanas.

Um aspecto questionado desse critério foi seu natural posicionamento eurocêntrico, pois o capitalismo, embora tendencialmente mundial desde seus primeiros passos, nasceu indubitavelmente na Europa (ocidental), o que levou a questionar a validade do chamado “modelo europeu de divisão histórica”, baseado nas trajetórias das sociedades capitalistas (excluindo, portanto, as que não o eram), ou seja, a divisão de história baseada num critério geográfica e culturalmente limitado, que seria, para seus críticos, a base de posicionamentos ideológicos, mesmo involuntários, legitimadores da escalada imperialista das potências europeias no século XIX. Finalmente, a datação iniciada na Revolução Francesa ou na Revolução Americana (1776), em se pondo no seu centro metodológico a história do capitalismo, tampouco pareceu adequada, pois a “era do capital” teve sua origem nos séculos precedentes, sendo situada no século XVI, por exemplo, por autores tão divergentes quanto à origem e natureza do capitalismo como Max Weber ou Karl Marx, ou até no século XII, por autores vinculados aos *Annales*.

Os desdobramentos e polêmicas derivadas do conceito de contemporaneidade não se detiveram. Para Giorgio Agamben, a contemporaneidade é diferenciada, e multivalente como atitude epistemológica básica: “A contemporaneidade é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo dele toma distância, mais precisamente, é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela... Contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele não perceber as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimentam contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente” (AGAMBEN, 2012). Que a referência destas ideias seja Walter Benjamin, um marxista, não deve nada ao acaso, embora o autor das linhas citadas não reconheça explicitamente esse fato.

Pois essa questão está plenamente presente na historiografia. Desenvolveu-se, nas últimas décadas, uma “história do tempo presente” dedicada à investigação de permanências temporais não superadas, nem sempre de modo explícito ou reconhecido, buscando pôr em seu contexto histórico as sociedades hodiernas por meio da investigação da construção social de seu passado e de seus usos públicos e políticos: o

tempo presente estaria permeado por passados dos mais diversos tipos, pré-contemporâneos, propositalmente ocultos (obscurecidos) pelo “discurso histórico oficial”. A dimensão política da “história do tempo presente” é bastante evidente, pois está vinculada ao surgimento de políticas de memória, à investigação de traumas históricos nacionais e mundiais, ao crescimento de reivindicações políticas de reparação (de descendentes de escravos africanos, ou de vítimas do Holocausto judeu, por exemplo) e à revalorização do acontecimento para entender o processo histórico, superando uma abordagem centrada nas continuidades de longo prazo, por trás da “fumaça” dos eventos imediatos, ou nos processos seculares (DOSSE, 2012).

Mesmo aceita, essa abordagem não eliminaria as categorias gerais de análise, necessariamente baseadas nos processos de longo prazo, se as considerarmos as únicas capazes de ir além da experiência e da evidência empírica imediata, dando significado e fundamento à pretensão científica da história. Se aceitarmos, como hipótese de partida, que o desenvolvimento do capitalismo, em suas diversas configurações espaciais e temporais, constitui o eixo interpretativo da história “moderna e contemporânea”, na medida em que o capitalismo foi o único sistema histórico de produção que se expandiu mundialmente de modo autossustentado, devemos admitir que, se a *história do capital* pode ser rastreada a partir de tempos remotos, a *história do capitalismo* é bem mais recente, mas não tão recente quanto o último quartel do século XVIII, sendo sua origem objeto de controvérsias.

### Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é Contemporâneo? e Outros Ensaios. Chapecó, Argos, 2012.

ANDRÉ, Jean Marie; HUS, Alain. La Historia en Roma. Madri, Siglo XXI, 1989.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. Les Écoles Historiques. Paris, Seuil, 1983.

BURGUIÈRE, André (ed.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, Imago, 1993.

CARBONELL, Charles-Olivier. Historiografia. Lisboa, Teorema, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Por que os seres humanos agem como agem? As respostas baseadas na natureza humana e seus críticos. Revista de História n° 167, São Paulo, FFLCH-USP, julho/dezembro de 2012.

CHÂTELET, François. A Filosofia Pagã. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

COGGIOLA, Oswaldo. História e contemporaneidade. Entre Passado & Futuro n° 1, São Paulo CNPq/Xamã, maio de 2002.

DE MICHELI, Mario. Le Avanguardie Artistiche del Novecento. Milão, Feltrinelli, 2014 [1959].

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, vol. 4, n° 1, 2012.

DUMOULIN, Octave. História contemporânea. In: André Burguière (ed.). Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro, Imago, 1993.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

FRANCE, Anatole. Histoire Contemporaine. Paris, Calmann-Levy, 2016 [1897].

GUARRACINO, Scipione. Le Età dela Storia. I concetti di Antico, Medievale, Moderno e Contemporaneo. Milão, Bruno Mondadori, 2001.

HEGEL, G. W. Lecciones sobre Filosofia de la Historia Universal. Madri, Revista de Occidente, 1974 [1830].

HESIODO. Os Trabalhos e os Dias. São Paulo, Iluminuras, 2020.

HOGARTH, David George. El Antiguo Oriente. México, Fondo de Cultura Económica, 1951 [1927]).

KANT, Emmanuel. Filosofia de la Historia. México, Fondo de Cultura Económica, 1978 [1784].

KOSELLECK, Reinhart. Crítica e Crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Edições Populares, sdp [1859].

POSTONE, Moishe. Time, Labor, and Social Domination, A reinterpretation of Marx's critical theory. Nova York, Cambridge University Press, 2009.

SAYRE, Robert; LÖWY, Michael. Revolta e Melancolia. O romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo, Boitempo, 2021.

SCARPARI, Zília Mara Pastorello. É preciso ser absolutamente moderno. <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/11428/6903>).

SILVA, Karina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo, Contexto, 2005.

STERNHELL, Zeev et al. Naissance de l'Idéologie Fasciste. Paris, Arthème Fayard, 1989.

THUILLIER, Guy; TULARD, Jean. Les Écoles Historiques, Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

WINOCK, Michel. O Século dos Intelectuais. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000).



---

ARTIGOS - ARTICLES

---

**Bento Aranha e a cidade da borracha:  
Manaus, 1905-1910**

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Amazonas  
[balkar.ufam@gmail.com](mailto:balkar.ufam@gmail.com)

Como citar este artigo: PINHEIRO, L. B. S. P. “Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 16-42. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** Explorando a rica produção jornalística legada por Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, intelectual e político paraense, o artigo aborda as crônicas escritas por ele no *Jornal do Commercio*, de Manaus (AM), entre os anos de 1904 e 1910, momento que coincide com a expansão da economia de exportação da borracha no Norte do Brasil e com o processo de urbanização modernizadora da capital amazonense. Transferindo-se para Manaus, cidade onde morou por cerca de quatro décadas, Bento Aranha participou ativamente do círculo letrado e político da cidade, logo se tornando um personagem de grande expressão e influência. Lançando mãos de diferentes estratégias distintivas, destacou-se no interior da elite cultural de Manaus, transformando-se num intelectual mediador de suma importância. Sua trajetória foi, em muitos aspectos, singular no Norte do país, em especial pela radicalidade e contundência de suas posições, tendo ali abraçado, de forma pioneira, o abolicionismo e o republicanismo. Contraditando o discurso apologético do urbanismo modernizador, então em voga, dedicou dezenas de crônicas aos problemas estruturais da cidade de Manaus, sempre com atenção aos populares e aos deserdados do látex. A leitura crítica desses escritos, revela uma cidade pelo avesso, rica em contraste e prenhe de problemas e contradições.

**Palavras-chave:** Intelectuais mediadores. História da Imprensa. História da Amazônia.

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Editor da *Canoa do Tempo*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM e Coordena o Laboratório de História da Imprensa na Amazônia (LHIA/UFAM).

lattes: <http://lattes.cnpq.br/1270804137117518>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4192-8011>

*Bento Aranha and the rubber city: Manaus, 1904-1910*

**Abstract:** Exploring the rich journalistic production bequeathed by Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, an intellectual and politician from Pará, the article discusses the chronicles written by him in *Jornal do Commercio*, in Manaus (AM), between 1904 and 1910, a moment that coincides with the expansion of the rubber export economy in Northern Brazil and with the process of modernizing urbanization in the Amazonian capital. Moving to Manaus, the city where he lived for nearly four decades, Bento Aranha actively participated in the city's literate and political circle, soon becoming a character of great expression and influence. Making use of different distinctive strategies, he stood out within the cultural elite of Manaus, becoming an intellectual mediator of paramount importance. His trajectory was, in many aspects, unique in the North of the country, especially due to the radical and forceful nature of his positions, having embraced, in a pioneering way, abolitionism and republicanism. Contradicting the apologetic discourse of modernizing urbanism, then in vogue, he dedicated dozens of chronicles to the problems that occurred in the city of Manaus, always paying attention to the popular and the disinherited of latex. The critical reading of these texts reveals a city inside out, rich in contrast and full of problems and contradictions.

**Keywords:** Intellectual mediators. Press History. History of the Amazon.

## Introdução

Poucos intelectuais atuaram na imprensa amazonense com tanta desenvoltura e por tanto tempo quanto Bento Aranha. Nascido em Belém em 1841 e filho de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, político paraense e primeiro presidente da Província do Amazonas, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha fez singular carreira política e jornalística na província que em 1851 recebeu seu pai e onde, em meados do século XVIII nascera o avô paterno, afamado literato, de quem herdou o nome.<sup>2</sup>

Bento Aranha teve vida atribulada, abraçando logo cedo – fins da década de 1860 – a imprensa e a política, para manter-se nelas ao longo de uma vida longa, encerrada em 1919 em sua cidade natal. Dissidente e inconformista, foi crítico ferrenho de instituições e governos, ancorando perspectivas marcadas pela crença no progresso civilizatório, na transformação social e na soberania popular, sempre com atenção aos subalternos.

Intransigente na defesa de princípios democráticos, Bento Aranha vinculou-se à segmentos liberais do segundo reinado, tornando-se republicano de primeira hora, tendo assumido no Amazonas e no Pará o pioneirismo na defesa dessa forma de regime. Como jornalista, confrontou posições, abriu dissidências e sofreu retaliações diversas. Sistemáticos exílios e expurgos o afastaram por décadas de sua terra natal, fazendo-o abrigar-se no vizinho Amazonas, que então buscava quadros técnicos para dinamizar a máquina administrativa da nova província.

---

<sup>2</sup> Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, o avô, nasceu na antiga vila de Mariuá (Barcelos) em 1769 e faleceu em Belém em 1811. De acordo com Anísio Jobim, “cultivou a poesia, o drama e a oratória. A maior parte de suas produções perdeu-se por ocasião da guerra da Cabanagem”. O que delas restou foi compilado em publicação do Governo do Estado do Amazonas em 1899. (JOBIM, 1934, p. 15).

Chegando à Manaus por volta de 1866, exerceu o magistério e trabalhou na imprensa, além de atuar como empresário do ramo teatral, escrevendo e montando peças na pacata e tediosa capital amazonense, carente que era de entretenimentos. Homem de ação, despontava na província como um dos mais notáveis mediadores culturais, na acepção do termo empregada por Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016, p. 19). Atraindo leitores e eleitores, seu meteórico sucesso o impulsionou para a política partidária, elegendo-se no Amazonas deputado provincial pelo Partido Liberal para diversas legislaturas entre os anos de 1869 e 1889, quando então a Proclamação da República – sonho acalentado por mais de 30 anos – o animou a voltar à Belém. Republicano exaltado, tendo assumiu, inclusive, a pecha de *jacobino* que lhe atiravam seus detratores, Bento Aranha não foi bem recebido no Pará, decepcionando-se com o caminho que o novo regime singrou, em direção à conciliação e ao conservadorismo oligárquico, que ele tanto denunciou e combateu. Vendo-se excluído, exerceu, o quanto pode, o jornalismo, montando tipografias e lançando jornais de oposição aos governos republicanos, tanto provinciais quanto nacionais. Jamais permitiu que suas críticas à República fossem identificadas com as dos movimentos restauradores (monarquistas), deixando claro que suas posições partiam de um modelo revolucionário de república que, para seu desgosto, foi vencido no 15 de Novembro de 1899.

Em Belém dedicou-se à imprensa, atuando como redator de periódicos importantes – *Correio do Gran-Pará*, *Diário de Notícias* –, além de ser também proprietário e redator do *Correio Paraense* (1992-1994), jornal que “tomou o rumo do radicalismo, opondo-se vigorosamente aos desmandos da recém-instalada República” (SALLES, 2001, p. 118). Não tardou a sofrer perseguições políticas e judiciais de toda ordem, incluindo sansões, censura, empastelamento do jornal, prisão e novo exílio no Amazonas, sendo ali acolhido no âmbito da estrutura administrativa do Estado e na imprensa, mas não mais na política partidária, que buscava se distanciar de seu radicalismo. Datam deste período – última década do século XIX – suas maiores contribuições aos estudos históricos, tendo assumido o perfil e a designação de historiador tanto por seus escritos dedicados ao tema, quanto pelo trabalho incansável de localização, reprodução, organização e difusão de documentos e acervos de relevância para a construção da história, e em particular para a do Amazonas.

### **A trajetória intelectual de Bento Aranha**

Bento Aranha lançou-se ainda jovem ao jornalismo, no final da década de 1850, momento em que a imprensa brasileira vivia uma fase de mudanças em que buscava se afastar cada vez mais tanto da combativa imprensa da Independência (LUSTOSA, 2000), quanto do corrosivo pasquim (SODRÉ, 1999, p. 83) que marcara o período regencial, com acérrimas disputas verbais a espriar-se das redações para as ruas: “No período, a imprensa é marcadamente caracterizada pelas disputas de um periódico em relação ao outro, pelas lutas travadas em torno de ideias e desenvolvidas pelas formas de expressão escrita” (BARBOSA, 2010, p. 56). Foi também neste momento que a imprensa passou a estabelecer uma profunda interação com a literatura,

para, pouco a pouco ir tomando conta de suas páginas; afinal, “literatura e imprensa se confundiam”, como mencionou Nelson Werneck Sodré (1999, p. 288).

Embora tivesse uma imensa base social letrada, incluindo-se aí não apenas escravos e libertos, como também expressiva massa de mulheres e homens livres – alguns até com posses –, o país formava naquela segunda metade de século as primeiras gerações de uma intelectualidade oriunda dos liceus provinciais e das poucas faculdades que atraíam os filhos das classes dirigentes, além dos que, com maiores recursos, continuavam uma prática que vinha de fins do século XVIII, e que consistia em buscar formação na Europa, quase sempre em Portugal e, notadamente, em Coimbra (DIAS, 2009, p. 39). Com poucas casas editoriais e livrarias no país, a produção do livro era onerosa e seu consumo extremamente reduzido, mesmo entre os letrados, razão pela qual os livros podiam constar de inventários post-mortem, ao lado de outros objetos e propriedades de valor do falecido. Em tal contexto, lançar-se ao mundo das letras em busca de reconhecimento e sucesso não era algo que se fizesse por intermédio do livro, mas do jornal, escrevendo crônicas de diversas matizes, contos e poesias. De matriz francesa, os folhetins se introduziram na imprensa nesse mesmo momento, ampliando, na barra inferior dos periódicos, o espaço para a atuação dos literatos (MEYER, 1996).

Não se tratava propriamente de transformação linear de uma imprensa com preocupações *políticas* para outra *literária* e, portanto, sem aquelas preocupações. Convém insistir que a política jamais perdeu espaço – e mesmo centralidade – na arena jornalística, daquele e de períodos posteriores. Referindo-se ao período do Segundo Reinado, Sodré (1999, p. 241) argumentaria que aquele não era “apenas uma grande época política; não por coincidência, é também uma grande época literária”. Além do mais, não havia ainda especialização consagrada, a opor as duas pontas do processo e, neste sentido, políticos, jornalistas, escritores partiam tanto de uma base social comum, como também de interesses convergentes, o que tornava sem sentido assumir rótulos restritivos e empobrecedores. “O parlamentar era homem de letras e de imprensa; o romancista era também teatrólogo; e todos eram poetas”, dizia Silvio Romero em frase lapidar anotada por Sodré (1999, p. 241).

A breve contextualização da imprensa e da vida literária brasileira foi aqui recuperada com o intuito de demarcar aspectos comuns entre a trajetória intelectual e política de Bento Aranha desenvolvida no Extremo Norte do Brasil e a de muitos intelectuais de seu tempo. Entre 1859 e 1861 fora buscar formação na Corte do Rio de Janeiro, cursando ali humanidades – sem o concluir, no entanto – e transitando por diversas instituições literárias. Esteve entre os fundadores da *Arcádia Brasileira*, chegando a exercer o cargo de 1º secretário na mesma diretoria em que Machado de Assis atuava como bibliotecário. Retornando ao Pará, e antes de transferir-se em 1866, exilado, ao Amazonas, Aranha espalhou contribuições literárias e políticas em periódicos como o *Jornal do Pará* e o *Diário do Gran-Pará*, além de folhas literárias de menor envergadura. Chegando ao Amazonas, atuou em diversos jornais – *Amazonas*, *Catechista*, *Rio Negro*, *Mercantil*, *Comércio do Amazonas*, *Argos*, *Província*, *Reforma Liberal*, *Amazônia*, *Voz do Povo*, *Correio da Manhã*, *Evolução*, *Constituição*, *Cidade de Manáos*, *Tiradentes*, *Quinze de Agosto* e *Época* –, entre grandes e pequenos, imprimindo neles suas marcas pessoais de erudição, capacidade analítica e, sobretudo, radicalidade nos posicionamentos (O CIDADÃO, 1889, p. 2).

Nos anos iniciais fez poesia, traduziu novelas e o teatro francês, para encená-las na Thalia: Sociedade Dramática Amazonense, que fundou e dirigiu em Manaus, em um momento em que a capital amazonense praticamente desconhecia o teatro ou quaisquer atividades do gênero. Também escreveu estudos técnicos e publicou livros e opúsculos, muitos deles já marcados pelo interesse na história regional. Em paralelo, atuou para dinamizar os processos de instrução e letramento da população amazonense, atuando não apenas como professor primário e do liceu provincial – criado por sua iniciativa –, como também dirigiu diferentes repartições, como a Secretaria da Instrução Pública, o Arquivo Público e o Teatro Amazonas. Foi dele também a iniciativa da criação de escolas profissionalizantes destinadas a crianças pobres da sociedade. Tudo, enfim, o habilitava a assumir uma carreira intelectual inteiramente dedicada ao mundo das letras, mas esse não foi o caminho que escolheu.

Em meados da década de 1870, a opção por uma vida prática, voltada para o debate das grandes questões sociais como impulsionadoras da transformação social – em seus termos: para o progresso e para o desenvolvimento – reforçou seus vínculos com a política, enquanto fazia esmaecer pouco a pouco o literato da década anterior. Assim, como muitos intelectuais de sua época, escolheu a crônica como veículo de comunicação direta com seu público-alvo, e por seu intermédio conseguiu se estabelecer na arena jornalística de Belém e de Manaus. Refletindo sobre esses trânsitos, Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2006, p. 41) lembram que “a passagem do literato para o jornalismo... não foi fácil, obrigando a uma escrita de circunstância, pouco qualificada”, que tanto marcou a crônica como gênero literário. Com efeito, a crônica se difundiu no Brasil sem muita homogeneidade, a partir de um conjunto de características não necessariamente rígidas ou auto excludentes. Ao fim e ao cabo, a escrita cotidiana, ligeira e direta, que Antônio Cândido (1992, p. 14) descreveu como “ao rés do chão”, versando sobre coisas mundanas, sem abdicar de algum refinamento literário foi a marca maior que articulou a longa produção jornalística de Bento Aranha.

O sucesso que Aranha obteve na imprensa, pode em parte ser debitado a escolha do gênero que abraçou; embora tal opção possa ter comprometido uma identificação mais pontual do cronista paraense ao arquétipo da intelectualidade letrada do Norte do país, perfil assumido, em sua época, por escritores literatos, fossem poetas ou romancistas. Conforme Laysa Berreta (2020, p. 89) argumenta, “a crônica, justamente por ser leve, cotidiana, híbrida e provisória, ganhou o status de gênero menor a partir da popularização do jornal no século XIX”. Essa ideia da crônica como gênero menor fora consagrada por Antônio Cândido, que não via nela

pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa. Ela não foi feita originariamente para o livro, mas para essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha. Por se abrigar neste veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade (CÂNDIDO, 1992, p. 14).

Desde então o termo “gênero menor” tem sido relativizado de forma significativa, como em obra recente, onde os autores enfatizam que “nem só de improviso e pressa se fez, porém, a história da crônica no Brasil”, referenciando a seguir a impressão de José de Alencar, de que “mais coisa poderia haver naqueles pequenos textos curtos publicados nos jornais” (CHALHOUB, NEVES, PEREIRA, 2005, p. 10-11). Seja como for, tornar-se cronista de sucesso não era algo acessível a todos os intelectuais que transitavam pela imprensa. Na verdade, poucos conseguiam, e muitas carreiras ficavam à meio caminho, enquanto outras sequer chegavam a se estabelecer; e isso porque o gênero tinha suas regras e segredos, sendo um fator determinante para no processo, a interação e cumplicidade que os escritores conseguiam estabelecer com os leitores dos jornais e, desta forma, formar um público cativo: “Ao cronista cabia a responsabilidade de buscar, dentre os acontecimentos sociais de maior relevo e divulgação capazes de formar entre escritor e público códigos compartilhados que viabilizassem a comunicação, temas que lhe permitissem distinguir as questões de seu interesse” (CHALHOUB, NEVES, PEREIRA, 2005, p. 11).

Embora não se tenha suficiente informação direta que permita aferir com segurança a interação estabelecida entre o cronista Bento Aranha e seu público, há fortes indícios que nos permitem conjecturar – nos limites de atuação do ofício historiográfico<sup>3</sup> – que Aranha obteve sucesso na constituição de um público leitor. Neste sentido, alguns elementos indiciários podem ser levados em conta, sendo o primeiro deles o próprio sucesso eleitoral por ele alcançado em sucessivas eleições ao longo da década de 1880. Um segundo indício advém do conjunto de cartas e publicações oriundas de seus leitores, quase sempre elogiosas sobre suas posições<sup>4</sup>. Um terceiro estaria na facilidade com que conseguia estabelecer colaborações com periódicos diversos, com linhas editoriais e vínculos políticos distintos. Não menos importante foi o fato de ter se mantido na lide jornalística do Pará e do Amazonas por não menos que seis décadas consecutivas. Por fim, e talvez o indício mais relevante, suas publicações frequentemente acabavam repercutidas por outras folhas, seja para rebatê-las com o mesmo fervor com que ele as escrevia, seja para com ele se irmanar, amplificando a audiência de suas ideias. Seja como for, não parece haver dúvida no fato de que Aranha era dotado da capacidade de influenciar, pré-requisito para condição de um “intelectual mediador”, na acepção proposta por Jean-François Serinelli (1998, p. 261), para quem “As elites da mediação cultural poderiam ser, com efeito, entendidas como dotadas de uma certa capacidade de ressonância e de amplificação, noutros termos de um poder de influência”.

A atuação jornalística de Bento Aranha trazia também singularidades que o afastavam da forma mais propriamente literária com que a crônica foi se estabelecen-

---

<sup>3</sup> Em entrevista à Denis Crouzet, Natalie Zemon Davis afirmava que para ela “*las fuentes directas o indirectas no son una prisión*”; e que em seu ofício de historiadora sempre havia espaços para especulações. Todavia, argumentava, “*es importante para mis lectores que deje bien claras cuáles son mis especulaciones, que indique de dónde procede tal o cual posibilidad*” (DAVIS, 2006, p. 31-32).

<sup>4</sup> Cartas de leitores não eram tão comuns como gostaríamos que fossem, mas sempre que aparecem na imprensa trazem pistas importantes sobre a recepção dos escritos. Numa delas, enviada do interior do Amazonas ao *Correio Paraense*, o leitor se manifesta solidário à Aranha, reagindo às perseguições políticas que este enfrentava: “As privações que sofre, dizia o leitor, em vez de rebaixarem-no perante a sociedade, só servirão para lhe realçar o mérito e aumentar as simpatias que sempre gozou e gozará entre o povo” (REVOLTA, 1894, p. 1).

do no país, em especial porque esta, conforme anotou Cândido (1992, p. 15), “foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar..., para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tomou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro”. O processo era, na verdade, bem mais complexo, já que na imprensa da virada do século XIX para o XX, uma renovação na linguagem e nos interesses do jornal empresa também demarcava posições importantes. Conforme observou Brito Broca (1960, p. 218),

[...] na segunda fase de modernização de 1900 em diante, os jornais, sem desprezar a colaboração literária, iam tomando um caráter cada vez menos doutrinário, sacrificando os artigos em favor do noticiário e da reportagem. As notícias de polícia, particularmente, que outrora, mesmo quando tratava de um crime rocambolesco, não mereciam mais do que algumas linhas, agora passavam a cobrir largos passos; surge o noticiário esportivo, até então inexistente, e tudo isso no sentido de servir o gosto sensacionalista do público que começava a despertar.

No cenário manauense, a crônica de Aranha manteve-se essencialmente política, e em que pese beneficiar-se da erudição e do veio literário de seu autor, guardava muito da radicalidade do pasquim de outrora, com um pendore para a intriga que, vez por outra, podia levar a ataques pessoais. Mas em 1900, o contexto do jornalismo efetivamente mudara, e as mudanças de tema e estilo que vão ocorrer nos escritos de Bento Aranha não deixam de refletir essas transformações mais gerais.



Imagem nº 1: Retrato de Bento Aranha em 1900.  
Fonte: *Commercio do Amazonas*, 1900, ed. esp., p. 1.

Com a chegada do século XX, Bento Aranha, já sexagenário e consagrado como uma espécie de eminência parda do jornalismo e memória viva da cidade que o abrigou por quatro décadas, passou a colaborar com o recém-lançado (1904) *Jornal do Commercio*, empreendimento moderno e empresarial, que bem exemplificaria no contexto amazonense o perfil dos jornais da chamada *grande imprensa* dos anos iniciais da República (SODRÉ, 1999, p. 251; BARBOSA, 2010, p. 141). O jornal pertencia ao português Joaquim Rocha dos Santos, seu amigo pessoal e antigo companheiro de parlamento – embora perfilado ao Partido Conservador – e das redações dos jornais de Manaus desde a Monarquia. Como o próprio Aranha registrou posteriormente, sua colaboração no *Jornal do Commercio* foi intensa, ancorando, em conjunto com Rocha dos Santos e com Alcides Bahia – redator-chefe e depois diretor – as posições políticas e a linha editorial do jornal, que se batia pelos interesses do segmento comercial da capital, sempre em conflito com as firmas estrangeiras concessionárias dos serviços públicos, privatizados desde fins do século XIX.

Ao lado dessa atuação redacional mais difusa, cuja autoria era naturalmente assumida pelo jornal, Aranha assinou, entre 1904 e 1910, dezenas de matérias que abordavam uma diversidade de temas e questões, desde efemérides e de datas comemorativas, até problemas com enchentes, epidemias e, claro, disputas político-partidárias. No interior dessa produção assinada, trouxe questões relacionadas à urbanização da capital amazonense, tratando de suas ruas e praças, dos problemas de abastecimento, transporte e moradia, sem descuidar de pensá-las a partir de uma perspectiva histórico-social que agregava valor tanto para uma percepção correta dos problemas quanto para a busca de suas soluções.

## Mutações urbanas

Não sendo intenção deste artigo produzir uma abordagem historiográfica da cidade de Manaus, bastaria registrar que ela se apresenta como extremamente rica e vivencia um momento de expansão e diversificação, tanto temática quanto teórica. Contudo, os estudos de envergadura histórica sobre a cidade tardaram a aparecer no Amazonas, sendo o primeiro deles, *Um olhar pelo passado*, obra datada de 1897, de autoria do próprio Bento Aranha. Esse pioneirismo de Aranha já havia sido ressaltado em 1949, quando da publicação de um artigo assinado por Geraldo Pinheiro nos jornais de Manaus. Falando da cidade, diz ele:

O seu primeiro historiador foi inegavelmente, Bento Aranha, o velho Bento, a quem o Amazonas e suas instituições políticas e culturais tanto devem. Político e historiador, organizando bibliotecas, relatórios, mensagens, colecionando as produções poéticas do seu pai, não se esqueceu ele de voltar às suas vistas para a terra baré e dedicar-lhe um dos mais curiosos trabalhos.

“Um olhar pelo passado”, folheto de poucas páginas é, sem favor algum, a primeira contribuição à história topográfica da cidade, das suas ruas e nomenclaturas, tão bem explicada com amor e dedicação aí por volta de 1897 (PINHEIRO, 1949, p. 1).

Na obra, história e memória se entrelaçam de forma enriquecedora, embora a dimensão marcadamente sentimental a ela atribuída por Aranha, o faça caminhar mais pelo terreno evanescente da memória que pelos caminhos supostamente mais seguros da história. De qualquer forma a obra é por si só um exemplo do envolvimento visceral de seu autor com a cidade, seus problemas e especificidades, formando a base de um recurso que se revelaria, anos mais tarde, de suma importância para a colocação dos problemas citadinos numa perspectiva histórica, como de fato fez em suas crônicas sobre a cidade.

A historiografia de Manaus que se formou após Bento Aranha destacou sobretudo o urbanismo modernizador que havia ganhado corpo com a expansão da economia de exportação da borracha por volta de 1880; deixando para trás o marasmo da vida provincial pregressa, por vezes retratada jocosamente em registros de naturalistas e viajantes estrangeiros. Exemplar neste sentido, foi a descrição anotada em 1865 pelo casal Agassiz (2000, p. 196), ao se perguntar o que poderia dizer de Manaus: “É uma pequena reunião de casas, a metade das quais parece prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara legislativa, Correios, Alfândega, Presidência”.

Na capital da nova província, não era apenas a pequenez do sítio urbano que chamava a atenção dos estrangeiros, mas também a vida urbana, quase sempre percebida como inculta, pacata e frívola: “Os habitantes mais civilizados de Barra dedicam-se todos ao comércio, não havendo ali qualquer outra diversão [...] que não seja a de beber e jogar em pequena escala. A maior parte nunca abre um livro ou trata de empregar o seu tempo em qualquer outra ocupação intelectual”, diria dela em 1850, o naturalista inglês Alfred Russel Wallace (2004, p 215).

A criação da Província do Amazonas por lei imperial em 5 de setembro de 1850 e sua instalação em janeiro de 1852 agiu como um dínamo importante para o desenvolvimento da cidade, cabendo às primeiras administrações o imperativo de dotá-la das condições mínimas necessárias para o desenvolvimento das funções que agora lhe cabiam. Por força de tal imperativo, os primeiros presidentes da Província executaram um conjunto de obras e edificações que se traduziriam numa primeira intervenção urbanística na cidade, atraindo, em paralelo, contingentes populacionais vindos de outras províncias do Império – e alguns poucos do exterior – em demanda dos cargos públicos e de outras oportunidades que a burocracia estatal franqueava.<sup>5</sup>

O apego historiográfico à cidade dinamizada pela expansão da economia extrativa exportadora da borracha e o consequente urbanismo modernizador que dela resultou fez com que a rica trajetória da cidade provincial tenha sido ofuscada e relegada a um plano inferior, embora muitas mudanças importantes tivessem sido operadas naquele momento. Seja como for, a borracha acabou servindo como divisor de águas na história da cidade, a separar ligeiramente e sem muita criticidade, barbárie e civilização; antigo moderno; atraso e progresso. Poucos foram os que esboçaram um pensamento sobre a dinâmica urbana como marcada por continuidades e descontinui-

---

<sup>5</sup> A própria implementação da imprensa na cidade resultou desse imperativo, sendo a primeira prensa trazida de Belém por Manuel da Silva Ramos, a pedido do primeiro presidente da província, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, como se disse, pai de Bento Aranha (SOUZA; SOUZA; BAHIA, 1908, p. 5).

dades; avanços e recuos; perdas e ganhos. “A civilização é a pior inimiga das crenças, hábitos usos e costumes do povo e haja vista para a transformação que operou aqui no solo amazonense”, dizia Bento Aranha reportando-se à mitologia indígena e popular que percebia cada vez mais esmaecida e mesmo apagada pela modernidade. O apagamento das lendas e crenças – como a do *pau de tarumã* (cobra grande) – era também o apagamento da memória ancestral, das marcas deixadas por todo um povo que embora forme a essência do ser amazonense, se vê historicamente oprimido e impelido à invisibilidade:

Aquele viver patriarcal da família amazonense, formando uma grande tribo brasileira, a civilização eliminou, desunindo as famílias, substituindo o seu idioma *brasílico* por nefelibato português, sufocando as suas crenças inocentes, por isso mesmo supersticiosas, com vaias de palavrões sem *verbo*, envoltas no fumo do vapor, que por sua vez exterminou na navegação dos nossos rios o uso da *coberta* movida à força dos remos e sirga!

Como no século XVIII, a sombra do trono D’El Rey, proibindo que no seu país o povo falasse o seu idioma, também à sombra do altar no século XIX, século da luz, proibiu que manifestassem suas crenças religiosas ao som de gaita e tamborinho, de cantarolas entoadas ao lado do *sairé* por velhas, e de procissões marítimas à noite com acompanhamento de canoas iluminadas com lamparinas de casca de laranja, e luz à manteiga de ovos de tartarugas, e compeliu, com os mais acerbos ridículos, a esquecer as suas mais velhas tradições.

Tão pavorosa é para o povo aqui a civilização que para catequese dos índios preferem a Mauser aos missionários, e devido a isso, sem dúvida, riscou completamente da sua memória o fato do *pau do tarumã*, que desse o rio Negro até o porto desta cidade, e depois de alguns dias de estacionado no ancoradouro subia de novo rio até o ano seguinte.

Esse pau maravilhoso, encantado e endemoniado, assombrava o povo e dava por muito tempo assunto às conversações nas rodas familiares.

[...]

A civilização foi que deu cabo desse maldito pau, mas isso mesmo fazendo o esquecê-lo (ARANHA, 1906c, p. 1).

Como se percebe, nas lembranças e lamentos de Aranha, estratos de tempos sobrepostos recobriam a velha *Manoa*<sup>6</sup> que o acolheu exilado e o projetou intelectual e profissionalmente. A cidade mudara a ponto da descaracterização. No discurso que fez para receber Affonso Pena que chegava à Manaus em campanha presidencial, Bento Aranha apresentou um quadro de mudanças havidas ao longo da história regional, sem descuidar de mencionar as façanhas do Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro (1890-1891; 1892-1896), responsável por “demolir a velha Manaus, capital da extinta província para construir sobre os seus destroços outra Manaus para a capital do Estado” (ARANHA, 1906b, p. 1).

---

<sup>6</sup> Nome que a cidade herdara não apenas da nação indígena preexistente na localidade de sua fundação – os Manao – como também, pela mitologia regional, da *cunhã poranga* (moça bonita) da tribo Baré, que se encantara pelo jovem Honorato, forma humana assumida pela cobra grande. (Um encanto, 1906, p. 2)

De fato, o perfil geral da capital amazonense mudara de forma acentuada graças à reestruturação econômica trazida pela economia da borracha, ampliando sua população que, por volta de 1900 havia chegado à marca de 65.380 habitantes (MINISTÉRIO, 1905, p. XV), o equivalente à dez vezes mais que a estimada por Wallace, cinquenta anos antes. Tornando-se um importante polo de comercialização do produto extrativo, Manaus abriu-se para o mundo industrial europeu e norte-americano, cada vez mais dependente da nova matéria-prima e, por isso mesmo, desejoso de fincar posições estratégicas nas zonas produtoras (WEINSTEIN, 1993). A opção por lastrear o projeto urbanístico modernizador por intermédio da privatização dos serviços públicos a serem implementados, elevando significativamente o percentual de estrangeiros na cidade para a casa dos 20%, o que lhe atribuiu um ar mais cosmopolita, e de maior agitação cultural. Em paralelo os circuitos de cultura letrada se expandiam, abrindo-se instituições dedicadas às práticas de leitura – salas, gabinetes e bibliotecas – e ampliando-se o letramento a partir de um maior investimento na instrução pública, das escolas primárias aos liceus, chegando, em 1909, à implementação da primeira experiência universitária em todo o território nacional (PINHEIRO, 2015b, p. 148).

Bento Aranha, que fincara residência em Manaus pela primeira vez em 1866, participou ativamente desses vários momentos da cidade e contribuiu, conforme mencionado, para a ampliação do ambiente cultural e expansão da cultura letrada, o que fez por intermédio tanto da abertura de organizações lítero-teatrais, pela proposição da criação de instituições de cultura, ou pela imprensa, fundando, dirigindo e escrevendo para uma dezena de periódicos ao longo de toda sua vida. Na virada para o século XX, esta imprensa que conhecera ainda nascente e artesanal, alcançara um novo patamar, sofisticando-se do ponto de vista qualitativo e vivenciando verdadeira explosão de títulos, para chegar, no ano das comemorações do centenário da imprensa no país (1908) a mais de trezentos títulos (SOUZA, SOUZA, BAHIA, 1908).

No urbanismo modernizador que ocorreu na virada para o século XX, enquanto as ruas de Manaus se enchiam de trabalhadores, as redações das grandes folhas passaram a abrigar nomes importantes da imprensa brasileira, como Coelho Neto e Raul Azevedo, atraídos para a capital amazonense pelas oportunidades criadas pela economia de exportação da borracha. Em paralelo, a cidade formava quadros de uma jovem intelectualidade local, cujo aprendizado se fazia ao lado de expressões como o português Joaquim Rocha dos Santos, Alcides Bahia, João Batista de Faria e Souza, Álvaro Botelho Maia, Thaumaturgo Vaz (T.H. Vaz), Maranhão Sobrinho ou Raimundo Monteiro, quase todos, como o próprio Bento Aranha, oriundos de outros estados brasileiros – em especial Pará e Maranhão –, mas que permaneceram na cidade por longo período ou nela se fixaram em definitivo (JOBIM, 1934; MORAES, 1944; LINS, 1966; MORAES, 2001).

Acionando a memória a partir de uma exposição de periódicos organizada em Manaus em 1907 por J. B. Faria e Souza – ele próprio colecionador compulsivo e, à época, dono da maior e mais completa coleção de jornais amazonenses –, o maranhense Raul de Azevedo (1939, p.1-2), por décadas radicado em Manaus, dava a exata dimensão do que fora o jornalismo na capital amazonense da virada do século XIX para o XX.

Só quem tem o amor do jornal é que pode avaliar aquele dia delicioso que passei revendo toda a papelada. Era a história inteira do Amazonas político e social. Era o seu progresso acentuado dia a dia. Era também uma parte da minha vida – anos de jornalismo, na brecha, caluniado, muita vez, insultado na refrega das paixões, mas sempre e sempre querendo bem e amando o jornal, na vitória e nos revezes.

Foi nesse ambiente cultural diversificado e dinâmico que Bento Aranha, atuando como integrante do corpo de redatores principais do *Jornal do Commercio*, lançou-se àquela que seria sua última participação no jornalismo amazonense, voltando-se para o desafio de escrever crônicas sobre a cidade que ele viu nascer e prosperar, e para a qual dedicou incansáveis esforços, tanto nos afazeres das repartições públicas que dirigiu, na tribuna do parlamento e, sobretudo, na lida do jornalismo diário em tantos títulos e ocasiões.

### Crônicas da cidade da borracha

Como para Raul Azevedo, a vida política e social amazonense foi para Bento Aranha a matéria prima com a qual fabricava seu pão cotidiano, em crônicas de diferentes feitios que, por sua relevância e contundência, ajudaram a cultivar e cativar um público leitor cada vez maior, mais exigente e diversificado. Com efeito, com a entrada de capital gerada pela economia de exportação da borracha, o aparelho estatal pode patrocinar um sensível incremento no processo de escolarização; em paralelo, a atração de amplos contingentes populacionais dotou a cidade de um ar mais cosmopolita, com a imprensa desempenhando um papel central na ampliação da cultura letrada, inclusive colaborando na comunicação e organização das comunidades diaspóricas que a tomaram o Amazonas como destino.

Manaus para seu tamanho, possui uma audiência literária fora do comum. A cidade mantinha dois bons jornais diários, o *Jornal do Comércio* e o *Diário do Amazonas*, bem como pelo menos mais uma dúzia de periódicos diferentes. As duas maiores livrarias ofereciam as últimas publicações brasileiras e jornais, revistas e livros estrangeiros. Certa vez, em 1910, a Livraria Universitária<sup>7</sup> informava aos seus fregueses que as últimas aventuras de Buffalo Bill e Nick Carter haviam chegado estavam expostas à venda. O grande interesse por jornais e livros tanto estrangeiros como nacionais, pode ser explicado parcialmente pela elevada percentagem de empresários estrangeiros na comunidade, mas a melhor explicação reside no fato de que Manaus possuía um sistema educacional excepcionalmente bem desenvolvido. Realmente a maior soma sob uma única rubrica do orçamento estadual de 1910 destinava-se à educação. E a maior parte dessa verba permanecia em Manaus. (BURNS, 1966, p. 17-18)

---

<sup>7</sup> Convém lembrar que em 1909 Manaus abrigou a primeira experiência universitária em todo o país, com a criação da Escola Universitária Livre de Manaus, ofertando naquele ano nada menos que nove cursos de formação superior.

A princípio sisudo e áulico, os jornais da imprensa amazonense foram pouco a pouco descobrindo na crônica mundana um ponto de atração dos interesses e das expectativas dos leitores. Informar-se acerca da última intriga entre madames e/ou potentados da cidade parecia ser tão importante quanto a cotação da borracha na bolsa de Londres ou de Nova York<sup>8</sup>, afinal, ambos os assuntos seriam comentados ao longo do dia nos cafés, nas leiterias e botequins, onde as sociabilidades se faziam em torno das mesas e dos jornais (PINHEIRO, 2015b, p. 149).

Na lida com a crônica mundana regular, cronistas ganhavam fama e eram singularizados por seus pseudônimos – muitas vezes assumidos ou do conhecimento de todos –, pelos títulos eventuais de suas colunas e pelos temas e estilos literários que priorizavam. O foco central podia ser a política, os costumes ou a literatura, podendo tais assuntos serem abordados tanto de forma séria quanto jocosa. Assim, quando Aranha começa a voltar maior atenção à cidade e seus problemas, o que se dá entre 1904 e 1910, ele traz para suas crônicas as marcas de um estilo próprio já consolidado pelos muitos anos de escrita jornalística.

No raiar do século XX, Bento Aranha consolidou uma dupla fama nas redações, sendo a primeira delas a de decano incontestado da imprensa amazonense, fato reconhecido até mesmo por jornais que lhe faziam oposição, como o *Amazonas*. Por ocasião da passagem de seus 70 anos, dizia sobre ele um diário da cidade: “Nome largamente conceituado no jornalismo amazonense, Bento Aranha, o decano da nossa imprensa, vê-se hoje cercado das justas manifestações de seus amigos por motivos de seu aniversário natalício” (BENTO, 1911, p. 2). A segunda característica, e certamente a que mais lhe destacava no jornalismo era de natureza comportamental e se referia à aridez no trato, independente se suas tratativas se fizessem com desafetos ou com companheiros de redação; o certo é que Aranha tinha assentado fama de ranzinza, rabugento e rebelde, marcas que fazia notar na defesa acalorada de suas ideias.

Chefiando o corpo redacional do *Jornal do Commercio* estava Alcides Bahia, intelectual de primeira linha com uma vida inteira dedicada à imprensa amazonense (BITTENCOURT, 1973, p. 44-45). Era amigo pessoal de Aranha, a quem admirava como um mestre, deixando do convívio com ele pitorescas descrições de suas características distintas. Assinando suas crônicas como Luiz do Prado, Bahia comparava o “malcriado confrade” a um vulcão em constante erupção, animando as redações com seus gestos e posições radicais. Provocado pelos colegas, lembrava Bahia, o “velho Bento”, saindo do sério, dava vazão à posições explosivas. Em tais momentos, “Ajuricaba [Bento Aranha] passeava então de um para outro lado, teso como um jovem sadio, inticando com este, com aquele, recalçando na garganta uma resposta à última pergunta que lhe fora feita e que não pudera responder”, para então “desembuchar uma catilinária indígena”. Precavido, conclui Bahia: “Não me animava a contraditar,

---

<sup>8</sup> Esse interesse não era novo. Em meados do século XIX, um viajante inglês já havia chamado a atenção para o assunto, não sem uma dose de malicioso preconceito: “conforme é moda ali, é a ocasião própria para fazer visitas, indo uns às casas dos outros, para palestrar, tendo como assunto principal da conversação os escândalos. que se acumularam durante a semana. Os sentimentos morais em Barra estão reduzidos ao mais baixo grau de decadência possível, mais do que em qualquer outra comunidade civilizada. Ouvem-se ali, diariamente, falatórios a respeito das mais respeitáveis famílias do lugar, os quais dificilmente, seriam acreditados pelos habitantes dos piores bairros de São-Gil”. (WALLACE, 2004, p. 215-216).

temendo a reprimenda franca e vigorosa, pontilhada de desaforos ditos mesmo na rosca da venta” (PRADO, 1905, p. 1). Em momento anterior, o mesmo Alcides Bahia já o havia caracterizado como “esse temível Ajuricaba, índio civilizado, mas comedor do couro alheio...” (PRADO, 1904, p. 1).

Essa impulsividade, somada ao radicalismo político igualmente consagrado, fazia com que Bento Aranha colaborasse para que o *Jornal do Commercio* logo se tornasse um sucesso editorial, e se configurasse como o periódico amazonense de maior popularidade em Manaus, não só naquela primeira década, como também ao longo de toda a primeira metade do século XX. Seja como for, dos mais de cem artigos assinados no *Jornal do Commercio* por Bento Aranha – alguns deles sob o pseudônimo de *Ajuricaba* –, entre 1904 e 1910, pelo menos metade versava sobre questões relacionadas à problemas atinentes à capital amazonense ou, para usar a terminologia que lhe parecia mais conveniente, às “*coisas municipais*”. Foi sob este título, inclusive, que fez publicar uma sequência de dez colunas sobre temas diversos entre os dias 21 e 30 de setembro de 1909.

A conjuntura política amazonense do final da década, em especial a partir de 1908, quando se inicia o governo estadual do coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, determinou certo abrandamento no tradicional radicalismo das crônicas assinadas por Aranha. Com efeito, o relacionamento que o jornalista costumava manter com as autoridades públicas foi sempre mais ácido e direto, e Aranha gostava de ostentar, com certo orgulho, sua independência diante dos governos, característica também destacada por muitos dos que o conheceram: “Aqui não consta que houve um único presidente que por ele fosse apoiado”, disse certa vez o redator do *Diário de Notícias*, órgão de imprensa da capital paraense (O CIDADÃO, 1889, p. 2), e o mesmo se deu no Amazonas, ressalvada a gestão de José Lustosa da Cunha Paranaguá (1882-1884), a quem sempre rendeu homenagens. Seja como for, nas crônicas sobre a cidade Aranha não seguiu uma postura de confronto com as autoridades locais; antes, mostrou-se cordato, propositivo e, por vezes, elogioso; e isso tanto com relação ao Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1908-1913) quanto com o Superintendente da capital, Agnello Bittencourt (1909-1910), filho do governador. Este último, tornando-se posteriormente historiador e biógrafo, registrou que chegara a conhecer o cronista, a quem descrevia como “um espírito culto e arejado pela constância de contato com os livros e afeição à imprensa... era um homem de trato simples e comunicativo” (BITTENCOURT, 1973, p. 135).

Independendo da forma assumida, a abordagem trazida por Bento Aranha para a discussão dos temas e problemas da cidade gerava sempre desconforto, porque independente da forma como eram veiculados, os temas abordados eram sempre revestidos com a capa de *problemas* a serem enfrentados pelas autoridades, e quase sempre de forma urgente. Mesmo para o cronista a situação era desconfortável, já que além de jornalista exercia também cargos administrativos no funcionalismo público; também era problemática para o próprio *Jornal do Commercio* que, à época, compunha o arco de alianças políticas do governador e de seu filho prefeito. Como é sabido, a imprensa da época assumia ativamente o debate político, perfilando-se em um dos lados em disputa, o que significava, quase sempre, assumir postura passiva e defensiva frente aos políticos que apoiava, reservando seu estoque de críticas e acusações para adversários e desafetos, e isso não apenas no Brasil (MOLLIER, 2006, p. 259).

Seja como for, é certo que as primeiras crônicas de Aranha sobre a capital amazonense, tratando da situação de abandono do cemitério São José e da Praça da Saudade, gerou inquietação e repercussão nos jornais oposicionistas, levando o cronista a publicar carta aberta endereçada ao superintendente da capital, por onde buscava demonstrar que os problemas abordados não visavam, de forma alguma, atingir politicamente àquela autoridade, assim como desautorizava a exploração de seus escritos pelos segmentos políticos que faziam oposição à oligarquia bittencourista. Ressaltava, inclusive, as relações de amizade que existia entre ele e o mandatário da capital:

Não preciso dizer nesta ao senhor superintendente que nenhum estremecimento há nas relações de amizade, que intimamente liga as nossas famílias, nem lhe passe na mente, sequer, seja motivo para o rompimento dessas relações a causa que esposei, de defender contra quem, por dever de ofício, só por dissidia condenou ao mais deplorável estado de abandono o campo santo de São José, onde se acham sepultados preciosas relíquias da família amazonense (AJURICABA, 1909f, p. 1).

Deixando de lado as mesuras, a carta termina com o cronista voltando ao estilo beligerante e ameaçador que o caracterizara:

Todavia, escrevendo ao Sr. superintendente a presente carta, tenho em vista, apenas, apelar para os seus sentimentos patrióticos e humanitários com a esperança de ver, o mais breve possível transformado aquele matagal de S. José, no campo santo onde as principais famílias amazonenses têm suas relíquias sepultadas. Se não for atendido o meu apelo, previno-o que, mediante concessão da sua parte, obrigar-me-ei, com alguns amazonenses, fazer a limpeza que à Intendência compete fazer, destinando para isso uma insignificante parcela do suor do povo que improfícuo e luxuosamente despense a mesma intendência (AJURICABA, 1909f, p. 1).

É de notar que Bento Aranha assina a carta como Ajuricaba, possivelmente para atribuir ao escrito uma dimensão de força moral e radicalidade. O pseudônimo, como é sabido, evocava o nome do líder da tribo Manáó imortalizado na história regional pela bravura e feroz resistência que empreendeu à ocupação portuguesa no vale amazônico na primeira metade do século XVIII (FARAGE, 1991, p. 63). Aranha passou a utilizá-lo por volta da década de 1870, assinando com ele matérias em Manaus, Belém e Rio de Janeiro. Usava-o, em verdade, mais como um heterônimo, dando-lhe uma personalidade própria, sempre evocada numa escrita de enfrentamento ou para acentuar dimensões regionalistas e nacionalistas que lhes eram características. É possível também, que nos contextos de suas crônicas sobre os problemas da cidade, “vestir-se” de Ajuricaba lhe permitisse o distanciamento crítico necessário, sem provocar problemas políticos de maior monta para si e para o jornal.

O certo é que no dia seguinte à matéria de Ajuricaba o *Jornal do Commercio* trouxe pequena nota informando a abertura de concorrência pública para a limpeza do

Cemitério São José, e um mês depois, o próprio Aranha registrou a finalização das obras. O prestígio de Bento Aranha era incomum na imprensa do período, onde o exercício de alguma autonomia frente à linha editorial ocorria apenas com um ou outro nome consagrado, fosse por longa prática no jornalismo, pela atuação na imprensa da capital da República – o que sempre trazia prestígio – ou, na passagem para o século XX, pela chancela de alguma instituição de cultura – academia de ciências ou de letras –, cujo vínculo passava a ser ostentado abaixo da indicação de autoria. Seja como for, Aranha demonstrou não ter apenas liberdade de se posicionar fora da linha editorial do *Jornal do Commercio*, como até mesmo de contestá-la, publicando nota dissidente em jornais que faziam oposição ao seu.

O nosso confrade da empresa major Bento Aranha, nos solicitou a publicação das seguintes linhas:

“Assinando todos os meus artigos publicados na seção dos editoriais do *Jornal do Commercio*, embora seja um dos seus redatores, aproveito o ensejo que o editorial anônimo do jornal hoje me oferece para declarar que não sou com ele solidário.

Entendo que o meu companheiro de redação está no seu direito de escrever como quiser, mas que em assuntos de crença e de fé não persuadir-se-á que eu aliene as minhas pelas suas ou de quem quer que seja, quando antagônicas” (FALANDO, 1909, p. 1).

Nas crônicas que o jornalista devotou à capital amazonense, a ênfase recaía, sobretudo, na gestão dos problemas da cidade e, nesse sentido, a escrita assumida demonstrava ter um duplo interlocutor, embora com graus diferenciado de interesses. Trazendo um determinado assunto ao público leitor – seu primeiro e principal interlocutor –, Aranha se mantinha fiel à uma atuação política que desde cedo idealizou a República como um governo do “povo para o povo”, dando ênfase reiterada à soberania popular. Pensando a imprensa por um viés iluminista, acreditava na sua capacidade pedagógica de *formar* o povo, inculto e oprimido, para que ele, esclarecido, pudesse tomar as rédeas de seu próprio destino. Na outra direção de seus posicionamentos estavam os agentes públicos – superintendentes, intendentes e gestores das diversas secretarias e repartições –, a quem emitia uma fala de crítica e cobrava ações de pronta reparação. Apenas a forma podia variar, às vezes branda e revestida em alerta; noutras, direta e incisiva.

Havia uma dimensão importante que qualificava as crônicas de Bento Aranha, e que consistia no fato dele ter exercido, por décadas, atividades de direção administrativas diversas, demonstrando ser um exímio conhecedor do funcionamento da máquina pública, de suas potencialidades, mas também da capacidade deletéria da má administração e dos vícios de presentes no funcionalismo público que atuavam como obstáculos relevantes ao pleno desenvolvimento de suas funções. Seu conhecimento das leis orçamentárias e do próprio orçamento anual do Estado e do município era invejável, podendo descer à minúcias de detalhar preços e prazos com grande desenvoltura. Em 1909, ano em que particularmente se dedicou ao debate das questões urbanas, Aranha produziu uma sequência de dez matérias denominadas de “cousas municipais” – veiculadas em setembro de 1909 pelo *Jornal do Commercio* – que visavam participar e subsidiar o debate parlamentar do orçamento municipal para o exercício

de ano seguinte. Como ele próprio explicaria, movia-lhe o desejo de combater a prática de uso das “verbas consignadas no orçamento para fins ignóbeis, escandalosos e imorais”, e era neste sentido que ponderava:

Elimine-se por completo do Estado e do município a inconstitucional atribuição, com que os governos se arrogam de poder especular empréstimos no estrangeiro e faça-se limitar a distribuição da renda criteriosamente orçada por despesas imprescindíveis, uteis, proveitosas e reprodutivas, sem gravar o contribuinte com vexatórios, odiosos e exorbitantes impostos, que jamais se desequilibrarão as finanças porque a verdade dos orçamentos se representará nas cifras das suas verbas (ARANHA, 1909c, p. 1).

O tema dos impostos foi recorrente em suas crônicas, sempre denunciando que após a implementação da República, a prática de criação de impostos por estados e municípios tornou-se regra, numa licenciosa e inconstitucional interpretação do federalismo. Neste sentido assinou, ainda em 1909, uma série de artigos sobre o tema: “imposto de postagem”, “impostos inconstitucionais” e “impostos sobre o povo”. Não era uma postura nova, já que, anos antes, havia denunciado que o que mais preocupava os legisladores estaduais era “o meio de mais onerar e oprimir com impostos absurdos, excessivos e inexequíveis o povo, embora este no deserto clame justiça para que não o reduzam à miséria” (AJURICABA, 1904, p. 1).

### **O vilão inglês**

Desde muito cedo, um acento nacionalista aflorou nos escritos de Bento Aranha, levando-o a denunciar, em diversas ocasiões, o que considerava ataques estrangeiros à soberania nacional. Suas andanças pelo interior do Amazonas ao longo da década de 1880 o levaram, por exemplo, a alardear nos jornais de Manaus e Belém incursões de agentes do colonialismo inglês em território brasileiro, na região do Pirara, no nordeste do atual Estado de Roraima, provocando protestos do governo brasileiro (RIO, 1898, p. 1). O mesmo acento nacionalista levou Aranha a se posicionar como crítico importante das ações das empresas estrangeiras – inglesas, sobretudo – que desde os anos iniciais da República foram sendo contratadas pelo governo do Amazonas para a implantação e gerenciamento de diversos serviços públicos da capital do estado: água e esgotos, linhas de navegação e de bondes, iluminação e telefonia, além dos serviços portuários e do abastecimento de gêneros.

Através de cláusulas contratuais tidas como leoninas, as concessionárias estrangeiras impunham discricionariamente tabelas e preços que afetavam diretamente a população, e especialmente os mais pobres, concorrendo para a carestia generalizada que acabou conferindo à capital amazonense fama de ser, no raiar do século XX, uma das mais caras cidades do país. Geravam também descontentamento na outra ponta da pirâmide social, principalmente pela cobrança espoliativa das taxas de capatazias do porto que incidiam no valor dos produtos e tendiam a reduzir os lucros do comércio.

Neste particular, a crítica de Aranha fazia par à do próprio *Jornal do Commercio*, que se projetava como legítimo representante desse segmento, ao lado da poderosa Associação Comercial do Amazonas, fundada 14 de junho em 1871.

Nas crônicas de Bento Aranha havia uma indisfarçável oposição e contestação das ações e das práticas administrativas dos que ele designava como agentes da *velha Albion* na cidade, o que fazia com que acreditasse na existência de “um plano indecente e ignóbil” que gerava o “emparedamento de uma Manaus inglesa contra a Manaus amazônica”, e impedia o desenvolvimento da cidade (ARANHA, 1909g, p. 1). A recente historiografia amazonense já havia percebido essa contradição entre o segmento comercial da cidade e as empresas inglesas (PINHEIRO, 2015a, p. 127), mas sem referenciar o papel decisivo do intelectual paraense. Em sistemáticos artigos que publicou 1909 e 1910 contra a empresa inglesa – “A Manáos Harbour e suas taxas”, “Manáos Harbour e seus abusos”, Mercado e Manáos Harbour”, “O operário e a Manáos Harbour” e “Abusos da Harbour” –, o cronista nunca escondeu seus ímpetus nativistas, dirigindo furiosas contestações às práticas espoliativas da concessionária dos serviços portuários. Em uma das crônicas, intimava a empresa a cumprir “seu contrato com o governo federal, sem astúcia de raposa, nem ousadia e ultrage de senhor feudal, que melindrem e ofendam em seu sagrado o povo” (Aranha, 1909a, p. 1); enquanto em outra, lembrava de forma ameaçadora o fervor revolucionário que imaginava existir na população regional: “Ai do dia em que o exemplo da Cabanagem desperte no povo amazonense a vingança contra quem impunemente lhe suga o sangue” (ARANHA, 1909g, p. 1).

O jornalista apresentou postura idêntica ao confrontar os desmandos e práticas extorsivas de outras duas concessionárias estrangeiras, a *Manáos Improvement Limited* e *Manáos Markets and Slaughterhouse limited*, acusando-as igualmente de descumprimento de contratos e de extrapolar funções e jurisdições neles prescritas. Recorrendo à mitologia grega, em diversos artigos associou as lutas pela água entabuladas pelas populações suburbanas da cidade à verdadeiros “suplícios de Tântalo”. Foram pelo menos quatro crônicas assinadas com esse título, fazendo-as publicar no *Jornal do Commercio* entre agosto e outubro de 1909. Pressionava tanto as autoridades públicas, quanto a empresa concessionária, *Manáos improvements* a estender a canalização para os bairros populosos da periferia, como a Cachoeirinha que, conforme anotara, sofriam com o desabastecimento e com a carestia que a falta do produto agravava. A imprensa local registrou diversos pedidos e queixas por parte da população, assim como foram comuns em outras localidades do país: “Os incontáveis requerimentos, reclamações e abaixo-assinados enviados pela população à municipalidade, por exemplo, demonstram uma participação ativa nos assuntos da cidade pelo exercício de diversos direitos” (TERRA, MAGALHÃES, ABREU, 2019, p. 15).

Em Manaus, poucas queixas e reclamações da população pareciam receber solução de continuidade, e, neste sentido, o papel de intelectuais mediadores como Aranha, desempenhavam papéis extremamente relevantes, ainda mais quando suas posições impactavam os leitores e eram reverberadas pelas ruas da cidade. Ou como diz Débora Andrade (2015, p. 15), os literatos tinham o dom de “se destacar na arena política pela capacidade de convencer” Sobre a questão da água, Bento Aranha denunciava que, nos subúrbios, uma lata com 12 litros de água era vendida por 240 réis, um valor exorbitante e que impactava seriamente a economia popular. Para os populares, a alternativa mais

comum era abastecer-se nos igarapés próximos e mesmo em córregos, onde a qualidade das águas era problemática e mesmo imprópria ao consumo. Neste sentido, o cronista lembrava que a água, além de ser um gênero vital à vida, era também fundamental para o sucesso das medidas sanitárias “postas em execução pelos médicos da junta de higiene, no intuito de saneá-la e de debelar as febres que flagelam os seus moradores” (ARANHA, 1909i, p. 1).

Voltou-se igualmente para o abastecimento de víveres, estabelecendo severas críticas acerca da gestão do Mercado Público. Estas seguiam uma tripla direção, sendo a primeira delas a ação arbitrária da *Manáos Markets* de controlar e taxar o comércio ribeirinho que afluía para a rampa e a praia adjacente ao mercado. Neste sentido, lembrava que “a rampa do Mercado Público e a respectiva marinha são da Superintendência”, sendo, portanto, descabida aquela ação de controle. Como a empresa inglesa monopolizava o abastecimento de gêneros e víveres em todo o perímetro urbano, a saída proposta por Aranha era a da criação de pequenos mercados em áreas suburbanas, como o Mocó, o Plano Inclinado e a Cachoeirinha (ARANHA, 1909e, p. 1), quebrando parte do monopólio estabelecido e criando uma alternativa viável e de baixo custo às populações suburbanas.

Bem mais enfática, no entanto, foi a crítica aos impostos cobrados aos produtores rurais tanto pela empresa estrangeira quanto pela própria superintendência, gravando pesadamente pequenos lavradores, pescadores e talhadores que diariamente levavam seus produtos para venda naquele estabelecimento. Para o cronista, já estava “provado à evidência a enormidade da usura, devido às taxas odiosas que gravam e encarecem os gêneros de primeira necessidade”, sendo uma das causas da escalada da carestia, à par com a ampliação da fome, da miséria e da mendicância na cidade (ARANHA, 1909f, p. 1).

### **Os órfãos da borracha**

Com inequívocas preocupações sociais, Bento Aranha foi voz importante a chamar atenção para o avanço da pobreza na capital amazonense e a precariedade das condições de vida e de trabalho que alcançavam dimensões alarmantes. Coube a ele abrir pela imprensa um debate sobre a urgência da adoção de um programa de assistência pública aos “desvalidos” que enchiam a cidade e perambulavam por suas ruas em busca de abrigo, comida e emprego, mesmo antes da derrocada abissal dos preços da borracha no mercado mundial em fins de 1910. Não deixava de ser um chamado de volta à realidade direcionado especialmente aos segmentos hegemônicos no plano político e econômico; um contraponto importante ao verdadeiro *vaudeville* no qual se havia transformado o urbanismo modernizador de final do XIX, filtrado pelas representações reiteradas de autoridades públicas, de investidores, de comerciantes e de intelectuais que, em meio à euforia, beiravam o idílio, exaltando os progressos materiais e civilizatórios, em meio à floresta inóspita circundante (DIAS, 1999, p. 69; MESQUITA, 2009, 33).

Homem de seu tempo e pertencendo a elite cultural da cidade, Aranha não deixou de se expressar a partir das ideias e visões de mundo atinentes a seu lugar social, sendo ele próprio um entusiasta da ciência e do progresso, assim como também o foi do progresso alcançado pela capital amazonense, mas seu olhar alcançou também a barbárie frequentemente invisibilizada dos tempos modernos.

Em um estudo clássico, Brito Broca narra uma passagem da vida literária nacional em que o “Presidente Affonso Pena ouviu o que não queria”. Tratava-se do discurso feito por Sílvio Romero na posse de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, momento em que o consagrado autor passou a discorrer sobre o quadro político e econômico brasileiro, lançando farpas incômodas a todos quantos os ouviam: “Não estamos no caso de ter academias de luxo, quando o povo não sabe ler; de ter palácios Monroe, quando a maior parte da gente mora em estalagens e cortiços”. Em suas posições, trazia as ações governamentais para o centro da crítica, quando dizia, por exemplo, estar “o fazendeiro nacional reduzido à miséria com a agravação dos impostos”. Já ali “era crítica direta ao governo”, ressalta Broca, para quem o constrangimento era, de certo modo, previsível, a levar-se em consideração que Romero, “familiar de nossos problemas e egresso da política, jamais perderia a ocasião, ao defrontar-se com um dos grandes intérpretes da realidade brasileira [referia-se a Euclides da Cunha], para tocar no cerne vivo dessa realidade” (BROCA, 1960, p. 66).

Parece inevitável estabelecer um paralelo entre o constrangimento provocado pelo discurso de Sílvio Romero com o já mencionado discurso proferido por Bento Aranha na recepção ao então candidato presidencial Affonso Pena, poucos meses antes do evento narrado por Brito Broca. Tendo sido escolhido para falar em nome da imprensa amazonense, Bento Aranha exaltou o progresso material da República e da cidade transformada por Eduardo Ribeiro (uma espécie de Pereira Passos amazonense), não sem lembrar também o que a modernização empreendida havia significado para o povo:

Pela excessiva contribuição dos impostos progride a República e o contribuinte reduzido à miséria, deixando-se iludir pelo luxo que ostenta o erário público, da fictícia riqueza, que o Estado, sem agricultura, indústrias e artes e por falta de população e sobretudo de educação intelectual e moral ao povo, tão cedo ainda não terá.

O resto das ruínas, que da capitania e da comarca ainda existia em Manaus, assim como tudo quanto da província aí havia de moderno, assumindo a administração do Estado, no atual regime do governo do povo pelo povo, o tenente de engenheiros Eduardo Gonçalves Ribeiro, como governador, este mandou demolir, e com os destroços e arrasamento dos morros, aterrar os igarapés para, sobre estas ruínas, abrir largas avenidas e construir uma cidade europeia, com palácios para o governo e justiça, teatro, institutos para educações de meninas e de meninos, quartel para uma brigada, escolas e fontes monumentais.

O luxo custou em todos os tempos a quem o quer ostentar, fortunas fabulosas, que nem sempre possuiu.

Não seria Manaus ostentando luxo a exceção.

Este que hoje apresenta, incontestavelmente, custou rios de suor de sangue ao povo, que depauperado por esta forma geme na miséria, enquanto ilude-se folgado de contentamento por ver, que no oceano com infinitas fontes de riqueza, uma já exploradas e

outras por explorar, Manaus parece nadando de prazer por causar inveja a sua polícia aos Estados da União (ARANHA, 1906a, p. 1).

O que em 1906 já se fazia visível na sensibilidade social do cronista, em 1909 foi se transformando num drama humano cada vez maior, a cada nova queda de preço da borracha. A mendicidade estava à vista de todos, e para Aranha era “um gravame à população da rica cidade de Manaus” (AJURICABA, 1909a, p. 1), razão pela qual passou a propor de forma insistente em suas crônicas a criação de instituições de assistência pública. Na cidade transformada pela borracha, e que se via dominada por uma elite arrivista de “aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapato branco” (CUNHA, 1986, p. 221), o sítio urbano espriava-se desordenado pelos arrabaldes do Mocó, da Cachoeirinha, de Constantinopla, e pelos morros de São Raimundo – todos eles espaços externos ao perímetro urbano –, onde se empilhavam casebres improvisados.

O tema da “assistência aos desvalidos” não era, de fato, novo na cidade, já tendo sido acionado no interior das políticas públicas das primeiras administrações provinciais, conforme abordado de forma competente na pesquisa de Josali do Amaral (2011), embora, como parece demonstrar a autora, não tenham alcançado muita solução de continuidade. Seja como for, poucos foram os que pela imprensa buscaram sensibilizar a parcela minoritária e próspera da sociedade manauense, alertando para a existência de verdadeiros bolsões de miséria que jaziam abandonados à própria sorte. Aranha foi, de longe, a figura pública que mais se empenhou em visibilizá-los e que também mais se bateu em sua defesa: “Já é tempo de pôr-se de lado a utopia inveterada do amazonense em iludir-se, dizia ele, fazendo a outrem que também se iluda, de que não há miséria na sua terra opulentamente ubérrima” (AJURICABA, 1909b, p.1). Por intermédio de uma série de artigos – oito, no total – que publicou em agosto de 1909 e que intitulou de “Assistência pública”, abriu um debate importante, ao apresentar em minúcias os alarmantes índices de miséria, de fome e de doenças que assolavam a cidade; defendendo, em paralelo, a adoção de ações de amparo aos desvalidos tanto por parte dos poderes públicos quanto por parte de particulares. Nessa campanha, bateu-se especialmente pela criação de um espaço de acolhimento aos indigentes. Não se tratava de uma ideia grandiosa ou revolucionária, a depender de recursos financeiros de alta monta ou a afrontar a propriedade ou o bolso dos que lucravam com a borracha. Bem ao contrário, ingênua e utópica a tese de Bento Aranha buscava aplicar um modelo de assistência pública que o próprio *Jornal do Commercio* já havia referenciado em suas colunas de efemérides, mostrando que em 1545 a cidade de Paris, proibindo a mendicidade, criava, em substituição, um serviço de assistência pública. Não é de todo improvável que o próprio Aranha, já estabelecido como historiador e demonstrando forte inflexão para o uso da memória histórica em suas crônicas, tenha colaborado ou até mesmo assumido essa atribuição no interior do jornal. O fato é que na proposta encaminhada por Bento Aranha caberia ao Estado ou à Superintendência destinar um prédio para o funcionamento de um asilo de mendicidade, enquanto às casas comerciais da cidade caberia concorrer “semanalmente com as importâncias que dão aos sábados aos mendigos que lhe esmolam às portas”. Entendia que asilar os

desvalidos eram um ato humanitário ao qual associações particulares não faltariam (AJURICABA, 1909a, p. 1).

Lançada a proposta, Aranha voltaria a tratar do assunto nos dias seguintes para expor seu pensamento sobre o tema, principiando por informar que entendia a assistência pública como capaz de trazer lenitivo para “as agruras da vida aos... que recorrem a caridade pública mendigando um teto para se abrigar, pão de cada dia para de matar a fome, médico e remédio para se restituírem a saúde, e, por fim, advogado para lhe saciar a sede de justiça” (AJURICABA, 1909b, p. 1).

O pensamento de Bento Aranha sobre o tema é complexo e frequentemente parece oscilar entre posições progressistas e conservadoras, crivadas de elitismo e preconceito e mesmo eugenia, associada a ideia de um asilamento compulsório. A ideia básica por ele defendida era a de que, uma vez estabelecidas as bases de uma efetiva assistência pública, o recurso à mendicância passasse a ser entendido como um vício pernicioso, devendo, portanto, ser combatido:

A mendicidade vadia, esfarrapada, lazarenta, aleijada e cega afronta e vexa a sociedade ativa, laboriosas e luzida de qualquer país que se presuma na conta de civilizado e culto... O mendigo aviltase pedindo a esmola e humilha a quem a faz degradando a sociedade que o tolera, sem cuidar nas consequências perturbadoras, que advirão disto, aos brios e sentimentos humanitários e patrióticos dessa mesma sociedade.

Manter a mendicidade na sua aviltante peregrinação a esmolar o pão da caridade será, incontestavelmente, animar a prática de um vício tão pernicioso e fatal como os da jogatina, embriaguez e libertinagem, donde se originam crimes hediondos contra a segurança, a liberdade e a honra.

Os relapsos afeitos aos três últimos vícios, a lei pune-os severamente, assim como pune o vadio para evitar as desordens, os furtos e os roubos; entretanto, um mendigo, que prefere morrer pedindo esmola a viver do suor de útil, proveitoso, e honesto trabalho não é atingido pela lei.

Nas mais cultas e principais cidades do mundo, seja qual for a crença religiosa da sua população a assistência pública é o ramo do público serviço, instituído por iniciativa particular, que mais influi e recomenda o estado adiantado de civilização delas, cabendo estabelecer e manter importantes asilos para amparo dos desvalidos, expostos, viúvas, e mendicidade; cooperativas para suavizar o trabalho insano e mal retribuído do pobre, assistência médica para a cura de enfermos indigentes e jurídica para defesa de encarcerados pobres (AJURICABA, 1909b, p. 1).

A proposta repercutiu de imediato, seja pela adesão do Bispo D. Frederico Costa, ofertando terreno da diocese no Bairro de São Raimundo para a instalação de um asilo de mendicidade; seja pela apresentação de um projeto de lei, assinado por Raul de Azevedo, intelectual prestigiado e à época atuando como vereador na Câmara Municipal de Manaus. O projeto de Azevedo, apresentado à Câmara no dia 13 de agosto de 1909, previa “a concessão de uma casa e uma pensão anual à empresa que se propuser a instituir a assistência pública”, e resultou aprovado 4 dias depois em primeira discussão. Embora aplaudindo e apoiando a propostas, Aranha mostrou-se

ressentido com Azevedo, acusando-o de plágio: “Esquecido o Sr. Raul, que plagiou no seu projeto quase *verbo ad verbum* o que se acha escrito no *Jornal do Commercio*, proclama-se iniciador da ideia da organização do serviço de assistência pública limitada a um asilo de mendicidade” (AJURICABA, 1909c, p. 1). O projeto foi finalmente aprovado e transformado em lei no dia 6 de setembro daquele ano; menos de um mês, portanto, da proposição lançada pelo cronista paraense.

A aprovação do projeto não significara ainda uma vitória, como o próprio Bento Aranha percebeu, temendo que sua abrangência ficasse limitada à concessão de uma mera edificação pública. Para o cronista, a criação de um asilo de mendicidade “sem terreno suficiente para o cultivo e sem oficinas para os trabalhos manufatureiros, jamais preencherá o fim almejado da sua criação, ficando desta maneira reduzido a um aljube onde serão encarcerados os desgraçados” (AJURICABA, 1909e, p. 1). Realizada com pompa e circunstância, a inauguração do Asilo de Mendicidade de Manaus, ocorreu em 30 de janeiro de 1910, entregando à sociedade uma edificação na Estrada de Flores, no limite norte da cidade, com dois pavilhões que abrigavam diversos leitos, um refeitório e uma cozinha. Nenhuma ação voltada à reintegração dos asilados à sociedade foi implementada e sua função restringiu-se, como se temia, a implementação do objetivo higienista das elites locais de “expurgar do seio da sociedade manauense o triste e deprimente exercício de mendicância”, como acentuou o Superintendente Agnello Bittencourt, em sua fala inaugural (ASILO, 1910, p. 1).

Na continuação dos debates, Aranha trouxe à discussão a situação dos hospitais da cidade e, em especial, o tratamento inadequado que se dava aos doentes mentais no Asilo de alienados “Eduardo Ribeiro”, notadamente pelo fato daquela instituição ter passado a abrigar também os tuberculosos, o que agravava a situação dos primeiros. Para ele, urgia

evitar que continue na mais deplorável promiscuidade com os infelizes privados do gozo de suas faculdades mentais, os não menos infelizes flagelados pela contagiosa e incurável tuberculose, debaixo do mesmo teto, que os isola da sociedade, condenado a servirem-se, contra as prescrições higiênicas, dos mesmos leitos, das mesmas roupas, da mesma cozinha e dos mesmos pratos, xícaras e copos, respirando o ar impuro e envenenado dos pútridos lamaçais daquelas cercanias. [...]

Acresce que o seu local é reconhecidamente considerado pelos médicos um foco de infecção palustre, por isso que ali são os alienados fatalmente flagelados pelas febres malignas que eles roubam a vida (ARANHA, 1909b, p. 1).

Interessante é perceber que nas proposições de Aranha, toda a estrutura de assistência pública voltada para a mendicidade ou para o acolhimento de doentes físicos e mentais, o Estado era entendido apenas como um ator secundário, já que o problema deveria ser assumido pela sociedade civil através de associações caritativas, gerenciadas, de preferência, por profissionais liberais – médicos e advogados, sobretudo –, evitando-se assim qualquer tipo de exploração dos internos com fins de ganho material ou financeiro. Não se tratava, portanto, de um direito da população nem de uma obrigação da parte do Estado e dos governantes; mas, antes de tudo, de uma

obrigação moral e de dimensões humanitárias que deveria recair sobre o conjunto da sociedade e em especial sobre seu segmento abastado, identificado pelo autor como aquele vinculado ao setor comercial.

O debate sobre a necessidade de assistência pública mantinha relação direta com o quadro sanitário da capital amazonense e do próprio Estado do Amazonas, tido à época como insalubre e endêmico, e diante do qual diversas administrações investiram esforços para modificá-lo. As endemias eram, inclusive, pedra de toque no processo de atração de contingentes populacionais, fossem eles nacionais e estrangeiros, daí resultando resistências políticas diversas, pela cúpula e pela base, como o foram tanto as oposições iniciais do governo italiano com relação ao deslocamento de seus súditos para a região amazônica (CATARUZZA, 1999, p. 1; CAPPELLI, 2010, p. 105), quanto as insistentes recusas por parte de centenas de migrantes nordestinos que aportavam em Belém e Manaus de seguirem viagem rumo aos seringais.

Foi no contexto desse debate sobre salubridade regional que Aranha se lançou à questão, tendo como mote rebater matéria veiculada pelo jornal *Amazonas* que, em seu entender e “contra a opinião dos médicos da terra e a verdade dos fatos” mascarava a real situação sanitária da cidade, apresentando-a como a “mais invejável de todo o globo” (ARANHA, 1909d, p. 1). Posicionando-se contrariamente, o cronista percorreu a lista das epidemias que grassavam na cidade, apresentando taxas de mortalidades elevadas em cada uma delas, para então apontar, de forma propositiva, a urgência na adoção de medidas higiênicas diversas, notadamente na área suburbana da cidade – São Raimundo, Constantinopla, Oliveira Machado, Cachoeira Grande, Cachoeirinha, Mocó e Flores –, adensada que era em população, mas não deixou também de lembrar que a parte “litorânea” da cidade era igualmente “um verdadeiro depósito de lixo” (ARANHA, 1909d, p. 1). Dentre as providências higiênicas apontadas por Bento Aranha ganhava centralidade o combate aos focos miasmáticos onde proliferavam *carapanãs*, os mosquitos transmissores dos patógenos que causavam as diversas febres e endemias. Lembrava ainda que, de há muitos anos, a febre amarela havia feito de Manaus o seu “quartel general” e se espraiava devido “à falta de boa alimentação, de água purificada e, sobretudo, de regular e zeloso serviço de saneamento na capital, bem assim da necessidade de recurso médico no interior”. Em paralelo, voltava novamente os olhos para os subúrbios e arrabaldes onde a inexistência de canalização de água potável levava a população à improvisos no seu armazenamento, ampliando os focos de infecção (ARANHA, 1909h, p. 1) e ali também fazendo o maior número de vítimas.

Oportunas e necessárias, as crônicas de Bento Aranha sobre a cidade da borracha mobilizaram diversos segmentos da sociedade manauense, fazendo-os envolverem-se no debate de cada um dos temas trazidos à baila no *Jornal do Commercio*. Na resolução dos problemas apontados atuaram médicos sanitaristas e autoridades políticas diversas, a quem é comum atribuir-se a primazia e o mérito na busca da superação dos problemas e questões sociais, mas pouco se diz daqueles que, muitas vezes na contramão de supostos consensos sociais, ergueram-se como vozes dissonantes, visibilizando um mundo obscuro, esquecido, carente de representação e de cidadania numa República que se recusara a cumprir seu papel transformador. Assim foram muitos homens de imprensa, alguns dos quais, inclusive, demonstraram notável capacidade de mobilização e aglutinação, traduzindo seus anseios e inquietações à socieda-

de como se dela fossem tais demandas. Acima de tudo, mostraram-se “profissionais especializados em atingir um público não especializado”, conforme bem argumentam Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016, p. 19). Contudo, como alertam as autoras, seria um erro pensar nos intelectuais *mediadores* como meros transmissores, “como alguém que conduz uma mensagem o produto cultural de um lugar a outro, de um tempo para o outro, de um código cultural para outro, sem nada acrescentar o transformar criativamente”. Bem ao contrário, tais intelectuais não deixaram também de ser *criadores*, capazes de mobilizar energias, de romper inércias e de encorajar submissos, mas, quase sempre, o faziam em prol de proposições inovadoras de intervenção e transformação social que esboçavam; e este parece ter sido o maior legado de Bento Aranha à sociedade amazonense: sua enorme capacidade analítica posta a serviço da sociedade em escritos propositivos e programáticos, fruto de um intelecto singular em muitos aspectos. Oxalá o avanço das pesquisas e de outros estudos consigam lhe fazer a devida justiça, retirando-o do quase completo anonimato no qual se viu lançado desde que, cansado e combalido, decidiu retirar-se da cidade (em 1911) para voltar à sua terra natal e ali viver o resto de seus dias.

#### Referências:

- AGASSIZ, L.; Agassiz, E. C. **Viagem ao Brasil, 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- AJURICABA (Bento Aranha). Assistência pública. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1920, p. 1, 5 ago. 1909a.
- AJURICABA (Bento Aranha). Assistência pública. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1923, p. 1, 8 ago. 1909b.
- AJURICABA (Bento Aranha). Assistência pública. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1930, p. 1, 15 ago. 1909c.
- AJURICABA (Bento Aranha). Assistência pública. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1945, p. 1, 30 ago. 1909d.
- AJURICABA (Bento Aranha). Assistência pública. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1955, p. 1, 9 set. 1909e.
- AJURICABA (Bento Aranha). Carta aberta. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1882, p. 1, 28 jun. 1909f.
- AJURICABA (Bento Aranha). Impostos inconstitucionais. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 233, p. 1, 27 set. 1904.
- AMARAL, J. **Ritmos e dissonâncias: controle e disciplinarização dos desvalidos e indigentes nas políticas públicas do Amazonas (1852-1915)**. 2011. 273f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- ANDRADE, D. Imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX. In: ENGELS, M. G.; SOUZA, F. F.; GUERRELLUS, N. S. (Orgs.). **Os intelectuais e a imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 20015, p. 13-45.
- ARANHA, B. A Manáos Harbour e seus abusos. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2018, p. 1, 11 dez. 1909a.
- ARANHA, B. Alienados e tuberculosos. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1942, p. 1, 27 ago. 1909b.
- ARANHA, B. Cousas municipais. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1967, p. 1, 21 set. 1909c.
- ARANHA, B. Manaus saneada. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2079, p. 1, 13 jan. 1909d.
- ARANHA, B. Mercadinhos suburbanos. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2009, p. 1, 2 dez. 1909e.
- ARANHA, B. Mercado e Manáos Harbour. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2023, p. 1, 16 dez. 1909f.
- ARANHA, B. O Amazonas (Parte III). **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 723, p. 1, 3 jul. 1906a.

- ARANHA, B. O Amazonas (Parte IV). **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 725, p. 1, 5 jul. 1906b.
- ARANHA, B. Peste e ruína. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2017, p. 1, 10 dez. 1909g.
- ARANHA, B. Providências higiênicas. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2082, p. 1, 16 jan. 1909h.
- ARANHA, B. Suplício de tântalo. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 1941, p. 1, 26 ago. 1909i.
- ARANHA, B. Um encanto quebrado: o pau de tarumã. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 661, p. 1, 2 maio 1906c.
- ASILO de Mendicidade: sua inauguração. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 2097, p. 1, 31 jan. 1910.
- AZEVEDO, R. O jornalismo de outrora no Amazonas. **A Tarde**, Manaus, s/nº, p. 1-2, 1939. (Acervo Laboratório de História da Imprensa – LHIA/UFAM).
- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARRETA, L. Os cronistas do início do século XX e as histórias literárias brasileiras: Para lançar luz ao escuro. **Macabéa: Revista Eletrônica do Netli**, v. 9, n. 4, p. 88-98, out./dez., 2020.
- BENTO Aranha. **Correio do Norte**, nº 744. Manaus, p. 2, 18 jul. 1911.
- BITTENCOURT, A. **Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BROCA, B. **A vida literária no Brasil, 1900**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1960.
- BURNS, E. B. **Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão**. Manaus: Edições Governo do Estado, 1966.
- CÂNDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, A (Org.). **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. São Paulo: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.
- CAPPELLI, V. La presenza italiana in Amazonia e nel nordest del Brasile tra Otto e Novecento. In: CAPELLI, V.; HECKER, A. (Orgs.). **Italiani in brasil: rotte migratorie e percorsi culturali**. Catanzaro (Itália): Rubbetino Editore, 2010, p. 105-144.
- CATTARUZZA, M. Imigração italiana para o Amazonas. **Commercio do Amazonas**, Manaus, nº 485, p. 1, 11 jun. 1899.
- CHALHOUB, S.; NEVES, M. S.; PEREIRA, L. A. M. (Orgs.). **Histórias em coisas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.
- CUNHA, E. **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- DAVIS, N. Z. **Pasión por la historia: entrevista con Denis Crouzet**. Valência (Espanha): Universitat de València; Universidad de Granada, 2006.
- DIAS, E. M. **A ilusão do fausto: Manaus – 1890-1990**. Manaus: Valer, 1999.
- DIAS, M. O. L. S. Aspectos da ilustração no Brasil. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.
- FALANDO... **Correio do Norte**, Manaus, nº 310, p. 1, 17 dez. 1909.
- FARAGE, N. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.
- GOMES, A. C.; HANSEN, P. S. (Orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- JOBIM, A. **Intelectualidade do Extremo Norte: Contribuições para a história da literatura no Amazonas**. Manaus: Livraria Clássica, 1934.
- LINS, J. S. **Seleção literária do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MESQUITA, O. **La belle vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)**. Manaus: Valer, 2009.
- MEYER, M. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- MINISTÉRIO da Indústria, Viação e Obras públicas: Diretoria Geral de Estatística: **Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1905, p. XV.
- MOLLIER, J. Y. Quando o impresso se torna arma no debate político: a França do século XV ao século XX. In: DUTRA, E. F.; MOLLIER, J. Y. (Orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida pública**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 259-274.
- MORAES, Péricles. **Confidências literárias**. Rio de Janeiro: Gráfica “O Cruzeiro”, 1944.
- MORAES, Péricles. **Os intérpretes da Amazônia**. 2ª ed. Manaus: Valer, 2001.
- O CIDADÃO Bento Aranha. **Diário de Notícias**, Belém, nº 298, p. 2, 31 dez. 1889.
- PINHEIRO, G. M. Manaus e seus historiadores. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 14.990, p. 1, 26 fev. 1949.
- PINHEIRO, M. L. U. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)**. 3ª ed. Manaus, EDUA, 2015a.
- PINHEIRO, M. L. U. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas**. Manaus, EDUA, 2015b.
- PRADO, L. do. (Alcides Bahia). “Notas de um teimoso”. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 302, p. 1, 11 dez. 1904.
- PRADO, L. do. (Alcides Bahia). “Notas de um teimoso”. **Jornal do Commercio**, Manaus, nº 335, p. 1, 19 jan. 1905.
- REVOLTA em Tefé. **Correio Paraense**, Belém, nº 575, p. 1, 24 abr. 1894.
- RIO Branco. **Diário de Notícias**, Belém, nº 50, p.1, 10 mar. 1898.
- SALLES, V. “Bento Aranha: História de um jornalista revolucionário”. **Marxismo, socialismo e os militantes excluídos**. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 105-167.
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.
- SOUZA, J. B. F.; SOUZA, A. M.; BAHIA, J. **A imprensa no Amazonas, 1908**. Manaus: Imprensa Oficial, 1908.
- TERRA, P. C.; MAGALHÃES, M. S.; ABREU, M. (Orgs.). **Os poderes municipais e a cidade: Império e República**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- UM ENCANTO quebrado: o pau de tarumã. **Jornal do Commercio**, Manaus nº 666, p. 2, 7 maio 1906.
- WALLACE, A. R. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Brasília: Edições Senado Federal, 2004.
- WEINSTEIN, B. **A borracha da Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.



---

ARTIGOS - ARTICLES

---

## Realismo literário e experiência moderna no início do século XX: reflexões a partir da obra proustiana<sup>1</sup>

Paulo Rodrigo Andrade Haiduke<sup>2</sup>  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (PR)  
[paulohaiduke@unicentro.br](mailto:paulohaiduke@unicentro.br)

Como citar este artigo: HAIDUKE, P. R. A. “Realismo literário e experiência moderna no início do século XX: reflexões a partir da obra proustiana”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 43-67. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** o presente artigo busca problematizar o romance *A la recherche du temps perdu*, obra do escritor francês Marcel Proust (1871-1922) publicada originalmente em Paris entre 1913 e 1927. A abordagem aqui proposta busca discutir alguns elementos do que podemos chamar de realismo desta obra, tentando fazer um diálogo com questões que foram importantes para a modernidade no início do século XX. Partindo da deflagração da crise de identidade e identificação como elemento importante neste contexto, o trabalho analisa como a obra proustiana buscou analisar e também construir ideais para sua respectiva superação. Neste sentido, o reencontro de si pela reminiscência parece ter sido importante, e inclusive sugere a forma pela qual o romance proustiano tentou conciliar as realidades externa e subjetiva, entre tempo físico e temporalidade vivida. Por fim, o artigo busca apontar como a noção de memória involuntária funciona como sinal de realismo, indicando através da leitura da obra de Marcel Proust e de alguns exemplos de sua recepção para a atenção grande nesta conjuntura às dimensões temporais das estruturas e processos que formariam uma realidade supostamente mais profunda.

**Palavras-chave:** Marcel Proust, realismo, experiência moderna, literatura moderna, recepção.

---

<sup>1</sup> Este texto resulta da reelaboração, adaptação e síntese do quinto capítulo da Tese de doutorado em História defendida pelo autor em 2013 na UFPR, financiada pela CAPES. A reformulação do texto se deu exclusivamente para enquadrá-lo em formato de artigo conforme as normas desta revista, e neste sentido ele se manteve em sua grande maioria fiel ao conteúdo do texto original de 2013.

<sup>2</sup> Professor Adjunto no Departamento de História (UNCENTRO-PR) desde 2020. Possui mestrado (2009) e doutorado (2013) em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Trabalha com História e Literatura, articulando Intelectuais, Imprensa, Leitura e Recepção, atualmente através da entrada da obra de Marcel Proust no Brasil.

lattes: <http://lattes.cnpq.br/6355666020730731>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4894-1737>

*Literary realism and modern experience in the early 20<sup>th</sup> century:  
reflections from Proustian work*

**Abstract:** This article seeks to problematize the novel *A la recherche du temps perdu*, a work by the French writer Marcel Proust (1871-1922) originally published in Paris between 1913 and 1927. The approach proposed here seeks to discuss some elements of what we can call the realism of this work, trying to make a dialogue with issues that were important to modernity in the early twentieth century. Starting from the outbreak of the identity and identification crisis as an important element in this context, the work analyzes how the Proustian work sought to analyze and also build ideals for its respective overcoming. In this sense, the re-encounter of oneself through reminiscence seems to have been important, and even suggests the way in which the Proustian novel tried to reconcile the external and subjective realities, between physical time and lived temporality. Finally, the article seeks to point out how the notion of involuntary memory works as a sign of realism, indicating through reading the work of Marcel Proust and some examples of its reception for the great attention in this context to the temporal dimensions of the structures and processes that would form a supposedly deeper reality.

**Keywords:** Marcel Proust, realism, modern experience, modern literature, reception.

Hoje considerada uma obra que pode ser denominada como um clássico da literatura ocidental do século XX, *A la recherche du temps perdu*<sup>3</sup> veio originalmente à público de maneira discreta em 1913, quando então seu escritor Marcel Proust, sem muito sucesso em emplacar a publicação do primeiro volume do romance entre alguns editores, acabou por bancar as custas de *Du côté de chez Swann*. O ciclo romanesco proustiano, recém iniciado com o lançamento do primeiro volume, teve sua continuação no mínimo adiada com o desencadeamento dos eventos em 1914.

De fato, os diversos outros volumes que vieram à luz entre 1919 e 1927, e que assim fecharam o conjunto que ficou monumentalizado como a *Recherche*, mostraram no desenvolvimento de temas e enredos que a longa duração e ampla abrangência da Grande Guerra acabaram por interferir não apenas na publicação subsequente da obra, mas também na escrita proustiana e no desenvolvimento interno do romance. O leitor crítico pode e deve estar aberto à diversidade dos sentidos e leituras que uma construção literária tão complexa como essa abre de potencial, mas não pode negar que de alguma forma ela se apropriou do evento histórico que ficou conhecido como Primeira Guerra Mundial.

De qualquer forma, é certo que desde seu lançamento a obra proustiana teve (e mais uma vez aqui) muitas leituras, análises e interpretações. Entre toda essa grande e diversa exegese proustiana dificilmente, porém, alguém negaria que em alguma medida e dimensão é possível atribuir um sentido de *busca por algo supostamente perdido*, como o próprio título da *Recherche* logo denota. Somando isto a uma abordagem da obra como espécie de romance de formação, pode-se destacar assim inicialmente como o romance proustiano tematiza uma sensação de crise e descrença presentes na modernidade do início do século XX. Tentarei ao longo deste artigo refletir como esse aspecto da obra, dramatizado principalmente na trajetória do protagonista da obra em seu anseio por se tornar um artista moderno, funciona como uma base do realismo proustiano.

---

<sup>3</sup> A partir daqui também referida somente como *Recherche*.

Em obra que busca fazer um balanço contemporâneo sobre as relações entre o historiador e a literatura, Judith Lyon-Caen e Dinah Ribard indicam como o realismo literário tem sido um campo fértil para os historiadores. As autoras partem, neste caso, da abordagem de Eric Auerbach em seu clássico *Mimesis*, onde o autor aponta o engajamento com a descrição da realidade como uma das bases da literatura moderna a partir do século XVIII (LYON-CAEN e RIBARD, 2010, p. 15-18). De fato, a construção de espaços sociais e culturais, e sua ambientação dentro de processos e fatos históricos de durações diversas, têm oferecido aos historiadores ricas oportunidades de reflexão através da literatura.

Explorando um pouco mais este debate, seria interessante aqui refletir sobre as chamadas fórmulas geradoras que Pierre Bourdieu (2005) destaca em relação à produção do campo literário. Creio que a exploração dessas fórmulas geradoras da obra, bases do realismo construído pelo autor em questão, são fundamentais para entender elementos comuns compartilhados por contemporâneos em relação às suas experiências, sobretudo se levarmos em conta que a obra proustiana teve, ainda no fim da década de 1910, e mais ao longo da década de 1920, grande repercussão na França. Repercussão significa recepção e apropriação, e isso se deve em parte à efetivação de pactos entre leitor e escritor, acordos fundamentais para que uma obra literária se realize de fato através e alcance o público.

Desta forma, pretendo sugerir como os elementos mobilizados pelo autor para construir sua base realista na *Recherche*, na busca para realizar aquilo que Pierre Bourdieu (2005) chama de efeito de real necessário à efetivação do pacto com o leitor, são ricos objetos para refletir sobre a experiência moderna neste contexto das primeiras décadas do século XX na França.

Esse debate *epistemológico* sobre o realismo proustiano, como apontado anteriormente, pode ser iniciado pela leitura da sua obra através da perspectiva de perda e busca, que é indissociável de uma sensação de crise. Ao longo do desenvolvimento do ciclo romanesco, o leitor encontra o protagonista da *Recherche*, que é também seu narrador, ambientado na construção literária de toda uma cultura e sociedade historicamente localizada neste final do século XIX e início do XX. E neste espaço, são muitas as situações em que o narrador se ocupa da reflexão sobre uma sensação de crise de identificação e descrença com a realidade exterior, momentos em que expressa assim uma incompatibilidade entre sua vida subjetiva e o mundo externo. Como resposta ao impasse, o protagonista opta pela primazia da vida interior, o que nos leva às discussões sobre o lugar do individualismo neste contexto, tal como Jacques Le Rider (1993) destacou sua centralidade na modernidade vienense do final do Longo Século XIX.

Embora profundamente questionado e criticado como elemento das crises culturais da época, o individualismo apareceu também como alternativa e possibilidade de superação dos problemas desta modernidade. Conforme Ian Watt (1990), o individualismo foi um dos pilares essenciais pelo qual o romance se consolidou e alcançou sucesso como gênero literário desde o século XVIII. Contudo, o criticismo intrínseco ao romance moderno exigiu de seus escritores sintonia sucessiva com as novas questões surgidas pela crescente modernização e seu encontro com estruturas tradicionais de maior duração histórica, atitude esta sem a qual o gênero literário correria o risco de perder seu efeito de real e credibilidade perante o público.

Esta sensação de incapacidade de identificação com a realidade aparece na *Recherche* através do narrador proustiano e sua constatação, análise e transcrição pela obra de uma incongruência entre a realidade vivida e observada, e os ideais sonhados e fantasiados. O romance é assim permeado quase que integralmente pela constante dialética entre idealização e choque de realidade, que lega ao seu protagonista uma crescente sensação de desencantamento pelo mundo.

É recorrente na *Recherche* a idealização por parte do narrador-protagonista de algo que lhe cause interesse, mas que ele não conhece pessoalmente; disto decorre a consequente insatisfação que o personagem sofre ao ter diante de si o referente daquela sua idealização precedente, que nunca é compatível. Porém, este processo pressupõe um ato anterior de sua parte, pois sua idealização só é devidamente efetivada quando houve a prévia crença no valor e prestígio do objeto ou ser idealizado. E embora num primeiro momento esta crença surja como possibilidade do narrador para integrar-se ao mundo, ela não escapa da posterior deflagração de seu fetichismo, o que novamente lança o narrador à sensação de desencanto. Assim, as mudanças na realidade material bem como na sociedade e na cultura, que podemos ver causadas neste contexto pelos processos de modernização, aparecem de forma intermitente para destruir os vínculos que o narrador-protagonista constantemente busca criar para se integrar no mundo como, por exemplo, no trecho em que critica já mais velho os carros da época e os modos de vestir da moda de então (PROUST, 1914, p. 521)<sup>4</sup>.

A constante desintegração das crenças produzidas e alimentadas pelo narrador, que se deflagra através do impacto com a incontornável e fluída realidade moderna através da passagem do tempo e da vida, acaba por minar sua capacidade de dar realidade ao mundo exterior que lhe circunda:

E exatamente porque eu acreditava nas coisas, nos seres, quando percorria aqueles caminhos, é que as coisas e os seres que eles me deram a conhecer são os únicos que ainda tomo a sério e ainda me proporcionam alegria. Ou porque a fé que cria se haja estancado em mim, ou porque a realidade só se forme na memória, as flores que hoje me mostram pela primeira vez não me parecem flores de verdade (PROUST, 1971, p. 111).<sup>5</sup>

Desta forma, romancistas atentos e em sintonia com suas épocas e seus principais problemas culturais não se imiscuíram de tomá-los como seus objetos, como fez Marcel Proust quando criou através de seu narrador-protagonista uma espécie de personagem paradigmática de algumas questões extremamente agudas da sua própria

---

<sup>4</sup> O primeiro volume da *Recherche* veio a público em 1913, embora conste oficialmente na publicação original o ano de 1914. A tese que gerou esse artigo usou as primeiras edições dos volumes da *Recherche* publicadas na França entre 1913 e 1927. Para não deixar este artigo muito carregado com longas citações em francês e suas respectivas traduções, e para facilitar a consulta, optei pelas paráfrases na maioria das situações e, em casos imprescindíveis, citações diretas da primeira tradução publicada no Brasil entre 1948 e 1957, lançada pela Livraria do Globo, sediada então em Porto Alegre. Assim, as referências no texto indicam esta tradução brasileira (não necessariamente em suas primeiras edições), com uma respectiva nota de rodapé apontando o ano da publicação original na França.

<sup>5</sup> Original de 1913.

época, ou seja, o período entre 1871, o imediato pós-Guerra Franco Prussiana, até a década de 1920, após a Grande Guerra. Ao dramatizar esta crise moderna de identificação com a realidade em seu narrador, Proust lançou mão de uma estratégia de persuasão de seu público contemporâneo, que ao menos em parte se identificava com estes mesmos problemas. Portanto, colocar em xeque a realidade contemporânea e sua imediata sintonia com os sujeitos que ali levavam suas vidas foi praticamente um método e pressuposto epistemológico pelo qual o escritor anunciava sua dúvida, compartilhada por parte do público em potencial da época, com qualquer identificação automática com o mundo.

Segundo Jean-Yves Tadié, o romance no século XX utilizou diversas formas e graus de identificação entre escritor, narrador e leitor. Nesta perspectiva, a narrativa em primeira pessoa surgiu como possibilidade de dramatizar um imaginário vivido, e permitiu no caso de Proust um discurso analítico com maior liberdade que a terceira pessoa por ser menos comprometido com a pura objetividade. O mais importante em se reter destas questões destacadas por Tadié é que esta forma de discurso em primeira pessoa, pelo qual a enunciação passa a invadir o próprio enunciado, não destruiu a ficção romanesca, e sim possibilitou ao leitor que se identificasse mais intimamente com o narrador do romance. (TADIÉ, 1990, p. 13).

A escolha da forma narrativa tem importância crucial para o efeito que a mesma causa ou busca causar no público. E ela não diz respeito unicamente à escolha da voz narrativa, mas à própria implicação que isto tem dentro do romance. Segundo Wayne Booth, há uma distinção básica entre um narrador que é dramatizado dentro do romance e outro que não está implicado diretamente na trama. No caso da *Recherche*, o narrador não é apenas dramatizado por Proust, mas aparece como o próprio centro gravitacional de toda trama. Logo, segundo as próprias palavras de Booth, deve-se atentar para a questão crucial da dramatização ou não do narrador da obra literária analisada (1980, p. 167).

Seguindo as análises de Booth, podemos abordar a *Recherche* como obra construída em torno de um agente narrador, que toma consciência de sua própria formação em escritor ao longo do romance que lemos, ou seja, a obra se funda através da dramatização do próprio devir do narrador em escritor. Contudo, conforme afirma Walter Benjamin em seu famoso ensaio *A Imagem de Proust*, original de 1929 (1994, p. 36-49), esta narrativa não busca uma suposta objetividade em busca da representação de uma vida tal como foi vivida; ela tem como questão principal a recuperação retrospectiva, pelo sujeito reminiscente, de sua vida recordada.

Portanto, esta vida lembrada e relembrada, de maneira a criar o material e a própria trama do romance, aparece cada vez com mais força como uma das alternativas possíveis para resistir à sensação de crescente desestabilização dos laços e vínculos entre sujeito e realidade nesta modernidade. Esta leitura da época, como conjuntura de vivências de crise e decadência, teve uma espécie de grande confirmação nas primeiras décadas do século XX, quando a Grande Guerra pareceu então comprovar os juízos apocalípticos da modernidade.

Contudo, deve ser destacado aqui que, embora questionada constantemente pelo narrador proustiano, a realidade exterior não é negada por ele em última e derr-

deira instância. Sua obra parte antes de uma dúvida que concerne ao questionamento, e conseqüente discussão, de quais as verdadeiras capacidades dos saberes humanos vigentes (entendendo as artes e a própria literatura neste sentido). Seu objetivo parece assim muito mais voltado à crítica e negação de toda e qualquer imparcialidade no processo de apreensão e compreensão da realidade, e a valorização do papel da subjetividade e da vida íntima e sentimental neste processo.

De qualquer maneira, esta insatisfação advinda da sensação crescente de desligamento do mundo exterior não deixa de criar no narrador proustiano um impulso no sentido de buscar, criar e encontrar uma realidade passível de identificação e apaziguamento. E esta foi justamente uma das vias pelas quais ele se fiou cada vez mais naquela realidade fornecida pelas produções artísticas, mais especificamente o romance. Conforme destaca Daniel-Rops em *Notes sur le réalisme de Proust*, na edição especial em homenagem à Proust da revista *Le Rouge et le Noir* de abril de 1928, e que expressa uma visão dos contemporâneos, a arte surge na *Recherche* como a única garantia do valor objetivo do conhecimento, como única forma de encontrar seu objeto na realidade (DANIEL-ROPS, 1928, p. 16).

Isto explica em parte a crença do ainda jovem narrador na verdade e realidade do livro que, graças à sua vontade de saber e sua busca pela verdade, tendências estas que tiveram grande e crescente influência nesta conjuntura, incita-o a desejar e erigir uma espécie de metafísica moderna da arte e do belo. Pois segundo o narrador as artes não seriam apenas vias para acessar o mundo real, mas constituiriam em si mesmas uma espécie de realidade que lhe parece mais profunda e verdadeira:

O meu maior desejo era ver uma tempestade no mar, não tanto como um belo espetáculo, mas como a revelação de um instante da verdadeira vida da natureza; ou antes, para mim só eram belos os espetáculos que eu sabia não terem sido artificialmente arranjados para me agradar, mas que eram necessários e imutáveis – a beleza das paisagens ou das grandes obras de arte. Apenas tinha curiosidade e avidez daquilo que julgava mais verdadeiro que o meu próprio ser, aquilo que tinha para mim o valor de me mostrar um pouco do pensamento de um grande gênio, ou da força ou graça da natureza, tal qual se manifesta quando entregue a si mesma sem intervenção humana. (PROUST, 1979, p. 223).<sup>6</sup>

A literatura surge assim como uma atividade privilegiada aos olhos do narrador, não apenas por possibilitar a revelação e o conhecimento mais profundo do mundo, mas principalmente por possibilitar um sentido para a própria vida dramatizada nele, que é também o protagonista.

---

<sup>6</sup> Original de 1913.

Como já dito inicialmente, próprio título *À la recherche du temps perdu* sugere um impulso no sentido de recuperar uma parcela da realidade em geral, sondável na própria vida do narrador, que poderia localizá-lo dentro do mundo moderno, o que deflagra sua intenção de conquistar uma espécie de reconciliação. O tempo perdido aqui não deve ser entendido somente no sentido nostalgicamente restrito de uma vida que passou e que não volta mais, mas também como passado enterrado porque esquecido, porém, passível de ainda ser resgatado.

Segundo Jacques Le Rider, a busca do sujeito pela reconstituição de sua vida, através de uma autobiografia conquistada retrospectivamente, foi uma das principais possibilidades pela qual os modernos vienenses do final do século XIX e início do XX ensaiaram lograr o reencontro consigo mesmo. Tentativa de reconstrução esta que é extremamente próxima aos preceitos da vertente da psicologia surgida na época, a psicanálise de Sigmund Freud. Logo, a redescoberta do tempo perdido surge como saída para um indivíduo moderno que se sente assolado pelo individualismo e separado do mundo, alternativa assim para uma identificação com uma realidade mais abrangente e coletiva. Visto o aprofundamento histórico e social da obra já sugerido, esta reconquista da história individual deverá inexoravelmente inscrever-se em realidades sociais e culturais passadas e presentes mais abrangentes que possam reintegrar o indivíduo.

Disto deriva um alargamento da noção de sujeito, que aparece para o narrador proustiano como uma alternativa à literatura descritiva presumidamente realista:

a literatura que se cifra a ‘descrever as coisas’, a fixar-lhes secamente as linhas e superfícies, é, apesar de denominar-se realista, a mais afastada da realidade, a que mais nos empobrece e entristece, pois corta bruscamente toda comunicação de nosso eu presente com o passado, do qual as coisas guardavam a essência, e com o futuro, onde elas nos incitam a de novo gozá-lo. (PROUST, 1981, p. 134)<sup>7</sup>

Porém, não se deve ignorar que esta sensação de crise foi também utilizada inúmeras vezes pelos artistas modernistas como uma fase necessária para a descoberta de uma realidade mais profunda e verdadeira. E foi este mesmo amalgama inseparável entre crise e superação que tornou a literatura uma espécie de ideal derradeiro ao narrador proustiano. Ao estilhaçar as noções estáveis de realidade e sujeito, o lado modernista de Proust voltou-se para toda uma camada de relações espaciais e temporais que, de maneira cada vez mais inquestionável, mostravam-se como formadoras do mundo:

Uma hora não é apenas uma hora, é um vaso repleto de perfumes, de sons, de projetos e de climas. O que chama-

---

<sup>7</sup> Original de 1927.

mos realidade é uma determinada relação entre sensações e lembranças a nos envolverem simultaneamente – relação suprimida pela simples visão cinematográfica, que se afasta tanto mais da realidade quanto mais se lhe pretende limitar – relação única que o escritor precisa encontrar a fim de unir-lhe para sempre na sua frase os dois termos diferentes. (PROUST, 1981, p. 137)<sup>8</sup>

E dentre as forças formadoras destas condições das relações, Marcel Proust deu ao elemento temporal um papel principal. Em resposta à noção de sujeito determinado espacialmente e de maneira definitiva, o narrador proustiano propõe um ser que ocupa lugar crescente no tempo, saturado e pesado pelo acúmulo do tempo (PROUST, 1927, p. 257-58).

Esta proposição do escritor como veículo da redenção, pela conciliação entre o individual e coletivo, remete ao novo papel do artista neste contexto como espécie de mediador moderno da transcendência (HAIDUKE, 2014a). De qualquer forma, até a revelação derradeira em *Le Temps Retrouvé*, volume que fechou o ciclo romanesco e onde a arte aparece como sagrado elemento transfigurador, o narrador põe em questão todas as possibilidades de superação da sua perda da capacidade de identificação, inclusive esta suposta supremacia das artes em geral, e da literatura em específico.

Segundo Jacques Le Rider, estudando o caso vienense, esta crise pode ser compreendida como uma regressão do indivíduo aos momentos preliminares de construção da identidade, o que explica as contestações e dúvidas em relação à consolidação do indivíduo (LE RIDER, 1993, p. 71). Esta tendência cultural foi marcante nesta época não apenas em Viena, mas em outras grandes metrópoles da Europa Ocidental, e ela pode ser relacionada com o próprio advento da psicanálise e da confessional e intimista literatura:

As análises de Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* nos apresentam a constituição da identidade como uma operação narrativa. O indivíduo identifica-se com aquilo que conta a respeito de si mesmo e com o que os outros dizem a seu respeito. [...] A autobiografia e o diário íntimo são as duas maiores formas literárias da construção da identidade através da narrativa, desta “autoficção” que também opera na cura psicanalista. (LE RIDER, 1993, p. 72).

Deve-se destacar aqui que a confissão operou ao longo do século XIX como constante discursiva na literatura, segundo Foucault (2001).

---

<sup>8</sup> Original de 1927.

É nesta direção que Marcel Proust seguiu para propor sua alternativa realista. Pois sua representação literária da realidade parte do pressuposto que o mundo objetivo só é passível de apreensão através da subjetividade do indivíduo que entra em relação com ele: “só podemos, com a crença de que elas possuem uma existência própria, dar a certas coisas que vemos uma alma que guardam em seguida e que desenvolvem em nós.” (PROUST, 1990, P. 104).<sup>9</sup> E o meio mais eficaz para realizar isto de maneira legítima, autêntica e convincente na *Recherche* seria um entendimento da arte como forma de reencantamento da realidade. Logo, a arte se tornou por fim seu verdadeiro ideal porque o narrador vê nela a possibilidade de resgatar uma realidade incólume à ferida da crise, e por isso passível de uma relação e identificação mais verdadeira.

Desta maneira, a *Recherche* aparece fundada através de uma noção de obra de arte que buscaria um ideal de reconciliação com o mundo, e teria a missão de com isto legar uma realidade à posteridade. E embora o narrador proustiano expresse abertamente que esta verdade seria algo eterno, o perspicaz escritor Proust não deixou, contudo, de atentar para as supostas contingências do contexto que a permeariam. Por isso ele acabou por tentar cristalizar as particularidades mais efêmeras das coisas e pessoas, suas experiências, impressões e sentimentos que no fundo seriam também as expressões de uma realidade histórica cada vez mais distanciada, apagada e esquecida pela ação do tempo (PROUST, 1979).<sup>10</sup> Segundo Walter Benjamin, “*A la recherche du temps perdu* é a tentativa interminável de galvanizar toda uma vida com o máximo de consciência.” (1994, p. 46).

Não por acaso isso pode levar à interpretação da *Recherche* como sendo também um monumento aos mortos de um passado cada vez mais longínquo em virtude do inexorável movimento temporal, como uma tentativa de parar por um instante o Anjo da História de Walter Benjamin (1994, p. 226), para que ele recolha os corpos e histórias que jazem diante dele, e assim possa ser o elo com outras épocas e lugares.

De fato, a grande saída do narrador através de sua realização pela obra de arte é a reconquista de uma realidade intrínseca ao seu próprio ser e sua trajetória, na tentativa de superar a crise de identidade pelo resgate do seu processo de formação. Em um dos seus livros publicados no final do século XIX, Friedrich Nietzsche afirmou que a situação moderna obrigava os indivíduos à incessantemente se depararem justamente com este problema:

Esta vida, como você a está vivendo e já viveu, você terá de viver mais uma vez e por incontáveis vezes; e nada haverá de novo nela, mas cada dor e cada prazer e cada suspiro e pensamento, e tudo que é inefavelmente grande e pequeno em sua vida terão de lhe suceder novamente, tudo na mesma sequência e ordem. (2001, p. 230)

---

<sup>9</sup> Original de 1919. Na bibliografia, o original está referenciado como 1918, ano citado na edição. Contudo, a obra só veio a público de fato em 1919.

<sup>10</sup> Original de 1913.

No momento em que a *Recherche* se engaja nestas questões culturais da época que dizem respeito à desintegração e reconstrução das identidades individuais e coletivas, ela retoma exatamente esta tendência destacada por Nietzsche:

Os dias antigos recobrem pouco a pouco aqueles que os precederam, e eles próprios se sepultam por baixo dos que se lhes seguem. Mas, cada dia antigo permanece depositado em nós, como, numa imensa biblioteca onde há livros mais antigos, certo exemplar que sem dúvida ninguém consultará nunca. Entretanto, basta que esse dia antigo, atravessando a translucidez das épocas seguintes, remonte à superfície e se estenda sobre nós, cobrindo-nos inteiramente, para que, por um momento, os nomes retomem sua antiga significação, as pessoas seu antigo rosto, nós nossa alma de então, e sintamos, com um sofrimento vago mas tornado suportável e que não vai durar muito, os problemas há tanto tempo insolúveis, e que de tal modo nos angustiavam então. Nosso eu é edificado pela superposição de estados sucessivos. (PROUST, 1956, p. 98-99).<sup>11</sup>

Experimentava uma sensação de imenso cansaço ao verificar que todo esse tempo tão longo não só fora, sem interrupção, vivido, pensado, segredo por mim, era minha vida, era eu mesmo, como ainda o devia incessantemente manter preso a mim, pois me sustentava, eu me via jungido a seu cimo vertiginoso, não me podia locomover sem comigo o deslocar. (PROUST, 1981, p. 250).<sup>12</sup>

As citações acima expressam a concepção de sujeito intrinsecamente histórico, que não pode se separar de seu passado ao custo de com isto deixar de ser quem ele veio a se tornar. De fato, esta parece ter sido uma tendência crescente ao longo do século XIX que teria atingido um momento decisivo neste contexto das primeiras décadas do século XX.

Neste mesmo contexto, em texto original de 1903, Georg Simmel afirmou que uma pesquisa que estivesse de fato engajada em entender a vida moderna não poderia imiscuir-se da análise e compreensão do processo de formação do sujeito em sua relação com a conjuntura específica onde isto tinha lugar:

Uma investigação que penetre no significado íntimo da vida especificamente moderna e seus produtos, que penetre na

---

<sup>11</sup> Original de 1925.

<sup>12</sup> Original de 1927.

alma do corpo cultural, por assim dizer, deve buscar resolver a equação que estruturas como a metrópole dispõem entre os conteúdos individual e superindividual da vida. Tal investigação deve responder à pergunta de como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas. (1967, p. 14)

Esta busca dos elementos e processos da própria formação, que na literatura pode se traduzir em uma espécie de *autobiografia ficcional*, por mais contraditória que essa noção pareça, esteve ligada ao advento crescente de um aspecto da vida moderna que foi constantemente destacada (e criticada) na época. Logo, a solidão, elemento este indissociável do advento da vida privada e da intimidade na época, aparece como um árduo caminho pelo qual aqueles que almejam tornarem-se artistas deverão doravante passar:

Enquanto mamãe lia na praia, eu ficava sozinho em meu quarto. Recordava os últimos tempos da vida de minha avó e tudo quanto a eles se reportava, a porta da escadaria, que se conservava aberta quando tínhamos saído para o nosso último passeio. Em contraste com tudo aquilo, o resto do mundo apenas parecia real, e meu sofrimento o envenenava por inteiro. (PROUST, 2008. p. 209-210)<sup>13</sup>

Este trecho mostra que o processo de reencontro partia aqui de uma prática solitária de rememoração. E ao longo do romance proustiano, vemos que o narrador terá que realizar uma tarefa para cumprir sua vocação de artista: de maneira impreterível, cedo ou tarde deverá abandonar a alta sociedade ardentemente desejada e vivida por ele, para apenas na solidão sair de seu casulo e bater suas asas de romancista. O futuro escritor poderá até retornar à sociedade, mas estará prevenido de um distanciamento quase científico que lhe possibilitará a observação e coleta de material à obra em gestação.

Isto também expressa outra dimensão destas recordações e reminiscências que formam a base do romance proustiano, a presença nelas de seres, situações, impressões e coisas *a priori* e aparentemente externas ao indivíduo. Pois a *Recherche* alcança a redescoberta através de marcas e impressões deixadas no indivíduo ao longo de sua vida por diversos seres e situações:

Certo, considerando unicamente nossos corações, não errou o poeta ao falar dos fios misteriosos cortados pela vida.

---

<sup>13</sup> Original de 1922. Sobre o advento moderno da vida privada, ver ARIÈS, 1991, pp. 7-19. Acerca da intimização da sociedade moderna, ver SENNETT, 1999.

Mas é ainda mais verdadeiro que ela os tece sem cessar entre os seres, entre os sucessos, que os entrecruza e redobra a fim de reforçar a trama, tanto que, entre o mínimo ponto de nosso passo e todos os outros, uma rede riquíssima de lembranças nos oferece larga escolha de vias de comunicação. (PROUST, 1981, p. 238)<sup>14</sup>

Retornamos aqui ao destaque crescente do elemento temporal como explicativo da realidade externa e humana, como certa base do realismo moderno. Porém, este contexto expressa paralelamente uma sensação de dúvida pela qual este elemento histórico não parecia completamente mesurável e, portanto, controlável.

Em uma conferência proferida em 2 de fevereiro de 1927, parte do imenso corpo documental que forma a recepção contemporânea à publicação original da *Recherche* entre 1913-27, Gaston Rageot destacou que Proust mostrava em sua obra o que uma personagem de romance fazia quando não estava sendo romanesca. Desta forma, ele destacou que a análise do sujeito operada pela *Recherche* deflagrava que este não existiria no presente, mas antes num processo temporal mais abrangente formado pelo passado e futuro. Embora Rageot destaque que isto estava na contramão da tradição romancista, entende a obra como mais realista justamente por ser mais sincera para com a realidade, justamente por não apresentar suas personagens previamente, fazendo elas aparecerem sem informações preliminares. Logo, o romance deste não romancista aparece como obra mais realista porque apresentaria as personagens ao leitor com os olhos de quem vê, e não de quem conhece previamente. (RAGEOT, 1927, p. 336-349).

O mais interessante, entretanto, é o que Gaston Rageot conclui disso tudo: que no fundo seus contemporâneos não sabiam observar e se identificar efetivamente com este passado que mesmo sendo presente, não era sentido pelos sujeitos (1927, p. 347). E aqui a sugerida contramão da obra de Proust se converte em signo positivo, pois é vista pelo crítico como privilegiada forma de observação e representação, justamente por destacar e realisticamente apresentar o elemento temporal da vida humana.

Assim, a sinceridade destacada acima como método literário leva a *Recherche* a oferecer ao leitor aspectos posteriormente deflagrados como falsos, mas que foram muitas vezes mais cruciais ainda às personagens que os sentiram. Há aqui um elemento em certa medida muito próximo do impressionismo oitocentista francês, que através das artes plásticas valorizou os efeitos ilusionistas como formadores da própria realidade dos indivíduos. Como esta obra é também uma espécie de tratado acerca da estética literária, vemos ao longo dela repetidas defesas de um juízo estético muito próximo daqueles pintores:

---

<sup>14</sup> Original de 1927.

Acontece que a Sra. de Sévigné, como Elstir, como Dostoi-evski, em vez de apresentar as coisas na ordem lógica, isto é, começando pela causa, nos mostra primeiro o efeito, a ilusão que nos impressiona. É assim que Dostoi-evski apresenta as suas personagens. As ações deles se nos mostram tão enganadoras quanto aqueles efeitos de Elstir onde o mar parece estar no céu. Ficamos admirados de saber que um certo sonso é excelente, ou ao contrário. (PROUST, 1954, p. 324)<sup>15</sup>

Auguste Laget destacou justamente isto em seu livro de 1925, afirmando que Proust buscava registrar a impressão no momento de emergência na vida do sujeito, quando seria ainda preliminar a qualquer hábito ou consciência (LAGET, 1925)

Desde a época de sua publicação, desenvolveu-se uma imensa massa documental discutindo se de fato o romance proustiano era ou não uma autobiografia. E se por um lado há elementos que possam fundamentar esta interpretação, é inegável a intenção e a própria recepção dela enquanto obra ficcional. Podemos dizer assim que a *Recherche* buscou representar uma autobiografia de maneira ficcional, na qual o narrador assumiu perante o leitor uma exigência de autoanálise sincera e minuciosa. (PROUST, 1981, p. 61)

Novamente emerge a questão do uso voluntário da crise de identidade pelo modernismo literário como ponto de partida para a recuperação da própria história individual. Processo que aparece também como proposta de superação da própria crise, como maneira de reificar novamente a realidade por meio da ligação entre o isolado indivíduo e as realidades de maior abrangência e duração. Segundo Jacques Le Rider, a busca por esta nova sensibilidade mais afinada à modernidade e aos seus respectivos problemas foi recorrente neste contexto:

Aqueles que sofreram do choque do “eu insalvável” que caracteriza a modernidade, segundo Mach e Freud, aspiram a uma solução “dionisíaca”. Estão buscando aquilo que o herói de Robert Musil chama de “outro estado”, que coloca o Eu em comunicação com o Todo, que passa da constatação do fracasso inexorável do “indivíduo” à tentativa de “reconciliação na Totalidade”. Em primeiro lugar, isto significa a totalidade de si mesmo: essa forma de “reconciliação” não é, no fundo, nada mais que a radicalização do individualismo. (LE RIDER, 1993, p. 79)

Vemos assim no último volume da *Recherche*, *Le Temps Retrouvé*, a repetição constante de que o objetivo do narrador, finalmente em sua conversão romancista, é

---

<sup>15</sup> Original de 1923.

compreender as pessoas a partir da imensa dimensão temporal que forma suas vidas. E foi este comprometimento com a realidade temporal da vida que deu um grande destaque a esta obra como romance moderno e realista naquela conjuntura, a ponto de Edmond Jaloux afirmar que até então nenhum monumento comparável havia sido elevado a esta luta entre espírito humano e tempo. (1923, p. 161-177)

Muito se discutiu entre os primeiros leitores e comentadores da *Recherche* sobre as relações entre este romance e a filosofia de Henri Bergson, assunto que rende títulos de livros e artigos até hoje. O ganhador do prêmio Nobel de literatura e escritor acerca das relações entre a memória e a matéria foi senão o principal, sem dúvida um dos filósofos mais influentes na França da Terceira República. As teorias de Bergson davam grande valor à intuição como método de apreensão da realidade, além de destacar a atuação da memória e do tempo subjetivo e interior como relevantes nos processos de percepção da realidade.<sup>16</sup>

A evocação aqui da aproximação da obra de Proust com Bergson não deixa de aludir às outras analogias feitas de seu romance com eminências do pensamento contemporâneo europeu, como Sigmund Freud e o próprio Albert Einstein. De fato, críticos e comentadores da *Recherche* destacaram repetidas vezes que a noção de memória involuntária do romance tinha raízes em Bergson; que sua visão da psicologia humana era devedora das teorias do psicanalista austríaco; enquanto suas noções de tempo estariam vinculadas às mais vanguardistas teorias da física da época de Albert Einstein.

Daniel-Rops foi um dos que aproximou na época a obra de Proust tanto de Henri Bergson e suas reflexões sobre a memória, quanto de Sigmund Freud e suas teorias sobre o inconsciente: ele ocuparia assim um lugar intermediário entre essas duas tendências em sua suposta concepção de inconsciente. (DANIEL-ROPS, 1927, p. 108)<sup>17</sup>

Roger Peltier, após discutir brevemente a metafísica do tempo em Einstein e Bergson, conclui que a sensação que as pessoas podem ter do tempo depende do talento e do gênio. Peltier parte ali do princípio segundo o qual o elemento temporal é a mais implacável entidade e a realidade menos negligenciável. Logo, o grande diferencial da *Recherche* viria justamente do talento proustiano em tratar da dimensão temporal da realidade (PELTIER, 1922, p. 249).

Camille Vettard, em carta publicada pela *Nouvelle Revue Française* em agosto de 1922, faz analogias sobre Einstein e Proust, e como eles mostrariam cada qual um mundo novo. Seu texto chega a afirmar que o universo da *Recherche* seria análogo ao proposto pela teoria da relatividade de Einstein, em quatro dimensões, abrangendo até os decimais do tempo mais negligenciados até então (VETTARD, 1922, p. 246-252).

---

<sup>16</sup> Para uma visão mais abrangente do lugar de Bergson nesta conjuntura, ver: BRADBURY, 1989; WEBER, 1989; e WILSON, 1993.

<sup>17</sup> Um dos estudos mais famosos sobre a aproximação de Proust à Freud na época são as conferências de Jacques Rivière proferidas em 1924, chamadas *Quelques progrès dans l'étude du cœur humain (Freud et Proust)*. Nelas, é insinuado que o sucesso da psicanálise de Freud na França só foi possível graças ao que podemos chamar de aclimatação que a obra proustiana teria possibilitado (RIVIÈRE, 1926). É importante destacar que Rivière foi quem editou a parte póstuma da *Recherche* junto ao irmão de Proust.

Marcel Proust não só buscou apurar profundamente a sua visão e noção da realidade temporal do mundo, como tornou isto um objeto de análise. Aquilo que foi, segundo afirmação de Eric Auerbach, a base do realismo moderno, aparece neste momento crucial para sua história, no início do século XX, como tema central e necessário. Auerbach inclusive também destaca a tentativa de remeter este tratamento modernista do tempo às doutrinas filosóficas contemporâneas, o que acabamos de mostrar nos exemplos de comparação de Proust e outros contemporâneos ilustres (AUERBACH, 1976, p. 484).

Segundo Auerbach, de uma maneira inédita e surpreendente, o contraste entre curto acontecimento exterior e a riqueza dos processos da consciência passou a ser ressaltado pela literatura no início do século XX:

Trata-se, com estas duas digressões, de tentativas de esquadrihar uma realidade mais genuína, mais profunda e de fato mais real; (...) O que é essencial é que um acontecimento exterior insignificante libera ideias e cadeias de ideias, que abandonam o seu presente para se movimentarem livremente nas profundidades temporais. (AUERBACH, 1976, p. 487)

Neste ponto, podemos aproximar questões já colocadas anteriormente sobre as crises de identidade nesta conjuntura e as tentativas de superação que o próprio realismo literário parece sugerir. No caso da *Recherche* proustiana, a busca e redescoberta que configuram a obra, o resgate da história individual do narrador e protagonista, tudo isso desemboca como resultado desta elaboração mais apurada do contraste entre tempo interior e exterior.<sup>18</sup>

Desta forma, Auerbach vê neste contexto do modernismo, marcado por escritores como James Joyce e Virgínia Woolf, um acontecimento dentro da história do realismo literário. Para ele, Proust teria sido: “o primeiro que levou a cabo algo semelhante de forma coerente, e toda a sua forma de proceder está atada ao reencontro da realidade perdida na memória, liberada por um acontecimento exteriormente insignificante e aparentemente casual.” (AUERBACH, 1976, p. 487-488)

Mas a perspectiva de Proust, em seu anseio realista, não ignora a exposta falha e incompletude de qualquer perspectiva humana. Sua visão parece assim fundar-se no que Marcio Noronha considera o grande embate temático desta literatura moderna, entre a percepção humana subjetiva falha e o tempo como realidade exterior inacessível (NORONHA, 2006, p. 61). E de fato, parece ser a exposição desta temporalidade subjetiva e passível de falhas e equívocos como tal, e supostamente não mascarada pelo posterior processo de elaboração e compreensão racional e consciente, uma dimensão fundamental da *Recherche*. Isto ao ponto de ter possibilitado um efeito de real

---

<sup>18</sup> Em outro artigo, discuti como esses aspectos do realismo na obra de Proust foram cruciais para sua apropriação como um escritor modernista pelos contemporâneos do lançamento original dos volumes que compõem o ciclo romanesco. Ver: (HAIDUKE, 2014b).

perante o público justamente por meio da declaração dos seus possíveis limites, ou seja, através desta sensação de crise e incapacidade de apreender a realidade.

Esta busca do narrador pelo reencontro de partes da realidade de sua história individual colocou as questões acerca da memória num plano de destaque nesta época. Segundo Jacques Le Rider, parte desta modernidade literária acreditava numa interpretação do gênio artístico como ser dotado de uma capacidade excepcional de recordar e transcrever sua autobiografia (LE RIDER, 1993, p. 97-98).

A memória surgia assim como um depósito e reserva das experiências vividas formadoras do indivíduo, e também como local de possibilidade do resgate e reencontro. Contudo, a *Recherche* parte de uma teoria específica da memória segundo a qual sua verdadeira realidade jamais seria acessada por um ato voluntário e consciente de recordação, mas sim através de uma misteriosa, secreta e contingente reminiscência involuntária. Contingente porque dependeria de uma casualidade física que a desencadeasse:

É assim com o nosso passado. Trabalho perdido procurar evocá-lo, todos os esforços da nossa inteligência permanecem inúteis. Está ele oculto, fora do seu domínio e do alcance, nalgum objeto material (na sensação que nos daria esse objeto material) que nós nem suspeitamos. Esse objeto, só do acaso depende que o encontremos antes de morrer, ou que não o encontremos nunca. (PROUST, 1979, p. 31)<sup>19</sup>

Daí a tão famosa Madeleine mergulhada no chá, o acontecimento no início da obra que desencadeia a lembrança de toda uma vida até então esquecida. Logo, a realidade mais profunda do tempo estaria exclusivamente nesta imensa e voluntariamente insondável memória inconsciente. Assim, a suposta falha humana em acessar de forma consciente e voluntária a memória verdadeira se converte aqui num atributo positivo, pois esta limitação teria também preservado um repositório de reminiscências considerado muito mais autêntico.

Esta teoria da memória tal como construída e apresentada pela *Recherche* liga-se de maneira crucial com as questões de crise de identidade na modernidade já reiteradas aqui. Pois ela surge como resposta ao narrador, protagonista este que não se identificava mais com seu presente num momento em que estaria mais velho, e que se ligava ainda nostalgicamente ao seu passado de formação. Porém, ao procurar voluntariamente um passado mais verdadeiro, o narrador esbarrava com o que era para ele um problema epistemológico central: o autoengano operado pela nossa memória consciente. Segundo esta noção, esquecemos coisas e eventos através de uma espécie de economia idealizadora das reminiscências do sujeito:

---

<sup>19</sup> Original de 1913.

A imagem de nossa amada, ainda que a julguemos antiga e autêntica, foi muitas vezes retocada por nós. E a cruel recordação não é contemporânea dessa imagem restaurada, mas pertence a outra época; é um dos poucos testemunhos de um passado monstruoso. Mas como esse passado continua a existir, exceto em nós mesmos, porque nos aprouve substituí-lo por uma maravilhosa idade de ouro, por um paraíso onde todo o mundo se reconciliou, as recordações e as cartas são um aviso da realidade, e com a dor que nos causam devem fazer-nos sentir o quanto nos afastaram dela as loucas esperanças de nosso anelo cotidiano. (PROUST, 1990, p. 181)<sup>20</sup>

Neste sentido, o narrador proustiano crê na falsidade de nossa vida consciente advinda de um processo de idealização da realidade. Sua função, portanto, se quer de fato encontrar a memória verdadeira, deverá ser criar doravante condições pelas quais desencadeie estas epifanias pelas quais emergem as redes de reminiscências subterrâneas, e assim possa explorá-las através da sua criação literária. Somente assim será possível reencontrar o tempo perdido, nesta memória incompleta e fragmentaria devido aos próprios processos temporais posteriores, e seus jogos de recordação e esquecimento:

A memória, em vez de um exemplar em duplicata, sempre presente aos nossos olhos, dos diversos acontecimentos de nossa vida, é antes um abismo donde por um momento uma similitude nos permite sacar, ressuscitadas, reminiscências extintas; mas há mil pequeninos fatos que não caíram nessa virtualidade da memória, e que escaparão para sempre à nossa verificação. (PROUST, 1954, p. 122)<sup>21</sup>

Logo, além de ser dependente de acontecimentos físicos incontrolláveis e contingentes para eclodir, esta memória involuntária não é garantia de encontrar a verdade plena e definitiva, pois também foi criada através de processos muitas vezes acidentais. Mas ainda assim isso faz dela algo mais confiável para o narrador, pois quando de alguma maneira os obstáculos supracitados são superados, surge então a chance de uma retomada:

Eis por que a maior parte da nossa memória está fora de nós, numa viração de chuva, num cheiro de quarto fechado ou no cheiro de uma primeira labareda, em toda parte onde

---

<sup>20</sup> Original de 1919.

<sup>21</sup> Original de 1923.

encontramos de nós mesmos o que a nossa inteligência desdenhara, por não lhe achar utilidade, a última reserva do passado, a melhor, aquela que, quando todas as nossas lágrimas parecem estancadas, ainda sabe fazer-nos chorar. Fora de nós? Em nós, para melhor dizer, mas oculta a nossos próprios olhares, num esquecimento mais ou menos prolongado. Graças tão-somente a esse olvido é que podemos de tempos a tempos reencontrar o ser que fomos, colocarmo-nos perante as coisas como o estava aquele ser, sofrer de novo porque não mais somos nós, mas ele, e porque ele amava o que nos é agora indiferente. (PROUST, 1990, p. 196).<sup>22</sup>

Para René Lalou, em *Histoire de la littérature française contemporaine* de 1925, cada época e sociedade possuiria crenças e parâmetros específicos segundo os quais ela conceberia os parâmetros da realidade. De fato, esta conjuntura da publicação original da obra de Proust na França, sobretudo a década de 1920, véspera imediata do próprio surgimento dos *Annales*, parece ver aumentada a demanda pela atenção à realidade histórica do mundo. Parte paradoxalmente suspeita da realidade, que seria uma das principais dimensões do mundo apreensível em geral, ao mesmo tempo em que apareceria como uma realidade extremamente difusa e de difícil apreensão. Mas de qualquer forma, como afirma Antoine Compagnon, esta teoria de Proust parte da crença que o passado persiste ainda nas pequenas coisas presentes, ideia esta que o eminente pesquisador da *Recherche* afirma fazer parte da atmosfera da época (COMPAGNON, 1992, p. 965). De fato, uma justificação do conhecimento histórico pelos *Annales* se fez justamente pelo entendimento da existência de identificações entre passado e presente.

Voltemos aqui ao já citado artigo de Daniel-Rops que tomava por objeto o realismo literário proustiano em 1928, na homenagem da *Le Rouge et le Noir*. Criticando comentadores identificados como teóricos católicos que teriam julgado negativamente a *Recherche* e suas influências nas novas gerações, na literatura e cultura francesas (críticos estes como Henri Massis que acusava a literatura da década de 1920 pela busca infrutífera pelo objeto perdido), Daniel-Rops afirma que o elemento tempo não fez com que o romancista perdesse sua base de realidade ou seu objeto. Logo, o realismo proustiano é entendido como testemunho documentado e uma interpretação autêntica da realidade, sem intervenção da memória voluntária nem da razão. (DANIEL-ROPS, 1928).<sup>23</sup>

É desta interpretação mais verdadeira da vida, através da minuciosa análise do tempo e das reminiscências renascidas da memória involuntária, que surge na *Recherche* a promessa de reintegração na realidade e superação assim da crise de identificação

---

<sup>22</sup> Original de 1919.

<sup>23</sup> Daniel-Rops afirma entender este realismo em três sentidos: estético, ontológico e como teoria geral de conhecimento. Neste sentido, ele afirma que se preocupa com o realismo de Proust no sentido da teoria do conhecimento, partindo do suposto axioma de Mallarmé que as coisas existem (1928, p. 20).

moderna. E é ainda mais surpreendente, porque o narrador do romance, seu protagonista principal, faz disto a própria base para aquilo que viria a ser sua criação literária:

compreendi que a matéria da obra literária era, afinal, a minha vida passada; que tudo me viera nos divertimentos frívolos, na indolência, na ternura, na dor, e eu acumulara como semente os alimentos de que se nutrirá a planta, sem adivinhar-lhe o destino nem a sobrevivência (PROUST, 1981, p. 145).<sup>24</sup>

Este destaque à vida passada impressa em sua memória involuntária e no ser mais profundo acaba por deflagrar outras temporalidades de maior abrangência que teriam sido intrínsecas à vida do narrador, o que o insere em processos temporais de maior duração. O que o leva também a vislumbrar este processo de narração de sua vida como inseparável das especificidades da época e do local em que ela teve lugar.

Pois esta verdade e este eu buscado numa outra realidade mais profunda e inconsciente não pode ser dissociada da conjuntura espacial e temporal de sua vida. É o que Marcio Noronha considera uma das principais novidades deste modernismo:

Há um amálgama textual que redesenha e reposiciona o lugar do personagem, o lugar da paisagem, o lugar do contexto, deslocando a narrativa numa apreensão mais abrangente das formas assumidas pela temporalidade, pela espacialidade e pela territorialidade e seus deslocamentos espaço-temporais. (NORONHA, 2006, p. 60)

Esta discussão remete ao que já destaquei em outra situação<sup>25</sup>, que o modernismo de Proust aparece talvez de maneira mais clara em sua proposta, e recepção como tal, de uma nova sensibilidade para apreender facetas incógnitas até então das visões de mundo estabelecidas: “ao sujeito moderno é exigida a experiência de aceder uma percepção simultânea – (...) – de uma continuidade do Tempo só capturada na descontinuidade da temporalidade humana.” (NORONHA, 2006, p. 65) Márcio Noronha vê na obra de Proust justamente a inauguração desta paisagem literária marcada por várias temporalidades simultâneas e enlaçadas no Tempo como personagem principal.

O ideal de artista desejado pelo narrador proustiano se cristaliza no criador que teria a capacidade de refletir a sua vida, e o mundo dela indissociável, da maneira mais apurada possível no que concerne às suas facetas temporais. Logo, a memória involuntária inverte a crise de identificação, mostrando como há realidades indissociá-

---

<sup>24</sup> Original de 1927.

<sup>25</sup> Ver: (HAIDUKE, 2014b).

veis do indivíduo, como no caso em que a falecida avó do narrador ressurge como se fosse dos mortos:

O ser que vinha em meu socorro e que me salvava a aridez da alma, era aquele que, vários anos antes, num momento de angústia e solidão idênticas, num momento em que eu não tinha mais nada de mim, havia entrado e me devolvera a mim mesmo, pois era eu e mais do que eu [...]. Acabava de perceber, em minha memória, inclinado sobre o meu cansaço, o rosto terno, preocupado e decepcionado de minha avó, não daquela que eu me espantara e censurara de lamentar tão pouco e que de seu apenas tinha o nome, mas da minha avó verdadeira, cuja realidade viva eu tomava a encontrar pela primeira vez, numa recordação involuntária e completa, desde que ela tivera um ataque nos Campos Elísios. Essa realidade não existe para nós enquanto não foi recriada pelo nosso pensamento; [...] Mas se for recuperado o quadro de sensações em que estão conservadas, têm elas por sua vez esse mesmo poder de expulsar tudo quanto lhes é incompatível, de instalar sozinho em nós o eu que as viveu. (PROUST, 2008, p. 192-193)<sup>26</sup>

Ao final da *Recherche*, quando o narrador toma consciência de maneira incontornável de sua vocação literária através da expressão de sua vida pela memória involuntária, ele também se dá conta da inexorável realidade do Tempo no mundo. Ao se dirigir até uma festa num salão da alta sociedade parisiense do pós-Grande Guerra, da nova Princesa de Guermantes, o narrador revê diversas personagens que povoaram todo o romance e fizeram parte de sua vida até ali. Porém, uma sensação de não reconhecimento e estranhamento, devido aos seus longos anos de distanciamento desta mesma sociedade, ataca-o. Sensação esta que deflagra a realidade do tempo através de sua passagem por meio do envelhecimento das pessoas, nesta festa que aparece como:

Um teatro de bonecos envoltos nas cores imateriais dos anos, personificando o Tempo, o Tempo ordinariamente invisível, que, para deixar de sê-lo, vive à cata de corpos e, mal os encontra, logo deles se apodera a fim de exhibir a sua lanterna mágica. (PROUST, 1981, p. 162)<sup>27</sup>

Assim, o último volume da *Recherche* é marcado por uma dupla revelação que parece negar-se reciprocamente; pois a descoberta do narrador de sua vocação literária

---

<sup>26</sup> Original de 1922.

<sup>27</sup> Original de 1927.

como aquele que oferece a verdade de sua memória involuntária por meio de uma obra de arte, que aparece como algo menos perecível e mais metafísico e eterno, é seguida da sua imediata negação por meio da crua e implacável evidência da realidade do tempo: “eu verificava essa ação destrutiva do Tempo precisamente quando me propunha a evidenciar, intelectualizar numa obra de arte as realidades extratemporais.” (PROUST, 1981, p. 167)<sup>28</sup>

O fim deste drama do narrador em sua autodescoberta como artista é a afirmação e aceitação por parte dele desta realidade temporal:

Se ao menos me fosse concedido um prazo para terminar minha obra, eu não deixaria de lhe imprimir o cunho desse Tempo cuja noção se me impunha hoje com tamanho vigor, e, ao risco de fazê-los parecer seres monstruosos, mostraria os homens ocupando no Tempo um lugar muito mais considerável do que o tão restrito a eles reservado no espaço, um lugar, ao contrário, desmesurado, pois à semelhança de gigantes, tocam simultaneamente, imersos nos anos, todas as épocas de suas vidas, tão distantes – entre as quais tantos dias cabem – no Tempo. (PROUST, 1981, p. 251)<sup>29</sup>

Tempo este materializado também em toda sua contingência dada pelas especificidades das condições e situações da vida em uma dada época e local específicos:

Mas o modo fortuito, inevitável por que surgira a sensação constituía justamente uma prova da verdade do passado que ressuscitava, das imagens que desencadeava, pois percebemos seu esforço para aflorar à luz, sentimos a alegria do real recapturado (PROUST, 1981, p. 130)<sup>30</sup>

Richard Sennett avalia negativamente este processo histórico pelo qual teria passado a sociedade durante o século XIX, e suas respectivas formas de produção cultural. Ele considera que isto levou à crescente consolidação da arte como pura apresentação de individualidades:

Podemos facilmente imaginar exemplos dessa mesma incivilidade na vida intelectual e literária, como naquelas auto-

---

<sup>28</sup> Original de 1927.

<sup>29</sup> Original de 1927.

<sup>30</sup> Original de 1927.

biografias ou biografias que desnudam compulsivamente cada detalhe dos gostos sexuais, hábitos de dinheiro e fraquezas de caráter de seus sujeitos, como se devêssemos entender melhor a vida, os escritos e as ações no mundo dessa pessoa através da exposição de seus segredos. (SENNETT, 1990, p. 324)

Contudo, esta crítica de Sennett não desmente o fato de que autores como Proust operaram suas obras visando uma análise e apreensão mais minuciosa de outros estados da subjetividade que guardariam aspectos da história individual e da realidade como um todo. Conforme destaca Pierre Chazel em *Foi et Vie* de agosto de 1925, Proust busca em si mesmo o mundo real, através da crença de que a única realidade que vivemos é aquela que podemos reviver através das reminiscências (CHAZEL, 1925, p. 793-801).

Em um artigo do final da década de 1930, o romancista Alfred Döblin destacava que o verdadeiro escritor de romances históricos era aquele que conseguia unir-se em íntima relação com uma determinada realidade e experiência social:

E se um determinado fato histórico lhe cai bem (este fato deve cair-lhe bem) e aproximar-se dele o bastante, então vibra nele o ressonador, e ele, o cientista, agita, é um escritor ou um poeta, ao conseguir traduzir em palavras e imagens tal ressonância. Não o domínio de uma nova ou antiga forma, mas a intimidade com a realidade produz o bom e melhor escritor, portanto o ressonador de uma determinada realidade. (DÖBLIN, 2006, p. 30)

De fato, Döblin crê que um romance só é passível de tal denominação na medida em que é histórico, ou seja, quando é capaz de fornecer aspectos das realidades humanas passadas à posteridade. Proust parece ter compartilhado desta crença, e pretendeu não apenas fornecer aspectos da *Belle Époque* parisiense às gerações futuras, mas inclusive cristalizar e impor uma representação da época com pretensões de grande aceitação e legitimidade. E se seu realismo foi alicerçado de maneira tão profunda nas dimensões temporais da realidade externa e do indivíduo, isso de alguma maneira indica como busquei mostrar aqui com outros indícios que este era um aspecto compartilhado por muitos contemporâneos. De diversas formas, o realismo literário da *Recherche*, em alguma medida em sintonia com seus contemporâneos, contribuiu muito para a ampla difusão e sucesso que a obra alcançou desde seu aparecimento original na França nas décadas de 1910 e 1920.

## REFERÊNCIAS

- AUERBACH, E. *Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOOTH, W. *A retórica da ficção*. Tradução de Maria Teresa H. Guerreiro. Lisboa: Arcádia, 1980.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 2005.
- BRADBURY, M. **O mundo moderno. Dez grandes escritores**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CHAZEL, P. *Quelques romanciers de la solitude. Estaunié – Proust – Mauriac. Foi et vie*, Paris, primeiro de agosto de 1925, p. 793-801.
- COMPAGNON, A. *La Recherche du Temps Perdu de Marcel Proust*. In. NORA, P. (Dir.) **Les Lieux de mémoire. Tome III: Les France. 2. Traditions**. Paris: Gallimard, 1992, pp. 927-967.
- DANIEL-ROPS, H. *Notes su le réalisme de Proust*. In. *Hommage à Marcel Proust. Le Rouge et le Noir*, Paris, abril de 1928.
- DANIEL-ROPS, H. **Notre Inquietude. Essais. Louange de Pinquiétude. Sur une génération nouvelle. Positions devant l'inquiétude**. Paris: Perrin, 1927.
- DÖBLIN, A. *O romance histórico e nós*. **História, questões e debates**. Curitiba, n. 44, ano 23, 2006.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- HAIDUKE, P. R. A. *O artista moderno: entre intelectual engajado e novo medidor da transcendência*. **Diálogos**. Maringá, v. 18, n. 2, p. 735-767, 2014a.
- HAIDUKE, P. R. A. *Como Proust foi moderno: entre debates literários e conflitos culturais*. **História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 7, n. 16, p. 90-106, 2014b.
- JALOUX, E. **L'Esprit des Livres (premiere série)**. Paris: Plon, 1923.
- LAGET, A. **Le roman d'une vocation: Marcel Proust**. Marseille/Paris: Les Cahiers du sud Marseille, 1925.
- LALOU, R. **Histoire de la Littérature Française Contemporaine (1870 à nous jours)**. Paris: Les Éditions G. CRÉS, 1925.
- LE RIDER, J. **A modernidade vienense e as crises de identidade**. Tradução de Elena Gaidano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- LYON-CAEN, J. e RIBARD, D. **L'historien et la littérature**. Paris: La Découverte, 2010.

- NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- NORONHA, M. P. Composição: entre o conceito das sensações para o pensamento de matrizes na história da literatura e arte modernas. In. **História, questões e debates**. Curitiba, n. 44, ano 23, 2006, p. 49-68.
- PELTIER, R. A la recherche du temps perdu. L'Esthétique de M. Marcel Proust. La métaphysique du temps, Einstein et Bergson. In. **Divertissements. Le Carnet Critique**, Paris, setembro de 1922, p. 249.
- PROUST, M. **À la recherche du temps perdu. Tome I: Du côté de chez Swann**. Paris: Bernard Grasset, 1914.
- PROUST, M. **À la recherche du temps perdu. Tome II: À l'ombre des jeunes filles en fleurs**. Paris: Nouvelle Revue Française, 1918.
- PROUST, M. **À la recherche du temps perdu. Tome III: Le côté de Guermantes I**. Paris: Nouvelle Revue Française, 1920.
- PROUST, M. **À la recherche du temps perdu. Tome IV: Le côté de Guermantes II. Sodome et Gomorrhe I**. Paris: Nouvelle Revue Française, 1921.
- PROUST, M. **À la recherche du temps perdu. Tome V: Sodome et Gomorrhe II**. Paris: Nouvelle Revue Française, 1922.
- PROUST, M. **À la recherche du temps perdu. Tome VI: La Prisonnière (Sodome et Gomorrhe III)**. Paris: Nouvelle Revue Française, 1923.
- PROUST, M. **À la recherche du temps perdu. Tome VII: Albertine disparue**. Paris: Nouvelle Revue Française, 1925.
- PROUST, M. **À la recherche du temps perdu. Tome VIII: Le temps retrouvé**. Paris: Nouvelle Revue Française, 1927.
- PROUST, M. **No caminho de Swann**. Tradução: Mario Quintana. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- PROUST, M. **À sombra das raparigas em flor**. Tradução: Mario Quintana. 10. ed. São Paulo: Globo, 1990.
- PROUST, M. **O caminho de Guermantes**. Tradução: Mario Quintana. 3. ed. São Paulo: Globo, 2007.
- PROUST, M. **Sodoma e Gomorra**. Tradução: Mario Quintana. 3. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- PROUST, M. **A prisioneira**. Tradução: Lourdes Sousa de Alencar e Manuel Bandeira. Porto Alegre: Globo, 1954.
- PROUST, M. **A fugitiva**. Tradução: Carlos Drummond de Andrade. Porto Alegre: Globo, 1956.
- PROUST, M. **O tempo redescoberto**. Tradução: Lúcia Miguel Pereira. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1981.
- RAGEOT, G. Du Coté de chez Proust. In. **Littérature. Les grandes heures du Théâtre, de la Poésie et de la Chanson. Conferencia. Journal de l'Université des Annales**, Paris, 20 de setembro de 1927, p. 336-349.

- RIVIÈRE, J. Quelques progrès dans l'étude du cœur humain (Freud et Proust). **Les Cahiers d'Occident**. Paris: Libraire de France, 1926. (edição e publicação de conferências ministradas por Jacques Rivière sobretudo em janeiro de 1924).
- SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, O. G. (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 13-28.
- TADIÉ, J.-Y. **Le roman au XX<sup>e</sup> siècle**. Paris: Belfond, 1990.
- VETTARD, C. Correspondance I. Proust et Einstein. **Nouvelle Revue Française**, Paris, agosto de 1922, p. 246-252.
- WATT, I. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- WEBER, E. **França fin-de-siècle**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- WILSON, E. **O Castelo de Axel. Estudos sobre a literatura imaginativa de 1870 a 1930. (simbolismo, Yeats, Valéry, Eliot, Proust, Joyce, Stein, L'Isle-Adam, Rimbaud)**. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1993.



---

ARTIGOS - ARTICLES

---

Assimilação, trajetória literária e intelectual:  
o caso de José Albasini (1908-1935)

Thiago Henrique Sampaio<sup>1</sup>  
UNESP  
[thiago.sampaio92@gmail.com](mailto:thiago.sampaio92@gmail.com)

Como citar este artigo: SAMPAIO, T. H. “Assimilação, trajetória literária e intelectual: o caso de José Albasini (1908-1935)”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 68-90. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** Em finais de Oitocentos e nas primeiras décadas da centúria seguinte, desenvolveu-se em Moçambique uma imprensa oriunda de uma elite negra local. Esse grupo conhecido como *assimilados*, buscaram denunciar as mazelas, desleixos e corrupções da administração colonial portuguesa nos territórios moçambicanos. Um destes periódicos que denunciaram foi *O Africano*, criado em 1908 pelo Grêmio Africano de Lourenço Marques e que teve duração até 1919 sobre a direção dos irmãos João Albasini e José Albasini. A figura de José Albasini por muito tempo esteve a sombra da trajetória intelectual do seu irmão. Entretanto, José trilhou um caminho próprio e é considerado como o primeiro cronista de origem africana em Moçambique com sua série de textos *Em busca de saúde: crônicas de um doente*. O presente artigo busca pontuar as potencialidades existentes dentro da trajetória intelectual de José Albasini e sua atuação em Moçambique.

**Palavras-chave:** Imprensa em África, José Albasini, O Africano, Colonialismo.

*Assimilation, literary and intellectual trajectory:  
the case of José Albasini (1908-1935)*

**Abstract:** In the late 1800s and in the first decades of the following century, a press from a local black elite developed in Mozambique. This group, known as *assimilados*, sought to denounce the ills, negligence and corruptions of the Portuguese colonial

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Mestrado em História e Letras pela mesma Universidade.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6253591482952915>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9423-8949>

administration in Mozambican territories. One of these periodicals they denounced was *O Africano*, created in 1908 by the African Grêmio de Lourenço Marques and which lasted until 1919 under the direction of the brothers João Albasini and José Albasini. The figure of José Albasini for a long time was the shadow of his brother's intellectual trajectory. However, José followed his own path and is considered the first chronicler of African origin in Mozambique with his series of texts *In search of health: chronicles of a patient*. This article seeks to point out the potential that exists within José Albasini's intellectual trajectory and his performance in Mozambique.

**Keywords:** Press in Africa, José Albasini, *O Africano*, Colonialism.

Em finais de Oitocentos, com o crescimento do operariado, do comércio e do funcionalismo onde se integravam colonos que eram mandados para Moçambique que lutavam em partidos republicanos, socialistas ou sindicalistas europeus, criou-se na colônia um quadro de complexas lutas e reivindicações políticas que antes estavam presentes apenas em território metropolitano foi transferido para a colônia. Aconteceu a ascensão dos ideais republicanos que ganharam terreno nas localidades coloniais. Assim os africanos urbanizados com determinados estatutos sociais e privilégios foram influenciados e passaram a reivindicar direitos aos colonizadores (SOARES; ZAMPARONI, p. 132).

Esses ideais contribuíram para o surgimento das primeiras agremiações entre africanos. Em 1908 foi fundado o Grêmio Africano de Lourenço Marques, constituído por negros e mulatos com uma posição social privilegiada que se opunham aos abusos e práticas coloniais. No mesmo ano é iniciado *O Africano*, periódico que era propriedade do Grêmio. Era um jornal independente em relação aos partidos políticos existentes e assume uma posição de luta e de unidade entre diversos setores que devido à ineficácia da “ação civilizatória”, eram alvo da exploração capitalista e colonial e aos abusos e corrupções das administrações portuguesas e combatiam o poder colonial instituído (SOARES; ZAMPARONI, p. 132-134). *O Africano* era gestado por João Albasini e José Albasini, irmãos, que são considerados os precursores do nacionalismo moçambicano.

*O Africano* foi publicado até o ano de 1909, com treze números, devido a dificuldades financeiras foi encerrado e seu retorno aconteceu em 1911. Ao contrário do Grêmio Africano que só integrava mulatos e negros com uma posição social privilegiada, *O Africano* começou a integrar brancos radicados em Moçambique e que se associavam aos interesses dos africanos opondo-se aos abusos cometidos pelas práticas coloniais (SOARES; ZAMPARONI, p. 132-134).

A direção do jornal era dividida por João Albasini como diretor, José Albasini como editor e administrador-secretário José dos Santos Rufino. A emergente burguesia colonial portuguesa (funcionários, colonos radicados em Moçambique, operários e outros lusitanos) e a pequena burguesia local de africanos privilegiados desenvolveram uma complexa luta e consciência de denúncia social através de *O Africano*.

*O Africano* teve alta circulação em Moçambique e chegou a ser vendido para mineiros moçambicanos que trabalhavam na União Sul Africana. Era um jornal bilín-

gue, português e ronga. Entre seus textos publicados estavam às críticas da maioria da população africana e não apenas dos assimilados que eram submetidos à má administração portuguesa, ao trabalho forçado (chibalo), a alta cobrança de impostos e a violência da ocupação territorial.

### **Intermediários da colonização: os assimilados e o domínio da língua**

A Primeira República Portuguesa foi extremamente desorganizada em relação ao Império Colonial em África. Isso se deve a problemas internos que Portugal estava passando, mas é inegável que o que acontecia na metrópole causaria reflexos nas colônias. E, desde final de Oitocentos, Moçambique estava passando por importantes transformações econômicas, políticas, culturais e sociais.

Como assinalou Fernanda do Nascimento Thomaz, as importantes mudanças comerciais, políticas e sociais que ocorriam em Lourenço Marques desde finais de Oitocentos resultaram em um processo de autorreconhecimento de certa camada populacional que se identificavam como *filhos da terra*. O reconhecimento dentro desse estrato fazia parte de uma percepção do mundo em que se vivia, mostrando um determinado tempo marcado pelas ações humanas e uma identidade social (THOMAZ, 2008, p. 64).

É interessante as considerações de Valdemir Zamparoni que devemos analisar esse grupo social como uma classe em formação naquele momento histórico:

Não se trata de uma classe cristalizada, com consciência e um fim determinado a ser atingido, mas de um processo de construção no devir histórico; define-se paulatinamente no enfrentamento das condições coloniais, no qual se insere como uma das forças atuantes. Sua posição nesta estrutura social, se não lhe permite ver a totalidade do sistema de dominação colonial, ao menos possibilita-lhe perceber as práticas mais brutais deste sistema, lutar contra as mesmas e elaborar um projeto social distinto. Longe de ser monolítica, comporta latentes contradições que emergem consoante os distintos níveis e formas com que são atingidos os indivíduos que a compõem, diante dos conflitos sociais vivenciados na situação de colonizados (ZAMPARONI, 1998, p. 392).

Entre as mudanças ocorridas em finais de século, podemos assinalar o aparecimento de uma importante camada da população denominada assimilados. De acordo com Fátima Mendonça, a política de assimilação do Estado Colonial Português era produzir um grupo social intermediário, uma pequena burguesia africana que servisse de suporte à colonização. Foi deste grupo, entretanto, que surgiram as primeiras reivindicações políticas, como as posições contrárias à portaria dos Assimilados de 1917, as críticas ao vinho colonial e à forma de instrução desenvolvida em Moçambique (MENDONÇA, 2012, p. 199). Esse grupo político constituiu o núcleo formador do periódico *O Africano*.

Segundo André Victorino Mindoso (2017, p. 33) a assimilação seria o meio pelo qual as populações indígenas, de forma gradual, assimilariam os costumes e hábitos dos portugueses, em troca, poderiam desfrutar da cidadania e direitos que os colonos lusitanos possuíam nas colônias. Na mesma perspectiva sobre o assimilacionismo encontramos Peter Fry que afirmava

o princípio de assimilação, como meta de longo prazo, nunca foi questionado. Pelo menos em princípio, todos os sujeitos poderiam tornar-se cidadãos e, embora muitos portugueses duvidassem do valor de uma competição cada vez mais severa entre africanos e europeus pela obtenção de empregos, prestígio e riqueza (...) (PETER, 2003, p. 289)

Para outros autores, como Bridget O’Laughlin, o Estado Colonial funcionava para criar mecanismos de separação entre a população colonizada e a colonizadora. Dessa forma:

As leis, estatutos e políticas que opunham os cidadãos coloniais do indígena derivavam-se da questão laboral e da contradição de classes. Definem os cidadãos coloniais como aqueles que poderiam circular livremente, contratar os seus trabalhadores e adquirir propriedade; do mesmo modo definem quem não o poderia – o indígena (O’LAUGHLIN, 2000, p. 12).

De acordo com André Victorino Mindoso (2017, p. 39-40), a literatura sobre a questão dos assimilados e dos processos de assimilação ainda é algo escasso na produção científica e essa produção poderia se dividir em quatro tendências: a primeira enfatizando as relações sociais entre colonos e assimilados nos Estados Coloniais; a segunda o papel que as instituições coloniais teriam na “criação” dos assimilados; a terceira enfatizando as trajetórias biográficas de importantes assimilados das sociedades coloniais e, por fim, mostrando como a assimilação teria se ressignificado com as lutas de libertação em África.

A desorganização política resultante da implantação da Primeira República evidencia como os assimilados construíram seu percurso político em Moçambique. José Moreira afirma que os jornais são importantes veículos de demonstração de embates dessa camada da população e suas lutas ideológicas. Esse grupo teria sido constituído de intelectuais, jornalistas e políticos que estiveram atuando localmente na primeira fase da República. Além disso, o autor assinala que sua contínua e acentuada destribalização e sua incorporação dos modos urbanos e ocidentais permitiram ações políticas em âmbitos regionais e certos graus de lideranças (MOREIRA, 1997, p. 29).

Lourenço Marques foi o palco principal desses embates ideológicos da população assimilada nos periódicos existentes em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Isso se deve a alguns fatores elencados por José Moreira, como a diversidade populacional existentes na localidade que possuíam europeus, asiáticos e africanos nos espaços urbanos e ela ser uma cidade cosmopolita, por isso ser capital da

colônia, tais fatores contribuiriam para a existência de certa segregação da sua população. Além disso, Lourenço Marques teria um forte grupo de assimilados católicos no qual reivindicava a instrução política como forma de melhor divulgar a língua portuguesa, meio fundamental para a promoção social e profissional dos indivíduos na colônia (MOREIRA, 1997, p. 42-47).

José Moreira ressaltou que uma das principais figuras de assimilado em Moçambique no começo do século XX foi João Albasini, que lideraria as reivindicações desse grupo social, e seu irmão José Albasini. Para Moreira, o projeto de assimilação teria começado nos anos finais da Monarquia, sendo logo encampado pela Primeira República e representa um momento decisivo de embates e lutas por direitos. Houve reivindicação dessa camada para ser considerada portuguesa, mas tal demanda nunca foi atendida (MOREIRA, 1997, p. 78). Dessa forma, os assimilados tiveram que assumir papel intermediário em suas comunidades coloniais, porque, se não se viam como colonizados, também não se reconheciam como colonizadores.

Para José Moreira, os assimilados, devido a suas posições profissionais (a maioria ocupava cargos da administração pública) e suas qualificações literárias para escreverem nos periódicos que circulavam na colônia, pertenciam ao mundo dos brancos, urbanos e “civilizados”, mas pelo ângulo da raça, pertenciam ao dos negros colonizados (MOREIRA, 1997, p. 78).

Os estudos de José Moreira consideram os processos de assimilação como a ideologia colonial portuguesa por excelência, pois a noção de colonização e assimilacionismo caminhariam juntas. Para o autor, todos os governos portugueses teriam percebido a utilidade desse grupo populacional e sua missão de “influenciar eficazmente as massas populares” (MOREIRA, 1997, p. 93).

A política de assimilação teve alguns atrativos para os colonizados locais. Durante a Primeira República em Lourenço Marques, os africanos “educados” procuravam a assimilação com certo entusiasmo, de acordo com José Moreira, a noção de civilização os atraía devido à ascensão social que poderiam ter e o desenvolvimento capitalista que floresceu em Moçambique nas últimas décadas de Oitocentos causavam interesses. Assim, assimilar a cultura europeia e tirar benefícios materiais seria extremamente importante para essa camada social, assim o colonizador “tinha a obrigação de cumprir essa missão civilizadora da assimilação”. Os colonos não se sentiam ameaçados por esse grupo social, pois acreditavam que os assimilados seriam o ponto fundamental para a sustentação do Estado Colonial e a colonização portuguesa na localidade (MOREIRA, 1997, p. 96-97).

A partir do que levantamos até aqui, podemos compreender as engrenagens do Estado Colonial, assim, o assimilado faria parte dessa grande estrutura de dominação. Não podemos encará-lo como agente passivo nesse processo, muito pelo contrário, sua práxis na localidade influenciou de forma determinante a atuação das administrações coloniais e vice-versa. Dessa maneira, tudo funcionaria conforme uma lógica própria, como assinala Roland Corbissier:

Para assegurar o funcionamento da máquina, porém, não basta ao colonizador a superioridade militar e tecnológica, deve, além disso, legitimar ou tentar legitimar o empreendimento, aos olhos do colonizado e aos seus próprios olhos. Deve, pois, fabricar a ideologia do colonialismo, tentativa de justificação, *a posteriori*, em termos racionais, do domínio e da espoliação a que submete o povo conquistado. E qual poderá ser o conteúdo dessa ideologia? Só poderá ser uma superioridade do colonizador, que implica obviamente como contrapartida, a inferioridade do colonizado. (...) O colonizador não permite nem a assimilação, nem a transformação pacífica da colônia, mediante a participação dos colonizados na gestão do próprio destino. O colonizador representa a negação do colonizado e vice-versa, o colonizado representa a negação do colonizador. Os termos da antítese, ou da contradição, não podem ser absorvidos e superados em uma síntese superior pela simples razão de que, ao mesmo tempo, se implicam e excluem reciprocamente, quer dizer, a negação de um acarretando necessariamente a negação do outro (CORBISSIER, 1977, p. 7).

Na obra *O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, Albert Memmi tratou da construção desse mundo do colonizador e do mundo do colonizado, que se sobrepuseram em alguns momentos e em outros não. Para o autor, o assimilado busca escapar da sua condição de colonizado e, para isso, procura parecer-se com o colonizador

(...) na esperança confessada de que deixe de reconhecê-los diferentes dele. Daí seus esforços para esquecer o passado, para mudar de hábitos coletivos, sua adoção entusiasta da língua, da cultura e dos costumes ocidentais. Mas, se o colonizador nem sempre desencoraja abertamente esses candidatos à sua semelhança, jamais lhes permitiu também realizá-la. Vivem assim em penosa e constante ambiguidade, recusadas pelo colonizador, participam em parte da situação concreta do colonizado, têm com ele solidariedade de fato; por outro lado, recusam os valores do colonizado enquanto pertencentes a um mundo decadente, do qual esperam escapar com o tempo (MEMMI, 1977, p. 30).

Para Albert Memmi, os recém assimilados situam-se muito aquém do colonizador, mas ostentariam com valor o status que adquiriram com a assimilação e desprezariam a situação do colonizado, assim ficam

(...) deslumbrados ainda com seus privilégios, os saboreiam e defendem com avidez e inquietação. E, quando a colonização corre perigo, fornecem-lhe seus defensores mais dinâmicos, suas tropas de choque, e, algumas vezes, seus agentes provocadores. (...) Os representantes das autoridades, quadros, caides, policias, etc, recrutados entre os colonizados, formam uma categoria de colonizados que preten-

de escapar à sua condição política e social. (...) Muitos dos traços do colonizado o chocam ou irritam, tem repulsa que não chega a esconder e as manifesta em observações que lembram curiosamente as dos colonialistas. Em verdade, está longe, o momento em que estava convencido, *a priori*, da identidade da natureza humana em todas as latitudes. Sem dúvida, ainda acredita nessa identidade, mas com em uma universalidade abstrata ou em um ideal situado no futuro da história (MEMMI, 1977, p. 30-38).

Na mesma perspectiva de Albert Memmi, encontramos as considerações de Valdemir Zamparoni (2009, p. 27), afirmando que os colonizadores, uma vez estabelecidos, encaravam a população local como privada de tudo, pois não possuíam a cultura europeia. Os colonizados eram vistos, pela lógica colonial, como desprovidos de tudo, o europeu se considerava um polo positivo de transformação nessas comunidades locais, enquanto tudo que seria derivado do nativo era negativo.

Uma das característica central dos assimilados é o fato de dominarem a língua do colonizador. De acordo com Valdemir Zamparoni (2009, p. 27), um dos instrumentos mais danosos utilizados pelo colonialismo foi a imposição da língua das metrópoles, que teria um caráter despersonalizante e alienante para o colonizado. Desta forma:

Os poucos atores que nesse universo foram incluídos fizeram dela uso muito distinto daquele que os agentes coloniais poderiam esperar: não só usaram a caneta como a zagaia, voltando o controle que tinham da língua contra o cotidiano opressivo, como a recriaram, ao incorporar palavras, expressões e formas das várias línguas locais e falares populares que circulavam pelos espaços urbanos, subvertendo cânones e criando as bases para a reivindicação de uma moçambicanidade (ZAMPARONI, 2009, p. 27).

As trocas culturais em relação à língua eram uma constante nesse universo colonialista, comerciantes e caçadores que percorriam sertões em busca de mercadorias lançavam mão de línguas e os europeus do interior acabam assimilando dialetos e falares locais (ZAMPARONI, 2009, p. 28). Entretanto, com a intensificação do colonialismo de Oitocentos e as transformações acarretadas em Moçambique em início do século XX:

(...) a possibilidade de apropriação de termos das línguas locais por parte dos colonizadores passou a ser de diminuta possibilidade, pois estavam em argumentos de prestígio, de poder e de hierarquia, atuando também no âmbito linguístico os guardiões da pretensa superioridade europeia. Diferentemente do que ocorrera no passado, quando os portugueses não exerciam hegemonia de qualquer tipo, agora o inverso tenderia a acontecer: os colonizados inclinavam-se a aprender a língua do colonizador e dela apropriar, com

mais ímpeto, termos e palavras (ZAMPARONI, 2009, p. 32).

Na lógica defendida pelo colonialismo de superioridade europeia e inferioridade dos africanos, eram estabelecidos dogmas que defendiam que as línguas indígenas seriam incapazes de cumprir suas funções, sobretudo de transmissão de noções de “civilidade” e “modernidade” (como conceitos abstratos e científicos), seriam inviáveis como veículos de instrução e ensino. Segundo essa ideia, o colonizado ganharia ao aprender a língua metropolitana, pois seriam introduzidos ao “mundo civilizado e moderno”. Além disso, por não possuírem uma escrita, suas línguas seriam despossuídas de uma cultura e da civilização. É interessante perceber que nesse discurso colonial criava-se uma lógica de um “vazio cultural” existente nas sociedades colonizadas, que deveria ser preenchido pela cultura metropolitana (ZAMPARONI, 2009, p. 32).

De acordo com Valdemir Zamparoni, nunca foi interesse do colonialismo português a criação de sociedades bilíngues, mas coibir a existência das línguas nativas de direito. Autoridades locais em diversos momentos tentaram criar mecanismos de proibição para o uso, sobretudo na área de ensino e nas práticas missionárias. As missões deveriam ter um papel fundamental para transformar os nativos úteis a obra “civilizadora do colonialismo” e as escolas de instrução existentes em Moçambique deveriam evitar o aprofundamento conhecimento na língua metropolitana. Assim,

Os colonos e missionários estavam convencidos de que a assimilação real aos valores europeus estava fora de questão e o ensino da língua do colonizador deveria dar-se no mínimo estritamente necessário, fosse porque estavam além da capacidade congênita da imensa maioria dos “indígenas”, fosse porque nenhum benefício poderia trazer-lhes. Os poucos escolhidos, cuja “inteligência” era tida como acima da média, acabavam por se tornar bilíngues a serviço da administração e dos colonos (ZAMPARONI, 2009, p. 45).

Em Lourenço Marques, capital da colônia e cidade mais populosa de Moçambique, segundo o Censo de 1894, apenas 15 nativos sabiam ler e escrever, mas a localidade possuía uma tendência crescente e que a educação era vista como uma das poucas alternativas reais de ascensão social para os não-brancos. Os nativos com acesso a escolas públicas ou missionárias eram vistos com um certo temor pelos colonos portugueses. As missões católicas e protestantes tiveram papel ímpar para a introdução das línguas europeias na colônia (ZAMPARONI, 2009, p. 35-37).

No espaço citadino de Lourenço Marques, a língua portuguesa era um elemento de contato intercultural devido à existência de populações geograficamente e culturalmente distintas, mas não era a hegemônica. A obrigatoriedade do uso do português dava-se em âmbito administrativo (funcionários públicos e coloniais) e comercial. Segundo Valdemir Zamparoni

Bem ou mal, a língua portuguesa ocupava um lugar privilegiado na colônia e, paulatinamente, apesar da educação ineficiente, passou a ser um parâmetro para o estabelecimento e a agudização de distinções na estrutura sócio-racial local: no plano vertical, entre colonizadores e colonizados, no plano horizontal, entre os últimos, já que havia acesso e usos bastantes diferenciados, consoantes os graus de contato das populações colonizadas com o aparato administrativo colonial. Alguns, sobretudo os camponeses, distanciados dos colonos, usavam menos a língua portuguesa propriamente dita, mas um arsenal de palavras desta incorporado nas línguas locais. Esses termos expressavam realidades e nomeavam mercadorias e situações somente existentes com o fato colonial (ZAMPARONI, 2009, p. 45).

No âmbito da administração colonial, havia poucos funcionários negros e mestiços, os quais desempenhavam funções técnicas como as de intérpretes, gráficos e auxiliares administrativos. Esse grupo esforçava-se para um domínio mais erudito da língua portuguesa, com características europeizadas. Os indivíduos pertencentes a essa camada foram os principais responsáveis por criticar abertamente as mazelas do colonialismo e criar formas alternativas de denúncias aos abusos coloniais (ZAMPARONI, 2009, p. 46).

Os assimilados considerados mais “evoluídos” defendiam que a leitura e a escrita eram as únicas formas capazes de transformar os nativos em cidadãos capazes de se defender dos abusos cometidos pelas práticas colonizadoras. Acreditavam que aqueles que já possuíam certo grau de instrução deveriam trabalhar para que nenhum nativo deixasse de frequentar a escola e no mínimo soubesse ler, escrever e cantar em português (ZAMPARONI, 2009, p. 46). Como assinala Frantz Fanon, era na linguagem que estava a

(...) promessa do reconhecimento, dominar a linguagem, um certo idioma, e assumir a identidade da cultura. Esta promessa não se cumpre, todavia, quando vivenciada pelos negros. Mesmo quando o idioma é “dominado” resulta a ilegitimidade. Muitos negros acreditam neste fracasso de legítimidade e declaram uma guerra maciça contra a negritude. Este racismo dos negros contra o negro é um exemplo da forma de narcisismo no qual os negros buscam a ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo branco (FANON, 2008, p. 15).

Nessa perspectiva, o fato de o assimilado dominar a linguagem do colonizador demonstra sua participação no mundo do qual a língua era oriunda. De acordo com Fanon,

Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.

(...) Já se vê aonde queremos chegar, existe na posse da linguagem uma extraordinária potência (FANON, 2008, p. 33-34).

Além do domínio da língua do colonizador, para ser considerado assimilado em Moçambique, alguns requisitos, como apontado por Fernanda do Nascimento Thomaz, deveriam ser cumpridos, como: práticas monogâmicas, ser maior de 18 anos, ter cursado pelo menos o primário, ter uma profissão que possibilitasse o seu sustento e de sua família, bom comportamento moral e cívico, ter prestado as suas responsabilidades com os serviços militares e possuir hábitos para a aplicação dos direitos públicos e privado português, ou seja, esse último item, ser considerado civilizado (THOMAZ, 2008, p. 44).

O domínio da língua escrita do colonizador tem um profundo significado político na vida dos assimilados. Compreender, escrever e ler a língua metropolitana “é mais do que o meio pelo qual os falantes se comunicam (APPIAH, 1997, p. 81)”, é uma forma de sentir a sua realidade e colocá-la em palavras. Esse é um importante papel desempenhado por intelectuais nos órgãos de imprensa em finais de Oitocentos e início da centena em Moçambique. Mas, afinal, por que devemos encarar esses literatos e jornalistas atuantes na imprensa periódica como intelectuais?

### Intelectuais e trajetórias literárias

De acordo com Ivete Walty e Maria Zilda Cury (WALTY; CURY, 2009, p. 223), a palavra intelectual ganhou sentido quando Émile Zola tomou a palavra para defender Alfred Dreyfus em finais de Oitocentos com o famoso manifesto *J'accuse!*. A palavra adquiriu assim seu sentido moderno, que remete àquele que toma a palavra nos espaços públicos e coloca a defesa dos valores de justiça, igualdade e direitos acima das razões do Estado. Ainda de acordo com as autoras,

Do latim *intelectuallis*, de que a palavra intelectual deriva, conservou-se o sentido relativo à inteligência. Decompondo-se a palavra temos: *intus* (para dentro) e *lectus*, participio passado de *legere* (ler). Ler (para) dentro das coisas, para seu interior. Mas *legere* no seu sentido etimológico guarda, simultaneamente, um sentido, uma qualidade do que sai de si, aquilo que extrapola o indivíduo para abrir-se numa dimensão também social. Ler, pois, pressupõe um movimento para o exterior, para comunicar-se com os outros, fazendo uma leitura do mundo, o que dota a palavra intelectual dos dois movimentos: para dentro de si e para fora de si. Alargando o sentido ainda a partir da etimologia da palavra, saliente-se a condição intermediária do intelectual, sua função mediadora.

Nessa perspectiva, de acordo com Augusto Silva

Só se justifica que o intelectual moderno nasce com a intervenção de Émile Zola no caso Dreyfus se usarmos a expressão no seu sentido próprio. O intelectual é diferente do “filósofo” do século XVIII e do “homem de letras” do século XIX. Ele é a figura que brota de um campo cultural, que acabava de estabelecer-se como campo social autônomo, e como tal se projeta na política. O *‘J’accuse!’* constitui o momento fundador desse movimento, pelo qual o criador intervém civicamente, aplicando ao espaço público os valores do campo cultural (SILVA, 2004, p. 39).

Para Augusto Santos Silva, a condição do intelectual foi alicerçada em três pilares: a crítica, a independência e a diferença. A diferença estaria entre seu campo cultural e a atuação no campo do poder, que buscaria intervir no espaço público. A independência exigiria o distanciamento que o intelectual deveria ter para politizar os seres não políticos. A crítica, por sua vez, remete à capacidade do intelectual para apontar possíveis desvios e abusos daqueles que exercem o poder (SILVA, 2004, p. 41-42).

As ações e falas públicas seriam atividades primordiais na atividade intelectual moderna, pois assumiriam a defesa das causas universais e a transgressão com a ordem social existente (CHAUÍ, 2006, p. 20). Como assinalava Pierre Bourdieu a respeito do aparecimento dos intelectuais

Os intelectuais surgiram historicamente no e pelo ultrapassamento da oposição entre a cultura pura e o engajamento. São por isso seres bidimensionais. Para invocar o título de intelectual, os produtores culturais precisam preencher duas condições: de um lado, pertencer a um campo intelectualmente autônomo, independente do poder religioso, político, econômico e outros, e precisam respeitar as leis particulares desse campo de outro lado, precisam manifestar sua perícia e autoridade específica numa atividade política exterior ao campo particular de sua atividade intelectual. Precisam permanecer produtores culturais em tempo integral sem se tornar políticos. Apesar da antinomia entre autonomia e engajamento, é possível mantê-los simultaneamente. Quanto maior a independência do intelectual com relação a interesses mundanos, advinda de sua mestria, tanto maior sua inclinação a asseverar essa independência, criticando os poderes existentes, e tanto maior a efetividade simbólica de qualquer posição política que possam tomar (BOURDIEU, 2006, p. 22).

Devemos compreender que o intelectual buscaria representar e ser representante do seu povo, denunciados as atrocidades cometidas contra este e os usos e abusos de poder em nome de uma legalidade. De acordo com Edward Said

A essa tarefa extremamente importante de representar o sofrimento coletivo de seu próprio povo, de testemunhar suas lutas, de reafirmar sua perseverança e de reforçar sua me-

mória, deve-se acrescentar uma outra coisa, que só um intelectual, a meu ver, tem a obrigação de cumprir. Afinal, muitos romancistas, pintores e poetas (...) encarnaram a experiência histórica do seu povo em obras de arte, que, por sua vez, ficam reconhecidas como obras-primas. Nesse sentido, penso que a tarefa do intelectual é universalizar de forma explícita os conflitos e as crises, dar maior alcance humano à dor de um determinado povo ou nação, associar essa experiência ao sofrimento de outros (SAID, 2005, p. 53).

Para além dessas interpretações, temos a de Jean-Paul Sartre que acreditava que os intelectuais eram

Produtos de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico. Neste sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz (SARTRE, 1994, p. 31).

A partir das considerações de Sartre, podemos entender que os assimilados faziam parte dessa sociedade nova, nascida do despedaçamento das suas antigas sociedades africanas, que entraram em choque com as transformações e violências intensificadas e massificadas com o colonialismo de Oitocentos. Assim, são produtos de uma comunidade que estava passando por intensas e profundas transformações em diversos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

As interpretações do papel do intelectual antes focalizadas permitem concluir que os assimilados foram intelectuais fortemente atuantes no jornalismo literário em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Podemos também evocar o conceito de intelectuais orgânicos de Antonio Gramsci, pois aquela camada da população fazia parte de uma estrutura social maior, o colonialismo, e estava envolvida com as questões práticas da sociedade e do Estado colonial que a rodeava. Os assimilados não buscavam representar algo ou alguém, mas serem representativos. Em suas reivindicações, denunciavam as mazelas e abusos cometidos pelas autoridades coloniais e buscavam a democratização do conceito de cidadania nos espaços em que circulavam, sendo assim, tornaram-se importantes representantes dos colonizados em Moçambique.

Para Antonio Gramsci, os intelectuais orgânicos não podem se restringir à eloquência da sua produção cultural, devem colocar-se ativamente na vida prática de sua sociedade. Dessa forma, o jornalismo desenvolvido em África nas primeiras décadas do século XX teve esse papel, pois não pretendia somente “satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área” (GRAMSCI, 1979, p. 61).

Gramsci acreditava que as revistas e os jornais eram estéreis se não se tornassem a força formadora de instituições culturais associativas, cujos quadros deveriam ser abertos (GRAMSCI, 1979, p. 66). Podemos entender o associativismo em Moçambique no começo do século XX nessa perspectiva, pois o Grêmio Africano buscou integrar diversos grupos sociais, econômicos e raciais entre seus filiados. Além disso, seu jornal, *O Africano*, não era uma exclusividade para assimilados, mas destinado a diversos grupos culturais heterogêneos existentes na colônia.

Outro ponto fundamental da atuação jornalística, para Antonio Gramsci, são os títulos que os intelectuais dariam a seus escritos para atrair o público social aos quais se dirigia. Destaca também a dificuldade de criação de bons cronistas do cotidiano de opressão de uma comunidade, pois haveria uma identificação com o periódico a partir da identificação com sua escrita:

Tendência a títulos grandiloqüentes e pendantes, com oposta reação de títulos chamados “jornalísticos”, isto é, anódinos e insignificantes. Dificuldade da arte dos títulos: deveriam resumir algumas exigências, tais como a de indicar sinteticamente o assunto central tratado, o de despertar interesse e curiosidade levando a que se leia a matéria. Também os títulos são determinados pelo público ao qual o jornal se dirige e pela atitude do jornal em face de seu público: atitude demagógica-comercial quando se quer explorar as tendências mais baixas, atitude educativa-didática, mas sem pendatismo, quando se pretende explorar o sentimento dominante no público como ponto de partida para sua elevação. (...) Dificuldade de criar bons cronistas, isto é, jornalistas tecnicamente preparados para compreender e analisar a vida orgânica de uma grande cidade, inserindo neste quadro (sem pedantismo, mas sem superficialidade e sem “brilhantes” improvisações) todo problema singular à medida em que ele se torna atualidade (GRAMSCI, 1979, p. 196).

Esse engajamento na escrita literária apareceu nos diversos periódicos moçambicanos em circulação no início do século XX, especialmente em *O Africano*. De acordo com Benjamin Abdala Junior, o engajamento para o escritor se configurava de uma forma nova através da palavra escrita. Assim, seus textos são radicais por tentarem mostrar a essência da sociedade a sua volta. De modo geral

Os escritores engajados estão comprometidos com a transformação e suas perspectivas críticas não lhes permitem descartar a experiência alheia. (...) Quando o escritor escreve, pode julgar que o texto é apenas seu, não tendo consciência de que na verdade é a sociedade, que se escreve através dele. Na sua escrita está uma conferência de práxis coletivas, desde a específica da série literária até as outras, relativas à sua atividade noutros campos sêmicos do trabalho social. O escritor engajado procura ter consciência dessa inscrição social (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 39-45).

Comprometidos com os problemas sociais que os rodeiam e seu tratamento em uma perspectiva crítica (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 107), aos escritores engajados cumpre refletir sobre a sua posição também nos processos de construção literária (BENJAMIN, 1985, p. 2000). Segundo Benjamin Abdala Junior

Esse “repensar” não é neutro. O contrário, ele pede ao escritor engajado a consciência do risco histórico de que participa. Esse momento histórico solicita-lhe uma atitude de atrevimento, para que articule novas configurações formais em oposição às marcas do conformismo que podem neutralizar o novo imaginário político. (...) Quando o escritor escreve, pode julgar que o texto é apenas seu, não tendo consciência de que na verdade é a sociedade que se inscreve através dele. Na sua escrita está uma confluência de práxis coletivas, desde a específica da série literária até as outras relativas à sua atividade noutros campos sêmicos do trabalho social. O escritor engajado procura ter consciência dessa inserção social (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 111-112).

Benjamin Abdala Junior percebeu que, na África portuguesa, a apropriação social e nacional de uma cultura engajada foi realizada por setores assimilados cidadãos. Assim, no texto literário ocorria um engajamento real, pois haveria uma articulação entre “ciência” e “arte”, seu escrito colocaria as conexões dialéticas existentes nos espaços coloniais e as denúncias dos abusos colonialistas (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 116).

Para Tania Macedo (2003, p. 31), a opção do escritor comprometido por seu local e cotidiano colonial, tornando o colonizado protagonista de suas histórias, é uma forma de engajamento, não sendo apenas uma opção estética, mas uma escolha para marcar posicionamento. Nessa mesma perspectiva de literatura engajada, vale lembrar as observações de Sartre:

Um escritor é engajado assim que ele se encarrega de tomar a consciência a mais lúcida e a mais integral de estar comprometido, quer dizer, assim que ele faz passar para ele e para os outros, o engajamento da espontaneidade imediata ao refletivo (SARTRE, 1948, p. 84).

Deste modo, a tomada de posicionamento do escritor engajado é uma recusa ao *status quo*. Albert Memmi salientou essa questão do fazer literário como uma forma de engajamento contra as formas de dominação impostas pelo colonialismo

A emergência de uma literatura de colonizados, a tomada de consciência de escritores norte-africanos, por exemplo, não é um fenômeno isolado. Participa da tomada de consciência de si mesmo de todo um grupo humano. O fruto não é um acidente ou um milagre da planta, mas o sinal de sua maturidade. Quando muito o surgimento do artista colonizado precede um pouco a tomada de consciência cole-

tiva da qual participa, que acelera com sua participação (MEMMI, 1979, p. 99).

O jornal *O Africano* e seus escritores fizeram uso do seu engajamento social para denunciar os descasos da situação colonial em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Os assimilados que integraram o periódico buscaram através da palavra tornar visíveis suas reivindicações e posicionamentos sócio-políticos. *O Africano* como possui uma voz homogênea, mas é constituído pelo timbre de diversos indivíduos que, atuando nesse veículo, produziram uma gama considerável de diferentes discursos e críticas ao Estado Colonial e seu entorno.

### **A trajetória literária e intelectual de José Albasini (O Bandana)**

Além do João Albasini, é preciso lembrar a figura de José Albasini, irmão do escritor, como outro importante jornalista e cronista de Moçambique colonial. José Albasini, conhecido em ronga como *Bandana*, fez parte da gestão do Grêmio Africano e da direção do jornal *O Africano*, tendo publicado textos no periódico. Um fato curioso nas suas publicações levantado por nossa pesquisa foi que os textos assinados como Bandana aparecem apenas em ronga, desde o primeiro número do jornal em 25 de dezembro de 1908. Em razão disso, acreditamos que José Albasini seria o responsável pela seção em língua landim de *O Africano*.

César Braga-Pinto assinalou que enquanto João Albasini tem despertado o interesse de alguns pesquisadores, a biografia e carreira de José aparecem marginalmente na história do jornalismo, da literatura moçambicana e do Grêmio Africano de Lourenço Marques (BRAGA-PINTO, 2015, p. 14). Sobre sua vida pessoal, sabemos que trabalhou como caixeiro comercial e se tornou, assim como o irmão, despachante na capital da colônia (ZAMPARONI, 1998, p. 400).

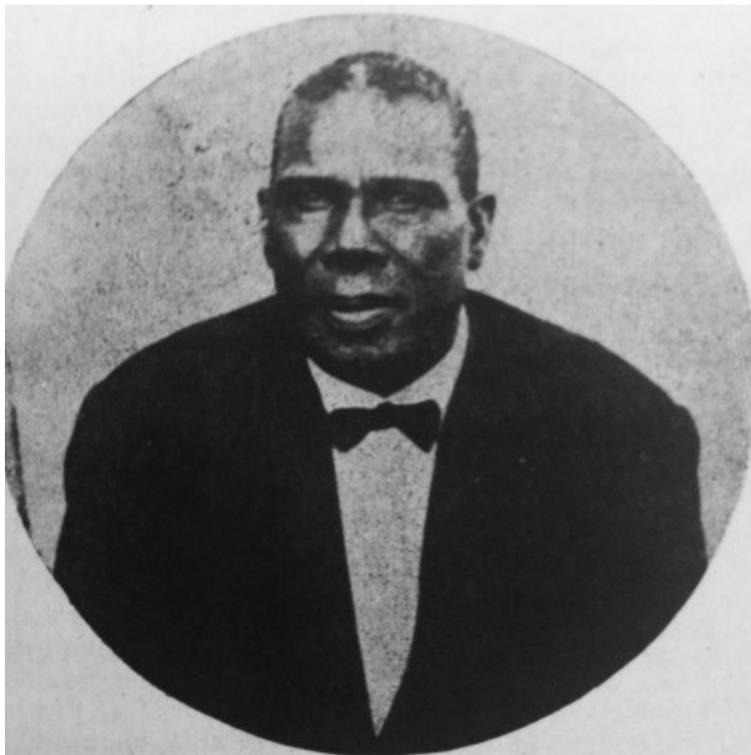
Em um texto assinado por Estácio Dias em *O Brado Africano* podemos perceber que José Albasini possuiria características e personalidade próprias, opostas às do irmão:

A primeira impressão que tive do irmão foi de um assimilado de meia dose; mal aparelhado, com musculatura forte, vergado de ombros, fazendo lembra os serviços das alfândegas e para mais não acompanhando a civilização nos vícios do fumo; não acompanhando as refeições com o delicioso néctar dos deuses, como complemento de civilização e, pior ainda, fungando rapé!  
Mas, um dia, José Albasini, entra numa discussão – que eram muitas, sobre política, sobre literatura – e José Albasini discorre, com uma lucidez de espírito e com saber que me fizeram modificar a impressão que tinha dele (O BRADO AFRICANO, 9/7/1934).

Ao contrário de João Albasini, fascinado por Eça de Queiroz, José Albasini era, conforme Estácio Dias, leitor dos semanários republicanos *O Povo*, *O Mundo* e um admirador de Camilo Castelo Branco (*O BRADO AFRICANO*, 2/5/1936).

De acordo com Valdemir Zamparoni e Paulo Soares, o colaborador Faftin seria um pseudônimo de José Albasini ao escrever em português para *O Africano* (SOARES, ZAMPARONI, p. 175). Em seus textos assinados como Bandana, o escritor tomava uma postura pedagógica, segundo Cesar Braga-Pinto, pois criticava o funcionamento das missões católicas no espaço colonial moçambicano, ensinava economia, comércio e agricultura aos seus leitores; e clamava os contemporâneos a reivindicarem seus direitos para melhorar suas condições sociais (BRAGA-PINTO, 2015, p. 15).

**Figura 1. José Francisco Albasini, o Bandana**



Fonte: BRAGA-PINTO, César (Org.). *José Albasini. À procura de saúde: crônicas de um doente (1935)*. Maputo: Alcances Editores, 2015, p. 5.

Em *À procura de saúde*, podemos verificar o estilo de Bandana, reproduzindo a tradução do texto originalmente publicado em ronga:

Deixemos de ser tão bonzinhos, e pensarmos que somos todos irmãos tal como diz a lei de Jesus Cristo. Os brancos pensam assim, nós também devemos abrir a vista e vermos que eles não são nossos irmãos. Se fossem nossos irmãos não iriam tirar leis que são más apenas para nós, não iriam nos amarrar porque a lei da República não permite isso, não teriam tirado a lei sobre os bilhetes de identidade, e outras leis que irão tirar quando começaremos a enfraquecer, quando já não teremos mais san-

gue, uma vez que o resto terá sido consumido pela bebida alcoólica designada “colonial”.

Não esperemos que eles venham nas nossas casas para nos visitarem ou para verem o que temos em falta. Procuremos pessoalmente o que nós precisamos, usando as nossas próprias mãos.

Avante!... (O AFRICANO, 10/01/1914)

Nessas palavras, percebemos que José Albasini, sob o pseudônimo de Bandana, possuía o mesmo grau de combatividade do seu irmão, mas que de forma alguma encarava a presença portuguesa como algo benéfico para a população nativa. Acreditamos que ao escolher o ronga como sua principal língua de publicação almejava justamente sua difusão entre os habitantes de Lourenço Marques, por ser um público ainda mais específico do que o de seu irmão. Sendo assim, é nítido seu interesse na construção da consciência social dos moçambicanos.

A venda de *O Africano*, em finais de 1918, segundo relato de Estácio Dias, foi encarada com tristeza por José Albasini. Felizmente, afirma, rapidamente a localidade teria um novo jornal e um perfil ainda mais combativo que o do anterior:

‘Sabe? O João e o administrador do ‘O Africano’ estão negociando a venda do jornal ao Padre Vicente! Ah! Mas não havemos de ficar sem um jornal’.

Nunca vi o José Albasini tão triste como dessa vez, ele que pretende ser forte mesmo perdendo um ente querido.

Meses depois aparecia o “O Brado Africano”

Porque, o irmão João, tendo sido um brilhante Instrumento, não foi um grande organizador. Sentindo embora as injustiças dos homens, e atacando-as, não punha nelas a gravidade precisa (O BRADO AFRICANO, 09/07/1934).

Quando João Albasini viajou a Portugal em início dos anos de 1920, José assumiu suas funções no Grêmio Africano e, com a morte de João em 1922, José ficaria com a direção, juntamente com Estácio Dias, de *O Brado Africano*. Esse novo jornal apresentou um perfil editorial mais acusativo que o de *O Africano* e adotou uma linha editorial “em defesa dos naturais da colônia”. Podemos considerar que, ao administrar o periódico, José Albasini optou por um perfil mais pragmático e combativo para o impresso.

Em 1917, a administração colonial portuguesa aprovou o Estatuto do Assimilado, o que causou revolta de importantes membros do Grêmio Africano e dos irmãos Albasini. Em 1920, João Albasini, para cuidar da sua saúde, viajou a Lisboa e buscou tratar da questão do estatuto representando os assimilados existentes em Moçambique. Nessa viagem, como afirmamos anteriormente, teve importante contato com os ideais pan-africanistas. A Portaria dos Assimilados só seria revogada em 1921, um ano antes de sua morte.

Esse clima de incertezas, que pairava sobre Moçambique nos primeiros anos da década de 1920, permitiu que um grupo de negros protestantes, que escreviam para a seção landina de *O Brado Africano*, fundasse seu próprio periódico: *Dambu dja Africa* (Sol de África). No princípio da década seguinte, essa divisão entre os negros e mulattos se intensificaria ainda mais com a criação do *Instituto Negrófilo* (1932) e com a renomeação do Grêmio que passou a ser Associação Africana (1938). Em 1926, a Lei João Belo obrigava que os administradores dos periódicos tivessem formação superior, momento em que *O Brado Africano* começou a apresentar oficialmente nomes de outros diretores, mas sua direção e organização permaneceram nas mãos de José Albasini e Estácio Dias.

A cisão se acirrou ainda mais com a chegada de Karel Pott, em julho de 1931, que se tornaria o novo presidente do Grêmio e diretor de *O Brado Africano*, entrando em conflito com a geração de José Albasini e Estácio Dias. Esses embates se intensificaram em 1932, quando Karel Pott solicita a saída de José Albasini do periódico, o qual lhe respondeu com um editorial inflamado. Esse cenário de disputa fez com que Marciano Nicanor da Silva, em nome do jornal, movesse uma ação contra Pott, levando à suspensão do periódico entre dezembro de 1932 e fevereiro de 1933, a partir de quando adotou o título de *O Clamor Africano*, sob a direção de José Albasini (BRAGA-PINTO, 2015, p. 17-18). Estácio Dias lamentou em uma publicação no periódico o conflito geracional nos anos de 1930:

Apologistas do lugar para os novos, não vou, porém, até ao ponto de aprovar que os novos dêem o espetáculo de guerra de morte ao passado, calcando-o como se o sangue cafre nos fosse fatal até ao ponto de nos tornar impossível a assimilação dos que nos trouxeram outra civilização (O CLAMOR AFRICANO, 10/12/1912).

Esse espaço de disputa levou *O Brado Africano* a desligar-se do Grêmio Africano, mas com alguns momentos de retorno. José Albasini e Estácio Dias, excluídos da direção do Grêmio, permaneceram na gestão do periódico até o ano de suas mortes, respectivamente 1935 e 1937. Em seus anos de administração do periódico, José Albasini fez severas críticas à maneira como a associação conduziu essa disputa:

Vou fazer aqui uma declaração que vai surpreender alguns dirigentes da nossa Associação. Sou também um dos fundadores do Grêmio Africano de Lourenço Marques. Custou-me muito a criá-lo até atingir o esplendor em que está. Não sei se só por dizer isso, é motivo para mo entregarem. No caso de Grêmio não querer para ser órgão, voltará o *Brado Africano* a ser, como era no seu início, somente órgão dos interesses indígenas (O BRADO AFRICANO, 10/12/1932).

Nos parágrafos anteriores, em uma extensão do foco da pesquisa, apresentamos o embate entre a geração de 1908 e a geração que acabava de surgir entre os no-

vos assimilados, justamente para localizar a escrita de José Albasini e sua trajetória de vida após a morte do irmão.

Essa situação de tensão era constante no espaço de Moçambique nos anos de 1930, um reflexo do que acontecia na metrópole devido à implantação do Estado Novo Português por Oliveira Salazar. Segundo César Braga-Pinto

É neste momento de ascendente clima de racismo, com a segregação racial nas escolas e nas salas de cinema, o recrudescimento da censura, a divisão entre negros e mulatos, a inevitável cooptação dos assimilados, e a atitude de negação da herança africana por boa parte das novas gerações, que o ‘assimilado de meia dose’ José Albasini publica, entre 3 de março e 25 de agosto de 1934, uma série enumerada de doze crônicas, intituladas ‘À procura de Saúde’. O clima de divisão está presente já nas primeiras linhas do texto, quando Albasini nostalgicamente recorda os tempos passados, ainda na virada do século, quando ele presenciara a inauguração das estradas de ferro: um tempo em que ‘não havia brancos, nem pretos, que só havia portugueses’ (BRAGA-PINTO, 2015, p. 20).

Nessa série de crônicas de José Albasini, publicadas nas páginas de *O Brado Africano*, percebemos uma narrativa com caráter autobiográfico e de viagens. De acordo com César Braga-Pinto, ela “poderia ser considerada a primeira narrativa de intenções literárias escrita e publicada por um moçambicano” (BRAGA-PINTO, 2015, p. 12). O jornal *O Brado Africano* anunciava em suas páginas a publicação dessas narrativas:

Iniciamos hoje a publicação de umas crônicas do nosso Director escritos de Incomati, onde se encontra. Pensa ele em abordar vários assuntos não só respeitantes a Incomati como também a Ressano Garcia, Moamba, Missão de S. Jerónimo, a Missão de Antioka, Xinavane, Manhiça, Escola de Preparação de Professor etc., etc. Nestas crônicas procurará o nosso Director, contar tudo o que sabe e aquilo que outros sabem, lendas e superstições indígenas, contos reg’onaes, usos e costumes etc (O BRADO AFRICANO, 03/03/1934).

A série de crônicas foi construída sem títulos, mas com algarismos romanos que demarcaria uma sequência existente. Cada número expressaria as viagens que José Albasini realizou em Moçambique, buscando um melhor tratamento para a cura da tuberculose. A família Albasini padecia com mortes por tuberculose (BRAGA-PINTO, 2015, p. 20). Na crônica de número VII, o escritor trouxe à tona a ligação familiar com a doença:

Mas ainda que um homem faça o bastante para se não ralar, para viver em paz, não o pode fazer se relações vêm ter co-

nosco, ora quando nos morre o pai e a mãe, que tanto amamos e que nos deram o ser, ora quando nos morrem os filhos, que são a carne da nossa carne ou, ainda, quando desaparecem dia a dia os nossos amigos queridos. O coração sofre então por mais esforço que um homem faça para o tornar calmo. Daí as doenças que atormentam, maçam e nos arrebetam (O BRADO AFRICANO, 12/05/1934).

Em sua primeira crônica, José Albasini acreditava que a tuberculose fazia parte de uma superstição nativa ligada à sua família e rememora a morte do irmão pela doença “historiando uma superstição nativa a meu respeito e da minha família. Trata-se de uma fera à solta, que já deu cabo de algumas pessoas entre elas João Albasini” (O BRADO AFRICANO, 03/03/1934).

Na série de crônicas perceberemos um silenciamento do escritor a respeito da palavra tuberculose, esse silêncio sobre a doença pode ser encarado como uma dificuldade de enfrentamento da enfermidade ou até mesmo sua negação.

Entre as localidades visitadas pelo cronista em sua viagem estão Ressano Garcia, Marracuene, Magudo, Intimane, Xinavane, Tanianga, Manhiça e Incomati. Percebemos nos seus escritos uma degradação da saúde do escritor conforme vai viajando e isso o leva a refletir sobre o estado atual de Moçambique. Em diversas passagens das crônicas, o autor rememora importantes acontecimentos na colônia em finais de Oitocentos e início da centúria seguinte, que marcaria a construção da identidade daquele Estado Colonial. Além disso, percebemos que José Albasini prefere falar da decadência em que se encontrava a colônia, como recurso para silenciar sobre seu estado de saúde pessoal:

Todas as noites, das 2 da madrugada à manhã clara, acordava a tossir, e isso durava horas e horas e não dormia mais. Depois já não era só a noite que tossia; mas de dia também. Eu não me descuidei com esta doença. Logo no dia seguinte consultei um amigo, que me aconselhou uma ‘bebedeira de cognac com açúcar e leite quente’. Como não bebo bebidas alcoólicas, resisti a tomar o cognac, mesmo como remédio. Um outro aconselhou-me ‘vinho muito açucarado e muito quente tomado já deitado’; também não aceitei. Depois destes vieram centos e centos de receitas, umas da farmácia e outras caseiras; a maioria pendia para medicamentos confeccionados com bebidas, o que me fez compreender rapidamente o motivo da prosperidade das cantinas – é que vendem bebidas como bebidas e bebidas como remédios (O BRADO AFRICANO, 10/03/1934).

À semelhança do verificado nos textos de João Albasini, a ironia e a comichade perpassaram as crônicas de José Albasini. A sua própria condição não escapa de jocosidade: “Enfim médicos e medicamentos não me faltaram: a doença é que era de má qualidade” (O BRADO AFRICANO, 10/03/1934).

Segundo César Braga-Pinto, a respeito das descrições presentes na série de crônicas de José Albasini:

Seu encontro com as paisagens e realidades do interior africano é colorido de memórias pessoais e coletivas, resultando em uma narrativa complexa, às vezes dramática, mas em alguns momentos também bem-humorada, tratando de assuntos tão diversos como: o sistema legal na colônia (do qual, tendo sido preso, ele próprio é vítima), a censura à imprensa, o câmbio local, o monopólio norte-americano da gasolina, o estado da economia, da agronomia e da pecuária, o celibato dos padres católicos e o papel dos missionários suíços, o abuso de poder pelos administradores locais e a exploração dos pequenos agricultores ou, no registro mais autobiográfico, como conheceu Estácio Dias e o papel deste em o *Brado Africano*. Há também anedotas que tratam desde a sabedoria popular, que ensina como matar jacarés, até dos encontros e desentendimentos entre Africanos e Europeus, como o episódio da visita de um alto comissário inglês ao rei da Zululândia, na década de 1890, situação em que Albasini se posiciona acima e fora da divisão racial, aproveitando para comentar sobre o absurdo do racismo: ‘Os brancos dizem que os pretos cheiram a catunga e estes queixam-se dos brancos que cheiram a cadáver. Vá lá entendê-los’ (BRAGA-PINTO, 2015, p. 21).

Em diversas passagens em suas crônicas perceberemos um contato com as culturas nativas para a cura de sua doença, distanciando-se do comportamento padrão que um assimilado deveria ter de negação para essas práticas. É interessante fazermos um paralelo entre os irmãos Albasini nessa questão: enquanto João buscou a cura da doença através da medicina ocidental viajando para Lisboa, José acreditava que acharia uma melhora por meio da medicina tradicional dos nativos.

Após seu retorno final a Lourenço Marques, *O Brado Africano* anunciava, em 12 de maio, a morte de Augusto (um de seus netos que o acompanhou no itinerário de viagem). Em 2 de fevereiro de 1935, Eusébio Albasini, filho mais velho de José também morreu em decorrência da doença. E, praticamente dois meses depois, em 24 de abril de 1935, José Albasini faleceria, assim como seus outros parentes, vítima da tuberculose (BRAGA-PINTO, 2015, p. 26).

### Referências bibliográficas

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De vóos e ilbas: literatura e comunitarismos*. Cótia-SP: Atelie Editorial, 2007
- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. Cótia, SP: Atelie Editorial, 2007.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *O autor é um produtor*. São Paulo: Ática, 1985.

- BOURDIEU, Pierre. *"The corporatism of the universal: the role of intellectuals in the modern world"*. Telos, 1989, n. 81, p. 99. *Apud* CHAUÍ, Marilena. Intelectuais engajado: uma figura em extinção? IN: NOVAES, Adatao. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BRAGA-PINTO, César (Org.). *José Albasini. À procura de saúde: crônicas de um doente (1935)*. Maputo: Alcances Editores, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. Intelectuais engajado: uma figura em extinção? IN: NOVAES, Adatao. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CORBISSIER, Roland. Prefácio. IN: MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FRY, Peter. Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. *Afro-Asia*, n. 30, p. 271-316, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MACEDO, Tania. *Uma cidade e sua escrita: a representação literária de Luanda*. Tese de Livre Docência. Assis: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2003.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MENDONÇA, Fátima. "Dos confrontos ideológicos na Imprensa em Moçambique". IN: CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz (Orgs.) *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2012.
- MENDONÇA, Fátima. *Literatura moçambicana as dobras da escrita*. Moçambique: Ndjira, 2011.
- MINDOSO, André Victorino. *Os assimilados de Moçambique: da situação colonial à experiência socialista*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.
- MOREIRA, José. *Os assimilados, João Albasini e as eleições (1900-1922)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.
- O AFRICANO
- O BRADO AFRICANO
- O CLAMOR AFRICANO
- O'LAUGHLIN, Bridget. Class and the customary: ambiguous legacy of the indigenato in Mozambique. *African Affairs*, v. 99, n. 394, p. 5-42, 2000.
- SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- SARTRE, Jean-Paul. *Situations II*. Paris: Gallimard, 1948.
- SILVA, Augusto Santos. Podemos dispensar os intelectuais? IN: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. Antologia de textos do jornal "O Africano" (1908-1919). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 22, pp. 127-179.
- THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os "Filhos da Terra": discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008.
- WALTY, Ivete; CURY, Maria Zilda. O intelectual e o espaço público. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 26, 2009, pp. 219-232.

- ZAMPARONI, Valdemir. A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de “O Africano” (1908-1920). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, SP, v. 11, n. 1, 1988, pp. 73-86.
- ZAMPARONI, Valdemir D. “Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX”. IN: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- ZAMPARONI, Valdemir D. *Entre Narros e Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, Moçambique, c. 1890-c. 1940*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: USP, 1998.



---

ARTIGOS - ARTICLES

---

## Grandezas e misérias de um positivista lógico<sup>1</sup>

Gildo Magalhães<sup>2</sup>  
USP  
[gildomsantos@hotmail.com](mailto:gildomsantos@hotmail.com)

Como citar este artigo: MAGALHÃES, G. “Grandezas e misérias de um positivista lógico”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 91-102. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** Este artigo explora duas facetas contraditórias do famoso filósofo da ciência Karl Popper. Enquanto politicamente sua posição foi bastante conservadora e crítica da esquerda marxista, Popper foi contra as posições oficiais e francamente favorável a uma revisão da interpretação ortodoxa da física quântica, assunto de uma controvérsia ainda acalorada.

**Palavras-chave:** Karl Popper; historicismo; física quântica

### *Greatness and miseries of a Positivist Logician*

**Abstract:** This article explores two contradictory facets of the famous philosopher of science Karl Popper. While politically his position was quite conservative and critical of the Marxist left, Popper was against official positions and frankly in favor of a revision of the orthodox interpretation of quantum physics, the subject of a still heated controversy.

**Keywords:** Karl Popper; historicism; quantum physics

---

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado originalmente no Simpósio em Homenagem a Karl R. Popper, realizado na USP pelo CHC (Centro de História da Ciência), durante a sessão “Popper e a Teoria Quântica”, em 06/04/1995. Foram feitas algumas atualizações bibliográficas e pequenas melhorias formais em relação à comunicação oral feita naquela ocasião.

<sup>2</sup> Engenheiro Eletrônico pela Escola Politécnica (1972), Doutor em História Social (1994) e Livre-docente em História da Ciência (2005), ambos pela FFLCH/USP. Membro do Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa desde 2004 e Professor Colaborador do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa desde 2014. Professor Titular do Departamento de História da FFLCH/USP. Lidera o Grupo de Pesquisa Khronos do Instituto de Estudos Avançados da USP e é Diretor do Centro Interunidades de História da Ciência da USP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4155366726826551>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6005-2185>

## Introdução

O vienense Karl Raimund Popper (1902-1994) é uma referência marcante no pensamento filosófico da atualidade, e em especial no domínio da filosofia e história da ciência do século XX. Certamente contribuiu para isto seu trânsito tanto pelas ciências naturais quanto pelas ciências sociais, o que o levou a se arriscar – para alguns, um acome-timento de verdadeira temeridade – a tirar conclusões para o campo social decorrentes de sua visão de como se dá o avanço epistemológico das ciências naturais. Em minha opinião, contudo, deve-se-lhe reconhecer uma contribuição significativa para a compreensão do progresso no conhecimento científico da natureza e, em especial, para os dilemas da física contemporânea. Ainda que seu trabalho nesta direção não tenha levado a novas descobertas nesse campo específico, parece-me que tem dialogado com um bom número de pes-quisadores dos fundamentos da física.



*Karl Popper em seu estúdio (1990). Fonte: Wikicommons*

Vou aqui me limitar a uma pequena amostra dessa dupla atuação do filósofo vi-nense, naturalizado britânico. Corro o risco de, num espaço restrito, resumir de forma muito esquemática a complexidade de seu pensamento, mas acredito que se possa ainda assim dar uma noção aproximada do que está em jogo. Pretendo particularizar do conjun-to da extensa obra popperiana alguns possíveis vínculos entre, de um lado, a sua visão condenatória do historicismo e, de outro lado, sua crítica sobre as bases aceitas para a teoria quântica. Com essas observações cautelares, escolhi partir de dois trabalhos bastante citados, conquanto não suficientemente analisados entre nós, ou seja, *A miséria do histori-cismo* (POPPER, 1993) e *A teoria dos quanta e o cisma na física* (POPPER, 1992).

São duas obras escritas com grande intervalo de tempo entre si, quase cinquenta anos – segundo Popper, a apresentação do primeiro texto se deu em forma de leitura, e remonta a 1936, enquanto o segundo foi retrabalhado até a publicação em 1982. Talvez

por isto mesmo elas nos forneçam alguns elementos para melhor compreender tanto a evolução de certas ideias de Popper quanto aquilo que nelas permanece constante ao longo desse período. Para a presente análise, prefiro seguir o caminho inverso da sequência editorial, começando então pela sua crítica da teoria quântica. Aliás, desconfio que foi essencialmente o Popper físico que influenciou o filósofo, mas pode bem ter ocorrido o contrário – e, de todo modo, a partir de certo ponto, ambos se mesclam numa abordagem de fundo comum.

O título deste artigo faz referência, naturalmente, à já citada obra popperiana sobre o historicismo, escrita ainda sob a influência do círculo de neopositivismo lógico de Viena. É de se supor, no entanto, que Popper pode ter desejado ironizar outro título, desta vez o de Karl Marx em *Miséria da Filosofia* (1847), que por outro lado era uma réplica ferina ao livro de Pierre-Joseph Proudhon, *Filosofia da Miséria* (1846). Escolhi, por minha vez, fazer uma referência a *Esplendores e misérias das cortesãs* (1838-1847), final da trilogia de Honoré Balzac, que compõe com *Pai Goriot* e *Ilusões Perdidas* uma contraposição entre o sublime e o nefasto na alma humana – metáfora despretensiosa para aludir aos altos e baixos da obra de Popper e também para lembrar a contemporaneidade desses títulos, não necessariamente de forma consciente para Karl Popper.

### O cisma na física

Popper inicia sua análise admitindo que surgiu na física do século XX uma grave crise, devida basicamente a dois fatores: o primeiro é o subjetivismo do experimentador no resultado das experiências quânticas. Julgo que a dependência experimental do experimentador não invalide o positivismo dos “fatos” das ciências naturais, exigido explicitamente por Auguste Comte, e essa espantosa afirmação de abolição de uma explicação causal decorre da interpretação probabilística da teoria quântica, reforçada pelas relações de incerteza da mecânica quântica, introduzidas por Werner Heisenberg (1927), impossibilitando conhecimento simultâneo da posição e velocidade de partículas atômicas. O segundo fator advém da crença de que essa teoria seria verdadeira e definitiva, na conhecida formulação feita pela escola de Copenhague (1927 também), associada a Niels Bohr, e que se tornou desde então um paradigma científico.

O que desencadeou a crise foi o famoso artigo de Einstein-Podolsky-Rosen (conhecido pela sigla “EPR”) <sup>3</sup>, publicado em 1935, que levanta duas questões básicas:

- Está correta a interpretação de Heisenberg para sua relação entre as incertezas da posição e do momento linear de uma partícula ( $\Delta x \cdot \Delta p \geq h/2\pi$ , onde  $h$  é a “constante de Planck”)? Ou seja, a natureza é intrinsecamente indeterminada, assim como seu conhecimento? Ou ainda, a física deveria desistir da noção tão cara de causalidade?
- Existe ação à distância, sem um suporte “material”, como afirmava Newton, por exemplo, a respeito da gravidade?

---

<sup>3</sup> “Can quantum-mechanical description of physical reality be considered complete?” (BAUMANN, SEXL, 1987).

Para Popper as respostas a ambas as perguntas, seja apoiando ou não a interpretação de Copenhague, exigem testes experimentais. A esta objeção pode-se contrapor a necessária polarização inerente a qualquer experiência, em favor de um resultado esperado, decorrentes dos pressupostos teóricos do experimentador. Isto não leva obrigatoriamente ao ceticismo radical quanto ao poder explicativo e preditivo das experiências e da ciência em geral, e esta crítica à posição de Popper já foi empreendida, creio que com sucesso.<sup>4</sup> Deve-se, porém, lembrar que foi levando em conta dúvidas do quilate daquelas expressas por Popper, que surgiram propostas interessantes e frutíferas mais recentes, tais como as dos físicos Franco Selleri e José Croca, a partir da retomada da teoria das chamadas “ondas vazias” de Louis de Broglie.<sup>5</sup>

À segunda questão suscitada pelo EPR, Popper deixa implícita sua resposta pessoal e negativa, mas ressalva que se testes experimentais viessem a mostrar que existe de fato uma ação à distância, deveríamos nos conformar e adotar a interpretação de Hendrik Lorentz para a relatividade (a existência de um éter para explicar a contração dos objetos e a dilatação do tempo em velocidades próximas à da luz), e até mesmo aceitar o espaço-tempo absoluto de Newton.

Quanto ao subjetivismo do experimentador, adotado como um dos pivôs da crise na física moderna, Popper o desconsidera, argumentando que o observador tem na teoria quântica o mesmo papel que na física clássica. Cabe notar que esta é uma discussão que interessa a todas as ciências que se valem de base experimental, mormente considerando o quanto a física tem sido paradigmática para as demais ciências naturais. Mesmo que esta primazia da física possa ser contestada - e talvez o deva ser em campos como o da biologia, por exemplo - um grande número de estudos epistemológicos realmente se baseia na física, sendo este um motivo a mais para enfrentar os problemas epistemológicos desta ciência. Esse tema já foi amplamente comentado por diversos cientistas e filósofos, não cabendo aqui se estender mais sobre ele. Vou diretamente ao modo pelo qual Popper trata as questões da crise na física moderna.

## As Treze Teses

Popper começa recapitulando os passos que, em seu entender, levaram ao cisma e ao impasse já apontado, ao mesmo tempo que indica possíveis caminhos para a sua superação. Para entender seu ponto de vista quanto à utilidade e finalidade da teoria quântica, penso que o melhor ponto de apoio é o que o filósofo enfeixou didaticamente na forma de treze “teses”, quicá o ponto mais interessante de *A teoria dos quanta e o cisma na física*. A seguir coloco de forma resumida as referidas proposições, com alguns comentários de permeio.

---

<sup>4</sup> Vide, por exemplo, CHALMERS (1994) e FRANKLIN (1989).

<sup>5</sup> O artigo fundador dessa retomada foi CROCA, GARUCCIO, SELLERI (1988). O problema foi mais amplamente exposto em SELLERI (1990). Posteriormente, José Croca iniciou a chamada Escola de Lisboa, a partir da publicação de CROCA (2003); vide também CROCA, ARAÚJO (2010).

*Tese 1:* A teoria quântica se destina a resolver problemas de natureza estatística.

*Tese 2:* Questões estatísticas exigem respostas estatísticas.

Destas duas primeiras teses, Popper aduz que a indeterminação contida no princípio de Heisenberg não se deve a limitações do conhecimento em si sobre a natureza do universo, mas sim a limitações da abordagem estatística.

*Tese 3:* Devido ao erro comum de pensar que o caráter estatístico da teoria quântica decorre de limites do conhecimento, introduziu-se em consequência um pseudoproblema na física moderna – o do subjetivismo do observador.

*Tese 4:* Faz parte da “confusão quântica” considerar uma função puramente matemática de distribuição de probabilidades como se fosse uma propriedade física real dos elementos de uma população estatisticamente descrita.

*Tese 5:* A desigualdade (princípio de incerteza) de Heisenberg coloca certos limites à dispersão estatística das probabilidades de partículas quânticas, porém tais propriedades poderiam ser medidas cada vez com maior precisão.

É interessante notar que este é também o ponto de partida de alguns físicos críticos, como a citada Escola de Lisboa, criando novas teorias refinadas de forma a diminuir progressivamente a dispersão, derrubando assim a decantada incerteza resultante do que se tornou dogmático na física moderna.<sup>6</sup>

*Tese 6:* As leis estatísticas se referem a uma população de partículas, o que impõe restrições à extensão generalizada de seus resultados para algumaas propriedades (tais como posição x momento linear, e outros pares de grandezas associadas ao princípio da incerteza).

*Tese 7:* Todas as teses anteriores na verdade eram conhecidas e admitidas por Heisenberg e Erwin Schrödinger, e implicitamente por Niels Bohr.

*Tese 8:* A interpretação formal da mecânica quântica está intimamente relacionada com a interpretação de probabilidades e do seu cálculo.

A esse respeito, Popper considera possíveis três interpretações:

- a) As probabilidades representam proporções – é a interpretação clássica (adotada, por exemplo, por Laplace, Moore, etc.)
- b) As probabilidades representam frequências de ocorrência (como em Venn, von Mises, etc.)
- c) Probabilidades são o que Popper chama de “propensões”.

Com “propensões” Popper quer dizer algo como “pesos” ou “tendências” virtuais. As propensões poderiam deixar de ser virtuais e se tornarem reais numa sequência infinitamente repetida de eventos (vide as duas próximas teses).

---

<sup>6</sup> Foi o que de fato sucedeu com a repetida violação das barreiras da incerteza de Heisenberg evidenciada por gerações cada vez mais precisas de microscópios de varredura eletrônica. Numa série de artigos escritos por José Croca, foi possível estabelecer que as relações de Heisenberg são um caso particular de relações mais gerais, e que de fato não existe um limite pré-estabelecível para a precisão das medidas (CROCA, 2003, p. 53-55).

*Tese 9:* A redução do feixe de ondas luminosas (ou o equivalente colapso do vetor de estado quântico) na famosa experiência de duas fendas (pela qual não é possível determinar por qual das duas fendas passa o feixe luminoso, a não ser após a experiência ser feita) não é um efeito particular da teoria quântica, mas uma característica geral da teoria das probabilidades.

Neste ponto, Popper exemplifica a passagem virtual para o real das propensões comparando-as com uma curva normal (gaussiana) que se desenharia numa experiência de uma tábua inclinada e cheia de pregos enfiados em pé, por onde escorregasse um grande número de esferas iguais, uma experiência inteiramente dentro da física clássica, e que mostraria como a natureza é “indeterminada” em geral, e não apenas na escala quântica.

*Tese 10:* A interpretação de probabilidades como propensões mostra que o caráter probabilístico não é propriedade das próprias partículas e ondas, mas sim dos conjuntos experimentais.

*Tese 11:* Não existe “dualidade” entre partículas (que são objetos reais de experiências) e ondas, ou campos de probabilidades (que são propriedades decorrentes também dos dispositivos experimentais).

Popper vai assim se opondo à realidade da função de onda  $\psi$ , no sentido de ondas propriamente ditas, isto é, com existência física, infelizmente contrariando as possibilidades de desenvolvimento das ideias originais formuladas por Louis de Broglie sobre as “ondas vazias” e retomadas por José Croca, como mencionei atrás.

*Tese 12:* A “dualidade onda-partícula” decorre das esperanças erroneamente fundamentadas de criar uma teoria ondulatória para a estrutura interna das partículas.

Novamente assinalo que as versões diferentes de Schrödinger e Croca para essa teoria envolvendo uma onda que não seja apenas matemática, mas real, e contrariada aqui por Popper, ignora tentativas que contradizem esta tese, como a do físico experimental norte-americano Winston Bostick, que em 1985 elaborou precisamente uma teoria dando conta das propriedades quânticas ondulatórias e corpusculares de entidades que se denominam costumeiramente (embora equivocadamente) de “partículas”, tais como o elétron ou o fóton, fazendo hipóteses sobre uma estrutura interna para o mesmo (BOSTICK, 1985).

*Tese 13:* Tanto a física clássica quanto a quântica são indeterministas.

Pode-se comparar esta última tese de Popper com as noções do físico David Bohm a respeito de causalidade e acaso, e aprofundadas quando este cientista fugiu do macartismo e veio para a Universidade de São Paulo na década de 1950. Para este físico, qualquer lei da natureza só pode ser formulada se abstrairmos no processo as “contingências”, querendo com isto designar aqueles fatores essencialmente independentes que podem existir fora do escopo da lei em questão, e que exprimem uma “necessidade” extrínseca. Nesta visão, o acaso representaria uma forma especial, mas bastante comum, de contingência, ao passo que a causalidade seria uma forma especial (igualmente comum) de “necessidade”. Resulta disso que acaso e causalidade são dois lados de cada processo natural, ou na formulação elegante de Bohm,

Uma lei causal pode surgir como aproximação estatística do comportamento médio de um grande conjunto de elementos que sofrem flutuações estatísticas, assim como uma lei do acaso pode surgir como aproximação estatística dos efeitos de um grande número de fatores causais que sofrem movimentos essencialmente independentes (BOHM, 1984, p. 143).

Noto que Popper não menciona Bohm em nenhum ponto da obra examinada aqui, embora condene as teorias de “variáveis ocultas”, de que Bohm foi o principal representante. Bohm, por sua vez, tampouco se refere a Popper na obra citada.

Não posso deixar de lembrar, a esse propósito, a análise da antinomia “liberdade versus necessidade”, empreendida por Karl Marx no capítulo XLVIII do volume três de *O capital*, no qual afirma que o verdadeiro reino da liberdade (a “contingência” de Bohm) só pode florescer tendo como base o reino da necessidade. Talvez haja paralelos nisto com o espírito da proposta de Bohm, para a qual em certo sentido também se encaminha Popper, embora não com clareza. Creio que Popper, devido a costumeiramente torcer o nariz para o marxismo e a obra de Marx, não pensava que neste caso poderia haver uma proximidade entre a proposta do “reino da liberdade” e a dicotomia de determinismo versus acaso na física.

Concluindo esta análise sumária, parece-me que a importância das treze teses de Popper foi que elas colocaram uma crítica elegante e incômoda ao pensamento ideológico dominado pela aceitação do papel inescapável do acaso como regra da natureza, expresso pelo dogma da interpretação quântica da escola de Copenhague, ainda que essa crítica não seja explicitamente declarada dessa forma. Infelizmente esta situação ainda permanece no mundo acadêmico. Partindo do mal-estar criado pelo “paradoxo de EPR”, Popper assumiu uma postura em favor de um certo realismo, como Einstein o fizera, ainda que continuasse cívico de um preconceito radicalmente indeterminista.

O positivismo *tout court* (ou, se preferirem, o neopositivismo) tomou conta das ciências desde a primeira metade do século XX a tal ponto, que mesmo uma dissidência relativamente menor como a de Popper se sobressaiu, em que pesasse seu conservadorismo e seus fundamentos neokantianos sobre a filosofia da natureza, de resto também caros ao positivismo.

Leitor atento e conhecedor dos detalhes da controvérsia científica em torno da física quântica, para a qual buscou uma solução de compromisso, não se atreveu, porém, a ir mais longe na crítica fenomenológica dessa teoria. Com isto, Popper ainda ficou dentro de limites que se autoimpôs, não se distanciando o necessário da corrente empiricista-nominalista da física.<sup>7</sup> Para explorar um pouco mais a base epistemológica de Popper, vou adentrar por um instante em direção às raízes de sua fúria contra o “historicismo”.

### A confusão entre destino e história

---

<sup>7</sup> Estou aqui usando o termo “empiricismo” para designar a corrente filosófica segundo a qual o conhecimento advém fundamentalmente a partir dos sentidos, reservando “empirismo” para o uso de ciência feita com experiências práticas em laboratório ou na natureza, procedimento comum nas ciências naturais, sem necessariamente ter a mesma conotação filosófica que o empiricismo.

A ideia mais cara a Popper em *A miséria do historicismo* talvez seja a de que a crença *a priori* num destino histórico é pura superstição. Falar em destino pode ser aqui uma acepção algo simplista de historicismo, mas creio que é suficiente para caracterização da formulação popperiana, pois para ele não há como prever racionalmente os caminhos em que desembocará a história humana.

Para desenvolver esse conceito central de historicismo, Popper recorreu a atacar Comte e Marx em geral, e começou por distinguir entre doutrinas “naturalistas” e “anti-naturalistas” do historicismo, isto é, entre aquelas que pretendem, ou não, aplicar métodos da física às ciências sociais. Não obstante essa divisão cara ao autor, creio que ela não seja muito importante dentro do texto, pois o cerne do ataque de Popper está na sua insistência na impossibilidade de se fazer previsões “científicas”, que para ele são equivalentes a poderem ser afirmações experimentalmente testadas. Não seria possível prever o surgimento futuro de uma etapa comteana “positiva” (científica), ou de um sistema dominado pelo proletariado, preconizado por Marx. Passo, portanto, a ignorar tal separação das ciências e me concentrar nos principais argumentos desenvolvidos contra o historicismo.

Para os adeptos radicais do mecanicismo, conhecendo-se as posições, massas e momentos dos corpos, o passado e o futuro estão completamente determinados, no sentido laplaciano, visão contra a qual se insurge a exigência popperiana de uma física onde impera o indeterminismo, em que a história não pode ser predita e, portanto, predeterminada. Popper, voltando ao campo das ciências naturais, chega a dar como exemplo de independência da história o estado atual do nosso sistema solar. Pensando assim, ele ignora completamente a existência de singularidades determinantes, tanto em física matemática quanto na história natural e na própria História humana corrente – sem singularidades em sua história, não existiriam o Sol nem os planetas, nem o próprio universo.

A seguir, Popper relembra a polêmica entre essencialismo e nominalismo, qualificando-a corretamente, a meu ver, de um problema de método científico. Equivocadamente situa o nominalismo de Aristóteles, que negava veementemente a existência dos universais, ao lado dos essencialistas. Que os universais sejam admitidos apenas como categorias nominalmente possíveis leva-o a não estar de acordo com Platão, naturalmente, a quem vai condenar fortemente por um pretense pessimismo, o que é incompatível tanto com o conteúdo quanto com o próprio método educacional dos diálogos socráticos para avançar no conhecimento. Também, de certo modo, essa incompreensão está na raiz de sua interpretação distorcida de Descartes e Espinosa. Popper acaba por apoiar o nominalismo, colocando-se a favor do reducionismo analítico de Bertrand Russell, visível na construção deste dos *Princípios da Matemática*.

Quanto ao marxismo, ele vai aceitar que existem fatos que servem de base para se querer transformar as instituições sociais, embora continue negando que se justifiquem “leis” históricas a favor disto – são apenas “propensões”, a exemplo do que admitiu posteriormente para a física clássica e a física quântica, como visto atrás. Mais precisamente, Popper nega a possibilidade da indução de “leis” ou generalizações a partir de fatos individuais. Justifica assim uma posição conservadora, que se exprime na sua recomendação de gradualismo para alcançar resultados políticos. O melhor caminho prático seria a correção gradual do que está errado, combinado com a análise crítica, tanto para as ciências sociais quanto para as ciências naturais.

Sua proposta de uma “engenharia de ação gradual”, inspirada parcialmente em John Stuart Mill e Friedrich von Hayek, é de caráter privado, nunca público – aliás, caso contrário seria forçoso admitir pelo menos que a “sociedade” fosse uma categoria universal, e Popper não está disposto a reconhecer nenhuma. Em consequência, não admite a possibilidade de transformação social do homem em geral (como categoria), mas somente de homens em particular. Creio que este argumento vai acabar se refletindo em sua teoria das aproximações sucessivas da verdade nas ciências naturais por meio da ação da “falseabilidade” das teorias.

Torna-se claro então por que advoga em sua proposta epistemológica, de que não nos é possível observar ou descrever uma porção integral do mundo ou uma integral porção da natureza; em verdade, nem o menor dos todos pode ser descrito como todo, pois qualquer descrição é necessariamente seletiva (POPPER, 1983, p. 61).

Obviamente, isto implica que a realidade em sua essência permaneça incognoscível, como queriam Kant e toda uma longa série de nominalistas e empiristas britânicos. Não ocorria a Popper que talvez pudesse ser o contrário, que o todo só fizesse sentido quando abstraído dos “fatos” particulares, que podem distorcer a visão, como ele chegou contraditoriamente a admitir ao criticar a teoria quântica no exemplo das esferas descendo pela tábua inclinada com pregos.

Apesar de sua oposição à existência de “leis sociais”, Popper mesmo vai acabar, talvez inadvertidamente, criando sua espécie dessas “leis”. Um exemplo disso é quando propõe que “o poder político e o conhecimento social revelam-se ‘complementares’ no sentido que Bohr empresta ao termo” (POPPER, 1983, p. 71).<sup>8</sup> Neste ponto, ele introduz outro tipo de complementaridade, aquela complementar entre falsear e provar. É o enunciado do famoso critério da “falseabilidade” popperiana: uma teoria só se mantém corroborada se não houver fatos que a refutem e, adicionalmente, se houver fatos que a apoiem.

Noto, porém, que o critério de falseabilidade como tal é uma teoria, de forma que também deveria passar pelo crivo de se tornar “falseável”. O falsificacionismo das teorias científicas, como exigido por Popper, não seria no fundo uma outra versão da “negação da negação”, que é um pilar e ao mesmo tempo um limite da “afirmação” da crítica kantiana? Há uma tentativa de contornar o problema, quando Popper acrescenta que tendências não são leis. “Um enunciado que assevera a existência de uma tendência é um enunciado existencial, não um enunciado universal” (POPPER, 1983, p. 90). Creio que esta afirmação se torna sofismática, pois senão não se poderia usar expressões, como o próprio Popper o faz, do tipo “lei da gravitação universal”.

Creio que apenas aparentemente Popper foi contra o raciocínio indutivo, pois não deixa de haver boa dose de indução ao defender que temos mais confiança numa teoria depois que não a conseguimos refutar. Na prática, parece que cientistas não procuram refutações, mas sim desvendar mais fatos a partir de uma teoria – testar tem mais sentido para comprovar, ao passo que qualquer refutação é neste sentido, uma “surpresa” inesperada, em princípio. Além disso, uma teoria pode estar sendo refutada simplesmente

---

<sup>8</sup> Apesar dessa afirmação, talvez seja este um ponto em que o Popper de *O cisma na física* mudaria de opinião, tendo em vista a sua Tese 11, de crítica à complementaridade.

por ter sido aplicada incorretamente e, por outro lado, refutações evidentemente bem fundamentadas podem ser desconsideradas e ignoradas pelo cientista face à esperança de que se prove estarem erradas – como, por exemplo, no tempo de Galileu persistiram muitas provas contrárias à teoria copernicana e ele não soube como refutá-las de forma cabal e convincente (FEYERABEND, 1989; KOESTLER, 1989, p. 431-470).

Uma outra exigência da epistemologia de Popper é que, para serem científicas, as leis devem ser empíricas, mas também isto é duvidoso. Por exemplo, como demonstra Kurt Hübner, se Kepler tivesse aderido a algo como o falsificacionismo de Popper, teria logo desistido de suas duas primeiras leis (as órbitas planetárias são elípticas com o Sol num dos focos; e os raios vetores que ligam cada planeta ao Sol varrem áreas iguais em tempos iguais), por falta de elementos experimentais suficientes para comprová-las (HÜBNER, 1993). Além disso, Kepler tomou como verdadeiras asserções falseadas à sua época e introduziu hipóteses *ad hoc* para salvar seu modelo – notadamente hipóteses que sabia serem matematicamente inexatas. No fundo, Kepler se inspirou num contexto históricamente dado, o da teoria de Copérnico, realçada pelo platonismo revivido da Renascença, ao invés do a-historicismo proposto por Popper para as “leis” naturais.

### **Conclusão: a vindicação da História**

A História para Popper deveria se restringir a tratar de eventos singulares e que não se deixam generalizar. Parece-me interessante como, apesar das restrições que se pode levantar a esta concepção sua – e aqui apresentei algumas delas – ela o levou a considerar que a História é uma somatória de histórias subjetivas. Isto permite traçar um paralelo, que pode ser significativo, com o problema do observador na física quântica - segundo o próprio Popper um falso problema, como visto atrás e com o que estou de acordo. Em contrapartida, sua posição pela subjetividade favorece uma pluralidade de interpretações, o que poderia levar a situá-lo, involuntariamente com certeza, em certas correntes historiográficas como a da “história nova”, que surgia justamente na época em que redigiu *A miséria do historicismo*.

Pode-se até mesmo dar alguma razão a Popper, ao se insurgir contra aqueles que defendem uma interpretação da História como baseada unicamente na luta de classes. Seu objetivo é claramente fazer uma pregação pessoal contra os que identifica como marxistas, bolchevistas, etc. – compreensível por sua ligação com a *London School of Economics*. Não obstante a posição neoliberal de Popper, poder-se-ia dizer que a História, além de refletir a luta de classes é também a expressão de fatores diversos, como uma luta de raças, de ideias religiosas e filosóficas, ou ainda é uma história do progresso científico, etc. Sem querer defender o conservadorismo de Popper, pode-se levar em conta seu ataque aos que chama de “historicistas”, aqueles que trabalham unicamente com uma tendência favorita – e, historicamente, a própria esquerda, quando costuma abrigar estas tendências políticas às vezes tem se demonstrado bastante reducionista, a exemplo da direita.

Pode ainda haver uma outra ilação política entre as convicções de Popper e o *status* epistemológico do seu falsificacionismo, como pode ser ilustrado pelo seu ataque à hipótese evolutiva de Darwin, pois a qualifica como uma teoria não científica, porque pretende uma lei universal que não pode ser falseada. O problema se manifesta com tintas contraditórias, ao notarmos que Popper tem uma certa “propensão” darwinista, em favor

da competição e sobrevivência do mais forte. Ele admite que, entre várias teorias, para assegurar “que somente sobrevivam as teorias mais aptas, devemos fazer com que essas teorias lutem pela vida, em condições difíceis” (POPPER, 1993, p. 105). Apesar de justa sua observação de que em geral seria difícil “testar” em laboratório uma teoria referente a transformações que ocorreram há centenas de milhões de anos, a crítica à teoria evolucionista darwinista frente a outros evolucionismos possíveis tem avançado de formas mais concretas do que o falsificacionismo direto (MAGALHÃES, 2019).

Não deixa de ser interessante que, apesar dos questionamentos possíveis à sua formulação epistemológica, Popper tenha inserido em sua obra anti-historicista algumas críticas muito procedentes. Incluo nestas críticas seu protesto pelo abandono feito pela sociologia do conhecimento de sua época ao caráter público da ciência. Nunca é demais lembrar que corremos o risco de surtos fortes de misticismo e superstições de vários tipos, que não se limitam ao grande público, mas invadem inclusivamente os estudos de história da ciência.

Fazendo um balanço do que aqui foi exposto de forma abreviada, penso que Popper tem toda razão quando discorre a favor da diversidade dos indivíduos, de suas opiniões, objetivos e propósitos. Não foi outro o motivo de ter feito pontaria contra a Escola de Copenhague. Em que pesem suas doses de reducionismo e nominalismo, Popper não aceitou abrir mão do realismo em física e teve até mesmo coragem para admitir que existem programas metafísicos para essa ciência. Reconhecendo a pluralidade, aceitou ir contra o paradigma de Bohr e em defesa de teorias temporariamente em desgraça junto à comunidade da física, como a de Louis de Broglie. Ao fazer assim, Popper não acaba inesperada e indiretamente defendendo o historicismo nas ciências naturais?

## REFERÊNCIAS

- BAUMANN, Kurt e SEXL, Roman. *Die Deutungen der Quantentheorie*. Braunschweig: Vieweg, 1987.
- BOHM, David. *Causality and chance in modern physics*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- BOSTICK, Winston H. “The morphology of the electron”. *International Journal of Fusion Energy*, vol. 3, nº 1, 1985.
- CHALMERS, Alan. *A fabricação da ciência*. Traduzido por Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. UNESP, 1994).
- CROCA, José R. *Towards a nonlinear quantum physics*. Singapore: World Scientific, 2003
- CROCA, José R. e ARAÚJO, J.E.F. (eds.). *A new vision on physis. Eurhythmy, emergence and nonlinearity*. Lisboa: CFC/Universidade de Lisboa: 2010.
- CROCA, José R., GARUCCIO, A., SELLERI, Franco. “On a possible way to detect de Broglie’s waves”, *Foundations of Physics Letters*, vol. 1, nº 2, 1988.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método: esboço de uma teoria anárquica do conhecimento*. Traduzido por Octanny da Mota e Leônidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FRANKLIN, Allan. *The neglect of experiment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- HÜBNER, Kurt. *Crítica da razão científica*. Traduzido por Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1993.
- KOESTLER, Arthur. *The sleepwalkers. A History of Man’s changing vision of the Universe*. London: Penguin, 1989, p. 431-470.

MAGALHÃES, Gildo. A trama do universo. São Paulo: LiberArs, 2019.

POPPER, Karl R. A miséria do historicismo. Traduzido por Octanny da Mota e Leônidas Hegenberg, 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

POPPER, Karl R. A teoria dos quanta e o cisma na física. Pós-escrito à Lógica da descoberta científica, vol. III. Traduzido por Nuno da Fonseca, 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SELLERI, Franco. Paradoxos e realidade. Ensaio sobre os fundamentos da microfísica. Lisboa: Fragmentos, 1990.



---

ARTIGOS - ARTICLES

---

O sentido da história:  
considerações sobre o historicismo em Karl Popper

Romário Ney Rodrigues de Souza<sup>1</sup>  
USP  
[romasouza@usp.br](mailto:romasouza@usp.br)

Como citar este artigo: SOUZA, N. R. “O sentido da história: considerações sobre o historicismo em Karl Popper”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 103-129. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** As experiências traumáticas desencadeadas pelos regimes totalitários na primeira metade do século XX deram impulso à crítica de Karl Popper (1992 – 1994) aos sistemas de ideias que abrigam a crença, quer por leis ou por alguma razão histórica, no ordenamento dos destinos dos indivíduos. Objetivamos apresentar a crítica de Popper ao conjunto de ideias nomeadas por ele de historicismo, isto é, a visão de que caberia às Ciências Sociais a função de fazer previsões a partir da compreensão das leis de uma história teleológica. As linhas que norteiam as principais teses de Popper serão apontadas nas obras: *The Poverty of Historicism* (1944-45) e *The Open Society and Its Enemies* (1945), além do diálogo com autores como Raymond Aron (1905-1983), Isaiah Berlin (1909-1997) e François Furet (1927-1997). Ao mostrar a impossibilidade de se fazer previsões por processos de seleção interpretativos a partir da multiplicidade dos temas que constituem os eventos históricos, Popper põe em xeque as leis que determinariam o enredo de uma história teleológica, ao mesmo tempo em que afirma sua crença nas possibilidades da agência humana.

**Palavras-chave:** Karl Popper. Historicismo. Falibilismo. Teoria da história.

*The meaning of history: considerations about historicism in Karl Popper*

**Abstract:** The traumatic experiences triggered by totalitarian regimes in the 20th century gave impetus to the criticism that Karl Popper (1992 – 1994) makes of the systems of ideas that harbor the belief, whether by laws or for some historical reason, in the ordering of destinies of individuals. We aim to present Popper’s criticism of the set of ideas he named historicism, that is, that it would be the task of the Social Sci-

---

<sup>1</sup> Doutorando (2021) em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo - USP. Possui Graduação (2013) em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e Mestrado (2017) em Letras: Linguagem e Identidade pela mesma instituição. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8243929153644321>

ences to make predictions based on the discovery of the laws of a teleological history. The threads that guide Popper's main theses will be pointed out in the works: *The Poverty of Historicism* (1944-45) and *The Open Society and Its Enemies* (1945), in addition to the dialogue with authors such as Raymond Aron (1905-1983), Isaiah Berlin (1909-1997) and François Furet (1927-1997). By showing the impossibility of making accurate predictions based on selective interpretation of the multiple aspects that constitute historical events, Popper calls into question the alleged laws that would determine the plot of a teleological history, while affirming his belief in the possibilities of human agency.

**Keywords:** Karl Popper. Historicism. Fallibilism. Theory of History.

## Introdução

Na obra *“The Open Society and Its Enemies”* (1945) (A sociedade aberta e seus inimigos), Karl Popper (1902-1994) utiliza vários capítulos para abordar diferentes estratos do pensamento de Marx (1818-1883), sua profecia e seu historicismo. No entanto, é no último capítulo que Popper, em anotações esparsas, levanta um conjunto de considerações e problemas sobre se a história teria alguma significação. Para discutir com mais detalhes o assunto, o autor faz algumas anotações preambulares acerca de como as ciências, assim como as descrições históricas, são tão dependentes dos pontos de vistas e dos interesses, como dos fatos descritos e selecionados pelos cientistas.

As incursões teóricas popperianas analisam a história, na escolha e seleção dos seus objetos, sob o mesmo prisma em que as ciências são caracterizadas, contudo, com uma diferença fundamental – e esse é o ponto central da crítica do autor: não se deve analisar a história a partir da constituição de leis que determinariam a crença de que a história estaria levando as sociedades para algum lugar, uma finalidade última, no caso do marxismo, para uma redenção futura. A isso Popper denomina como *historicismo*<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Na conferência proferida por Karl Popper, no Congresso Internacional de Filosofia, em 1948, Amsterdam, o autor demarca o significado do que ele nomeou de historicismo. A crítica de Popper se dirige à necessidade que as ciências sociais têm de instrumentalizar as análises sociais por meio de *profecia histórica* como racionalização da atividade política. Para o autor, tal postura é considerada “reliquia de antiga superstição, embora os historicistas estejam convencidos de que se trata de uma teoria nova, progressista, revolucionária e científica” (POPPER, 2002, p. 512).

Para Popper, assim como não pode haver história do passado tal como efetivamente aconteceu, pois o que há são inúmeras interpretações – e sem que elas sejam definitivas –, a interpretação historicista é equivocada quando esta não reconhece que são os indivíduos que escolhem e ordenam os fatos históricos, mas atribuem ao desenrolar da história efeitos que determinariam, por meio de suas leis, a marcha, o desenvolvimento e o destino das sociedades. Ou seja, a perspectiva historicista empenha-se em descobrir o caminho e a chave da história, a fim de que, em posse de tais elementos, os indivíduos encontrem o sentido da história.

Nesse aspecto, levando-se em consideração os processos de seleção e o ordenamento dos fatos históricos, Popper ressalta que esses apresentam, no próprio ato seletivo, um conjunto infinito de fatos, bem como inúmeras possibilidades de interpretações. Ademais, deve-se ter em conta que essa infinita riqueza da descrição histórica, da qual trata o autor, carrega traços e aspectos incompletos, uma vez que as interpretações só podem falar dos objetos selecionados.

Neste artigo, nosso objetivo é estabelecer um campo dialógico com as considerações teóricas que Karl Popper propõe em relação às crenças historicistas. Dentro dessa conceituação, buscamos discutir o sentido, as leis e as chaves históricas que as ideias historicistas implementam na sua busca para desnudar a determinação da marcha dos indivíduos dentro do processo histórico.

O desenvolvimento do artigo se desdobrará em três etapas: a) identificação e seleção dos eixos de leituras correspondentes ao tema dentro das seguintes obras do autor: *The Open Society and Its Enemies* (1945) (A sociedade aberta e seus inimigos), *The Poverty of Historicism* (1944-45) (A miséria do historicismo) e *Conjectures and Refutations* (1963) (*Conjecturas e refutações*); b) discussão dos aspectos polissêmicos do historicismo alemão – apresentados por autores diversos em livros e periódicos –, e suas diferenças em relação ao historicismo de Popper, tais como: Assunção Barros, José C. Reis, Josep Fontana, Estevão Martins, Pedro Caldas c); finalmente, serão recortados eixos temáticos a partir

dos autores: Raymond Aron (*L'opium des intellectuels*), Isaiah Berlin (*Political ideas in the romantic age*) e François Furet (*Le passé d'une illusion*) que, à semelhança de Popper, discutiram o devir da história como efeito ontológico.

### **A semântica da teoria e das ideias de Karl Popper**

“Sem Hitler e os nazistas, Karl Popper nunca teria escrito o livro-chave do pensamento democrático e liberal moderno”. Com essas palavras, Vargas Llosa, autor do livro *La llamada de la tribu* (2018), inicia uma das melhores biografias sobre o filósofo austro-britânico. Nos fios biográficos demarcados por Vargas Llosa, Popper rejeita qualquer tipo de nacionalismo – caracteriza-os como uma “volta à tribo”, ao pensamento mágico e irracional - e, não obstante pertencer aos laços judaicos desconfia da ideia de “povo eleito” (atribuição aos judeus). Para Popper, nas palavras de Llosa, essa ideia “*pressagiava as visões modernas de “classe eleita” do marxismo ou de “raça eleita” do nazismo*” (LLOSA, 2018, p. 89).

Popper nasceu a 28 de julho de 1902, em Himmelhof, Ober St Veit, no extremo oeste de Viena, sendo o único filho do Dr. Simon Siegmund Carl Popper e Jenny Popper. “O pai de Popper foi um homem culto, historiador, poeta, cientista social, mais que um advogado, um “scholar”, segundo seu filho” (MILLER, 2010, p. 10). Ainda, segundo Miller,

Popper permaneceu na universidade até 1928. Formalmente estudou matemática com Hahn, Helly, Furtwängler e Menger; física com Ehrenhaft, Haas, Lecher e Thirring; psicologia com Bühler; e filosofia com Heinrich Gomperz e Schlick (MILLER, 2010, p. 11).

Na capital da Áustria desenvolveu interesses pela música, talvez por influência de sua mãe, Jenny Schiff Popper, que “dividia o tempo entre atividades domésticas e a música” (PELUSO, 1995, p. 12). Com os estudos no campo da filosofia, em 1928, Popper “discutiu a sua tese de bacharelado – *Sobre a ques-*

*tão do método da psicologia do pensamento* – com o psicólogo Karl Bühler” (REALE, 2006, p. 157).

Popper não foi, desde o início de sua formação, um autor das grandes cátedras. Ao contrário, desenvolveu o ofício da docência ensinando matemática e física na escola primária, por exemplo. Ao descrever a biografia de Popper, Llosa ressalta que as múltiplas funções do autor, ainda na juventude – como carpinteiro, operário, exercendo atividades em asilos de crianças –, não o levaram a “imaginar que seria professor de filosofia” (LLOSA, 2018, p. 91). No entanto, a sua sólida formação filosófica, sobretudo no campo da epistemologia, o tornou, nas palavras de Giovanni Reale (2006, p. 139), “crítico em relação ao neopositivismo, à Escola de Frankfurt e à filosofia analítica”, além de um dos maiores filósofos da ciência do século XX e defensor tenaz e agudo da sociedade aberta, ou seja, do Estado democrático (p. 139).

A noção de uma *sociedade aberta*, em oposição às sociedades fechadas do totalitarismo, deve ter tido suas raízes ainda na Viena do final do século XIX e início do XX, uma vez que, além de ser uma cidade que demonstrava espírito crítico, e grande criação literária, Viena ancorava debates intelectuais e políticos de grande efervescência, ademais, refletia um ambiente multicultural (LLOSA, 2018, 89). É nesse ambiente cultural de múltiplas facetas onde Popper critica “a compartimentalização do conhecimento em setores com objetos e métodos próprios” (PELUSO, 1997, p. 13); além de propor a crítica a qualquer pensamento dogmático, como efeito de um método baseado na racionalidade, Popper reafirma a importância da liberdade para as práticas que constituem a atividade racional.

Por ser um teórico da ciência, Popper se dedica a tecer inúmeras críticas aos procedimentos e métodos com que outros autores desenvolviam seus trabalhos. É assim que, partindo das noções de *falseabilidade*, isto é, de que para se afirmar como campo científico, todo conhecimento estará sujeito ao teste, “pela rigorosa aceitação do método de falseamento de seus resultados” (O’HEAR, 1997, p. 8), o autor passa a enxergar vários problemas nas correntes de pensamento que se mostravam dominantes na sua época, tais como: “o

positivismo do Círculo de Viena, os conhecimentos em torno da psicanálise freudiana, a psicologia de A. Adler e o marxismo” (PELUSO, p. 14,15).

Apesar de os pais de Karl Popper terem se convertido ao Cristianismo, os laços genealógicos com o judaísmo não impediram que as ameaças antisemitas se irrompessem com a tomada da Áustria pelos nazistas. Com a ocupação nazista, em 1938, a vida cultural da Áustria entrou num processo de decadência, sobretudo, em relação à vida dos judeus. Além de terem os seus símbolos removidos, marcas de uma Áustria independente, os judeus também sofreram intensas perseguições deflagradas pelos nazistas austríacos, afora os saques de propriedades, “o que resultou no suicídio de inúmeros judeus”. (SNYDER, 2017, p. 19).

A fisionomia do obscurantismo, do terror, da censura e de todas as decadências possíveis orquestradas pelo nazismo sufocou esse ambiente que reunia católicos, protestantes, judeus integrados ou sionistas, livres-pensadores, maçons e ateus, cuja contribuição foi fundamental para revolucionar as formas artísticas, como a música, a pintura, a literatura, além das ciências sociais, as ciências exatas e a filosofia (LLOSA, 2018, p. 89).

Além desses elementos que sedimentaram e protagonizaram o terror nazista, Popper olha para outro horizonte que, à maneira nazista, acendeu as chamas de sua crítica às crenças que dogmatizaram certa razão da história: o marxismo<sup>3</sup> - elemento-chave do comunismo. A dedicatória que o autor faz no início do livro *A miséria do historicismo*, aos que “tomaram vítimas da crença fascista e comunista” (POPPER, 2002, p. 5), revela a tenacidade da crítica que faz aos dois regimes que, além de engendrar inúmeras mortes sob governos

---

<sup>3</sup> Dois elementos da crítica que Popper faz às ideias de Marx aparecem na obra *A sociedade aberta e seus inimigos*. Os dois elementos constituem uma síntese da crítica que será desenvolvida contra o historicismo. O primeiro é o fato de que Marx, enquanto profeta do decurso histórico, e suas profecias não terem se cumprido, Popper o chama de “falso profeta” (POPPER, 2013, p. 371). Segundo Popper, esse ainda não é o cerne da sua crítica. O outro elemento tem a ver com as ideias incorporadas à teoria de Marx (a constituição de um reino ideal utópico depois da supressão do Estado), e a sua adesão ao historicismo: Marx fez com que inúmeras pessoas fossem desviadas, levando-as a crer que as predições históricas tivessem um selo de garantia científica para pensar as questões sociais. Segundo Popper, “Marx é responsável pela devastadora influência do método historicista de pensamento nas fileiras dos que desejam impulsionar a causa da sociedade democrática” (POPPER, 2013, p. 371).

totalitários, difundiram a ideia de que esses regimes eram guiados por leis inexoráveis do destino histórico.

Dessa forma, ao constituir as bases epistemológicas do seu pensamento no ceticismo a partir de sua imersão nas ciências, Popper se insurge contra qualquer sistema que abrigue noções dogmáticas ou justificacionistas na maneira de enxergar o mundo. O seu ceticismo, portanto, “é marcado por uma profunda hostilidade a qualquer profissão de certeza, ou qualquer pretensão de justificação” (O’HEAR, 1997, p. 8).

A ascensão nazista e a tomada da Áustria forçaram a emigração de Popper, com a sua esposa, em 1937, para a Nova Zelândia. Nesse novo ambiente, Popper se dedica, além dos estudos da pesquisa científica, às investigações em torno da epistemologia das ciências sociais. Entre os anos de 1937 e 1946, Popper escreve sua obra *The Open Society and Its Enemies* e, parodiando a *Filosofia da miséria*, de Proudhon, e *Miséria da filosofia*, de Marx, escreve *The Poverty of Historicism* (A miséria do historicismo), como fruto de uma série de artigos publicados na *Revista Econômica*, entre 1944-1945. Esse livro apareceu primeiro, segundo Peluso (1997), numa edição italiana (1945), depois em edição francesa (1956) e, somente em 1957, teve sua edição inglesa com o título *The poverty of historicism* (p. 18).

Esse pano de fundo histórico – os regimes nazifascistas e comunista – descortinou para Popper as condições que o levariam a propor as mais ácidas críticas aos determinismos históricos engendrados pelas crenças que esses dois regimes exibiam. As configurações desses regimes políticos, bem como suas consequências, levaram Popper a enfrentar os problemas que estão por trás de uma engenharia de pensamento que ousa dar as cartas, por meio de leis inexoráveis, dos destinos humanos.

Existe, dessa forma, uma especificidade conceitual em relação ao historicismo de Karl Popper. O conceito de historicismo é complexo e polissêmico, como afirma José Carlos Reis (2006). O historicismo nomeado por Karl Popper, “doutrina que afirma serem os grandes rumos da história humana, se não

os seus detalhes, governados por leis históricas ou leis do destino”, segundo Miller (2012, p. 24), se diferencia das noções que cercam o historicismo alemão clássico, por exemplo. Nesses termos, o historicismo clássico proposto pelo pensamento de Herder, Dilthey, Simmel, Windelband e Rickert, são distantes da concepção que Popper define no seu livro *A miséria do historicismo* (REIS, 2006, 2014).

É oportuno dizer, para este momento, que a especificidade do historicismo de Popper – o que nos interessa neste artigo –, é o ponto central na constituição do que estamos demarcando aqui como uma teoria da história. A crítica de Popper se dirige, num primeiro momento, para o fato de que, para o historicista, as Ciências Sociais se utilizam da história de forma teórica<sup>4</sup> (POPPER, 2002, p. 41), ou seja, para o cientista social, além das antecipações históricas basearem-se em leis, essas leis devem impulsionar o argumento de que o seu fim é a transformação social.

Nesse aspecto, Popper demarca um limite entre a compreensão da história, enquanto enredo dos acontecimentos históricos, e o historicismo. Um dos problemas apontados pelo autor é que o modo como os historicistas veem a história não se limita a olhar o passado, mas é preciso olhar para frente, o futuro (POPPER, 2002, p. 44). O olhar para futuro implica a crença de que as leis de desenvolvimento histórico, uma vez captadas, ordenarão o compasso e a marcha dos indivíduos, além de ditar, como elemento subjacente a essas leis, a dinâmica das transformações sociais.

Como já assinalado, os pressupostos popperianos são indissociáveis de suas bases epistemológicas. Por exemplo, as avaliações do autor quanto às epistemologias do século XIX destacam o otimismo que esses campos expressavam não somente na aquisição da verdade, mas no uso da razão como elemento fundante e determinante para o acesso à verdade. Para Popper, segundo Peluso, os usos do conhecimento enquanto elemento que dogmatiza a razão

---

<sup>4</sup> Com esse conceito, Karl Popper propõe uma crítica à concepção que afirma que uma teoria científica de desenvolvimento histórico sirva de base para fazer previsões.

tem como “consequências o autoritarismo e a violência” (PELUSO, 1997, p. 26).

Qual é, portanto, a proposta e as posições teóricas de Karl Popper na constituição da análise social? Quanto à maneira de lidar com as questões de caráter social, Popper propõe o conceito de *engenharía social de ação gradual*<sup>5</sup>. Mas, esse conceito se filia a outro, nas palavras de Peluso (1997), designado de *realismo epistemológico*. Ambos os conceitos se refletem diretamente nas posições liberais de Popper. O próprio Popper assume a perspectiva de construir a crítica interpretativa a partir de um ponto de vista liberal<sup>6</sup> (POPPER, 2002, p. 513). Quanto à perspectiva do *realismo epistemológico*, Peluso descreve:

Popper sugere o realismo epistemológico, que pode ser expresso em teses tais como, “é possível agir no mundo, mesmo sem saber a verdade sobre ele”, “podemos identificar quando estamos errados”, “podemos tentar prever as consequências das nossas ações”. As consequências desse “realismo epistemológico” parecem estar associadas ao criticismo e à tolerância (PELUSO, 1997, p. 26).

É esse conjunto de perspectivas que leva Popper a evocar a grande tradição “racionalista ocidental”. Oriundo dos gregos, o debate é, certamente, um dos pilares que sustenta a liberdade de pensar. Sobre o valor da ciência como prática da liberdade individual, o autor ressalta:

Dentro dessa tradição racionalista, a ciência é estimada, reconhecida, pelas suas realizações práticas, mais ainda, porém pelo conteúdo informativo e a capacidade de livrar nossas mentes de velhas crenças e preconceitos, velhas certezas, oferecendo-nos em seu lugar novas conjecturas e hipóteses ousadas. A ciência é valorizada pela influência liberalizadora que exerce – uma das forças

---

<sup>5</sup> Essa posição do autor reconhece a impossibilidade de criar instituições inteiramente seguras ou perfeitas, buscando “remendar por partes”, isto é, seus adeptos procurarão operar com pequenos ajustes, pois se tem consciência de que se sabe muito pouco, ao contrário dos sistemas utópicos.

<sup>6</sup> O *liberalismo* de Popper não carrega o mesmo sentido corrente nos EUA, por exemplo. O uso que Popper faz reflete o modo como é empregado na Inglaterra. Além disso, Popper não se filia a posicionamento partidário. Nas palavras do próprio autor: “liberal, para mim, não é o simpatizante de um determinado partido político, mas aquele que valoriza a liberdade individual e que é sensível aos perigos intrínsecos de todas as formas do poder e da autoridade” (POPPER, 2002, p. 14).

mais poderosas que contribui para a liberdade humana (POPPER, 2002, p. 166).

São esses pressupostos – liberdade individual, ruptura com sistemas fechados que abrigam certezas e dogmas, liberdade de pensamento, proposições graduais nas análises de conjunturas sociais, além da valorização da ciência enquanto conhecimento aberto –, que conduzem o pensamento popperiano a se contrapor a qualquer ideia de caráter utópico. É, ainda, a partir dessas ideias que o autor propõe a crítica à maneira como os historicistas compreendem os acontecimentos históricos.

### **As raízes do historicismo: o pensamento romântico e alemão**

Antes de fazermos alguns apontamentos em torno do historicismo alemão, sinalizamos duas questões: a primeira é que não intencionamos, nesta seção, detalhar a história dos historicismos<sup>7</sup>, uma vez que tal empreendimento – além de ser largamente discutido em manuais de teoria da história, não é o propósito fundamental deste artigo. No entanto, traremos alguns aspectos partindo das ideias de autores que se propuseram a interpretar a história tendo como horizonte, é preciso reconhecer, as perspectivas de mundo que os cercavam – razão pela qual não cogitamos apresentar elementos de caráter valorativos entre as ideias historicistas do final do século XVIII e início do XIX, e a especificidade do historicismo de Karl Popper.

A segunda questão é que há certo consenso entre alguns autores<sup>8</sup> que se dedicam aos estudos da Teoria da História de que a variedade de pensamentos e ideias que permeia a complexidade do historicismo não é de fácil descri-

---

<sup>7</sup> Não é muito usual a atribuição plural para esse termo, contudo, acreditamos que pelo fato de tal movimento apresentar variadas facetas desde a sua gênese, no século XVIII, seria impossível designar os períodos e os diferentes autores a partir de uma descrição homogênea. No entanto, para não criarmos estranheza, manteremos o emprego de historicismo no singular, tal qual aparece nos livros que o discutem o campo da Teoria da História.

<sup>8</sup> As dificuldades em conceituar o historicismo são apresentadas nos textos de Fontana (2004), Reis (2006), Martins (2010) e Barros (2011).

ção e explicação, posto que, além de apresentar linhas de pensamento com expressões plurais, foram ideias que se multiplicaram em diversos pontos geográficos da Europa e nas Américas, inclusive.

Essa dificuldade em determinar um lineamento que esclareça as bases das principais ideias e autores da corrente historicista é destacada por José D'Assunção Barros (2011) da seguinte forma:

O Historicismo se formou, assim, de elementos dispersos. Aproveitou as técnicas de crítica documental que já vinham sendo desenvolvidas pelos teólogos, e também se valeu do ímpeto relativista inaugurado por Chladenius e outros filólogos. Da Hermenêutica, um saber técnico igualmente oriundo dos meios eclesiásticos, e que logo seria elevado a 'arte da interpretação', também extrairia um novo traço de identidade (BARROS, 2011, p. 123).

Para além desses traços que entrelaçaram diversos elementos para a sua composição, deve-se levar em consideração que o historicismo está ligado a um conjunto de mudanças e transformações pelas quais passava a Europa do século XIX, tais como os impactos das ideias políticas impressas pela Revolução Francesa (1789) bem como as transformações tecnológicas oriundas da Revolução Industrial na transição do século XVIII para o XIX. Ligado a esses eventos e, além do entendimento de que os seus desdobramentos ocorrem “no contexto de afirmação dos Estados Nacionais do século XIX”, como afirma Barros (2011, p. 107), o historicismo se apresenta como resposta a uma crise oriunda dos processos de mudança acima elencados, além da necessidade de elaborar “uma nova forma de consciência histórica que se posicionasse criticamente quanto à crítica iluminista da tradição” (MARTINS, 2002, P. 3).

À vista disso, é um ponto consensual que os desdobramentos em torno da produção do conhecimento histórico – ou de uma história que se quer científica, no caso específico alemão –, tenham relação e inspiração nas concepções oriundas da valorização da nacionalidade alemã. Essa valorização da nacionalidade alemã, especialmente a prussiana, é expressão dos vários agrupamentos políticos dos estados, razão pela qual o historicismo desse período toma como elemento fundamental a necessidade de pensar a nação numa perspectiva coesa

e antirrevolucionária, algo que, segundo Fontana (2004), era um empreendimento que os intelectuais vinham aventando desde o final do século XVIII, “para estabelecer as bases de uma cultura nacional calcada na unidade da língua” (p. 221).

Sobre o papel dos dirigentes que se puseram numa posição de reação a qualquer possibilidade de grandes mudanças como fruto de revoluções, Fontana (2004) destaca:

Os dirigentes da sociedade perceberam, desde o início, a necessidade de fechar as portas às ideias subversivas e de ajudar a criar um consenso social baseado na luta nacionalista. A ação iniciou-se com a reforma educacional de Humboldt e continuou nas universidades prussianas – em especial a de Berlim, fundada em 1810 – que ofereciam aos intelectuais bem-estar econômico e promoção social, recebendo deles, em troca, as armas ideológicas para fazer frente à subversão sob a forma de uma cultura nacional que se apresentava dissociada do terreno da política e renunciava às funções de crítica social assumidas pelos intelectuais da Ilustração, encarregando-se de preparar a população para reverenciar o estado ao qual proporcionavam legitimação (FONTANA, 2004, p. 223).

Percebe-se, pela citação, que esse historicismo apresenta uma clara posição conservadora em relação ao espírito revolucionário francês. As reformas não refletem grandes transformações na estrutura política – como ocorreria num movimento revolucionário –, mas representam, em certa medida, um apego e uma valorização das tradições passadas. Com isso, não queremos dizer que o historicismo, especialmente como é o caso alemão, seja essencialmente conservador; no entanto, tal leitura indica que o historicismo tem como preocupação fundamental esboçar uma história que valorize o elemento nacional em contraposição ao universalismo da Ilustração.

É importante assinalar que essas noções sobre a produção de um conhecimento histórico que particulariza a história específica de cada povo são encontradas em filósofos e historiadores – considerados os primeiros historicistas – românticos do século XVIII, como o italiano Giambattista Vico (1668

-1774), e o alemão Johan Gottfried von Herder (1744 – 1803). Esses dois autores impuseram formas e critérios no modo de interpretar e escrever a história cujos impactos foram sentidos nas gerações seguintes. Um desses impactos é justamente a compreensão de que à história deve-se atribuir um *status* de domínio próprio do conhecimento, separado das ciências naturais. Sobre Vico, o filósofo e historiador das ideias Isaiah Berlin (2014), na sua obra *Political ideas in the Romantic Age* (Ideias políticas na era Romântica), destaca:

A proposição de que a história é única nesse sentido, e a célebre e importante distinção (que tem alternadamente lançado luz e obscuridade sobre seu tema) entre as ciências naturais e históricas, ou ainda mais amplamente, entre as ciências e as humanidades, foi formulada com uma perspicácia surpreendente pelo filósofo italiano Vico, e desde então foi totalmente ignorado por mais de um século (BERLIN, 2014, p. 270).

Fica claro, por esse fragmento, alguns importantes lampejos das concepções de Vico: a) o caráter particular da unicidade da história; b) a separação e distinção cada vez mais determinante entre história e as ciências naturais. Vico se contrapõe ao pensamento cartesiano ao afirmar a impossibilidade de aplicar os métodos da matemática e da física ao campo de investigação das humanidades. Para Vico, “somente Deus, que criou a natureza, podia compreender os processos naturais assim como compreendíamos nossos próprios atos criativos” (BERLIN, 2014, p. 271) – eis aqui um forte elemento teológico na base do pensamento de Vico.

Para Vico, portanto, os modelos que compunham a matemática e a física são insuficientes e obscuros, pois decorrem de observações da natureza a partir do exterior, da aparência. Logo, o que se depreende do seu entendimento, conforme a citação acima, e que compõe a validade de suas ideias, são os processos criativos realizados pelos indivíduos. É essa compreensão dos atos criativos que dão impulso para a sua ideia mais original, segundo Berlin:

A história é inteligível como os corpos materiais - a natureza - não o são, pois a história é um ato da experiência humana. As árvores e as pedras podem persistir no tempo, mas não se diz que tenham uma história (BERLIN, 2014, p. 272).

Vico olha para o passado a partir do que é tecido nas experiências humanas (sofrimentos, vontades, ideias, tradições), em oposição ao que ocorre com elementos meramente observáveis na natureza, além introduzir as diferenças de perspectivas entre um historiador e um cientista da natureza quanto aos seus resultados.

Além de Vico, outro pensador importante para a constituição de um campo historiográfico foi Johan Gottfried von Herder (1744 – 1803). Herder é, certamente, uma das maiores figuras desse movimento historicista. Assim como Vico, Herder demonstrava intensa piedade e crença em Deus como criador do universo. Predomina, nas ideias de Herder, a noção de que a história humana não se desenrola a partir de uma sucessão de acontecimentos “rigidamente determinados”, mas por uma espécie de lei “interior” (BERLIN, 2006, p. 279).

Um elemento importante que compõe a originalidade das ideias de Herder é o fato de ele se contrapor à noção da “uniformidade humana” (BERLIN, 2014, p. 279). Ou seja, ao contrapor-se à ideia de uniformidade, como se existisse na natureza uma entidade que, via de regra, pudesse definir a uniformidade dos indivíduos, ou oferecer às ciências naturais certos dados desse processo, Herder sustentava que,

(...) qualquer um que tivesse olhos para ver podia perceber diferenças morfológicas entre as culturas, podia constatar que havia algo comum à música alemã, à pintura alemã, à perspectiva política e atitude geral para com a vida apresentadas por alemães de qualquer dado período um espírito comum que os tornava reconhecidamente alemães e diferentes de tudo o que era característico dos franceses ou italianos; assim como tudo o que era típico do século XVIII diferia em certas maneiras muito perceptíveis do que era típico da Grécia clássica, de Roma ou da Judeia (BERLIN, 2014, p. 280).

Dessa forma, Herder destaca, não somente a validade da diversidade das culturas, mas exalta, como se lê na citação, a ideia da peculiaridade e das

particularidades encontradas nas culturas e povos.<sup>9</sup> Com tais ênfases, Herder valoriza, igualmente, as experiências acumuladas de culturas e indivíduos do passado, o que faz dele um dos precursores do “conservadorismo romântico”, com sua reação a qualquer coisa que causasse alguma ruptura com o “padrão preestabelecido do espírito de um determinado povo” (BERLIN, 2014, p. 289).

Assim, é preciso pontuar que boa parte das ideias desses autores românticos até aqui comentadas (Giambattista Vico e Herder) foram fundamentais para a composição do historicismo alemão do século XIX. Barthold Georg Niebuhr (1776-1831), por exemplo, ao introduzir no campo da história os métodos críticos oriundos da filologia e a crítica das fontes, opõe-se à Ilustração ao afirmar as peculiaridades de cada povo, bem como a historicidade individual. Uma obra que expressa muito seus métodos são os dois volumes intitulados *História de Roma* (1811-1812).

Outro nome de grande importância para o historicismo é o de Leopold von Ranke (1795-1886). Ranke é, segundo Fontana (2009), “o homem comumente considerado fundador do historicismo e que, de fato, seria o divulgador dos novos métodos “científicos” da história” (p. 225). Seus métodos aparecem na publicação de *Histórias dos povos românicos e germânicos de 1494 a 1514* (1824) onde direciona sua “crítica aos historiadores modernos”, dirigida contra a filosofia histórica da Ilustração, que já mostrava as grandes linhas da cruzada metodológica que deveria manter ao longo da vida” (FONTANA, p. 225).

---

<sup>9</sup> Herder traça um caminho inverso em relação ao Iluminismo. Enquanto o Iluminismo propunha que as coisas boas e belas pudessem ser encontradas em qualquer cultura, de qualquer tempo, tendo como fundamento o seu valor intrínseco (a ideia de universalismo), não é essa a perspectiva de Herder. O que ele propõe é pensar os indivíduos interligados, cada povo e cultura com a sua historicidade; cada povo e cultura com as suas peculiaridades. Herder é contra o cosmopolitismo kantiano (história universal), por exemplo. Esse modo de pensar corrobora a sua perspectiva da história, isto é, apesar de sua visão teológica – e que os que fazem parte da criação se movem a partir de propósitos – Herder, segundo Caldas (2007, p. 53), rompe com a “tradição metafísica quanto ao acesso à verdade”, além de entender que nenhuma época é capaz de apreender o processo histórico na sua totalidade.

Além de conceber as particularidades da política e das nações – contra as generalizações – a necessidade de buscar a compreensão dos acontecimentos e sua explicação, Ranke pensa a história a partir de um horizonte teológico. Além desse aspecto onde Deus é uma espécie de organizador da sociedade, a história escrita por Ranke terá como estilo os desdobramentos em torno dos estados, da diplomacia e das guerras.

Outro pensador que merece ser referenciado é Johan Gustav Droysen (1808-1884). Droysen publicou *História de Alexandre Magno (1833)*, *História da política prussiana (1886)*, *História. Sobre enciclopédia e metodologia da história*. Segundo Fontana (2009), Droysen colocava-se contra o positivismo que pretendia buscar causas “científicas” dos fatos e leis “naturais” da história, antecipando, até certo ponto, as posturas de Dilthey (p. 229). É nesse aspecto que é atribuído ao autor um relativismo, especialmente pelo fato de sua abordagem colocar em xeque as possibilidades plenas da objetividade na ciência histórica.

No seu estudo intitulado *As dimensões do historicismo: um estudo dos casos alemães*, Caldas (2007), em um fragmento, sintetiza o pensamento de Droysen:

O mundo dos objetos históricos, se construído pela interpretação do historiador, tampouco será uma mera reprodução de sua mente, mera folha em branco na qual o historiador haverá de inscrever o que melhor lhe aprouver. A história é ambígua, e, por esta razão, é a própria tematização da relação entre o homem e a sua circunstância (CALDAS, 2007, p. 55).

O pensamento de Droysen transposto na interpretação de Caldas (2007) sublinha o entendimento de que não há neutralidade no modo como o historiador organiza os seus objetos de investigação. Na sua *Historik* (reunião de várias conferências proferidas em 1857), Droysen mostra como os registros históricos e as suas referências sofrem inúmeras interferências não somente de quem está lidando com as fontes históricas, mas, sobretudo, pelas próprias ações autorais no tempo e no espaço. São essas circunstâncias (a época, os imaginários, as tradições, a política, a religião) marcadas pelas subjetividades

que desfazem as ilusões de que a objetividade “pura” seja alcançada pelo historiador.

Como se vê, o historicismo não pode ser coberto por um único arco de compreensão, razão pela qual no início desta seção dissemos tratar-se de um movimento com muitas facetas e dimensões. O que se deve depreender, a partir dessas abordagens, são as peculiaridades de cada autor e as ideias que estão sendo construídas: a) visão de mundo, tendo como elemento importante a perspectiva teológica; b) ruptura com a ideia universalista enunciada pela Ilustração; c) valorização de temas que envolvem as particularidades e peculiaridades de cada povo e cultura d) busca pela reconheciment da história como ciência na afirmação dos estados-nacionais; e) o elemento conservador (com certas variações) no sentido de que é preciso valorizar as experiências humanas passadas; f) uso dos métodos críticos com relação às fontes; g) entendimento de que os textos (as fontes em geral) sofrem interferência dos historiadores; e h) separação entre as ciências da natureza e os métodos das ciências humanas, além da percepção de que tais campos chegam a conclusões diferentes quanto às suas abordagens.

### **A especificidade da teoria da história de Karl Popper**

Nosso ponto é, depois de fazer um sintético balanço do historicismo desde os românticos, apresentar as contribuições de Karl Popper no seu estudo sobre historicismo. Como já foi apontado, o historicismo delineado por Popper destoa, não somente do historicismo romântico, mas igualmente do historicismo da Escola Alemã. É evidente que, num ponto ou noutro, é possível aproximar o pensamento de Popper de alguma ideia aqui apresentada – e não apresentada –, uma vez que, em hipótese alguma os pontos acima elencados esgotam os campos conceituais que abarcam esse movimento de tão grande expressão.

As perguntas fundamentais levantadas por Karl Popper que norteiam este artigo são: qual é o sentido da história? Tem a história alguma significação? A grande questão de fundo que impulsiona Popper a responder esses problemas é, certamente, o problema do historicismo. Um historicismo que começa com Hegel e encontra em Marx o seu clímax<sup>10</sup> – por isso que Popper, ao analisar o que nomeia de *A teoria moral do historicismo*, defende que “a tarefa a que Marx se lançou no *Capital* foi a de descobrir leis inexoráveis de desenvolvimento social” (POPPER, 2013, p. 495).

Para Popper, todas as outras questões que aparentam ser a tônica do projeto de Marx – a descoberta de leis econômicas úteis às questões sociais, a análise econômica que resulte em preços justos ou “distribuição de riqueza”, liberdade e segurança – não representam apenas as pretensões de Marx, mas, sobretudo a descoberta das leis que determinariam a marcha dos indivíduos e a extração de um campo de possibilidades que redundasse nos processos de transformações e revoluções sociais – esse seria o motor do pensamento de Marx.

Sobre as doutrinas historicistas, Popper afirma que não são exclusividades de Marx. O autor as encontra em Platão, Hegel, Stuart Mill e, quando se refere à antiguidade, na sua obra *“Conjectures and refutations”* (Conjecturas e refutações) Popper faz seguinte afirmação:

Elas parecem ser de origem oriental; de fato, a idéia judaica do povo eleito é uma idéia historicista típica - que a história tem um enredo cujo autor é Javé, e que a trama pode ser parcialmente desvendada pelos profetas. Essas ideias expressam um dos sonhos mais antigos da humanidade – o sonho da profecia, a idéia de que podemos saber o que o futuro nos reserva e que podemos lucrar com tal conhecimento ajustando nossa política a ele valer desse conhecimento ajustando a ele nossa conduta (POPPER, 2002, p. 515).

---

<sup>10</sup> É importante ressaltar que todas as vezes que Popper fala de historicismo, ainda que, em boa medida, tenha Karl Mannheim e Marx como alvos, ele está pensando em qualquer sistema de pensamento ou teoria que opere com as ideias do destino histórico ou com a necessidade de fazer predições.

As suposições de que as doutrinas historicistas remontam às concepções judaicas sobre sua eleição por Javé podem ser encontradas em outros autores que, à semelhança de Popper, tecem inúmeras críticas às ideias de que à história ter-se-ia reservado algum sentido teleológico. Por exemplo, o sociólogo e historiador Raymond Aron (1905-1983), no seu livro *L'opium des intellectuels* (1955) (O ópio dos intelectuais), designa o marxismo como uma *escatologia* que atribui ao proletariado o papel de salvação do coletivo (ARON, 2004, p. 71).

A partir do uso dessa expressão – *salvação do coletivo* –, Aron pensa o marxismo (na sua crítica) com os mesmos instrumentos da linguagem que circundam o universo de interpretação da religião judaico-cristã: doutrina que anuncia os acontecimentos futuros cujo ápice se realizará num reino messiânico.

A noção de uma classe eleita, marcada pelo sofrimento, e a missão de recompor o destino humano por meio do desenvolvimento da história, permite a essa classe não somente uma evidente *teleologia*, mas as condições necessárias para empreender todo o esforço possível em busca da instauração da liberdade pelas vias da revolução. A sedução de tal pensamento reside no fato de que, dentre outras coisas, o marxismo sustenta uma plataforma de crenças configurada (na aparência) em elementos científicos, razão pela qual atrai inúmeros indivíduos nutridos de fé. Essa assertiva é muito bem explicitada na obra “*O marxismo de Marx*”. Aron enxerga nos textos do jovem Marx (1841-1847-48) – o que lhe parece essencial – não somente a história como portadora de uma missão, mas “a relação entre um devir necessário e a ação humana” (ARON, 2005, p. 69).

O segundo autor a fazer uma leitura sobre o sentido da história é o filósofo e historiador das ideias Isaiah Berlin (1909-1997). No seu texto *Uma mensagem para o século XXI* – fruto de suas conferências – Berlin faz uma crítica às correntes de pensamento que, ao olharem para a história como uma sucessão de acontecimentos movidos por leis de desenvolvimento, assumiram todas as formas totalitárias e violentas do século XX. A essas concepções – de que por meio da realização das lutas pelos atores a história faria emergir as suas pró-

prias soluções culminando numa sociedade harmônica – Berlin nomeia de “*otimismo metafísico*”, para o qual não se encontram evidências na experiência histórica” (BERLIN, 2016, p. 43).

Sobre essa designação de que há um percurso histórico que, uma vez descobertas as chaves (as leis) que abrem os sentidos a serem trilhados, afirma Berlin (2016): “como conheço o caminho para chegar à solução final para a sociedade, conhecerei os caminhos pelos quais conduzir a caravana” (p. 45). Há uma justificativa na base dessas ideias (uma ideia bem hegeliana), a saber: se a luta é o palco para o movimento, é necessário cumprir o enredo prescrito na história, para que se cumpra a utopia.

O terceiro autor, o historiador francês François Furet (1927-1997), em seu texto *Le passé d'une illusion* (1995) (O Passado de uma ilusão), ao estudar o comunismo russo, aproxima as suas perspectivas de estudo dos autores anteriores, inclusive, na medida em que enxerga na ideologia comunista (além da “Razão histórica”) um componente religioso: a fé que transforma a política numa crença de que é possível tomar as rédeas do curso histórico. Sobre essas ideias que encobrem o comunismo, Furet explica:

(...) explica-se o paradoxo pela sobrevivência desse famoso sentido da História, outro nome de sua necessidade, que serve de religião para aqueles que não têm religião e, portanto, é tão difícil e até tão doloroso de abandonar. Ora, é preciso fazer esse trabalho do luto para entender o século XX (FURET, 1995, p. 16).

A questão levantada por Furet é sobre a crença ou o mito de que existe uma espécie de missão para calcular as transformações sociais pelos atores em cena, e o suporte que sustenta o mito é justamente a crença no “imbricamento de épocas históricas sucessivas” (FURET, 1995, p. 15). Nesse caso, a religião, eivada de paixões, é transposta para a política, a fim de que seja concluída com a salvação final por meio da evolução histórica.

As ideias desses autores (Aron, Berlin e Furet) se alinham, em boa medida, como se vê, às ideias de Popper. Além da crítica que Popper faz às cor-

rentes de pensamento que enxergam leis inexoráveis para justificar o que se pode fazer no decurso da história, sua posição crítica se volta, igualmente, para o fato de que caberia ao cientista social fazer previsões na mesma medida equiparativa que um cientista das ciências da natureza faria em relação a algum fenômeno natural.

O historicismo, enquanto objeto de estudo e crítica de Popper, assume um horizonte hermenêutico claro: é a crítica ao entendimento de que, uma vez descobertas as leis (pois sua existência já seria uma premissa real) de desenvolvimento social, é possível demarcar os empreendimentos políticos que guiam os indivíduos em direção ao destino final. Por causa disso Popper, ao tempo em que dirige sua crítica ao historicismo (a uma faceta do historicismo, pois seu interesse não é abarcar os problemas dos historicismos anteriores), propõe uma teoria da história desvencilhada das tendências historicistas.

Como forma de demarcar sua crítica ao historicismo (visando seu otimismo ativista), Popper argumenta a partir de cinco enunciados (aqui sintetizados) na sua obra *The Poverty of Historicism*:

1. O curso da história é fortemente influenciado pelo crescer do conhecimento humano.
2. Não é possível prever, através de recurso a métodos racionais ou científicos, a expansão futura de nosso conhecimento científico.
3. Não é possível, conseqüentemente, prever o curso futuro da história humana.
4. Não pode haver uma teoria científica do desenvolvimento histórico a servir de base para a predição histórica.
5. O objetivo fundamental dos métodos historicistas está, portanto, mal colocado (POPPER, 2002, p. 9).

Essas demarcações críticas de Popper traduzem o campo epistemológico no qual está imerso: o entendimento de que nenhum conhecimento pode ser lançado numa redoma dogmática. Tomando como modelo o primeiro enunciado, por exemplo, (sobre o crescimento do conhecimento), percebe-se que a validade do argumento de Popper reside no fato lógico de que, uma vez que o conhecimento está em processo de crescimento – o que é um axioma inegável – como seria possível prever, dentro dos acontecimentos em curso,

no presente, o que só se saberá no futuro? a predição assume, nesse caso, não somente traços de uma “*Engenbaria utópica*”<sup>11</sup>, mas um conjunto de proposições inválidas para análise dos eventos históricos.

A relação entre o historicismo e o utopismo apresenta outra dificuldade para Popper: o fato de que ambos postulam que seus propósitos não seriam resultados das escolhas, oriundas de uma “decisão moral”, mas insistem que tais finalidades podem incidir não somente nas descobertas (científicas, inclusive) das chaves históricas, mas que essas descobertas representam os verdadeiros anseios e objetivos da sociedade (POPPER, 2002, p. 65).

Levantamos, aqui, um argumento por meio do qual Popper problematiza as finalidades dos historicistas em querer representar, no seu otimismo, as vontades, os anseios e os objetivos de toda a sociedade. A premissa argumentativa de Karl Popper, discutida no capítulo: *Has history any meaning? A história tem significado?* do livro *The Open Society and Its Enemies*, está relacionada diretamente ao que ele propõe como leitura para uma teoria da história, a saber: os acontecimentos históricos não possuem um fim em si mesmos, pois, na esteira dos acontecimentos, as descrições históricas feitas pelos indivíduos estão subordinadas necessariamente aos *atos seletivos*.

A atividade que consiste na seleção dos fatos não é um procedimento fortuito para Popper, ao contrário, é resultado da compreensão de que a teoria – enquanto “hipótese operante” – não possui um caráter final, mas incompleto, no ordenamento dos fatos (POPPER, 2013, p. 562). Além da exigência de que a teoria precisa ser testada pelos fatos, a fim de estabelecer sua confiabilidade, Popper destaca o caráter infinito e variado dos temas os quais, por meio de instrumentos finitos (as palavras, por exemplo), as descrições seletivas históricas e sociais devem abordar.

---

<sup>11</sup> Engenharia social, holista ou Engenharia utópica, são conceitos correlatos no pensamento popperiano, contrários, portanto, à *Engenbaria social de ação gradual*. Enquanto esta reconhece a impossibilidade de criar instituições inteiramente seguras ou perfeitas, buscando “remendar por partes”, isto é, seus adeptos procurarão operar com pequenos ajustes, pois se tem consciência de que se sabe muito pouco, aquela pretende a remodelação de toda a sociedade, segundo as diretrizes definidas. Pretende ainda “conquistar as posições-chaves” para saber e definir o funcionamento das forças históricas que hão de moldar e reconstruir o futuro das sociedades em desenvolvimento. Cf. (POPPER, 2002, p. 60).

Ao qualificar as descrições históricas como atos seletivos e ordenados pelos historiadores, Popper dá um passo adiante: a crítica não é somente ao fato de que na descrição histórica as ações dos historiadores são seletivas; conclui que não se deve falar de “causa e efeito de modo absoluto”, uma vez que “um acontecimento é causa de outro acontecimento”, isto é, seu efeito (POPPER, 2013, p. 564). Por isso, as “*leis universais*” são, em muitos aspectos, mais assentes (apoios) do que bases de uso consciente, o que nos leva a pensar que o ato de predizer é apenas uma face de uso no curso dos acontecimentos.

Dessas premissas, extraímos duas teses: 1) o autor constata que as leis universais utilizadas para a explicação histórica são insuficientes, pois não oferecem qualquer “princípio seletivo ou unificador” para a história. Daí o problema que Popper lança sobre uma teoria que pretende explicar tudo, sobretudo pelo fato de que, quando se verifica outras formas de interpretações, a primeira premissa (a que propõe explicar tudo) é falseada nas suas pretensões explicativas, o que nos leva à segunda tese: 2) o autor lembra que não se deve pensar que uma interpretação geral tenha obtido confirmação, ainda que seja confirmada por seu acordo com os registros, uma vez que outras possíveis interpretações<sup>12</sup> (incompatíveis entre si, talvez) também podem ser correlacionadas aos registros.

Assim, Popper acaba por apontar as fragilidades historicistas a partir de três premissas: a) o historicista carrega a crença de que não seria ele o agente que escolhe e ordena os fatos da história, mas atribui a própria história e as suas leis, as determinações sobre os nossos problemas, futuro e ponto de vista; b) a interpretação historicista não parte de seus problemas cruciais, práticos e específicos, ao contrário, ao olhar a história, deduz encontrar nela a essência do destino humano; c) o historicista esforça-se em encontrar o caminho (“*a chave da História*”, e o seu sentido), pelo qual a humanidade possa andar (POPPER, 2013, 570).

---

<sup>12</sup> Não se deve pensar que tais considerações – sobre as muitas faces das descrições históricas – conduzam Popper a relativizar as descrições, como se a verdade e a objetividade fossem conceitos rejeitados pelo autor, ao contrário, o que Popper põe em jogo são as formas que almejam tornar absolutas quaisquer pretensões interpretativas sem passar pelo crivo dos testes a partir de outras descrições.

Dessas premissas – impossibilidade de falar do passado como uma essência, pois o que há são infinitos temas, seleção das descrições históricas, o que implica falar apenas de uma face dos múltiplos acontecimentos, e a impossibilidade de leis, pois os eventos não têm as mesmas fisionomias em todos os lugares –, Karl Popper (2013) faz duas declarações: a) “a história não tem significado” (p. 571) e b) “não há história da humanidade, há apenas um número infinito de histórias de todas as espécies de aspectos da vida” (p. 571).

Ao dizer que a história não tem qualquer significado, Popper não quer desconsiderar a história nas suas singularidades. A história pode ser interpretada a partir das especificidades dos problemas do presente, por exemplo, a “luta por uma sociedade aberta” (POPPER, 2013, p. 579). Embora a história não seja teleológica – não tendo fins em si mesma –, pode-se interpretá-la visando esses fins, ou atribuindo essa significação.

Para Popper, “em vez de posar como profetas, devemos nos tornar os criadores de nosso destino” (POPPER, 2013, p. 581). O autor parte da ideia de que é preciso encarar os nossos próprios erros, e que os fatos, sejam eles oriundos da natureza ou da história, não podem dirigir as decisões, as escolhas e os destinos dos indivíduos. À vista disso, são os próprios indivíduos que dão sentido e propósito à natureza e à história, quando, por exemplo, lutam pelo aperfeiçoamento das instituições, no sentido de que se tornem mais racionais, ou mesmo por direitos diversos.

## Conclusão

O historicismo, como foi mostrado, é um conjunto de pensamentos e ideias onde não se encontra uma estrutura coesa, homogênea, mas multifacetada. Procuramos mostrar, neste artigo, que o historicismo de Karl Popper é de outra dimensão, se comparado com a Escola Alemã. Karl Popper parte de seu próprio campo teórico, a saber, que é impossível elevar qualquer teoria à categoria de verdade absoluta em termos epistemológicos. Ao propor que a possibilidade do erro é um elemento central para a constituição do conhecimento

científico, Popper indica o mesmo caminho na sua análise acerca da natureza do conhecimento histórico.

Os elementos comparativos entre o historicismo de Popper e aqueles associados ao movimento romântico, e o alemão, evidenciam que Popper não somente diferencia o seu campo de investigação, mas que esse campo teórico é demarcado por uma impossibilidade objetiva: o historicismo é insustentável, pois, ao propor que, uma vez descoberto o enredo, as chaves da história, é possível prever a marcha que os indivíduos, por meio de leis inexoráveis, podem chegar a um futuro previsível, não corresponde ao que ocorre na realidade empírica.

A história, assim entendida, não tem significação. Para fundamentar essa conclusão procuramos mostrar que o argumento de Popper se volta para o fato de que os acontecimentos históricos são tramados por um conjunto infundável de temas que são objeto de processos seletivos por parte dos historiadores. Ao criticar o historicismo, Popper defende que as previsões se baseiam em aspectos (ou recortes), dos acontecimentos, razão pela qual é impossível falar de leis gerais que compreendam todas as características históricas e sociais e contemplem os anseios e objetivos de toda a sociedade.

Finalmente, a proposta de Popper leva em consideração a noção de que é preciso romper com qualquer ideia dogmática. O modo como o autor propõe sua teoria da história parte do pressuposto de que precisamos assumir o controle das nossas ações. O historicismo quer secular ou religioso, não pode determinar os caminhos pelos quais os indivíduos devem trilhar. Por isso Popper, ao mesmo tempo em que recusa o determinismo histórico, preconiza a ação humana como valor, propondo a luta por uma sociedade aberta e democrática, guiada pela razão e pelo ideal de justiça.

## Referências bibliográficas

- ARON, Raymond. **L'opium des intellectuels (1955)**. Paris, Calmann-Lévi, 2004
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história**, vol. II: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2011.
- BERLIN, Isaiah. **Political ideas in the romantic age**. Second edition published by Princeton University Press, EUA, 2014
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. **As dimensões do historicismo: um estudo dos casos alemães**. OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007.
- FURET, François. **Le passé d'une illusion: Essai sur l'idée communiste au XX siècle**, Éditions Robert Laffont, S.A., Paris 1995.
- FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2004.
- LLOSA, Mario Vargas. **La llamado de la tribu**. Penguin Random House Grupo Editorial, Barcelona, 2018.
- MILLER, David. **Sir Karl Raimund Popper**. In: Khronos: revista de história da ciência, nº 1 São Paulo: Humanitas, 2010.
- MARTINS, Estevam de Rezende. **Historicismo: tese, legado, fragilidade**. História Revista. 7. 1-22. Jan./dez., 2002.
- O'HEAR, Anthony. **Karl Popper: filosofia e problemas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- POPPER, Karl. **O racionalismo crítico de Karl R. Popper**. In: REALE, G; ANTISERI, D. História da filosofia, v. 7: de Freud a atualidade [tradução Ivo Storniolo]. – São Paulo: Paulus, 2006.
- POPPER, Karl. **The Open Society and Its Enemies**. First single-volume Princeton University Press printing, 2013.
- POPPER, K. **The Poverty of Historicism**. New York : Routledge, 2002
- POPPER, K. **Conjectures and Refutations**. New York : Routledge, 2002
- PELUSO, Luis Alberto. **A filosofia de Karl Popper: epistemologia e racionalismo crítico**. Campinas, SP: Papirus, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1995.
- REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SNYDER, Timothy. **Sobre a tirania:** vinte lições tiradas do século XX para o presente. Tradução Donaldson M. Garschagen. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



---

ARTIGOS - ARTICLES

---

Nietzsche, mentor da Primeira Guerra Mundial?  
O que dizem jornais e revistas brasileiros  
sobre o filósofo (1910-1920)

Antonio Vinicius Lomeu Teixeira Barroso<sup>1</sup>  
Universidad Nacional de La Plata  
[lomeuantonio@gmail.com](mailto:lomeuantonio@gmail.com)

Como citar este artigo: BARROSO, A. V. L. T. "Nietzsche, mentor da Primeira Guerra Mundial? O que dizem jornais e revistas brasileiros sobre o filósofo (1910-1920)", *Intelligere, Revista de História Intelectual*, n° 12, pp. 130-146. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** O presente artigo pretende examinar como os jornais e revistas brasileiros, entre os anos de 1910 e 1920, vincularam o pensamento do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) à Grande Guerra (1914-1918). Desse modo, buscaremos compreender de que maneira o pensador foi associado ao conflito, destacando, as opiniões que salientam seu papel de incitador da guerra. Para tanto, realizaremos um breve percurso historiográfico dessa associação e, posteriormente, a análise dos periódicos do Brasil nessa época.

**Palavras-chave:** Nietzsche. Primeira Guerra Mundial. Imprensa brasileira.

*Nietzsche, mentor of the First World War? What Brazilian newspapers  
and magazines say about the philosopher (1910-1920)*

**Abstract:** This article aims to examine how Brazilian newspapers and magazines, between the years 1910 and 1920, linked the thought of the German philosopher Friedrich Nietzsche (1844-1900) to the Great War (1914-1918). In this way, we will seek to understand how the thinker was associated with the conflict, highlighting the opinions that emphasize his role as an inciter of war. For that, we will carry out a brief

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidad Nacional de La Plata, graduado e mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisa a recepção do pensamento de Nietzsche entre os anos de 1890 e 1930 na Argentina e no Brasil. Atualmente, leciona na Universidad Nacional de La Plata, na cadeira de História sociocultural Luso-brasileira.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8289874913878862>

historiographical journey of this association and, later, the analysis of the periodicals of Brazil at that time.

**Keywords:** Nietzsche. First World War. Brazilian Press.

## Introdução

A fama de Friedrich Nietzsche como um filósofo defensor da violência, da crueldade e da guerra parece ter sido, ao longo do século XX, altamente difundida. Seu papel de influenciador da Segunda Guerra Mundial é bastante conhecido: vários foram os filósofos, historiadores e políticos que se esforçaram em demonstrar sua relação com o nazifascismo.<sup>2</sup> O mesmo não se verifica em relação à sua associação com a Primeira Guerra, já que existem poucos trabalhos que exploram esse suposto vínculo. As ideias nietzschianas e a explosão bélica ocorrida em 1914, no entanto, estiveram extremamente relacionadas, se analisarmos jornais e revistas que circulavam em solo brasileiro nesse período.

A quantidade de artigos que citam Nietzsche, ao abordar o tema da Primeira Guerra, é bastante considerável e alguns ocupam a primeira página desses periódicos. Antes mesmo do início desse evento catastrófico já havia menções ao possível envolvimento do filósofo com as ambições militares alemãs. Os jornais e revistas brasileiros realizaram um intenso debate que, em geral, partiam das seguintes perguntas: As ideias nietzschianas foram o motor da então chamada Grande Guerra? Nietzsche era um intelectual a favor do nacionalismo e belicismo alemães? O filósofo foi um dos ideólogos do imperialismo europeu?

Esse artigo tem como objetivo responder essas perguntas destacando as diversas opiniões manifestadas pela imprensa brasileira. Desse modo, destacaremos os pontos de vista que o consideravam um mentor e incitador desse evento, por supostamente ter influenciado militares, políticos, cidadãos e intelectuais a apoiarem um desfecho violento para as tensões das grandes potências do momento. Primeiramente, analisaremos como alguns historiadores conectaram o pensador alemão ao tema de Primeira Guerra Mundial.

---

<sup>2</sup> De fato, sua irmã, Elisabeth Förster-Nietzsche realizou um trabalho de mutilação dos seus textos aproximando-os às teorias raciais e bélicas nazistas. O arquivo Nietzsche foi visitado duas vezes por Hitler e este, numa das ocasiões, foi presenteado por Elisabeth com a bengala usada pelo filósofo (cf. JULIÃO, 2016, p. 276). Tal visita foi mediada por Benito Mussolini outro admirador convicto de Nietzsche. Em suas concepções sobre a necessidade da guerra o líder italiano também se apoiava nas proposições do pensador alemão.

## Nietzsche, a Primeira Guerra e os historiadores

Antes de analisar como os periódicos brasileiros relacionaram Nietzsche à Primeira Guerra demonstraremos como essa relação foi estabelecida previamente por alguns historiadores. Arno Mayer, em 1987, publicou o livro intitulado a “A força da tradição” no qual defende a tese de que o Antigo Regime e seus ideais conservadores, antidemocráticos e hierárquicos continuavam predominantes no continente europeu até o ano de 1914. Em linhas gerais, o autor apontou que o esforço que as aristocracias europeias realizam para se manter no poder é o fator principal que gerou a Grande Guerra. Mayer sustenta que, no final do século XIX e início do século XX havia uma forte ideia de decadência entre muitos intelectuais, na qual o apelo democrático, os crescimentos das cidades e das multidões colocariam fim a cultura de elite, aristocrática e feudal (cf. MAYER, 1987, p. 271). Segundo o historiador, “noções simples como ‘sobrevivência dos mais aptos’ e ‘vontade de poder’ de Darwin e Nietzsche, respectivamente, penetraram no arsenal de ideias e atitudes antiprogressistas e antiliberais” (MAYER, 1987, p. 273). Essas teorias de elite na Europa serviam como arma na batalha contra o nivelamento político, social e cultural e, para Mayer, Nietzsche foi o menestrel-mor nesse combate. O filósofo, apesar de suas críticas ao Chanceler Bismarck, o apreciava por suas origens rurais e nobres além de respeitá-lo pela maneira hábil como manipulava o *Reichstag*. O parlamento para Nietzsche era a verdadeira ameaça a uma cultura superior e tanto a democracia como o socialismo eram um empecilho para o aparecimento de uma casta superior de senhores. Nietzsche, na interpretação de Mayer, defende que “os autênticos aristocratas deveriam estar sempre prontos para serem cruéis e sacrificarem imensos contingentes de seres humanos para o benefício de homens nobres” (MAYER, 1987, p. 279). Esse homem nobre, cujo empenho na auto perfeição espiritual e no poder brutal o transformava em um guerreiro completo, era movido pela força motriz da própria vida: “a vontade de poder”. Desse modo, Nietzsche defendia que a guerra era essencial para o Estado-Nação e que as lutas externas poderiam ser usadas para estimular a vontade de poder, por isso, saudava os fogos da guerra por alimentarem a transmutação da crise europeia. O paraíso nietzschiano estaria ‘à sombra das espadas’ por isso “a era vindoura de guerras incomparáveis permitiria a aristocracia mostrar sua virilidade, amparar e jactar-se de sua honra e lideranças históricas” (MAYER, 1987, p. 280). Nesse sentido, a investida ideológica mal-intencionada e belicosa contra o progresso, o liberalismo e a democracia, na virada do século, tiveram como fonte espiritual e intelectual comum Darwin e Nietzsche. Nas próprias palavras de Mayer, no início do século XX:

As camadas superiores da sociedade e do Estado deixaram de deplorar a guerra como uma necessidade extrema e lastimável. Num atmosfera intelectual e psicológica carregada de influências social-darwinistas e nietzschianas, a guerra era celebrada como um novo remédio que curava tudo. A violência e o sangue da batalha prometiam revigorar o indivíduo, restabelecer a nação, restaurar a raça, revitalizar a sociedade e regenerar a vida moral (MAYER, 1987, p. 295-296).

Segundo Mayer, as fórmulas nietzschianas, juntamente com as social-darwinistas, permearam as camadas superiores do Estado e da sociedade entre 1890 e 1914, fomentando a necessidade de uma guerra como solução para a crise instaurada nesse momento.

O historiador Eric J. Hobsbawm, de maneira mais indireta, também associou o filósofo alemão ao conflito. Em sua obra “A Era dos Impérios”, publicada em 1987, o autor defende que Nietzsche foi um dos pensadores mais céticos em relação às verdades do século XIX: o progresso a razão, inclusive a ciência. Hobsbawm, assim como Mayer, aproxima o pensamento nietzschiano ao darwinista, afirmando que “os escritos de ‘A vontade de Poder’ podem ser lidos como uma variante do darwinismo social”, já que neles há um “discurso desenvolvido com a linguagem da ‘seleção natural’, neste caso uma seleção destinada a produzir a nova raça dos ‘super-homens’, que iria dominar os humanos inferiores como o homem” (HOBSBAWM, 1988, p.221). Essa teoria a favor de uma dominação bruta fez com que Nietzsche fosse considerado por muitos de seus contemporâneos como um vidente excitado com a probabilidade de uma grande guerra. De certo modo, sua chegada foi sentida como uma libertação e um alívio pelo filósofo e por uma parte da elite europeia na medida em que

significou o fim da superficialidade e da frivolidade burguesa, do tedioso gradualismo da melhoria do século XIX, da tranquilidade e da ordem pacífica que era a utopia liberal para o século XX e que Nietzsche denunciara profeticamente, junto com a ‘pálida hipocrisia administrada por mandarins’ (HOBSBAWM, 1987, p. 284).

Segundo Hobsbawm, na década de 1880, “o filósofo Nietzsche, louca, porém profeticamente, saudou a militarização crescente da Europa e predisse uma guerra que ‘diria sim ao animal bárbaro, ou mesmo selvagem, que existe entre nós” (HOBSBAWM, 1988, p. 265). Desse modo, o historiador inglês coloca ênfase no papel de

Nietzsche, não só como profeta da guerra de 1914, mas também como seu entusiasta, tendo em conta que colocaria fim aos valores por ele combatidos.

Finalmente, James Joll, em seu livro “As origens da Primeira Guerra Mundial” de 1984, investiga de forma mais detalhada como Nietzsche esteve relacionado com o evento, concentrando-se na forma como suas ideias influenciaram os movimentos juvenis alemães. Analisando como se deu o processo de alistamento na Alemanha, Joll afirma que, na década anterior à guerra, novos movimentos da juventude, inspirados pelas ideias de Nietzsche, começaram a crescer entre a classe média alemã. Esses jovens representavam uma rebelião contra a disseminada respeitabilidade da burguesia Guilhermina, e por isso, defendiam as raízes da pátria nas montanhas e florestas da Alemanha, assim como o regresso a um senso de comunidade, mais instintivo e espontâneo. Esse grupo, *Wandervogel*, desejava ver a sociedade alemã livre da hipocrisia e convenções da Alemanha contemporânea impregnada pela superficialidade dos políticos alemães (cf. JOLL, 1984, p. 192). Ao definir o estado de espírito que levou a guerra, Joll afirma que a retórica nietzschiana o desejo de liberação e de novas formas de ação eram elementos que caracterizavam a juventude alemã e se manifestavam através de um sentimento de unidade semelhante aos nacionalistas militaristas que criticavam (cf. JOLL, 1984, p. 193). De acordo com Joll, apesar do culto de Nietzsche à libertação pessoal, “torna-te o que tu és”, não envolver necessariamente a guerra, suas referências constantes à cura brutal da enfermidade da sociedade europeia contemporânea encontraram muitos ecos entre os que aceitavam e davam as boas-vindas à guerra que se aproximava (cf. JOLL, 1987, p. 188).

Finalmente, quando a guerra eclodiu, diversos jornais, publicitários e líderes religiosos britânicos se esforçaram para atribuir a influência de dois escritores alemães especificamente à guerra: Heinrich Von Treitschke e Friedrich Nietzsche. Para o editor do jornal britânico *The Times* em 1914, o último havia sido responsável, de alguma forma, pela Primeira Guerra Mundial, pois havia encorajado soldados não só alemães como também russos a irem para frente de batalha (cf. JOLL, 1984, p. 187-188). Como foi reportado no jornal em 31 de outubro de 1914: “Quase todos os nobres espíritos da Rússia moderna beberam da fonte de Nietzsche” (cf. JOLL, 1984, p. 188).

Os editores britânicos estavam convencidos de que o pensador tinha sido uma influência de peso para aqueles que desejavam a guerra. Durante os meses de junho e julho de 1914, as menções a Nietzsche aparecem na divulgação dos seus livros

através de anúncios de livrarias e de alguns leitores de sua obra. A partir de setembro, no entanto, a campanha anti-nietzschiana começa da seguinte maneira:

A peculiaridade da Alemanha é que noção da guerra como um fim em si mesmo tem dominado os intelectuais do país, que seus ideais agora não são paz e amor, mas sim amor à guerra, que sua consciência nacional tem sofrido uma mudança dos valores morais que Nietzsche desejava (THE TIMES, 1914, p. 2)

O texto “A Grande Ilusão” revela diversos ataques ao filósofo classificado como “um pensador confuso”, “sem valores claros” e que ao contrário de um filósofo de verdade, “não sabia como queria viver”. Ademais, afirma que, para seus seguidores, a guerra alemã, em si mesma, é nobre e esplendida, algo que deve ser motivo de orgulho como a música alemã (THE TIMES, 1914, p. 2).

Em 25 de setembro de 1914, no artigo “Ética Evolutiva”, Charles F. Down escreve que a Alemanha moderna era animada pelo espírito darwinista que é a essência de Nietzsche. Segundo sua lei, somente existe a vontade do mais forte, o domínio da “besta loira” (THE TIMES, 1914). Para Down, “a sobrevivência do mais apto (que seria o mais forte), na luta pela existência tem como objetivo o aparecimento do super-homem”, e “quanto mais aguerrida e difícil a luta, o forte destruirá o fraco de maneira mais perfeita, desse modo, o super-homem aparecerá mais rapidamente.” Esse seria o princípio que dominava a Alemanha moderna, não os de Kant e Hegel. Na edição de 21 de outubro de 1914, em artigo intitulado “Resposta aos professores alemães: origem e direção da guerra”, se expressa a seguinte opinião em relação aos acadêmicos alemães:

Nós não questionamos até agora a sua sinceridade pessoal quando expressam seu horror pela guerra e seu zelo pelas “conquistas da cultura”. No entanto, somos obrigados a afirmar que uma visão muito diferente da guerra e de um engrandecimento da nação baseado na ameaça da guerra tem sido defendida por escritores influentes como Nietzsche (The Times, 21/10/1914).

Ao longo do mesmo ano ainda foram publicados outros artigos relacionando as ideias nietzschianas à Grande Guerra. O nome de Nietzsche no jornal *The Times*, nesse ano, aparece quase que exclusivamente vinculado à violência produzida pelos

militares europeus, sobretudo alemães. Seguindo o mesmo caminho que Joll, tentaremos, em seguida, analisar como a imprensa brasileira mostrou a associação de Nietzsche com a Grande Guerra.

### **A imprensa brasileira, Nietzsche e a Grande Guerra**

Nos anos anteriores à Grande Guerra, a imagem de Nietzsche veiculada pela imprensa brasileira era bastante ambígua. Em geral, havia um reconhecimento da genialidade e do potencial do filósofo, mais considerado um poeta, acompanhado de certa suspeita e crítica em relação a determinadas ideias defendidas por ele. Alguns leitores de suas obras o vinculavam à loucura, imoralidade, crueldade, ao crime e denunciavam a sua suposta adoração da violência. Em dois de janeiro de 1910, na primeira página do jornal *Correio da Manhã*, Manuel de Sousa Pinto o define como “filósofo errante”, louco, de vida transviada, de “ideias contraditórias” e “verdades vacilantes” cuja “toda sua obra é uma série de apontamentos tumultuosos” (CORREIO DA MANHÃ, 1910, p. 1). Nesse mesmo artigo Nietzsche é classificado, contudo, como “um dos maiores poetas que a Alemanha deu luz”, dotado “de belíssimo espírito namorado dos gregos do período dionísíaco”, ainda que esse espírito tivesse sido queimado pelo seu interesse pela ciência. Seu Zaratustra é, segundo o autor, um poema de “fôlego genial”, “agreste e máscula beleza” e de “revolucionária virilidade”. Pinto descreve a admiração do pensador por “esses gregos de violência e da sinceridade que tanto celebrou na *Origem da Tragédia*” (CORREIO DA MANHÃ, 1910, p. 1).

Em três de abril do mesmo ano, no artigo “Um Imoralismo e seu profeta” publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, nos chama atenção o destaque das profecias de Nietzsche relacionadas a uma futura guerra. O texto, provavelmente publicado originalmente na França, escrito por Saint-Georges de Bouhélier, defendeu que Nietzsche julgava-se um predestinado, pois certa vez afirmou que “um dia se ligará ao meu nome alguma coisa de formidável. Haverá guerras como nunca houve” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1910, p.1). Bouhélier escreve que “segundo ele a piedade nos debilitou, o universo não é mais do que um pedestal erguido à nossa audácia é preciso desprezar os deserdados.” Para o autor do artigo, “toda sua obra não é senão um desenvolvimento extraordinariamente colorido e sombrio, interpretado transcendentemente do opúsculo de Machiavel sobre a política do príncipe” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1910, p. 1). Devido a sua falta de bondade e seu tom sombrio, Nietzsche “nos faz

perder a coragem de viver” e com ele “o mundo se degradingola e obscurece, fulgurações aparecem sinistras, vê-se o homem rastejar e torcer-se em convulsões” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1910, p. 1).

No jornal o *Pharol* em 1913, em artigo intitulado “Nietzsche e o Crime” o filósofo é visto como uma influência perigosa em certos indivíduos, na medida em que suas “doutrinas negam de um modo absoluto tudo o que os homens tenham admitido, por hipótese, como verdadeiro” (O PHAROL, 1913, p. 2). Suas “teorias anormais, fictícias e inexequíveis” criticavam de maneira inescrupulosa e impetuosa os valores criados pela sociedade (O PHAROL, 1913, p. 2). Segundo o autor do artigo, o filósofo é imoral e anacoreta, pois possuía ideias perversas sobre o crime sendo alheio a todo conhecimento dos homens e da vida prática. Assim sendo, as doutrinas de Nietzsche eram por demais impraticáveis e problemáticas e poderiam ser uma influência ameaçadora para as esferas que formam a base do direito moderno como, por exemplo, o direito da família. Essas ideias, segundo o autor poderiam ser perigosas em relação aos conceitos sobre a posição da mulher na sociedade moderna, a respeito do que é lícito ou ilícito, moral ou imoral.

A primeira associação mais direta de Nietzsche à guerra apareceu em 1912 no *Jornal do Commercio* Ed. Tarde, em artigo intitulado *A Alemanha e a próxima Guerra*, uma resenha do livro homônimo, publicado em 1911, do general alemão Friedrich von Bernhardi. O artigo, em linhas gerais, acusa o general de ser um escritor imperialista que ao longo de seu livro revela-se um defensor da guerra. Nesse texto, afirma-se que o militar alemão, em sua obra, possui um “plano nietzschiano de engrandecimento e de conquista” que parte de uma “concepção fatalista de que existe uma Providência resolvida a executar um vasto plano de evolução sem se deter perante detalhes de ordem moral” e que “vê na guerra o fim natural da existência social” (JORNAL DO COMMERCIO, 1912, p. 1). Desse modo, o autor detecta uma influência das ideias belicistas de Nietzsche sobre Bernhardi, pois o de acordo com último “a guerra é um elemento positivo na obra da edificação da cultura” (JORNAL DO COMMERCIO, 1912, p. 1). Mais tarde, Bernhardi desempenharia um papel importante como general na primeira guerra mundial.

A partir de 1914, o *Jornal do Commercio* foi o periódico que mais explorou o comprometimento de Nietzsche com a Grande Guerra. Em 30 de setembro desse ano, foi publicado *O Militarismo alemão*, texto escrito por Cesar Mendes, um leitor do jornal, em resposta ao artigo de Boyen, um de seus colaboradores. Para Mendes, exis-

tia na Alemanha uma forte e perigosa alma militarista, um espírito militar sem paralelo em país algum, fato negado por Boyen. Ao passo que em outras nações a juventude tentava escapar do serviço militar obrigatório, os jovens alemães “encaravam a caserna com prazer e o serviço das armas como uma função inerente ao título de cidadão” (JORNAL DO COMERCIO RJ, Ed. Tarde, 1914, p. 1). O perigo do militarismo alemão reside, de acordo com Mendes, no fato deste dominar até as classes mais populares. Segundo ele, na Alemanha ao contrário de outros países, o militarismo não era mercenário, isto é, não se fundamentava somente nas promoções e nas comissões rendosas. Para Mendes, entre os alemães havia um militarismo de espírito guerreiro e propriamente militar e patriótico o que os transformavam em único povo preparado para a guerra. A atitude militarista alemã “não falta nem sequer o apoio dos seus maiores sábios e publicistas (...)veio Nietzsche ensinar a ser cruel e a não ter piedade dos fracos. ‘Morreram os fracos e fracassados!’ (JORNAL DO COMERCIO ED. TARDE, 1914, p. 1), Desse modo, há uma associação clara feita pelo autor entre o espírito militarista alemão guerreiro e o pensamento nietzschiano no que diz respeito à sua defesa da crueldade.

Em 2 de novembro do mesmo ano publicado no mesmo periódico, o artigo intitulado *O Imperialismo*, de autoria do escritor argentino José Ingenieros, associou o filósofo à postura imperialista germânica. O texto se dedica a explicar o processo histórico de formação do imperialismo, determinar seus caracteres gerais e observar os meios de sua consolidação na mentalidade coletiva, tendo como foco a Alemanha. O artigo, que consiste em uma tradução de um trecho do livro *Al margen de la Ciencia*, em linhas gerais, compara o imperialismo à luta pela vida e à seleção dos homens adaptadas ao âmbito social. Segundo Ingenieros, “os povos fortes acreditam-se carregados de tutelar os outros, estendendo até eles o benefício de sua civilização mais avançada” (JORNAL DO COMERCIO, 1914, p. 3). Mediante essa análise, o intelectual argentino afirma que o regime imperialista havia se personalizado em grandes tipos representativos como o Kaiser Guilherme, e que em função disso “o processo de formação do imperialismo alemão é claro”. Ademais, são destacadas várias características do “tipo alemão”, como trabalhador, disciplinado, militarista, que possui profundo respeito pela estratificação social, e que acredita no ideal de nação como nenhum outro povo. Nesse contexto, Ingenieros escreve que “uma estadia de Berlim valeu-nos mais para interpretar a mentalidade de Nietzsche do que a leitura de trinta volumes de crítica sobre sua personalidade ou sua obra” e que “os elementos constitutivos do seu espírito são os mesmos que constituem a alma nacional do seu povo neste momento histórico” (JORNAL DO COMERCIO, 1914, p. 3). Para ele, “o grande enfermo de Wei-

mar” era o expoente máximo do espírito imperialista na medida em que associava a ideia de super-raça à ideia de super-homem. De acordo com as palavras de Ingenieros:

Nietzsche é a taça que transborda, é o sentimento imperialista que rompe seu próprio molde: ritmo da vaga encrespada pelo seu tufão; é o “sentimento de potência”, é uma concreção patológica do “sentimento imperialista”, exaltação mórbida da raça e do indivíduo pelo culto dos heróis e do esforço pessoal (Jornal do Comercio, 1914, p. 3).

De acordo com o escritor argentino, Nietzsche representava a moral de força para os povos e homens dominadores, pois defendia valores como a seleção, hierarquia, e disciplina para os débeis e servos. Desse modo, considerava que a Alemanha imperialista estava em plena virilidade, pois nela ecoava a aspiração nietzschiana do “mais alto e mais longe”.

No ano seguinte, o filósofo alemão novamente figura como um incentivador da guerra no jornal, e isso aparece no artigo intitulado “O desaparecimento de um envenenador”, publicado em ocasião da morte do intelectual alemão Karl Lamprecht, originalmente escrito em francês por George Blondel. Uma tradução desse texto aparece na edição de 23 de julho de 1915 e declara: “A guerra atroz que nos declarou a Alemanha é também uma batalha de ideias, ao mesmo tempo que um choque de exércitos como nunca viu o mundo” (JORNAL DO COMERCIO, 1915, p. 1). Em sequência, o texto afirma que as causas próximas e remotas do conflito estão relacionadas ao envenenamento das raças germânicas que provocou a perversão dos seus espíritos. Dentre esses envenenadores se encontram o próprio Lamprecht e Nietzsche, este por “preconizar o ideal da violência ideal superior ao cristianismo que ‘nada adianta!’” (JORNAL DO COMERCIO, 1915, p. 1). Segundo o autor, a marcha triunfal da moral de Nietzsche responsável por criar a nova moral do êxito e da livre concorrência que governava a nação alemã, causará ruínas e o desaparecimento da velha Alemanha.

Em 1916, ainda no *Jornal do Comercio*, Nietzsche foi classificado como “o poeta da força” que teria se afundado nos “subterrâneos labirintos do castelo de nuvens do espírito alemão e decantou a futura guerra universal, o triunfo e a glória de uma Germânia super-nação, feita de super-homens” (JORNAL DO COMERCIO, 1916, p. 3). Originariamente de cultura francesa, o filósofo alemão se perdeu no mesmo torveli-

nho que se perderam outros pensadores alemães como Hegel, Fichte e Schelling. A Alemanha, autora do aborto schopenhaueriano, seria a mesma responsável pela falência lamentável do grande poeta que seria Nietzsche. O artigo defende a teoria de que “se a Alemanha tivesse assimilado a Grécia Inicial e compreendido o papel da França organizadora e cooperadora na vida ocidental, o grande choque teria sido evitado” (JORNAL DO COMERCIO, 1916, p. 3). Mediante essa análise o autor anônimo argumenta a favor de uma ressurreição latina, que recuperasse o ideal helênico levado a cabo pelo espírito francês. Nesse texto, podemos perceber que Nietzsche foi mais vítima de uma cultura germânica bárbara em tempos calamitosos, sendo mais uma expressão dessa época que exercendo uma influência sobre essa mentalidade.

Algumas revistas também envolveram o filósofo alemão no conflito. A *Careta*, em 1915, publicou um artigo intitulado “A Grande Guerra”, o qual oferece ao leitor um panorama geral sobre o evento e são apontadas algumas de suas motivações. O autor, identificado como Leal de Souza, afirma: “À luz de uma filosofia, em nome de ambições baseadas em princípios, a Alemanha desnuda a espada e batalha para submeter o mundo, impondo o cetro às gentes (CARETA, 1915, p. 3) Souza constata que a Alemanha não possuía os mesmos princípios morais que os outros povos, fato que dividia opiniões sobre seu destino: “(...)segundo uns regridem para o antigo mundo bárbaro, enquanto, no pensar de muitos, avançam para um mundo novo, ideado sobre os moldes fortes, concebidos por Nietzsche”. O autor defende que uma possível vitória da Alemanha causaria a imposição aos outros povos de doutrinas consagradas pela guerra, por outro lado, a vitória de nações aliadas à França representaria o triunfo glorioso dos extremos princípios liberais. Em resumo, Leal escreve que os alemães representam um mundo que renasce lutando com um mundo que se renova.

A revista pernambucana Heliópolis foi a mais incisiva ao publicar, em 1914, “Frederico Nietzsche e a Guerra”, único artigo encontrado que se dedica exclusivamente a analisar a relação do filósofo com o conflito. Nas suas primeiras linhas o autor demonstra como enxerga essa associação:

O imperialismo militar alemão, espécie de escravidão disfarçada debaixo de um patriotismo exagerado e oprimente que acaba de arrastar uma das cultas e adiantadas nações da Europa para uma guerra desastrosa, cujas consequências em todo caso, hão de ser lastimabilíssimas não só para os vencidos como também para os vencedores, parece-me uma rigorosa aplicação das perigosas e absurdas teorias éticas e estéticas de Frederico Nietzsche (HELIO-POLIS, 1914, p. 4).

Segundo o padre Leonardo Mascello, o filósofo era um espírito irrequieto, apaixonado e violento, animado por um ódio profundo contra a civilização cristã e a democracia. Em função disso, fez derivar a seita pessimista dos anarquistas que “odeiam qualquer forma social a não ser a do rebanho autônomo” e, após constatar uma decadência do mundo ocidental, declarou que esta é uma “preparação para a grande luta do século” (HELIOPOLIS, 1914, p. 4). De acordo com Mascello, a essência da vida para Nietzsche é “querer dominar” e “desta concepção deriva um imperativo categórico que impõe a guerra e a destruição”. Ademais, destaca-se que da Alemanha sairia uma nova casta destinada a dominar a Europa, pois para o pensador alemão a força da vontade era mais acentuada em seu país. A ética nietzschiana, para o padre brasileiro, era “negativa, demolidora, arrebatadora e violenta” que concebe a eliminação do que não presta. Mais adiante atesta que:

Se são verdadeiros os telegramas acerca das selvagerias que estão perpetrando pelos beligerantes, nos diversos países da Europa, temos razão de afirmar que o tresloucado filósofo do super-homem (que agora melhor poderia se chamar *superfera*), foi entendido e atendido até demais (HELIOPOLIS, 1914, p. 4).

Mascello conclui seu texto escrevendo que foi um profeta de desgraças que “não nos inspira simpatia nenhuma, mas repugna-nos até”, pois sua concepção da vida é falsa e sua teoria da destruição é “monstruosamente absurda”. Por isso, os preceitos desumanos de Zaratustra merecem execração universal pelo seu “propósito sanguinário e macabra orgia de destruição” (cf. HELIOPOLIS, 1914, p. 4). Através desse texto, percebemos de maneira direta e clara que Mascello enxerga Nietzsche como um influenciador decisivo da Guerra, incitando os beligerantes à violência e à dominação do mais fraco.

Em 1917, *O jornal da Tarde*, no artigo *Ressurreição Latina* realiza outra associação do pensador com a destruição provocada pelo enfrentamento bélico. O texto faz o seguinte comentário:

Hoje o filósofo é Nietzsche, o anticristo da Kultur (...) ele não hesitou em estipular uma tese estranha: a transmutação de todos os valores (...) E a Alemanha, à sua maneira, cobriu-lhe de glória o nome quando recalcando no peito os últimos resquícios de humanidade, dominando-se superiormente como ordena Zaratustra ilustrou serenamente com elevados princípios abstratos os incêndios metódicos da Bélgica, fundamentou magistralmente o

bombardeio sublime da Catedral de Reims (O JORNAL DA TARDE, 1917, p. 1).

Nesse trecho vemos como a destruição provocada pelas armas é atribuída às ideias nietzschianas, como se as forças armadas da Alemanha seguissem seus preceitos.

Ainda no mesmo ano, mais uma vez no *Jornal do Comercio* foi publicado um discurso de Leônidas de Rezende, orador oficial do Instituto de Bacharéis em Letras do Rio de Janeiro. A conferência oferece um diagnóstico sobre o homem contemporâneo e a missão do Instituto diante dos problemas diagnosticados. Nesse sentido, Rezende detecta um mal-estar horroroso sentido por todos e uma agonia tremenda por toda parte. Esse fenômeno se manifesta através das ideias de alguns pensadores e políticos da contemporaneidade:

O “struggle for life” de Darwin, transportado para o domínio da sociologia produziu o darwinismo social. O “survival of the fittest” de Spencer, a luta de classes de Marx, a política sanguinária do Moltke, de Bismarck, de Guilherme II e o super-homem de Nietzsche (Jornal do Comercio, 1917, p. 2).

Para o autor, a causa do progresso do gênero humano passou a ser considerado o homicídio coletivo e os “filósofos, juristas e homens de letras de todos os países indistintamente elevaram essa teoria arrasadora à altura de um postulado” (JORNAL DO COMERCIO, 1917, p. 2). Alguns desse homens de letras são analisados detalhadamente por Rezende. A parte dedicada a Nietzsche destaca o seguinte:

Nietzsche, partindo, também da força como princípio supremo, chega a essa brutal conclusão: ‘A eliminação dos fracos é um fato. A virtude é a crueldade. A caridade, a compaixão, a piedade são vícios somente admissíveis como virtudes em uma moral de escravo’. Esta é sua divisa: ‘Nada é verdadeiro: tudo é permitido’ (JORNAL DO COMERCIO, 1917, p. 2)

Para concluir seu parágrafo o autor vincula Nietzsche ao Imperador da Alemanha. Após o trecho destacado acima, escreve “Por último exclama Guilherme II: “que morram todos os inimigos do povo alemão! Deus exige sua destruição!”. Podemos perceber que Rezende entende o pensador alemão como responsável pela vonta-

de de destruição do *Kaiser* e o cita como integrante do grupo causador de um mal estar no mundo.

Destaca-se também um artigo do mesmo periódico de 14 de junho de 1918. Seu título é “Amável Germânia!”: Mata! Saqueia! Rouba! e se dedica a “reproduzir as ignóbeis opiniões de alguns representantes em relação à guerra, as quais foram publicadas em um jornal francês” (JORNAL DO COMERCIO, 1918, p.1). Dentre esses representantes se encontra Nietzsche. Sua opinião destacada é a seguinte:

Sede impiedoso e implacável...Deveis amar a paz como um novo meio de guerra e de preferência a paz curta à de longa duração. Dizeis que é a boa causa que santifica toda a guerra? Eu vos digo, é a boa guerra que santifica qualquer causa (Assim falou Zarathustra) (Jornal do Comercio, 1918, p. 1).

O artigo foi publicado no momento em que a Alemanha efetuava a sua última ofensiva e continha, segundo o autor, as posições dos “representantes intelectuais mais autorizados por esse povo, a expressão da sua filosofia política e o desafio de uma raça de rapina à Humanidade” (JORNAL DO COMERCIO, 1918, p.1). Tais opiniões eram a expressão de uma “divinização da força”, que ao contrário do que muitos pensam, não era um fenômeno transitório da evolução da sociedade alemã. O escritor do texto estava convencido de que essas expressões representavam a *Kultur*, uma adaptação da eterna barbárie alemã às condições da vida moderna, uma ameaça a todos os povos livres.

No jornal maranhense *Pacotilha*, em 20 de janeiro de 1916, numa resenha do livro do advogado pacifista Herman Fernau sobre a França, o pensador é citado junto com outras personalidades que “anunciam ao mundo este ideal de Kultur: a força brutal, o egoísmo soberbo dos senhores nascidos para dominar a aristocracia do sangue” (PACOTILHA, 1916, p. 1) O autor do artigo afirma que “De Fichte a Nietzsche, passando por Hegel, Treitschke, Niebuhr, Momsem, (...) descobrimos uma tendência ao despotismo, à adulação da força, ao direito do mais forte, à guerra, a Esparta” (PACOTILHA, 1916, p. 1). Por isso, não havia nenhum amor ao próximo, nenhum sentimento de justiça, nenhuma veracidade interna no pensamento desses filósofos sem base científica. Além disso, era frequente que esses pensadores cometam o erro de confundir o super-homem com o homem de força. Herman Fernau foi um escritor alemão opositor da guerra e propunha o fim da monarquia germânica.

No ano seguinte, na edição do dia 27 de julho de 1917, em artigo intitulado “Sofisma”, Gonçalves Maia defende que Nietzsche e a nação alemã como um todo queriam a guerra. O texto é um ataque aos germanófilos, pois estes querem tapar a boca da população com o sofisma de que “se a nação fosse consultada sobre se queria a guerra responderia que não” (PACOTILHA, 1917, p. 1). Para Maia, “ninguém quer a guerra pelo prazer da guerra”, exceto os alemães que “a desejavam com ardor” e haviam se preparado para ela “durante quarenta anos com voluptuosidade” (PACOTILHA, 1917, p. 2). Esse desejo, no entanto, “não está somente nas almas candentes dos seus fornos de Euxes, gerando canhoes, está principalmente no espírito dos seus próprios filósofos”. Desse modo, o escritor menciona o pensador alemão ao afirmar: “não podemos esquecer que o maior deles, o profeta Nietzsche, no seu famoso evangelho intitulado Assim falou Zaratustra escreve: Vós dizeis que é a boa causa que santifica a guerra? Pois eu vos digo que a boa guerra que santifica todas as causas”. Maia ainda menciona professores, jornalistas e militares nos quais podíamos encontrar o “sibaritismo da guerra”. Assim sendo, no texto há uma responsabilização não só dos políticos e militares alemães, mas também dos homens de letras pela violência perpetrada pelo exército alemão.

No ano em que a guerra terminou ainda podemos encontrar as ideias nietzschianas relacionadas à agressão bélica alemã. No jornal *Correio Paulistano* do dia 7 de maio, Menotti Del Picchia publica “Schopenhauer e a Política”, no qual faz uma análise de como o pessimismo amargo desse pensador alcançou o Estado. A conclusão do autor brasileiro é de que para Schopenhauer “o homem, visceralmente mau e egoísta, necessita ser dominado por um tirano, para, de animal carniceiro, - (a ideia é muito alemã) se tornar um animal herbívoro” (CORREIO PAULISTANO, 1918, p. 1). Segundo Del Picchia, esse rudimento do imperialismo político teve grande influência na Alemanha e o mesmo Nietzsche, um “poeta da crueldade”, havia “chegado à mesma conclusão do seu casmurro mestre, que ele chamava ‘o último alemão digno de ser tomado em conta’” (CORREIO PAULISTANO, 1918, p. 1). Portanto, “no caso da guerra atual, a preparação moral germânica parece vir desse individualismo egoístico oriundo do pensamento pessimista de Schopenhauer modificado por Nietzsche” (CORREIO PAULISTANO, 1918, p. 1). Para o escritor do artigo não restavam dúvidas de que os dois filósofos alemães representavam “uma filosofia brutal e egoísta donde ressaltava um pangermanismo trabalhado pela vontade de Zaratustra” e, de acordo com ele, essa filosofia havia se difundido entre as massas populares germânicas. A “inevitável guerra” tinha como fim o imperialismo germânico e sua justificativa era constituir uma raça alemã, uma super-raça. Del Picchia afirma que “o método para

a consecução desses objetivos está todo velado na crueldade do ‘super-homem’. Não incorrais em covardia a respeito dos vossos atos, diz Nietzsche”, (CORREIO PAULISTANO, 1918, p. 1).

### Conclusão

Ao longo dos artigos citados pudemos ter acesso às opiniões de grande parte da imprensa brasileira sobre a influência das ideias nietzschianas na Grande Guerra. Algumas delas destacam o conteúdo cruel, irracional e violento da filosofia de Nietzsche como uma espécie de motor do conflito mundial, servindo como inspiração tanto para a população alemã como para os militares e líderes políticos envolvidos. Outras consideravam o seu pensamento como parte da própria *Kultur* alemã da época sendo mais uma das formas de sua expressão. Houve jornalistas que deram ênfase à relação dessas ideias com o fenômeno do imperialismo alemão iniciado bem antes de 1914, ainda como Bismarck, reproduzindo alguns artigos publicados na Europa, sobretudo na França.

Apesar de termos nos focado nos ataques a Nietzsche através da responsabilidade pelos sentimentos bélicos, houve algumas opiniões que defendiam o filósofo, destacando sua germanofobia, francofonia e à má interpretação de suas ideias.<sup>3</sup> Segundo Antonio Torres, no Jornal do Comércio, a cultura atual alemã era a cultura de filisteus para Nietzsche, isto é, “um amontoado de injúrias e ameaças à cultura liberal do mundo inteiro” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1918, p. 1). O jornalista Joaquim Eulalio, em 1914, fez o seguinte apelo: “releiamos o *Ecce Homo* de Nietzsche: ‘eu creio apenas na cultura francesa e considero tudo mais na Europa que se chama cultura uma falta de compreensão do que é cultura. Onde quer que a Alemanha estenda seu domínio ela arruína a cultura” (JORNAL DO COMERCIO, 1914, p. 1). Para alguns jornalistas, “Nietzsche pregava aos homens não a dominação sobre seus semelhantes, mas a dominação sobre si mesmos” (REVISTA FON FON, 1918, p. 4). Inclusive após o desfecho do conflito a discussão seguiu intensamente. Em artigo publicado na revista *A Cigarra* de 1919, o jornalista e escritor Sud Mennucci, publicou o artigo intitulado “Nietzsche e a Guerra”, no qual defende o “filósofo de Sils-Maria” das acusações de ser o “inspirador da passada conflagração” (a 1ª Guerra Mundial), ponderando que ele “não pregou a Guerra” e que “condenou, formalmente, o imperialis-

---

<sup>3</sup> Essas defesas de Nietzsche, no entanto, apareceram em menor número se comparamos a quantidade de artigos que o relacionavam ao conflito.

mo alemão”, se apoiando em trechos do “Crepusculo dos Deuses”, da “Genealogia da moral e de *Par de la Bien et le Mal*, nº 254” (MENUCCI, 1919 p. 28). Suas vinculações com o evento, porém, continuaram sendo recorrentes. Em 1920, Lima Barreto escreveu no jornal *Gazeta de Notícias*, o seguinte: “Não gosto de Nietzsche; tenho por ele ojeriza pessoal. Acuso-o, a ele e ao Esporte, como causadores do flagelo que vem sendo a guerra de 1914” (LIMA BARRETO, 1920, p. 1).

### **Bibliografia**

Fontes primárias – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal do Commercio – Rio de Janeiro (1910-1918)

Pacotilha – Maranhão (1910 -1918)

Correio Paulistano – São Paulo (1918)

Correio da Manhã – Rio de Janeiro (1912-1918)

Pharol – São `Paulo (1910-1918)

Jornal do Commercio Ed. Tarde – Rio de Janeiro (1910-1918)

Heliópolis – Pernambuco (1914)

Revista Fon Fon – Rio de Janeiro (1910 – 1918)

Revista Careta (1910-1919)

Gazeta de Notícias (1911-1915)

A Cigarra (1919)

A Gazeta de Notícias (1920)

Fontes secundárias

Hobsbawm, Eric J. **Era dos Impérios**, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

Joll, James. **The Origins of First World War**, Longman, New York, 1984.

Julião, José Nicolao. **Nietzsche entre a Polis Grega e O Terceiro Reich Alemão**,

Cad. Nietzsche, Guarulhos/Porto Seguro, v. 37, n. 1, p. 271-296, 2016.

Mayer, Arno. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime**, Companhia das Letras, São Paulo, 1987.



---

PESQUISA - RESEARCH

---

## Depois da narrativa: Walter Benjamin encontra J. R. R. Tolkien nos contos de fada

Vinicius Veneziani de Souza Oliveira<sup>1</sup>  
USP  
[vinicius.veneziani@usp.br](mailto:vinicius.veneziani@usp.br)

Como citar este artigo: OLIVEIRA, V. V. S. “Depois da narrativa: Walter Benjamin encontra J. R. R. Tolkien nos contos de fada”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 147-162. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** Este artigo faz um estudo comparativo entre o conceito de “contos de fadas” do filólogo inglês J. R. R. Tolkien e a noção de “narrativa” do crítico alemão Walter Benjamin, demonstrando uma relação de afinidade entre as duas ideias. Para tanto, são empregados dois textos como núcleo da reflexão: a conferência *Sobre contos de fadas*, de Tolkien, e o texto clássico de Benjamin intitulado *O Narrador*. A partir da análise das semelhanças e diferenças entre os contos de fadas e a narrativa, com enfoque na associação entre literatura fantástica e público infantil, na capacidade dessas histórias de aconselhar e em sua relação com as ideias de mito e natureza, foi possível determinar quanto esses termos se sobrepõem, muito embora os autores nunca tenham dialogado em vida. No fim das contas, ao contrário do que Benjamin afirmava em seu texto, a forma de comunicação engendrada pela figura dos narradores não desapareceu século XX adentro, mas experimentou uma renovação literária no trabalho de autores como Tolkien, que preservaram características da narrativa nos contos de fadas contemporâneos.

**Palavras-chave:** J. R. R. Tolkien. Walter Benjamin. Narrativa. Contos de fadas.

*After storytelling: Walter Benjamin meets J. R. R. Tolkien in fairy-stories*

**Abstract:** This article consists of a comparative study between the English philologist J. R. R. Tolkien’s concept of “fairy-story” and the notion of “storytelling” employed by the German critic Walter Benjamin, demonstrating the degree of affinity between them. To do so, two articles constitute the core discussion: Tolkien’s conference On Fairy-Stories and Benjamin’s classic essay titled The Storyteller. From the analysis of

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/79871189039069>

similarities and differences between fairy-stories and storytelling — focusing on the association between fantastic literature and young readers, on the capacity of such stories to provide one with counsel and their relationship with the concepts of myth and nature — it was possible to determine how much these terms overlap, even though there is no evidence that either author influenced each other’s work. Therefore, it is demonstrated that contrary to what Benjamin claimed in his article, the form of communication contrived by the storyteller did not disappear in the 20th century but experienced a literary renewal in the hands of authors like Tolkien, who preserved some characteristics of storytelling in contemporary fairy-stories.

**Keywords:** J. R. R. Tolkien. Walter Benjamin. Storytelling. Fairy-stories

John Ronald Reuel Tolkien e Walter Benjamin nasceram no mesmo ano, em 1892. À primeira vista, essa seria a única semelhança entre os dois autores, pois quando colocamos suas obras lado a lado, a tarefa de compará-los se revela mais desafiadora. Apesar de contemporâneos, Tolkien era britânico e foi filólogo e professor de Inglês da Universidade de Oxford – apesar de ser mais conhecido por suas obras de ficção fantásticas, como *O Senhor dos Anéis* –, enquanto Benjamin foi um prolífico intelectual e crítico alemão, responsável por uma contribuição vasta em áreas como Filosofia, História e Literatura. Ambos tiveram trajetórias acadêmicas paralelas (a de Benjamin tragicamente abreviada em 1940) e, por isso mesmo, carreiras que nunca se cruzaram diretamente. Pelo menos, não intencionalmente.

Sendo assim, para criar condições de diálogo entre esses autores, primeiro é mister relatar brevemente a origem da ideia por trás deste texto. Em um dos encontros de um curso de pós-graduação sobre Tradução e Narrativa, foi dedicado um momento ao clássico ensaio de Walter Benjamin de 1936, intitulado *O Narrador: Considerações Sobre a Obra De Nikolai Leskov*, no qual é possível entrever os limites de sua compreensão transversal sobre o ofício do narrador e diversos outros assuntos da literatura, tais como os contos de fadas, vinculados ao conceito de narrativa. Rapidamente, a menção aos contos de fadas no texto de Benjamin foi incorporada ao campo de investigação de minha dissertação de mestrado, voltada para outro autor que muito produziu sobre esse gênero literário: J. R. R. Tolkien. Dessa forma, este artigo se propõe a explorar esse terreno em comum, isto é, a relação entre o conceito de “narrativa” em Benjamin, que sustenta sua visão sobre os contos de fadas, e a definição elaborada por Tolkien para esse tipo de histórias.

Vale salientar que nem um, nem outro eram teóricos especialistas em contos de fadas, tais como Tzvetan Todorov, Maria Nikolajeva e Nelly Novaes Coelho, dentre

outros pesquisadores recentes frequentemente citados nos estudos sobre literatura fantástica e infanto-juvenil. Mais importante: nem o autor deste artigo é um estudioso do assunto, embora seja um pesquisador da obra de Tolkien. Tal como diz o próprio: “Pode ser que me considerem ousado demais, pois, apesar de ter sido amante de contos de fadas desde que aprendi a ler e refletir sobre eles de tempos em tempos, não os estudei profissionalmente” (TOLKIEN, 2017, p. 3). Isso não significa, contudo, que estejamos à deriva, pois os textos de Tolkien e Benjamin que fundamentaram a investigação não tratam dos contos de fadas de maneira velada e obscura; pelo contrário, revelam-nos como um tópico central nas concepções literárias e formulações teóricas dos dois autores.

Com nossa problemática delimitada, resta esclarecer como será apresentado a seguir o estudo sobre os contos de fadas de acordo com cada autor. No caso de Tolkien, há um texto fundamental e incontornável para tanto: sua conferência na Universidade St. Andrews em 1938 convertida no ensaio *Sobre contos de fadas*,<sup>2</sup> de 1947, um de seus poucos trabalhos teóricos publicados que, apesar da importância para os estudos tolkienianos, não costuma ser referenciado fora desse circuito. Já no caso de Benjamin, como foi apresentado anteriormente, o texto empregado (e que provocou toda a reflexão) foi *O Narrador*. Em função da barreira linguística, não foi possível consultá-lo em seu idioma original, embora as próximas páginas considerem até certo ponto a amplitude e variações de sentido dos termos de Benjamin em alemão.

Vale destacar que a análise empregou esses dois textos como núcleo da reflexão, priorizando o diálogo mais restrito entre eles, sem a interferência de muitas outras obras ou do impacto das biografias convergentes dos autores em seus escritos.<sup>3</sup> Após essas primeiras etapas (mas também ao longo delas), as perspectivas de Tolkien e Benjamin foram articuladas para verificar os níveis de sobreposição da concepção de am-

---

<sup>2</sup> A partir daqui, assim como no texto de Tolkien (no original: *On Fairy-Stories*), “contos de fadas” e “histórias de fadas” foram tratados como sinônimos, e “fantasia” como uma extensão de ambos.

<sup>3</sup> Por exemplo, a impressão deixada em ambos pela Primeira Guerra Mundial. Tolkien foi capaz de expressar sua experiência do conflito por meio da fantasia (SHIPPEY, 2001, viii), contrapondo o fim da experiência comunicável causada pelo trauma da guerra, identificado por Benjamin em *O Narrador*. Outro caso seria a postura antipática de Benjamin e Tolkien com relação a aspectos da modernidade. Tolkien repudiava certas tecnologias dos séculos XIX e XX e a depredação que causavam na paisagem bucólica inglesa (TOLKIEN, 2017, p. 60-61), visão que era compartilhada por diversos intelectuais na Europa e nos EUA na época, entre eles, Walter Benjamin, que “ao analisar as impressões de Charles Baudelaire sobre as mudanças arquitetônicas, culturais e sociais promovidas pela modernidade a partir da segunda metade do século XIX, evidencia um forte indício da modernidade: ela seduz ao mesmo tempo em que cria dinâmicas negativas” (BENJAMIN, 2005 apud TEIXEIRA, 2013, p. 73). Na principal obra de Tolkien, *O Senhor dos Anéis*, a tecnologia está justamente presente em mudanças negativas engendradas pela técnica e pelo maquinário (TEIXEIRA, 2013, p. 72).

bos quanto aos contos de fadas, permitindo-nos concluir em que termos os dois autores consideravam esse tipo de histórias.

### Sobre fadas e Tolkien

No conjunto de gêneros literários, Tolkien afirmou em seu ensaio *Sobre contos de fadas* que eles não tratam, necessariamente, de fadas ou outras criaturas fantásticas. Na verdade, tratam do lugar em que essas criaturas existem: local ideal que Tolkien denominou *Faërie*, já traduzido no Brasil como Reino Encantado.<sup>4</sup> Nas palavras do autor: “Um conto de fadas é aquele que toca ou usa o Reino Encantado, qualquer que seja seu propósito principal, sátira, aventura, moralidade, fantasia” (TOLKIEN, 2017, p. 9-10). Ao fazer uma separação bem clara entre o que erroneamente se entende por contos de fadas (fábulas, histórias de viagem e de sonho – com destaque para *Alice no País das Maravilhas*, de fato mais próximo do *nonsense*) e o que realmente são histórias de fadas, Tolkien mencionou uma série de características distintivas de *Faërie* que são fundamentais para compor seu quadro conceitual.

Para começar, as fronteiras desse “Reino Encantado” são incertas, já que se trata de um domínio distante do nosso próprio tempo e espaço.<sup>5</sup> O lugar que define os contos de fadas estaria muito longe de nós, exercendo um enorme fascínio por ativar nosso desejo humano de explorar os recônditos de outra época e outro local (TOLKIEN, 2017, p. 10, 13). Tolkien não só postulou essa regra como também a empregou em seus escritos ficcionais, por exemplo, *Mestre Gil de Ham* e *Ferreiro de Bosque Grande*, lançados originalmente em 1949 e 1967. No Prefácio do primeiro livro, Tolkien foi categórico acerca do cenário de sua história: “Os limites do Pequeno Reino, seja no tempo ou no espaço, não são fáceis de determinar a partir destes parcos indícios” (TOLKIEN, 2012, p. 10).<sup>6</sup> Já na segunda obra, bastam as primeiras linhas,

---

<sup>4</sup> Na tradução aqui empregada, feita por Ronald Kymse (reputado o maior estudioso de Tolkien, ou *tolkienista*, no Brasil) e publicada pela editora WMF Martins Fontes, lê-se Reino Encantado. Em sua primeira tradução para o Brasil, também feita por Kymse, mas para a editora Conrad, lia-se Belo Reino. Por sua vez, em tradução mais recente, feita pelo *tolkienista* Reinaldo José Lopes e publicada pela editora HarperCollins Brasil em 2020, lê-se Feéria.

<sup>5</sup> Nesse aspecto, Tolkien não está teorizando sozinho, pois esse entendimento dos contos de fadas como um espaço situado em um tempo e lugar incertos também é adotada por outros estudiosos da literatura de fantasia (COELHO, 2008).

<sup>6</sup> Durante sua valiosa revisão deste artigo, Eduardo Boheme, Mestre em Tradução Literária pelo Trinity College da Universidade de Dublin, resgatou com precisão os indícios de que *Mestre Gil de Ham* se passa, na verdade, em Oxford e regiões vizinhas, enfraquecendo o paralelo entre *Faërie* e o Pequeno Reino. Na continuação do Prefácio, Tolkien relaciona sua narrativa a Grã-Bretanha, ao rei Coel, às lendas arturianas e até mesmo a localiza entre o vale do Tâmis e o País de Gales (2012, p. 10). Em edição mais recente da obra, há um mapa feito pela ilustradora Pauline Baynes (TOLKIEN, 2021, p. 8) mapeando os topônimos de *Mestre Gil de Ham*, “cujo território, ‘O Pequeno Reino’, é Oxfordshire e Buckinghamshire” (CARPENTER, 2018, p. 226).

que apresentam a aldeia Bosque Grande, para estabelecer os limites turvos do Reino Encantado no tempo e no espaço: “Era uma vez uma aldeia, não faz muito tempo para quem tem memória comprida, nem muito longe para quem tem pernas compridas” (TOLKIEN, 2015, p. 1). Ou seja, os cenários fictícios dessas histórias situam-se em uma época e local vagos, impossíveis de definir em palavras (mas não imperceptíveis), como é apropriado aos contos de fadas tolkienianos.<sup>7</sup>

Sobre essa realização de desejos humanos, Tolkien ainda comentou que: “[...] por trás da fantasia existem vontades e poderes reais, independentes das mentes e dos propósitos dos homens” (TOLKIEN, 2017, p. 14). O filólogo destacou uma dessas “vontades e poderes”: a de se comunicar com outros seres vivos, aspecto que à sua maneira também é relevante para Benjamin. Por satisfazerem esses desejos primordiais do homem, como a necessidade de comunicação, Tolkien considerou as origens dos contos de fada (ou as origens dos elementos fantásticos nas histórias) e as origens da linguagem e da mente a mesma questão (TOLKIEN, 2017, p. 20), o que demonstra a importância do tema para o autor. Nesse ponto, como já esbarramos em tópicos do interesse de Benjamin, façamos um sobrevoo correspondente sobre seu texto, atentos para os contos de fadas.

### Considerações sobre a narrativa

Em seu texto *O Narrador: Considerações Sobre a Obra De Nikolai Leskov*, uma das preocupações de Benjamin é a degradação da narrativa, entendida como uma forma de contação de histórias que privilegia a oralidade e a experiência coletiva (CLIFTON, 2014, p. 4), então em declínio diante da ascensão do romance no século XX, individualista por excelência. A partir de apontamentos sobre a obra do escritor russo Nikolai Leskov e passagens de teor mais digressivo, Benjamin descreveu dois elementos que compõem o ato de narrar e são de grande importância para nossa questão: a socialização de experiências e as fontes que alimentam o repertório do narrador.

Segundo o crítico alemão, aquele que narra “retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência e a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1987, p. 201). Em outras palavras, a narrativa corresponde a uma forma de comunicação integrada com o mundo e com a

---

<sup>7</sup> Além desse elemento, Tolkien lança mão de outro recurso para intensificar a imersão na história de *Mestre Giles d'Aldeia*, introduzindo o texto como uma “pseudotradução”, isto é, uma tradução fictícia de um manuscrito, quando na verdade Tolkien é o autor por trás do tal manuscrito (TOURY, 2005, p. 3-17).

vida social, na qual os narradores recolhem fontes para suas histórias na experiência passada de pessoa para pessoa, geração após geração, por meio do intercâmbio de relatos e escutas. Esse método do narrador seria a chave para produzir uma história acessível e convidativa, baseada na experiência compartilhada das pessoas e em seu interesse por conhecimentos, tradições e temas universais (CLIFTON, 2014, p. 7).

Logo de cara encontramos um eco das ideias de Tolkien, pois aquele desejo por comunicação com outros seres vivos, imanente à fantasia, guarda muita semelhança com a natureza coletiva, fundada na experiência comunicável, do trabalho do narrador benjaminiano. Além disso, o conhecimento vasto de temas universais possuído pelo narrador também se conecta aos contos de fadas de Tolkien, que segundo o filólogo privilegiam tópicos mais fundamentais e permanentes, como o raio (que é universal), em vez de, por exemplo, a lâmpada elétrica (que é acidental, tomando emprestado o termo aristotélico) (TOLKIEN, 2017, p. 59).

O fato de o narrador coletar relatos e vivências com “raízes no povo” e imprimi-las na experiência alheia ao contar histórias remete a uma famosa metáfora do ensaio de Tolkien: a “Sopa das Histórias”. Ao discutir as várias hipóteses para a origem dos contos de fadas, o filólogo sintetizou sua visão na imagem de um caldeirão contendo uma sopa em fervura constante desde tempos remotos e na qual “foram continuamente acrescentados novos ingredientes, saborosos ou não” (TOLKIEN, 2017, p. 26), referindo-se ao processo orgânico de transmissão oral e escrita dessas histórias. Nessa ilustração, o trabalho de manter em funcionamento o caldeirão, adicionando e misturando ingredientes com o passar do tempo, seria da responsabilidade de “cozinheiros”: diversos agentes por trás da coleta, seleção e divulgação das histórias de um povo ou cultura.<sup>8</sup> Bem aqui temos uma receita paralela: a dos narradores benjaminianos e a dos contadores tolkienianos de histórias de fadas, ambos fixados nas histórias populares, no folclore e na mitologia.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Vários desses “cozinheiros” fizeram parte da trajetória pessoal (como leitor), intelectual (como acadêmico) e profissional (como autor) do próprio Tolkien, como os populares irmãos Jacob e Wilhelm Grimm, mas também Elias Lönnrot (filólogo oitocentista autor do *Kalevala*, uma compilação de antigas histórias populares da tradição oral finlandesa a partir da qual Tolkien escreveu *A história de Kullervo*), Snorri Sturluson (poeta medieval islandês que compilou várias lendas mitológicas nórdicas antigas na *Edda*, material que embasou Tolkien em inúmeros de seus trabalhos, o mais evidente sendo *A lenda de Sigurd e Gudrún*) e Andrew Lang, tradutor de diversos contos de fadas e lendas mitológicas publicadas em antologias de sucesso na Inglaterra vitoriana.

<sup>9</sup> No caso de Tolkien, não só seu ponto de partida foram mitologias, como sua própria produção literária foi descrita como um projeto mitológico, fruto de seu desejo de criar uma mitologia para a Inglaterra. Tolkien certa vez teve a “intenção de criar um corpo de lendas mais ou menos interligadas, que abrangesse desde o amplo e o cosmogônico até o nível do conto de fadas romântico [...] que eu poderia dedicar simplesmente à Inglaterra, ao meu país” (CARPENTER, 2018, p. 127-128).

Por sua vez, do ponto de vista histórico, a narrativa benjaminiana foi perpetuada graças à atuação de dois grupos arquetípicos: o camponês sedentário (detentor dos saberes do passado) e o marinheiro comerciante (portador dos saberes de terras distantes), depois conjugados na figura dos artesãos medievais, que combinaram tradição e inovação na arte de narrar histórias (BENJAMIN, 1987, p. 198-199). Dessa esquematização, o mais interessante é destacar as dimensões temporal e espacial da narrativa, mas também o fato de que elas são dimensões *distantes* no tempo e no espaço. Isto é: há narradores que obtêm as fontes de suas histórias nas tradições de grupos sociais (um passado longínquo), enquanto outros o fazem viajando a outros lugares (para espaços distantes). Além disso, o crítico alemão afirmou que a verdadeira narrativa não se esgotava no momento em que era contada, mas se estendia no tempo, conservando sua capacidade de causar espanto e reflexão (BENJAMIN, 1987, p. 204).

Nesse caso, temos outras aproximações com a teoria de Tolkien sobre os contos de fadas: espelhando a narrativa benjaminiana, as histórias de fantasia remetem a épocas e lugares distantes, como vimos anteriormente, e sempre despertando o interesse profundo em cada um por explorarem o “Reino Encantado”, não importando quando ou quantas vezes fossem contadas. Sobre a capacidade dos contos de fadas hoje, Tolkien (2017, p. 31) atestou que:

Essas histórias têm agora um efeito mítico ou total (inanalísável), um efeito muito independente das descobertas do Folclore Comparado [...] elas abrem uma porta para Outro Tempo, e, se a atravessarmos, nem que seja por um momento, estaremos fora de nosso tempo, talvez fora do próprio Tempo.

No fim das contas, os dois autores falaram de histórias que se estendem e se desenvolvem ao longo do tempo, carregando certa dose de antiguidade e estranheza que aguça o interesse por ouvi-las (TOLKIEN, 2017, p. 46, 72).

Porém, pode-se protestar, com razão, contra o fato de que até o momento não foi levantada nenhuma referência direta aos contos de fadas no texto de Benjamin, apenas paralelos sutis entre sua ideia de narrativa e a teoria dos contos de fadas de Tolkien. Tais paralelos, contudo, eram necessários a fim de contextualizar o parágrafo a seguir, extraído da seção 16 do texto de Benjamin, na qual os contos de fadas fazem sua grande aparição. Curiosamente, é o momento mesmo no qual Tolkien e Benjamin passam a discordar, pois segundo o crítico alemão (1987, p. 215):

Ele [o conto de fadas] é ainda hoje o primeiro conselheiro das crianças, porque foi o primeiro da humanidade, e sobrevive, secretamente, na narrativa. O primeiro narrador verdadeiro é e con-

tinua sendo o narrador de contos de fadas. Esse conto sabia dar um bom conselho, quando ele era difícil de obter, e oferecer sua ajuda, em caso de emergência. Era a emergência provocada pelo mito. O conto de fadas nos revela as primeiras medidas tomadas pela humanidade para libertar-se do pesadelo mítico [...] O conto de fadas ensinou há séculos à humanidade, e continua ensinando hoje às crianças, que o mais aconselhável é enfrentar as forças do mundo mítico com astúcia e arrogância [...] O feitiço libertador do conto de fadas não põe em cena a natureza como uma entidade mítica, mas indica a sua cumplicidade com o homem liberado.

Esse único parágrafo é tão precioso que se faz necessário esmiuçá-lo em partes. À primeira vista, chama a atenção a continuidade estabelecida pelo autor entre os contos de fadas *ontem* e a narrativa *hoje*, reforçando a insinuação que vimos até agora ao confirmar que a arte de narrar tem nas histórias de fantasia uma de suas faces (RACY, 2012, p. 100).<sup>10</sup> O próprio Leskov, escritor russo cuja produção é o centro do texto de Benjamin, é identificado como narrador com profunda afinidade pelos contos de fadas (BENJAMIN, 1987, p. 216). Dentre os vários tópicos apresentados no parágrafo acima, vamos nos concentrar em alguns deles nas páginas seguintes, enfocando (I) a associação dos contos de fadas com crianças, (II) sua capacidade de dar conselhos e (III) sua relação com as ideias de mito e natureza.

### **É para crianças?**

Benjamin foi claro quanto ao endereçamento dos contos de fadas: atualmente esse gênero de histórias é lido por crianças. Mas não foi sempre assim, pois tais contos outrora foram aproveitados por toda a humanidade, durante uma fase “primeva” na qual predominava o pensamento mítico. Para uma compreensão mais adequada desse “pesadelo mítico” superado pelos contos de fadas, seria necessário esclarecer o que o autor entende por mito. Dados os limites desse trabalho, não foi realizada uma investigação aprofundada a respeito,<sup>11</sup> mas ainda é possível discutir o assunto dentro dos limites do próprio texto de Benjamin. Em resumo, pode-se afirmar que os contos de fadas estão ligados a um estágio imaturo da vida humana, uma vez que seu público atual são crianças em fase de aprendizado e, antigamente, fora toda a humanidade, abandonando um raciocínio mítico conotado de maneira negativa.

<sup>10</sup> A partir daqui, graças à genealogia traçada por Benjamin, “contos de fadas” e sua ideia central de “narrativa” foram tratados como equivalentes.

<sup>11</sup> Para Walter Benjamin, as noções de mito, história e destino estão relacionadas, adquirindo no conjunto da obra do autor uma interpretação particular, ligada à tradição religiosa do judaísmo (RACY, 2012, p. 97).

Tolkien discordaria veementemente de Benjamin nesse aspecto.<sup>12</sup> Não quanto à antiguidade dos contos de fadas, encontrados universalmente em registros muito antigos (TOLKIEN, 2017, p. 20), mas em sua associação direta com crianças. Segundo o autor, relegar tal literatura ao mundo infantil é um acidente do mundo moderno,<sup>13</sup> que se confunde com a expansão das terras conhecidas pelas navegações iniciadas no século XV. Esse processo estaria relacionado com a mudança de representação das fadas como seres alados diminutos e com a produção de uma fantasia literária “racionalizada”, cheia de artifícios que se aproveitam da credulidade das crianças para justificar a fantasia (TOLKIEN, 2017, p. 6, 33-5). Além disso, Tolkien atestou que o “apetite infantil por maravilhas” é uma ilusão adulta, fruto do gosto indiscriminado de crianças por uma infinidade de assuntos, sem necessariamente guardar uma preferência por histórias de fantasia (TOLKIEN, 2017, p. 33, 37).

Apesar da falta de experiência crítica e de vocabulário típico de crianças dificultar a tarefa de distinguir fato de ficção,<sup>14</sup> os contos de fada em nada têm a ver com a possibilidade de tal mundo, evento ou criatura fantástica realmente existir, mas com o desejo por sua existência. Nas palavras de Tolkien: “um poder essencial do Reino Encantado é o de tornar as visões da ‘fantasia’ imediatamente eficazes por meio da *vontade*” (TOLKIEN, 2017, p. 22, grifo nosso) ou “A fantasia, a criação ou o vislumbre de Outros mundos era o cerne do *desejo* do Reino Encantado” (TOLKIEN, 2017, p. 40, grifo nosso). Aliás, a própria escrita dos contos de fada pressupõe, para Tolkien, a consciência da diferença entre a realidade (denominada “mundo primário”) e a fantasia (“mundo secundário”), distinção fundamental até para sua devida apreciação enquanto literatura, desde que seu autor tenha sucesso em “subcriar” um universo consistente<sup>15</sup> (TOLKIEN, 2017, p. 35-6). Ao contrário do que se poderia imaginar,

---

<sup>12</sup> Para um estudo que apresente uma perspectiva mais conciliadora entre os escritos de Tolkien e Benjamin a respeito de temas ligados à infância no século XIX e XX, conferir o estudo de PIKE (2011).

<sup>13</sup> Apontamento semelhante foi feito por seu amigo pessoal e também escritor de histórias de fantasia, Clive Staples Lewis, para quem “a associação dos contos de fadas e histórias fantásticas com a infância é um fenômeno local e acidental” (LEWIS, 2009, p. 745).

<sup>14</sup> Sobre essa dificuldade em separar o que é “fantástico, estranho ou adulto”, Tolkien ilustrou com senso de humor quanto esses limites podem ser confusos não só para crianças: “Uma criança pode muito bem acreditar num relato de que existem ogros no condado vizinho; muitos adultos acham isso fácil de acreditar com respeito a outro país; e, quanto a outro planeta, muito poucos adultos parecem capazes de imaginá-lo povoado, se é que é povoado, por algo que não sejam monstros perversos” (TOLKIEN, 2017, p. 38).

<sup>15</sup> O processo de subcriação é central na teoria de Tolkien sobre histórias de fadas e guarda uma relação com sua devoção religiosa. De forma geral, um criador de histórias se torna “subcriador” quando constrói um mundo ficcional, ou Mundo Secundário, no qual a mente pode entrar e onde tudo deve estar de acordo com as leis daquele mundo. Essa consistência interna da realidade ficcional será cada vez mais difícil de produzir quanto mais o material disponível no nosso mundo, o Mundo Primário, for rearranjado e apresentado de maneira diferente na ficção. Subcriador, por fim, remete ao autor desse Mundo Secundário, uma vez que, de acordo com a fé católica de Tolkien, o Mundo Primário é fruto da mente de um Criador.

para a adequada construção da fantasia, no fundo é necessário o uso da razão (RACY, 2012, p. 94).<sup>16</sup>

Graças a essa série de características complexas, Tolkien conclui, primeiro, que crianças não gostam ou compreendem contos de fada naturalmente mais do que adultos. Em segundo lugar, que os contos de fadas merecem ser escritos e lidos por adultos como um ramo da literatura, que espontaneamente experimentarão mais camadas das histórias do que as crianças são capazes de fazer (TOLKIEN, 2017, p. 41, 44). Sobre esse segundo aspecto, o filósofo Mircea Eliade reforça a visão de Tolkien, afirmando que apesar de o conto de fadas no ocidente ter se convertido numa “literatura de diversão (para crianças e camponeses) ou de evasão (para os habitantes da cidade), ele ainda apresenta a estrutura de uma aventura infinitamente séria e responsável, pois se reduz, em suma, a um enredo iniciatório” (2010, p. 173-174 apud RACY, 2012, p. 86). Contra as alegações que “infantilizam” adultos leitores de contos de fada, Tolkien apenas respondeu que não necessariamente o gosto por essas histórias é maior na infância e decresce no decorrer da vida, mas, pelo contrário, cresce com a idade (TOLKIEN, 2017, p. 33-4).<sup>17</sup>

Se, por um lado, Tolkien refutaria as ideias de Benjamin sobre a relação direta entre crianças e os contos de fadas, por outro, talvez se efetive uma reconciliação ao considerarmos a capacidade desse gênero literário de aconselhar seus leitores e ouvintes.

### Conselhos fantásticos

Benjamin afirmou que o conto de fadas “[...] é ainda hoje o primeiro conselheiro das crianças, porque foi o primeiro da humanidade, e sobrevive, secretamente, na narrativa [...] Esse conto sabia dar um bom conselho, quando ele era difícil de obter [...]” (BENJAMIN, 1987, p. 215). Logo, tais histórias possuiriam uma finalidade pedagógica, empregando seus personagens e situações para aconselhar ouvintes e leitores até os dias de hoje. Além da ênfase na experiência humana coletiva, a narrativa

---

<sup>16</sup> Tolkien argumenta de maneira muito eloquente a esse respeito: “Certamente [a Fantasia] não destrói a razão, muito menos insulta; e não abranda o apetite pela verdade científica nem obscurece a percepção dela. Ao contrário. Quanto mais arguta e clara a razão, melhor fantasia produzirá” (TOLKIEN, 2017, p. 53).

<sup>17</sup> Vale a pena chamar a atenção para um ponto no qual Tolkien pode ser questionado a esse respeito: “[...] certamente é um gosto que não decresce, e sim cresce com a idade, *quando é inato*” (TOLKIEN, 2017, p. 34). Essa última expressão carrega certo grau de determinismo, quando na verdade a discussão sobre apreciação artística é mais efetiva quando se consideram suas diversas condições de possibilidade, sem esgotá-la na noção de gostos preexistentes.

benjaminiana, portanto, também se caracterizaria por uma função utilitária, sendo portadora de uma sabedoria aplicável proveniente da experiência (um propósito moral, provérbio ou máxima). Sempre tendo como aconselhar seus ouvintes, as pessoas se conectariam com o narrador e suas histórias, criando o senso de universalidade de que falamos acima e é tão caro a Benjamin (CLIFTON, 2014, p. 1, 6).

Em seu turno, uma das questões norteadoras de Tolkien em seu ensaio é justamente a utilidade dos contos de fadas. Dentre suas funções maiores, uma delas compartilha esse mesmo sentido dado por Benjamin: o Consolo oferecido pelas histórias de fantasia. Imprecisamente acusada de “escapista”, essa literatura de fato oferece uma saída imaginativa para certos aspectos terríveis do dia a dia (como fome, pobreza e dor), mas vai além disso: para certas limitações e desejos humanos (como a vontade de explorar o oceano, voar como um pássaro ou ainda conversar com animais), a fantasia oferece certa dose de consolação, conjugada com um propósito pedagógico (TOLKIEN, 2017, p. 63-4). Por exemplo, na história “O rei sapo” (popularmente conhecida como “A princesa e o sapo”), Tolkien explicou como é importante que a premissa do casamento de um sapo com uma princesa humana seja absurda, primeiro para satisfazer o desejo pelo fantástico e segundo porque, do contrário, o conto não ensinaria a importância de manter promessas, mesmo às custas de consequências intoleráveis (TOLKIEN, 2017, p. 65).

Ainda por cima, os contos de fadas ofereceriam o consolo diante da morte, comentando as consequências enfrentadas pelo homem na ânsia de escapar de sua mortalidade, prolongar sua vida ou se tornar imortal. De acordo com Tolkien (2017, p. 65):

[Nas histórias de fadas], poucas lições são ensinadas mais claramente que o fardo desse tipo de imortalidade, ou melhor, vida serial infinita, para a qual o “fugitivo” gostaria de fugir. Pois o conto de fadas é especialmente eficaz para ensinar tais coisas, antigamente e ainda hoje. A morte é o tema que mais inspirou George MacDonald.<sup>18</sup>

Tolkien e Benjamin se expressaram de forma muito semelhante a respeito da perenidade dos contos de fadas como conselheiros. Essa finalidade pedagógica da fantasia aparece em camadas da própria obra ficcional do autor inglês, conectando-se ainda mais com as ideias de Benjamin. De acordo com o filósofo Peter Kreeft, uma das observações mais importantes a se fazer sobre o enredo de *O Senhor dos Anéis* é

---

<sup>18</sup> George MacDonald foi um autor escocês nascido em 1824, famoso por suas obras de fantasia para adultos (*Phantastes*, 1858) e crianças (*A Princesa e o Goblin*, 1872). Sua obra é considerada inspiração para muitos escritores de fantasia, incluindo Tolkien e C. S. Lewis, tanto que MacDonald já chegou a ser chamado de “Pai da Fantasia” (CRUZ, 2021).

que os personagens são geralmente salvos de situações-problema graças a conselhos e conhecimento das tradições do mundo em que habitam: *Tolkien's heroes are humble and therefore look to the past, to the wisdom that they have been given. His villains and fools are proud and therefore scorn tradition and look only within themselves for their wisdom* (2005, p. 135 apud CLIFTON, 2014, p. 16).

Considerando que *O Senhor dos Anéis* é uma das obras mais célebres do gênero de fantasia, a observação de Kreeft reforça o vínculo existente entre o conto de fadas e o narrador benjaminiano. Para Jeanne Clifton, trata-se de uma das evidências de que não só a capacidade de aconselhar os ouvintes, mas que a própria narrativa de Benjamin continua viva na fantasia literária.

### **Natureza e mitologia**

Se Benjamin e Tolkien divergem quanto à relação entre os contos de fadas e as crianças, mas se aproximam quanto ao poder de aconselhar desse gênero literário, o desempate ocorrerá ao examinarmos o que os autores escreveram sobre um par de ideias que permeia os contos de fadas: mitologia e natureza. Acerca da primeira, já esclarecemos que ela possui uma conotação negativa no texto de Benjamin (1987, p. 215):

O conto de fadas ensinou há séculos à humanidade, e continua ensinando hoje às crianças, que o mais aconselhável é enfrentar as forças do mundo mítico com astúcia e arrogância [...] O feitiço libertador do conto de fadas não põe em cena a natureza como uma entidade mítica, mas indica a sua cumplicidade com o homem liberado.

Novamente nos vemos diante de um mundo mítico do qual o homem se libertou, muito por conta dos ensinamentos dos contos de fadas, conformando uma imagem sucinta e obscura, como outros trechos do texto de Benjamin. Contudo, tal libertação veio acompanhada de uma ressignificação da natureza, que deixou de ser encarada como entidade mítica para se tornar cúmplice do homem. Por sua vez, em sua conferência, Tolkien separou a mitologia em pelo menos dois aspectos: o ato de subcriação, comentado nas páginas acima (vide nota 14), e a “representação ou interpretação simbólica das belezas e terrores do mundo” (TOLKIEN, 2017, p. 22). Na comparação com o trecho de Benjamin, a natureza encarada como entidade mítica se assemelha a esse segundo aspecto da mitologia de Tolkien, isto é, uma natureza personificada, com todas as suas dimensões representadas pela figura de uma divindade. Pode-se dizer então que Benjamin parece valorizar não essa significação da natureza, mas

aquela em que o homem e o mundo natural não possuem uma relação hierárquica, e sim de cumplicidade.

“Mesmo os contos de fada como um todo têm três faces: a Mística, voltada para o Sobrenatural; a Mágica, voltada para a Natureza; e o Espelho de desdém e compaixão, voltado para o Homem. A face essencial do Reino Encantado é a do meio, a Mágica” (TOLKIEN, 2017, p. 25). Trata-se de um parágrafo-chave: Tolkien afirmou que a face essencial dos contos de fadas é a mágica e, por extensão, a natureza. O “feitiço” libertador de Benjamin ressoa o termo tolkieniano “Magia”, própria dessas histórias de fantasia, que são capazes de ajudar o homem a perceber o mundo ao seu redor com olhos renovados (TOLKIEN, 2017, p. 57) – a mencionada liberação de Benjamin, talvez? Por fim, essa natureza, cúmplice do homem, palco do “mundo primário”, representa outro ponto comum entre Tolkien e Benjamin, sendo de onde o contador de histórias (ou narrador) extrai seu material para confeccionar o “mundo secundário”.

### Conclusão

Depois da análise dos textos de Walter Benjamin e J. R. R. Tolkien em busca dos contos de fadas, notamos que boa parte das características distintivas do gênero chamado de narrativa, nos termos do primeiro autor, continua presente nas histórias de fantasia, de acordo com os parâmetros do segundo, até os dias de hoje. Como outros autores também afirmaram, certamente não se trata de uma linhagem tão direta e isenta de discordâncias, nem de qualificar Tolkien como um narrador nos moldes de Benjamin, mas as comparações feitas nas páginas anteriores dão conta de demonstrar um alto grau de parentesco entre a narrativa de Benjamin e os contos de fadas de Tolkien. Na visão de ambos, os dois tipos de histórias, pelo menos, (1) são eficazes para aconselhar ouvintes e leitores, que usufruem da sabedoria contida em seus personagens e enredos, e (2) possuem uma relação íntima com a natureza, da qual os contadores de histórias extraem seu material e confeccionam suas narrativas, dentre outras aproximações. O maior ponto divergente entre Tolkien e Benjamin foi a associação automática e direta com o público leitor infantil, discussão na qual Tolkien não pôde argumentar para discordar.

Curiosamente, Benjamin não fez nenhuma afirmação categórica em seu texto sobre os contos de fadas serem a continuação da narrativa, apesar de, como visto, indicá-los como parte da tradição narrativa ainda existente. Dessa forma, aproxima-

mo-nos das conclusões de Clifton ao verificar que a narrativa, que Benjamin pensava estar em extinção em sua época, de certa forma continuou nos contos de fadas: mantendo muitas de suas características, mas também incorporando formas e propriedades distintas (vide nota 18). Segundo a autora, ao comprovar o paralelo entre as fontes narrativas e as fontes que inspiraram autores como Tolkien e C. S. Lewis (*As crônicas de Nárnia*), pode-se demonstrar como, ao contrário do que alegou Benjamin, a narrativa sobreviveu século XX adentro e se popularizou como nunca no século XXI (CLIFTON, 2014, p. 19, 60).

A crise trazida pela ascensão do romance e suas repercussões nos interesses do homem moderno na literatura (BENJAMIN, 1987, p. 201-202; RACY, 2012, p. 101-2) podem ter até impactado o gênero narrativo, mas não o impediu de experimentar uma reanimação na fantasia moderna, gênero que estava começando a se desenvolver a passos largos na época da morte de Benjamin (CLIFTON, 2014, p. 2, 15). Para o filólogo britânico Tom Shippey, o fantástico<sup>19</sup> foi o modelo de literatura dominante ao longo do século XX, no qual a fantasia, especialmente Tolkien, teve um papel de destaque por dialogar com muitas das questões da época (SHIPPEY, 2001, vii, ix). Para marcar sua tese, Shippey reconhece a relevância da obra ficcional de Tolkien ao intitulá-lo com assertividade o “autor do século”.

Apesar das diferenças entre a aceitação do público e a recepção crítica das histórias fantásticas (RACY, 2012, p. 88), até hoje a fantasia continua capturando o interesse e fascínio de leitores e inspirando o trabalho de muitos autores, como Patrick Rothfuss (*O nome do vento*) e Robert Jordan (*A roda do tempo*) – que também se reportam aos clássicos que fundamentaram a literatura de Tolkien e ainda antes circulavam como narrativas orais antes de serem registradas por escrito. De acordo com Clifton, a tradição de voltar às fontes (como o poema medieval anglo-saxão *Beowulf* e os contos do ciclo arturiano) e recontar histórias a partir desses modelos e arquétipos está profundamente atrelada à forma narrativa de Benjamin, considerada uma forma de arte que depende da repetição de histórias (CLIFTON, 2014, p. 2, 61; RACY, 2012, p. 103).

---

<sup>19</sup> Excepcionalmente nessa ocorrência, “fantástico” segue a definição do próprio Shippey, para quem há uma diferença em relação a fantasia como gênero literário. Segundo o autor, muitos gêneros distintos estariam contemplados na literatura fantástica além da fantasia, tais como alegorias, parábolas, contos de fada, ficções científicas, histórias de terror, romances medievais, entre outros (SHIPPEY, 2001, viii).

Por fim, na seção 9 de seu texto, Benjamin afirmou: “A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação” (BENJAMIN, 1987, p. 205). O narrador imprimiria sua marca na história, como um oleiro faz num vaso, caracterizando a narrativa como um ofício manual (RACY, 2012, p. 103). Nessa mesma direção, Tolkien admitiu que criar um mundo fantástico verossímil exige trabalho e reflexão – praticamente uma “destreza élfica”, nas palavras do autor. A relação complexa entre contos de fadas e narrativa não poderia, em conclusão, ser sintetizada de uma maneira melhor (TOLKIEN, 2017, p. 47, grifo nosso):

Poucos tentam tarefa tão difícil. Mas, quando elas são tentadas e, em algum grau, executadas, temos uma rara realização da Arte: na verdade, a arte *narrativa*, a criação de histórias em seu modo primordial e mais potente”.

#### Referências bibliográficas

- BENJAMIN, W. O Narrador: Considerações Sobre a Obra De Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 2005, v. 3.
- CARPENTER, H. J. R. R. **Tolkien: uma biografia**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2018.
- CLIFTON, J. **Is Storytelling Dead?** Finding Walter Benjamin's “Story” in the Modern Fantasy Genre. 2014. Graduate Thesis, Salem State University, 2014.
- COELHO, N. N. **O conto de fadas: símbolos – mitos – arquétipos**. São Paulo: Editora Paulinas, 2008.
- CRUZ, P. George MacDonald, o Pai da Fantasia. **Gazeta do Povo**, 29 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/paulo-cruz/george-macdonald-o-pai-da-fantasia/>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- ELIADE, M. Os Mitos e os Contos de Fadas. *In*: ELIADE, M. **Mito e Realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.
- KREEFT, P. J. **The Philosophy of Tolkien: The Worldview Behind Lord of the Rings**. San Francisco: Ignatius, 2005.

- LEWIS, C. S. Três maneiras de escrever para crianças. *In*: LEWIS, C. S. **As crônicas de Nárnia**. Trad. Silêda Steuernagel Paulo Mendes Campos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- PIKE, D. L. Buried Pleasure: Doctor Dolittle, Walter Benjamin, and the Nineteenth-Century Child. *In*: **Modernism / modernity**, v. 17, n. 4, p. 857–875, 2011, The Johns Hopkins University Press.
- RACY, G. **‘Lá e de volta outra vez’**: J. R. R. Tolkien. Campo literário e editorial. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- SHIPPEY, T. **J. R. R. Tolkien: author of the century**. London: HarperCollinsPublishers, 2001.
- TEIXEIRA, P. A. C. Tolkien: uma voz dissonante em meio à modernidade inglesa. **Cordis**, História e Literatura, São Paulo, n. 10, p. 59-92, jan./ jun. 2013.
- TOURY, G. Enhancing Cultural Changes by Means of Fictitious Translations. *In*: HUNG, Eva. **Translation and Cultural Change**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005, p. 3-17.
- TOLKIEN, J. R. R. Sobre contos de fadas. *In*: TOLKIEN, J. R. R. **Árvore e folha**. Trad. Ronald Eduard Kyrmse. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017, p. 1-79.
- TOLKIEN, J. R. R. **Ferreiro de Bosque Grande**. Trad. Ronald Eduard Kyrmse. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- TOLKIEN, J. R. R. **Mestre Gil de Ham**. Trad. Waldéa Barcelos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- TOLKIEN, J. R. R. **Mestre Giles d’Aldeia**. Trad. Rosana Rios. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021.

---

INTELLIGERE, REVISTA DE HISTÓRIA INTELECTUAL  
EXPEDIENTE

---

**Reitor:** Vahan Agopyan  
**Vice-Reitor:** Antonio Carlos Hernandez

**CHC – Centro Interunidades de História da Ciência**

**Diretor:** Gildo Magalhães dos Santos Filho  
**Vice-diretor:** João Francisco Justo Filho

**Conselho Editorial:**

Sara Albieri  
Estevão Chaves de Rezende Martins  
Gildo Magalhães dos Santos Filho  
Mauro Lucio Leitão Condé

**Conselho Consultivo:**

Allan Megil (University of Virginia)	Leopoldo Waizbort (USP – FFLCH)
André de Melo Araújo (UNB)	Luiz Carlos Soares (UFF)
Daniel Brauer (Universidad de Buenos Aires)	Marisa Midori Deaecto (USP – ECA)
Dario Horácio Gutierrez Gajardo (USP– FFLCH)	Mauro Lucio Leitão Condé (UFMG)
Dominic Scott (University of Oxford)	Milton Meira do Nascimento (USP–FFLCH)
Elias Thome Saliba (USP – FFLCH)	Oswaldo Frota Pessoa Jr (USP – FFLCH)
Estevão Chaves de Rezende Martins (UNB)	Paulo Teixeira Iumatti (USP – IEB)
Gildo Magalhães dos Santos Filho (USP–FFLCH)	Raquel Glezer (USP – FFLCH)
Gregory Claves (University of London)	Ricardo Navia (Universidad de la Republica- Uruguay)
Jaimir Conte (UFSC)	Rolf Kuntz (USP – FFLCH)
Jorge Luís Grespan (USP – FFLCH)	Yamandú Acosta (Universidad de la Republica- Uruguay)

**Comitê de Publicação:**

**Editora responsável:** Sara Albieri  
**Editor gerente:** Ana Paula Nobile Toniol  
**Assessoria editorial:** Lauro Fabiano de Souza Carvalho

**Secretaria:** Adriana Antunes Casagrande de Luca

**Contato:** Revista Intelligere – CHC/USP  
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Térreo  
Cidade Universitária – São Paulo – SP  
CEP 05508-900  
e-mail: intelligere.revista@gmail.com  
telefone (11) 3091-3776

Capa deste número: autoria de Camilie Cardoso, a partir da ilustração *The Chariot of Apollo* (1905-16) de Odilon Redon (French, Bordeaux 1840–1916 Paris), disponível em <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/437380>

### Diretrizes para Autores

A apresentação dos originais será realizada através do sistema de submissão eletrônica no site <http://www.revistas.usp.br/revistaintelligere>.

Os manuscritos não podem ter sido previamente publicados (em papel ou eletronicamente) ou enviados para avaliação a outras publicações.

As submissões deverão ser feitas em 2 arquivos separados. Um deles conterá o artigo a ser avaliado para publicação sem identificação de autoria. Um segundo arquivo deverá conter somente a identificação com o(s) nome(s) do(s) autor(es), nome(s) por extenso da(s) instituição(ões) a que pertence(m), e-mail(s), ORCID ou link para currículo lattes e até 4 linhas de informações profissionais sobre cada autor.

Exemplo: Gildo Magalhães é Professor Titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, professor de História colaborador do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e da Universidade de Lisboa (Centro de Filosofia da Ciência). Dirige o Centro Interunidades de História da Ciência da Universidade de São Paulo. Email: [gildomsantos@hotmail.com](mailto:gildomsantos@hotmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/415536672682655>

- O texto deve ser digitado em corpo 12, fonte Garamond, com espaçamento de 1,5 entre linhas, com extensão variando entre 8 e 30 laudas.
- Epígrafes, termos, expressões, citações ou transcrições em língua estrangeira devem ser destacadas no texto por meio de itálico.
- Imagens, figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral devem vir acompanhadas de legendas, com a devida numeração em fonte Garamond tamanho 10.
- Os artigos devem ter título na língua original (português ou espanhol) e inglês. Os resumos, em português ou espanhol, com até 200 palavras, e três a cinco palavras-chave separadas por ponto devem ser acompanhados de Abstract em inglês com três a cinco *keywords*. Exemplo:

Palavras-chave: Polifenol oxidase (PFO). Biossensores. Polipirrol (PPI).

- Citações e menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à norma ABNT 6023:18, ou seja, os autores são indicados por seu sobrenome, seguido pelo ano e página se for o caso. Exemplos:

(REIS, 2008, p. 103), (ÖWALL; KÄYSER; CARLSSON, 2010, p.31-40), (SOARES, 2002).

Demais exemplos estão disponíveis em:

<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/459>

- A reprodução de um texto de até três linhas deve ser incorporada ao parágrafo entre aspas duplas. Exemplos:

“A comparação é a técnica científica aplicável sempre que houver dois ou mais termos com as mesmas propriedades gerais ou características particulares” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 32).

Segundo Madigan *et al.* (2010, p. 89) “As vesículas de gás são estruturas fusiformes, preenchidas por gás e constituídas de proteínas; elas são ocas, porém rígidas, variando quanto ao comprimento e diâmetro”

- Citações com mais de três linhas devem ser transcritas abaixo do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda, com espaçamento simples, em fonte Garamond tamanho 10 e sem aspas. Exemplo:

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 35)

A análise e a síntese racionais só podem ser feitas mentalmente. Empregam-se principalmente na filosofia e na matemática. A análise é uma espécie de indução; parte-se do particular, do complexo, para o princípio geral e mais simples. A síntese é uma espécie de dedução; vai do mais simples ao mais complexo.

- As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo ou de comentário. Se nelas for referido algum autor, a referência deve obedecer à mesma forma recomendada para todas as referências no corpo do artigo. As notas devem ser digitadas ao final de cada página, utilizando-se os recursos para criação automática de notas na fonte Garamond 10.
- Todas as referências citadas no texto devem ser listadas ao final do artigo, em ordem alfabética, de acordo com a norma ABNT 6023:18. Os autores são indicados por seu sobrenome seguido das iniciais do nome. Exemplos:

BESS, F. H.; HUMES, L. E. **Fundamentos da audiologia**. Tradução: Marcos A. G. Domingues. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

REIS, D. R. **Gestão da inovação tecnológica**. 2. ed. Barueri: Manole, 2008.

Demais exemplos estão disponíveis em:

<https://usp.br/sddarquivos/aulasmetodologia/abnt6023.pdf>

- A revista detém os direitos autorais de todos os textos nela publicados. Os autores estão autorizados a republicar seus textos mediante menção da publicação anterior na revista.

### Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista Intelligere o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a “Licença Creative Commons Attribution” que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada na revista Intelligere (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

### Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados na revista Intelligere serão usados exclusivamente para os serviços prestados pela publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.